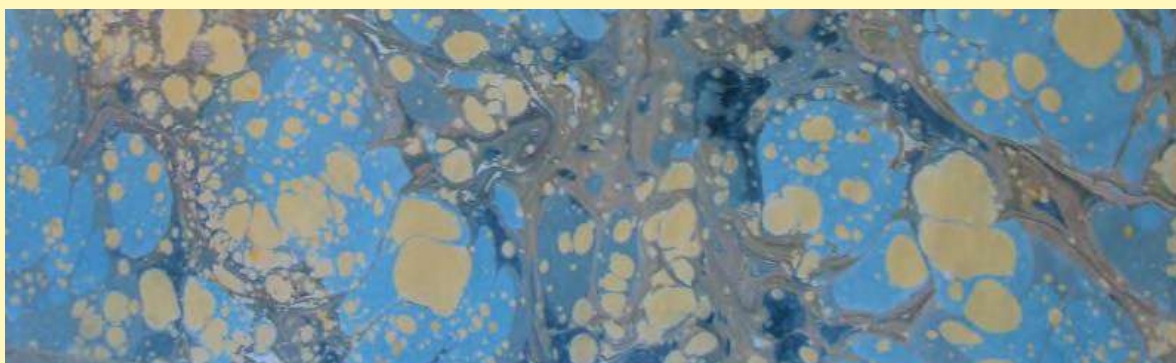
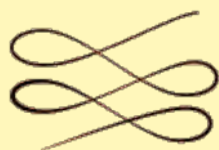


MACHADIANA ELETRÔNICA

v. 1, n. 2, jul.-dez. 2018



ISSN 2594-5084

1894

Com muita satisfação apresentamos o segundo número da *Machadiana Eletrônica*, revista dedicada à edição da obra de Machado de Assis.

Nosso número de estreia, publicado em julho último – mas antes disso já disponível pelo sistema *ahead of print* –, foi bem recebido por leitores e estudiosos do autor de *Dom Casmurro*. Naquela ocasião privilegiou-se o verso. Agora nossa atenção se volta à prosa; o que não muda é a certeza da boa recepção. E não poderia ser diferente, pois este número se distingue por dar continuidade à publicação de um trabalho que é referência em matéria de estudos machadianos: a edição e o estudo, por John Gledson, das crônicas de “A Semana” – série da *Gazeta de Notícias* para a qual Machado escreveu entre os anos de 1892 e 1897. John Gledson é, claro, nome que dispensa qualquer apresentação. Há pouco mais de duas décadas, sua edição das crônicas de 1892 e 1893 era publicada pela editora Hucitec.¹ Desde então, não são poucos os trabalhos acadêmicos dedicados a “A Semana” que têm limitado seu olhar ao primeiro biênio da série, beneficiando-se do texto fixado e anotado por Gledson.² Com a publicação das crônicas do terceiro ano d’“A Semana” (1894) neste número da *Machadiana Eletrônica*, não há dúvidas de que se ampliam e melhoram consideravelmente as condições e as possibilidades de leitura e de interpretação da série.

Além das crônicas que Machado escreveu em 1894, a seção “Textos com Aparato Editorial” traz, ainda, uma crônica de outro autor, provavelmente Ferreira de Araújo, que substituiu o “semanista da *Gazeta*” em 29 de abril. As crônicas contam com texto fidedigno, estabelecido sempre que possível a partir do jornal, e com introduções individuais, uma novidade que Gledson já incluía em sua coletânea de crônicas machadianas publicada há alguns anos pelo selo Penguin, da Companhia das Letras.³

¹ ASSIS, Machado de. *A Semana: crônicas (1892-1893)*. Edição, introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Hucitec, 1996. (Literatura brasileira, v. 2).

² Ver, por exemplo, a dissertação de mestrado de Dilson Ferreira da Cruz Júnior, defendida em 2001 pela USP (*Estratégias e máscaras de um fingidor: a crônica de Machado de Assis*. São Paulo: Nankin; Humanitas; Fapesp, 2002).

³ ASSIS, Machado de. *Crônicas escolhidas*. Organização, introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

Também integram a seção ora apresentada textos que expõem os critérios de edição e anotação das crônicas (“O texto” e “Introdução às notas”), bem como uma “Cronologia (set. 1893-dez. 1894)”, com fatos relevantes para a contextualização da série.

A seção “Artigos” traz “„A Semana“ 1894: uma introdução ao terceiro ano de publicação da série” – qualquer que seja a interpretação que fizermos desse conjunto de textos de Machado de Assis, os alicerces imprescindíveis estão fixados neste ensaio de John Gledson. Remetemos o leitor que quiser conhecer o contexto histórico da publicação dos dois primeiros anos da série (1892-1893) à introdução de Gledson a esse período, publicada em 1996 no primeiro volume de sua edição d’“A Semana” (p. 11-34) e em 2006, com algumas adaptações, na coletânea *Por um novo Machado de Assis*.⁴

A última seção atualiza o índice apresentado no número de estreia da revista, ampliando o repertório de obras machadianas já editadas e aqui publicadas.

Este número da *Machadiana Eletrônica* não existiria sem a generosidade de John Gledson. É certo que nunca o agradeceremos suficientemente pela confiança e pelo muito que temos aprendido com ele. Também é certo que o diálogo com o grande machadiano de Liverpool trará repercussões inestimáveis para nosso trabalho como editores.

Números futuros desta revista já se encontram em publicação antecipada. Contamos, como sempre, com a colaboração de nossos leitores, estimulando-os a nos enviar comentários, correções, sugestões e críticas. Antecipadamente agradecemos.

José Américo Miranda
Alex Sander Luiz Campos
Editores

Vitória, 18 de dezembro de 2018

⁴ GLEDSON, John. “A Semana” 1892-3: uma introdução aos primeiros dois anos da série. In: _____. *Por um novo Machado de Assis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 207-235.

For Paul

AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas que, num momento ou outro, se interessaram no andamento deste trabalho. Cristina Carletti e Regina M. A. Machado acompanharam o projeto de perto, lendo, corrigindo, sugerindo. Agradeço de coração a sua boa vontade e comprometimento com Machado. Desde há pouco mais de um ano, quando a *Machadiana Eletrônica* decidiu arcar com a publicação desta série (que esperamos continuar), a ajuda e a amizade dos editores, José Américo Miranda e Alex Sander Luiz Campos, têm sido um estímulo contínuo. Pelas suas leituras cuidadosas dos textos, dos originais dos jornais, e das notas, melhoraram, e em muito, a edição.

Resta agradecer algumas pessoas que prestaram informações e trocaram ideias sobre algumas crônicas em particular. Com Jim Irby tive uma conversa, há muitos anos, sobre a difícil crônica de 18 de fevereiro, que me ajudou a aclarar alguns problemas básicos do seu argumento. Orna Levin, com os seus conhecimentos do teatro do século XIX, identificou algumas referências a artistas e peças da juventude de Machado. Brunno Vieira, conhecedor das traduções dos clássicos em português, identificou o tradutor, e o lugar da publicação, do trecho de Lucano citado no dia 15 de junho. E, finalmente, agradeço a Péricles Diniz, que me forneceu informações preciosas sobre *A Ordem*, jornal em que foi publicada a notícia original sobre Martinha (5 de agosto).

John Gledson

O TEXTO

John Gledson

Esta edição continua a das crônicas de 1892 e 1893, publicada pela editora Hucitec em 1996. A numeração das crônicas dá seguimento a esta edição, que terminou no número 83. Cabe repetir aqui o que foi dito acerca do texto:

“O meu objetivo ao editar estes textos foi reproduzir com a máxima fidelidade as intenções de Machado, com a única restrição de modernizar a ortografia. Não existem manuscritos; portanto, o único texto-base que nos interessa é evidentemente o da *Gazeta de Notícias*. Voltei ao jornal sempre que pudesse, com exceções mencionadas a seguir, usando uma cópia microfilmada da coleção da Biblioteca Nacional.”

Para esta edição, usei a versão destes mesmos microfilmes reproduzida no site da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, e disponível na internet desde 2015. Em apenas três casos, nas crônicas de 1º de janeiro, 25 de fevereiro, e 1º de julho, me servi dos textos editados por Mário de Alencar e Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, já que faltam nos microfilmes (os originais, encadernados, sofreram de excesso de uso). A seguir, falarei mais detalhadamente destas duas edições.

Mudei apenas um critério: decidi reproduzir a italização (ou falta dela) do original, inclusive no caso das palavras que hoje apareceriam em romano, e em citações estrangeiras. O texto nem sempre é consistente, e decidi adotar esse critério sobretudo por razões literárias. Como há sempre uma possibilidade de ironia, na própria italização e no uso de palavras estrangeiras – *bis*, *hurrah*, *meetings*, *toilette* – é melhor reproduzir o original, e deixar o leitor julgar. Nestes casos, segui a regra geral, e modernizei a ortografia: *debênture*, não *debenture*, *déficit*, não *deficit*. Decidi manter a ortografia original dos nomes próprios de origem não portuguesa: Capelli, não Capeli, mas Melo Morais, não Mello Moraes. (Exceção a esta regra: Shakespeare, não Shakspeare.)

Minha impressão é que os compositores eram competentes, com certas limitações. Em 8 de janeiro de 1893 (38), Machado comentara um erro, dizendo que “A revisão é severa: eu é que sou desigual na escrita, mais inclinado ao pior que ao melhor”. Modéstia, certamente – a letra dele é simples e aseada, e só numa ocasião neste ano, no dia 3 de junho (105), tem que se corrigir na crônica seguinte, quando “Banco Único” saiu “Banco União”. Mas sobretudo ao ler palavras estrangeiras

(francesas, latinas, etc.) erram, e erram nessa *bête noire* dos compositores, a crase. Sobretudo, põem “à casa” quando deve ser “a casa”. Sabemos – consultando, por exemplo, a edição fac-similar do manuscrito de *Esau e Jacó* – que Machado não errava nem vacilava neste caso, de modo que nos sentimos justificados em corrigir sempre esta expressão.

Das edições posteriores em livro, há três que devem ser levadas em conta em relação ao texto das crônicas: a primeira delas é a do próprio Machado, que reproduziu seis de “A Semana” em *Páginas recolhidas* (1899), das quais duas são de 1894, a de 3 de junho (a que deu o título “A cena do cemitério”) e a de 22 de julho (a que deu o título “Canção de piratas”). Machado fez algumas pequenas modificações, todas anotadas no devido lugar.

Em 1914, a Livraria Garnier publicou a antologia *A Semana*, editada por Mário de Alencar, que contém 106 crônicas (de um total de 250), com Advertência de Alencar, datada de 1910. Ele modifica algumas crônicas, cortando alguns trechos, e dá títulos a outras, que às vezes pegaram – “O punhal de Martinha”, por exemplo, para a famosa crônica de 5 de agosto de 1894 (114). Das 52 deste ano, incluiu 24. Sempre que uma crônica foi incluída, anotei o fato, e anotei as mudanças que fez no texto (principalmente porque essas escolhas nos informam sobre os gostos e os critérios da época, que nem sempre compartilhamos). Utilizei o texto desta edição às vezes em casos de dúvida sobre o texto (quando o microfilme é difícil de ler, por exemplo).

Mais importante que estas edições é a da editora Jackson, de 1953, feita por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (houve outra anterior, da mesma editora, que compartilha a incompetência de boa parte dessa primeira “obra completa”). Esta, de Aurélio, foi republicada algumas vezes em anos seguintes. Como todo mundo sabe, ele foi uma das maiores figuras da filologia brasileira, autor do dicionário conhecido pelo seu nome.

Foi também autor de um artigo fundamental sobre a “Linguagem e estilo de Machado de Assis”, publicado na *Revista do Brasil* em 1939, uma caracterização, com muitos exemplos, da atitude de Machado perante a língua.¹ Afirmando que tem “um dos melhores estilos que já houve em português”, chama-o de “espírito conservador (...), amando a ordem, disciplinado, metódico.” Indo mais longe (e, a meu ver, ecoando alguns preconceitos da época dele e de outras), diz que o “instinto de nacionalidade” não era vivo em Machado “em tão alto grau como se afigura a alguns dos seus críticos”, “faltava-lhe para tanto maior vibração de vida, sentimento mais profundo de simpatia humana, de amor à terra, à sua paisagem e à sua gente”.

Essas opiniões (exprimidas catorze anos antes da publicação da edição que usamos) têm alguma relevância para nós? Possivelmente não, mas de qualquer maneira

¹ Foi republicado em *Linguagem e estilo de Machado de Assis, Eça de Queirós e Simões Lopes Neto* (Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2007), p. 3-59.

talvez ajudem a explicar alguns dos deslizes que notamos na sua edição. Devemos sublinhar, neste ponto, o enorme respeito que seu nome merece, e a grande sorte que temos de ter essa edição à nossa disposição. Por isso, anotamos as menores diferenças entre o texto dele e o do jornal (exceto onde ele corrige um óbvio erro tipográfico – “ete” em vez de “sete”, “ocante” em vez de “tocante”...), e entre o texto dele e o nosso.

Todo texto – inclusive sem dúvida o nosso, apesar dos nossos esforços – tem erros, mas vale a pena comentar estes, em boa parte pela eminência do editor, mas também por interesse intrínseco. Os “erros” de Aurélio (ou discrepâncias entre o texto dele e o nosso) são bastante fáceis de categorizar. Em alguns casos, o que pode surpreender, ele segue a leitura de Mário de Alencar, mesmo quando não corresponde ao jornal: há um exemplo na famosa crônica do “punhal de Martinha” (5 de agosto: 114), onde, comparando as ações de Lucrecia e Martinha, a *Gazeta* diz “...as perdas são desiguais, mas força é dizer que a ação da primeira [Lucrecia] não é mais corajosa que a da segunda [Martinha]”. Alencar mudou “perdas” por “pessoas”, leitura que subsiste em todas as reproduções desta crônica reproduzidíssima. O leitor encontrará nossa explicação da leitura correta na respectiva nota à crônica – podemos acrescentar que a versão do jornal força a pensar, ainda que momentaneamente, o que quase basta para provar que é a certa. No começo da crônica de 30 de setembro (122), talvez pelo mau estado do jornal, Mário leu “nem” em vez de “mas”, o que produz um contrassentido, pois faz pensar que o cronista não está se dirigindo a quem, de fato, se dirige. Cabe dizer aqui que nós nos beneficiamos de ter o texto do jornal acessível a toda hora: não podemos criticar excessivamente se às vezes Aurélio acabou recorrendo ao livro de Mário (que noutros momentos corrigiu).

O que é mais interessante, algumas vezes Aurélio corrige “deslizes” que bem possivelmente são intencionais. Dois exemplos parecidos: na crônica de 4 de março, o cronista está esperando com certa impaciência para votar numa eleição importante, ele diz “ainda não começava o meu quarteirão”. Aurélio, numa nota, acha que “talvez „começava“ esteja, por erro de revisão, em vez de „começara“”. Achamos que, pelo contrário, o imperfeito cabe melhor aqui – pode ser mais “lógico” o mais-que-perfeito em relação aos fatos exteriores, mas em relação ao estado de ânimo do cronista, o texto da *Gazeta* é claramente mais expressivo. Na crônica de 21 de outubro (125), referindo-se a um finado amigo, o texto da *Gazeta* diz que, falando da prostituição pública, o amigo “diria” “a vaga Vênus. Sem anotar o fato, Aurélio põe “dizia”. É possível que tenha “corrigido” Machado por distração, mas também pode ser que achasse que, tratando-se do passado e portanto de fatos, o condicional não caberia.

A lógica, a gramática e uma certa formalidade vão de mãos dadas, e fazem com que Aurélio às vezes corrija sem anotar, como se Machado “devesse ter querido dizer” o que o editor queria que dissesse. Na crônica de 3 de junho, põe “de Ofélia” em vez de “da Ofélia”, mesmo tendo Machado mantido o “da” quando reimprimiu a crônica em *Páginas recolhidas*. Dois exemplos mais, da crônica de 14 de outubro (124): onde o

texto da *Gazeta* tem “não parece que exagero muito”, Aurélio põe “exagere” (novamente sem anotar o caso), sem dúvida porque acha mais correto o subjuntivo. Possível que os compositores tenham lido mal, mas também é possível que Machado achasse legítimo e menos “formal” o indicativo. Mais adiante na mesma crônica, novamente corrige “de seus filhos” por “dos seus filhos”, quando ambos são legítimos.

Seria possível fazer um estudo sobre essas correções; sobretudo, porque iluminam não só a atitude de Aurélio, como também a de Machado, às vezes menos formal, mais “cotidiano”, digamos, e sobretudo, mais expressivo do que se pensa – sobretudo nos diálogos, como bem nota Aurélio, mas nem só. Noutras palavras, ilumina o estilo do cronista.

A pontuação é outro problema semelhante. Sem dúvida os compositores erravam de vez em quando, e os critérios eram ligeiramente diferentes na época em que Machado escrevia. Porém, Aurélio também aqui “corrige”, comentando algumas vezes, mas também sem comentar. Tentamos padronizar, mas sobretudo achamos necessário patentear nossas escolhas, para que o/a leitor/a possa julgar por si mesmo/a. Se quiser ver alguns exemplos da “limpeza” que fizemos, podem consultar a crônica de 4 de março (93), notas 7 e 8, e 13 de maio (102), notas 7 a 9.

Incluimos a crônica de 29 de abril de 1894, escrita quando Machado estava doente, muito provavelmente da autoria de Ferreira de Araújo, o dono da *Gazeta*. Incluimos na ordem cronológica, com número fora da série (100A). Além do seu interesse intrínseco, a sua leitura se faz necessária para a compreensão da crônica seguinte de Machado, em boa parte uma resposta a ela.

Um comentário final: devo agradecer a colaboração dos meus amigos, os editores desta revista. Sem a sua leitura e os seus comentários, no texto e nas notas, esta edição seria muito menos idônea, e também menos iluminadora. Um pequeno exemplo: na crônica de 24 de junho (108), falando das festas de São João, o cronista diz que “a liberdade de adivinhação [está] proclamada contra a oligarquia de Junho”. Não fossem seus olhos de lince, não teria notado o “J” maiúsculo, que também passou despercebido de Aurélio, mas que junta uma deliciosa camada de sentido irônico à crônica, pela referência implícita à “monarchie de Juillet” francesa, e assim às revoluções “democráticas” do século, a que Machado se refere com seu ceticismo habitual.

INTRODUÇÃO ÀS NOTAS

John Gledson

Comecei com as seguintes palavras a “Nota às notas” da minha edição das crônicas de “A Semana”, de 1892 e 1893, da qual esta é o seguimento:

“Um dos principais objetivos desta edição são as notas. Têm dois fins: 1) iluminar para o leitor o contexto político, social e jornalístico em que as crônicas foram escritas e 2) identificar as fontes das citações e referências que Machado faz, na medida do possível. Sem as notas, creio que quase não vale a pena ler as crônicas: muitas, de fato, são praticamente ilegíveis.”

São palavras que se aplicam também às edições que publicamos agora: não perderam nada da sua relevância, muito antes pelo contrário. Desde aquela publicação, de 1996, publicaram-se várias edições das crônicas de Machado, quase todas insuficientes, num aspecto ou noutro – há erros nos textos, muitas referências mais ou menos obscuras inexplicadas –, e, sobretudo, com algumas exceções, os jornais, e em particular a *Gazeta de Notícias*, onde foram publicadas as crônicas, não foram consultados.¹ Vale a pena, portanto, sublinhar e explicitar o objetivo e o método destas edições, o porquê de publicá-las desta maneira.

Primeiro, é impossível entender estas crônicas sem ter lido os jornais onde se publicaram, que são o contexto em que os seus leitores as leram e compreenderam. Tomemos um exemplo simples: a crônica de 23 de setembro de 1894 (121) começa assim: “Os depoimentos desta semana complicaram de tal maneira o caso da bigamia Lousada, que é impossível destrinchá-lo, sem o auxílio de uma grande doutrina.” Esta “grande doutrina” é o espiritismo, e este “caso” é um introito a mais uma sátira à doutrina que Machado achava absurda e perigosa, “uma fábrica de idiotas e alienados”.² Mas o “caso” em si, complicado e algo ridículo, faz parte do argumento, da *inspiração* desta crônica, e se não o entendermos (o que pede uma longa nota, com os detalhes necessários) não apreciaremos a crônica.

¹ Num apêndice à minha antologia das crônicas de Machado, *Crônicas escolhidas* (São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2013), p. 313-19, há uma “História das edições das crônicas machadianas”, que inclui uma pequena resenha de cada uma destas edições.

² Ver a crônica de 29 de agosto de 1889, de “Bons Dias!”.

Com efeito, estamos seguindo a leitura do próprio Machado, quando, para usar uma imagem dele, mergulhava por uma coluna abaixo, voltando à tona com uma pérola nos dedos.³ Compreendemos um pouco como e onde lia, como funcionava este leitor assíduo dos diários. Agora que a *Gazeta*, junto com outros jornais que também lia por necessidade e entretenimento, está, desde 2015, em linha na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, qualquer leitor pode vê-los e lê-los, e assim apreciar o contexto das crônicas por si mesmo.

Devo acrescentar que, por mais que algumas notas, sobretudo estas sobre as notícias menores, os *faits divers* da semana, possam parecer longas, fiz o possível para informar, da maneira mais curta e clara, o necessário para o entendimento da crônica. Por mais fascinante que o contexto possa ser em si mesmo, as notas são sempre *accessórias* ao texto.

Por estas e outras razões, muitas vezes vale a pena citar as palavras textuais que Machado leu, para comparar o “original” à sua “leitura”. Em muitas ocasiões, implícita ou explicitamente, ele critica a linguagem da imprensa, ou pelo seu sensacionalismo, dedicado a dramatizar um evento que daí a três dias será esquecido, ou na linguagem supostamente divertida e superior (de fato, desdenhosa e esnobe) com que se refere a fenômenos do interior, como a rebelião de Antônio Conselheiro, que só daí a mais de dois anos abalaria a República (ver a crônica de 22 de julho [112]). Mesmo um detalhe menor, como a substituição (silenciosa) de um francesismo (“garantir”) por um termo (“afiançar”) castiço, ilustra o seu conservadorismo, modesto, mas digno.

Claro que Machado não deixava que os jornais o dominassem. Sabia muito bem que os leitores não o valorizavam como repórter (anglicismo relativamente recente), mas pelo que Ferreira de Araújo, dono da *Gazeta*, quando substituiu um Machado doente em 29 de abril, chama o seu “prisma”, sua perspectiva, seu olhar. Machado demonstra este princípio no dia 16 de setembro, contrastando a “semana pobre”, altamente preferível à “semana rica”: mas a “semana”, pobre ou rica, era sobretudo a que aparecia filtrada pelos jornais. Não só a *Gazeta de Notícias*, onde Machado publicava: também tivemos que consultar vários outros no acervo da Biblioteca para achar as origens e os contextos dos acontecimentos, grandes e pequenos, que comentava. De todos, *O Paiz* e o *Jornal do Commercio* talvez sejam os mais importantes – o primeiro, editado por Quintino Bocaiúva, amigo de longa data, era fiel ao regime republicano, na sua forma florianista: noutros aspectos (inclusive no número dos seus leitores), assemelhava-se a seu rival, mais crítico, quase criptomonarquista, a própria *Gazeta*. O *Jornal*, o mais venerável dos três, era útil ao cronista sobretudo porque dava transcrições completíssimas dos debates do congresso, e sobretudo do conselho municipal, fonte inexaurível de comédia. Cada rinha absurda, cada discurso

³ Ver a crônica de 17 de julho de 1892 (13).

pomposo e/ou interminável eram reproduzidos com tanto detalhe que Machado podia fingir, para fins humorísticos, que os tinha presenciado.

O interesse de Machado pela imprensa ia além do Rio de Janeiro, às províncias e até ao estrangeiro. O caso mais interessante – e, para o editor, mais frustrante – é a crônica de 5 de agosto (114), a famosa “O punhal de Martinha” (o título é invenção posterior de Mário de Alencar). *A Ordem*, jornal de Cachoeira, de onde tirou o episódio da moça que mata o seu “admirador”, era o jornal mais importante do Recôncavo baiano, publicado duas vezes por semana. Podemos perguntar-nos o que atraiu Machado a ele (ainda mais porque o cita mais uma vez, no dia 23 de setembro (121), acerca de um burro que “enlouqueceu” em Mogi das Cruzes [São Paulo]). Será que costumava publicar estas vinhetas curiosas ou cômicas, e o cronista recorria a ele como possível mina; ou porque queria notícias mais imediatas do interior? Infelizmente, há poucos exemplares deste jornal na Hemeroteca, e nenhum de 1894. É uma pena, sobretudo porque a crônica (e a nossa compreensão dela) depende tanto do registro linguístico (“eu lhe furo”, “rapariga moderna”, “a última leva de Citera” etc.), que uma comparação com o original seria no mínimo muito curiosa.⁴

Do extremo oposto do espectro, Machado fala de sua leitura de um representativo do que havia de mais “avançado” na imprensa da metrópole, de Londres, nada menos, embora finja que seu exemplar foi encontrado por um burro inteligente (e anglofalante), num bonde, onde o deixara algum passageiro descuidado (ver a crônica de 10 de junho [106]). *Truth* era um exemplo de uma espécie de radicalismo, o do seu criador, Henry Labouchère, que publicava escândalos e histórias “verdadeiras” – precursores da “Reality TV” dos nossos dias. No caso, Machado simpatizava com a sua defesa dos direitos dos animais, o que explica a intervenção do burro – menos talvez com o sensacionalismo, que *Truth* compartilhava com boa parte da imprensa brasileira.

*

Uma das características que distingue as crônicas de Machado de outras do tempo dele e de outros é a grande quantidade de referências e de citações de uma grande variedade de fontes. Já no dia 1º de janeiro (84) cita ou refere-se a Auguste Barbier, André Chénier, Victor Hugo, Heinrich Heine, Camões e Xenofonte, a várias figuras

⁴ Para informações sobre o jornal, cito um trecho da tese de doutoramento de Péricles Diniz [*Ser baiano na medida do Recôncavo: o jornalismo regional como elemento formador de identidade*. 2009. 226 f. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, p. 118], gentilmente fornecida pelo autor: “Publicava bastante material informativo, principalmente em forma de pequenas matérias e notas, com novidades locais, estaduais, nacionais e internacionais, com redação própria, mas também transcrevendo e comentando matérias e telegramas de agências de notícias e outros jornais baianos, brasileiros e estrangeiros. Além do noticiário, publicava anedotas, trovas, poemas, contos, folhetins, editais, discursos proferidos por autoridades e anúncios tipo classificados. A partir de janeiro de 1890, aumentou seu formato, quando tornou-se o periódico de maior tiragem fora da capital baiana.”

históricas (Moltke, Gladstone, Saldanha Marinho, Tamandaré, Carlos X de França) e a uma musa (Terpsícore).

A vasta expansão da internet desde 1996, data da publicação do primeiro volume desta edição, transformou a busca e a identificação de tais referências, elas mesmas muito variadas, e muitas vezes obscuras, mesmo para um leitor culto de hoje – e tenho a impressão que para muitos leitores da época de Machado também. As ferramentas de busca, além de facilitar a identificação, também fornecem informações suplementares, que iluminam os contextos de muitas referências. Temos muitas evidências das suas leituras nas suas escritas, e no muito que resta da sua biblioteca, carinhosamente catalogado por Jean-Michel Massa.⁵ Mais recentemente, publicaram-se novos guias e edições indispensáveis. Devemos destacar primeiro a edição, em cinco volumes, da correspondência ativa e passiva de Machado, editado por Sergio Paulo Rouanet com a preciosa ajuda de Irene Moutinho e Sílvia Eleutério, publicada entre 2008 e 2015 pela Academia Brasileira de Letras, monumento de dedicação e erudição, com notas excelentes. Também devo mencionar o ótimo *Dicionário de Machado de Assis*, de Ubiratan Machado, publicado pela Academia em 2008. Na internet, há o utilíssimo banco de dados de machadodeassis.net, da Casa de Rui Barbosa, dirigido por Marta de Senna, com suas edições em hipertexto, seu índice de autores, obras, personagens, figuras históricas, logradouros etc., referidos nos romances e nos contos. Estas fontes, junto com outras numerosas demais para serem elencadas – dicionários, enciclopédias, sites da internet etc. – foram essenciais ao nosso trabalho. Estou muito consciente que esta nossa edição não será completa sem um índice das referências semelhante ao que se fez para a edição das crônicas de 1892-93, que publicaremos na *Machadiana Eletrônica* no próximo ano, uma contribuição ao mapeamento completo das referências do autor.

Pouco é preciso dizer acerca destas referências em termos gerais, exceto para repetir o que disse sobre as referências dos jornais: isto é, que procurei sempre limitar a sua extensão ao que me parecia necessário. Em alguns casos, porém, uma citação mais extensa pode revelar muito, fornecendo ao leitor um contexto do qual Machado estava bem consciente, embora seus leitores não o estivessem – a descrição, a concisão, até o mistério que caracteriza sua obra, implica que muito do que é omitido às vezes é bastante revelador. Um exemplo ilustrativo é a menção de Oliver Wendell Holmes, no dia 14 de outubro (124), aparentemente para comentar as corridas de cavalos, assunto frequente nestes anos subsequentes ao Encilhamento; mas também e sobretudo é uma meditação sobre os tipos de sociedade que deram origem às repúblicas americana e brasileira.

Para terminar, queria mencionar, e meditar um pouco sobre algumas das informações mais curiosas e reveladoras que descobrimos nas nossas pesquisas – e

⁵ Ver Jean-Michel Massa, “La bibliothèque de Machado de Assis”, *Revista do Livro*, 21-22, ano VI, mar.-jun. 1961, p. 195-238; e o volume *A biblioteca de Machado de Assis*, editado por José Luís Jobim (Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/Topbooks, 2001).

ênfatiso o plural aqui, agradecendo a ajuda de várias pessoas que contribuíram para esta tarefa fascinante e gratificante, algumas mencionadas nas notas relevantes. Devo fazer uma menção especial aqui dos editores desta revista, José Américo Miranda e Alex Sander Luiz Campos, que desataram alguns nós particularmente intrincados – dois deles analisados aqui.

Primeiro, duas referências literárias – aqui temos, que eu saiba, a única referência à obra de Dostoiévski na de Machado (no dia 16 de dezembro [133]). Talvez não signifique muito, pois o escritor russo já tinha fama internacional, e seria temerário dizer que Machado tivesse lido sua obra (que não consta do que resta da sua biblioteca): mas é interessante saber que tinha consciência de um autor com quem foi comparado, com tanta perspicácia, por Augusto Meyer.⁶ Mais interessante talvez seja a menção de Robert Hamerling, autor austríaco relativamente desconhecido (e não traduzido), e seu drama em verso *Ahasver in Rom* (Ahasverus em Roma), publicado em 1873. Este livro, citado no dia 11 de novembro (128), Machado o tinha, sim, na sua biblioteca – e aqui temos uma prova de que realmente o leu, talvez a evidência mais substancial de que lia alemão, língua que aprendera em 1883.⁷

Outras referências, as que talvez deem mais prazer, e sejam as mais reveladoras, são características dessa discrição que nunca podemos enfatizar demais, e que se manifesta em todos os níveis da criação artística machadiana. A consequência lógica é que alguns detalhes, por mais inconsequentes que possam parecer, são verdadeiros *icebergs*, escondendo verdades imprevistas.

No dia 7 de janeiro (85), num momento de indulgência nostálgica, o cronista se lembra de um passado inocente em que, para comprar um bilhete de loteria, havia que ir até o centro da cidade: “Tempo houve em que a gente ia dos arrabaldes à casa do João Pedro da Veiga, rua da Quitanda, comprar o número da esperança.” Este João Pedro, que parece um nome qualquer, foi de fato o irmão de Evaristo da Veiga: tinha uma livraria nesse endereço, que também vendia bilhetes de loteria. De fato, em 1832, Evaristo escapou de um tiro de pistola dos seus inimigos nesta mesma casa.⁸ Difícil não imaginar o rapaz, vindo do “arrabalde” do Morro do Livramento, e sentindo a presença do grande jornalista da Regência (morto em 1837), autor da letra do Hino Nacional, por quem mais tarde teria uma grande admiração.⁹

⁶ Ver, por exemplo, “O homem subterrâneo”, em *Machado de Assis, 1935-1958* (Rio de Janeiro, Livraria São José, 1958), p. 14.

⁷ Ver verbete “Alemão (idioma)” no *Dicionário de Machado de Assis*, de Ubiratan Machado, p. 11.

⁸ Ver Otávio Tarquínio de Sousa, *Evaristo da Veiga (História dos fundadores do império)* (São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1988), p. 133.

⁹ Uma admiração com relativamente poucas evidências, mas muito clara. Dois exemplos: dos fenômenos da Regência enumerados pelo pai de Brás no capítulo XXVI das *Memórias póstumas*, Evaristo é a única figura humana evocada: “do senado, da câmara, da Regência, da restauração, do Evaristo, de um coche que pretendia comprar, da nossa casa de Matacavalos...” E há o importante episódio do “tinteiro de Evaristo” no capítulo L de *Esau e Jacó*. Ver meu *Machado de Assis: ficção e história* (São Paulo: Paz e Terra, 2003), p. 217-18.

As citações literárias de Machado são interessantes de várias maneiras. É patente que tinha uma espécie de “estoque” delas na cabeça, para uso ocasional.¹⁰ Às vezes, também, nos levam a problemas intrigantes, e até a momentos de iluminação sobre sua vida, seus processos criativos, e – talvez – a pensamentos e atitudes mais íntimos. Eis aqui três exemplos, muito diferentes entre si.

O primeiro vem da crônica de 15 de julho (111), em que, perto do começo da crônica, Machado cita dois versos da *Farsália* de Lucano, em português, “pela tradução de um finado sabedor de coisas latinas”. Por mais difícil que possa parecer identificar este “finado sabedor”, com a ajuda de Brunno Vieira, sabemos que foi José Feliciano de Castilho, poeta português e amigo de Machado,¹¹ que publicou esta tradução no *Diário do Rio de Janeiro* quando Machado trabalhava no jornal, em 1864, e Machado lançou mão dos versos aqui, e num conto de 1873, “Decadência de dois grandes homens”, um exemplo curioso da fidelidade e persistência da memória ao longo de três décadas. Nem precisa sublinhar a relevância da *Farsália*, poema sobre a luta entre César e Pompeu, no contexto da guerra civil.

Às vezes, estamos menos nos domínios da memória do que nos do esquecimento. No dia 4 de novembro, comentando várias polêmicas contemporâneas, comenta, citando, que “*A liberdade é muitas vezes um mistério*, escreveu Montaigne”. Devia ser fácil identificar esta citação, apesar da extensão da obra do ensaísta francês, e as muitas vezes em que diz coisas “semelhantes” – Montaigne era um autor predileto, e, além das ferramentas da internet, há concordâncias da sua obra. Mas a frase não aparece. Às vezes, concluímos, Machado cita mal, lembra mal frases e palavras. Nem é a primeira vez que Montaigne suscita problemas – a mesma coisa acontece no dia 4 de fevereiro (89): “Montaigne é de parecer que não fazemos mais que repisar as mesmas coisas e andar no mesmo círculo”. Só que desta vez, numa crônica posterior (1º de setembro de 1895), o cronista confessa que não sabe onde – ou se – Montaigne disse estas palavras. Problema resolvido? Pode ser. Mas os editores desta revista não se contentaram, e acharam uma possível solução, numa lição admirável de como a erudição, a intuição e a internet podem colaborar entre si. Traduzindo esta frase em francês: “*La liberté est un mystère*”, descobrimos que aparece, nessa língua, atribuída a *Malebranche* (em cuja obra também não se encontra!), no fim de um importante ensaio de Schopenhauer, que Machado tinha na sua biblioteca – *Essai sur le libre arbitre*. Não é segredo, claro, que Machado tinha um respeito enorme pelo filósofo alemão, respeito

¹⁰ Ver, por exemplo, Raymundo Magalhães Júnior, “As repetições de Machado de Assis” e “O deturpador de citações”, p. 190-225 e 226-238 de *Machado de Assis desconhecido* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1955), e Lúcia Granja, “Ratos, pássaros ou morcegos? Machado de Assis, Théophile Gautier e um repertório de citações”, em Marta de Senna e Hélio Guimarães, org., *Machado de Assis e o outro: diálogos possíveis* (Rio de Janeiro: Móbile Editorial, 2012), p. 93-108.

¹¹ Para a relação de Machado com os irmãos Antônio Feliciano e José Feliciano de Castilho, ver Jean-Michel Massa, *A juventude de Machado de Assis* (2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2009), p. 414, 418 e 447-48.

que teve suas origens no tempo em estava escrevendo *Memórias póstumas de Brás Cubas*.¹² Ainda o lia pouco antes da morte, junto com outro ídolo, Ernest Renan.¹³ Especulando (um pouco como fiz no caso de João Pedro da Veiga): poderia ser que a filosofia de Schopenhauer tivesse um efeito tão profundo nele – identificou-se com ele em algum sentido – que “esqueceu-se” do que leu como sendo dele, Schopenhauer, e atribuiu-o a um escritor que disse coisas semelhantes, mas nunca com essas palavras? A influência de Schopenhauer já foi assunto de alguns ensaios sobre Machado, mas tenho a impressão de que calou mais fundo do que normalmente se pensa, e que este “lapso” curioso pode ser sintoma dessa influência, uma espécie de “anxiety of influence”, para usar uma frase que se fez famosa. O filósofo britânico Bryan Magee, num livro estimulante sobre o grande pessimista, argumenta que a influência dele sobre vários artistas foi muito profunda no sentido *criativo*. Como Machado o encontrou num momento tão crucial da sua carreira intelectual e artística, isso pode ser verdade no caso dele também?¹⁴

O que talvez seja o caso mais extraordinário de todos aparece no dia 24 de junho (108). Depois de anos de mistificação, devo a sua solução, junto com os detalhes fascinantes que o acompanham, aos editores da *Machadiana Eletrônica*. Nesta crônica, Machado se permite o prazer de voltar ao passado, às festas de São João de antigamente, também lembradas no conto “O diplomático”. No decurso disso, brincando com o leitor sobre sua idade, menciona a figura do grande ator, João Caetano, morto em 1862: “Eu me calo, Adalberto, eu não respondo, como dizia João Caetano em não sei que tragédia, contemporânea do santo do seu nome”. Como disse, esta citação, com a sua mistura de exatidão e ignorância (Adalberto, “não sei que tragédia”), pode parecer distante demais, um momento qualquer no enorme repertório que o ator representou: a proverbial agulha num palheiro.

Por uma mistura de intuição e erudição, resolveu-se o mistério. Os problemas, e as soluções, começam com Adalberto, que, descobriu-se, se chamava Odalberto, e aparece em *Otelo*, nada menos – “não sei que tragédia”, aparentemente! Mas, me dirão, não há tal personagem na peça. Para responder, temos que nos lembrar (e saber lembrar) que na época de João Caetano, as peças de Shakespeare apareciam, não em traduções do original, mas das traduções/adaptações de Jean-François Ducis (1733-1816).¹⁵ A tradução do *Otelo* dele para o português foi feita, para João Caetano, por Domingos

¹² Ver, por exemplo, Eugênio Gomes, “Schopenhauer e Machado de Assis”, em *Machado de Assis* (Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958), p. 91-98.

¹³ Ver carta de 6 de agosto de 1908, no tomo V da *Correspondência de Machado de Assis*, p. 398.

¹⁴ Além de descrever em detalhes a influência de Schopenhauer em Wittgenstein e Wagner, Magee fala no Appendix 7 do seu livro, *The Philosophy of Schopenhauer*, “Schopenhauer’s Influence on Creative Writers”, de vários escritores, alguns da geração de Machado: Tolstói, Turguêniev, Zola, Maupassant, Proust, Hardy, Conrad e Thomas Mann.

¹⁵ Para a relação entre Shakespeare, Ducis e João Caetano, ver Décio de Almeida Prado, *João Caetano* (São Paulo: Perspectiva, 1972), p. 25-28. O *Otelo* teve 26 representações entre 1837 e 1860.

Gonçalves de Magalhães, em 1841, o ano que Machado menciona na crônica, e quando ele tinha dois anos. Ducis adaptava as peças, mudava os nomes dos personagens para harmonizá-los com o gosto clássico francês, e a cadência do verso. No caso, Odalberto é o pai de Desdêmona, Brabantio no original, e estas palavras aparecem no primeiro ato, num momento crucial. Odalberto/Brabantio ataca Otelo por suas origens estrangeiras e inferiores (“este fero Africano”). Na peça original, Othello mantém silêncio, recusando-se a responder a tais insultos (“But, Othello, speak”, diz um senador veneziano), e finalmente diz que devem pedir a opinião da própria Desdêmona. No texto de Ducis, este silêncio é explicitado: “Odalbert, je me tais, je ne puis vous répondre” (“Eu me calo, não posso responder”), frase que Gonçalves de Magalhães adapta novamente, e para melhor (“não respondo”).

Que estranha lembrança, profundamente reveladora, e mediada por um esquecimento genuíno (Adalberto), e outro certamente fingido (“não sei que tragédia”)! Machado deve ter visto a tragédia numa ou mais de suas várias reprises – Otelo foi, o que não surpreende, um dos papéis mais célebres do grande ator. Este momento, o “silêncio” digno de insultos que deviam suscitar fortes ecos no jovem espectador, deve ter calado fundo na sua memória. Sabemos que é justamente esta a atitude que Machado adotou perante as suas origens sociais, e, em particular, à cor da pele. Como diz com razão Emília Viotti da Costa, quem (como Joaquim Nabuco, até) pensasse que Machado era indiferente a essas coisas (era “grego”, segundo Nabuco), se engana redondamente.¹⁶

Um último comentário: claro que não solucionamos todos os problemas que estes textos nos propõem. Uma das várias vantagens de esta revista ser eletrônica é que fica sujeita a ajustes e acréscimos. Os leitores estão convidados. Sobretudo, esperamos que estas edições suscitem comentários, pesquisas etc. que melhorem nosso conhecimento deste grande autor, em todas as suas dimensões.

¹⁶ Ver Emília Viotti da Costa, “O mito da democracia racial no Brasil”, em *Da Monarquia à República: momentos decisivos* (São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979), p 235-36.

A SEMANA – 84¹

John Gledson

No primeiro dia de 1894, a *Gazeta de Notícias* voltou a circular depois de ser banida durante o mês de dezembro de 1893, por ter desafiado a censura do regime florianista durante a Revolta da Armada. O primeiro número trazia a crônica de Machado na primeira página, como sempre, apesar de ser segunda-feira. É fácil imaginar a posição exposta em que estava – tanto, se não mais, que no começo da própria série. O resultado é que esta crônica é uma obra-prima de evasão. Isto fica tão óbvio, de fato, que permite, ou até força o leitor a sentir a pressão dos próprios eventos (a guerra na baía) que o cronista “ignora”. As crônicas só tratam de “Coisas doces, leves...” – o que não o impede de se referir ao Terror de 1793 no primeiro parágrafo, à violência anarquista (havia uma onda de atentados na Europa) e mais adiante à guerra. É uma dança engenhosa: por isso apela para a musa da dança no final.

Machado utiliza dois caminhos para escapar à pressão. Ambos estão presentes já nas primeiras palavras, e ambos o levam de volta ao assunto que “evita”. Primeiro, junta o presente e o passado, 1893 e 1793, os anos do Terror e da guerra civil no Brasil, e assim alarga o campo da crônica para abarcar todo o século XIX, que vê numa perspectiva bastante cética (“Vir do legitimismo ao anarquismo, *parando aqui e ali na liberdade...*”).

Segundo, ao citar um célebre poema francês sobre o Terror, sobe para o reino da poesia – “Já agora falo por poetas” (Barbier, Chénier, Hugo, Camões e Heine) – afirmando que esses poetas podem erguer-se acima dos eventos imediatos para ver o século inteiro. Os poetas não são otimistas, como os “homens da ciência” com as suas “razões sólidas que afirmam a marcha ascendente para a perfeição” – essa crença tão difundida na inevitabilidade do progresso, que Machado questionava.

No penúltimo parágrafo, ao citar Xenofonte, que paradoxalmente afirma que os homens são difíceis de reger, mas fáceis de conduzir, Machado parece terminar numa nota tão contraditória, que quase parece *nonsense*: “[o anarquismo] embora péssimo, era

¹ A numeração das crônicas dá continuidade à numeração delas em: ASSIS, Machado de. *A semana: crônicas* (1892-1893). Edição, introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Hucitec, 1996. (Literatura Brasileira, 2).

um governo ótimo”. Uma evasão final? Talvez, mas não deixa de ser interessante que cite esta passagem de novo em *Esau e Jacó*, de 1904 – de fato, aqui estão algumas das raízes do personagem Conselheiro Aires. Essa *dualidade* faz parte do pensamento machadiano. Esta crônica, de fato, está cheia de parênteses – dois poetas franceses com conexões com a Revolução, quatro velhos (dois europeus, dois brasileiros; dois militares, dois políticos), dois poetas nascidos no começo do século; até os representantes do absolutismo e da anarquia são ambos “x” (Carlos X e Nada – o “X” seria a “incógnita” da matemática, como no capítulo II de *Memórias póstumas de Brás Cubas* – “Decifra-me ou devoro-te”).

No fim, na adaptação do famoso verso de Camões, que introduz a história de Portugal, Machado troca a poesia épica (Calíope) pela dança (Terpsícore). A mil léguas da história grandiloquente, o cronista desta “história” tem de ser dançarino experiente para cumprir devidamente seu papel.

Esta crônica consta de *A Semana*, de Mário de Alencar, p. 105-108.



A SEMANA

1º de janeiro de 1894²

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

*Sombre quatre-vingt-treize!*³ É o caso de dizer, com o poeta, agora que ele se despede de nós, este ano em que perfez um século o ano terrível da Revolução. Mas a crônica não gosta de lembranças tristes, por mais heroicas que também sejam; não vai para epopeias, nem tragédias. Coisas doces, leves, sem sangue nem lágrimas.

No banquete da vida, para falar como outro poeta...⁴ Já agora falo por poetas; está provado que, apesar de fantásticos e sonhadores, são ainda os mais hábeis contadores de histórias e inventores de imagens. A vida, por exemplo, comparada a um banquete é ideia felicíssima. Cada um de nós tem ali o seu lugar; uns retiram-se logo depois da sopa, outros antes do *coup du milieu*,⁵ não raros vão até à sobremesa. Tem havido casos em que o conviva se deixa estar comido, bebido, e sentado. É o que os noticiários chamam *macróbio*, – e, quando a pessoa é mulher, por uma dessas liberdades que toda gente usa com a língua, *macróbia*.

Felizes esses! Não que o banquete seja sempre uma delícia. Há sopas execráveis, peixes podres e não poucas vezes esturro. Mas, uma vez que a gente se deixou vir para a mesa, melhor é ir farto dela, para não levar saudades. Não se sente a marcha; vai-se

² O número da *Gazeta de Notícias* em que se publicou esta crônica falta no acervo da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. Em razão disso, utilizou-se, na presente edição, o texto estabelecido por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira para W. M. Jackson.

³ Citação do poema “Quatre-vingt-treize”, de Auguste Barbier (1805-1882), do livro *Iambes*, de 1830, sobre o ano do Terror durante a Revolução Francesa: “Sombre quatre-vingt-treize, épouvantable année / De lauriers et de sang grande ombre couronnée / Du fond des temps passés ne te relève pas!” (“Sombrio noventa e três, ano terrível / Grande sombra coroada de louros e sangue / Não ressurgas do fundo dos tempos passados!”). Também é bom lembrar que o último romance de Victor Hugo se chama justamente *Quatre-vingt-treize*. Foi publicado em 1874, poucos anos após a Comuna, e sua ação se passa durante o Terror.

⁴ Certamente Machado pensa no poema “La jeune captive”, de André Chénier (1762-1794), morto no Terror. Este célebre poema é dedicado a uma companheira de prisão: “Au banquet de la vie à peine commencé / Un instant mes lèvres ont pressé / La coupe en mes mains encore pleine” (“No banquete da vida apenas começado, / Só um instante meus lábios tocaram / A taça ainda cheia nas minhas mãos”). Machado o traduziu, e deu a esses versos a seguinte feição: “No festim em começo da existência / Um só instante os lábios meus tocaram / A taça em minhas mãos ainda cheia.” (*Crisálidas*, 1864, p. 44).

⁵ *coup du milieu*: uma bebida, às vezes acompanhada de brindes, que se tomava no meio de um banquete.

pelos pés dos outros. Houve desses retardatários, Moltke esteve prestes a sê-lo, Gladstone creio que acaba por aí, como os nossos Saldanha Marinho e Tamandaré.⁶ Deus os fade a todos!

Imaginemos um homem que haja nascido com o século e morra com ele. Victor Hugo já o achou com dois anos (*ce siècle avait deux ans*);⁷ e pode ser que contasse viver até o fim; não passou da casa dos oitenta. Mas Heine, que veio ao mundo no próprio dia 1 de janeiro de 1800,⁸ bem podia ter vivido até 1899, e contar tudo o que se passou no século, com a sua pena mestra de *humour*... Oh! página imortal! Assistir à santa-aliança e à dinamite! Vir do legitimismo ao anarquismo, parando aqui e ali na liberdade, eis aí uma viagem interessante de dizer e de ouvir.⁹ Revoluções, guerras, conquistas, uma infinidade de constituições, grande variedade de calças, casacas e chapéus, escolas novas, novas descobertas, ideias, palavras, danças, livros, armas, carruagens, e até línguas...¹⁰ Viver tudo isso, e referi-lo ao século XX, grande obra, em verdade.

Deus ou a paralisia não o quis. Heine notaria, melhor que ninguém, o advento do anarquismo, se é certo que este governo inédito tem de sair à luz com o fim do século. Ninguém melhor que ele faria o paralelo do legitimismo do princípio com o anarquismo do fim, Carlos X e Nada. Que excelentes conclusões! Nem todas seriam cabais, mas seriam todas belas. Aos homens da ciência ficam as razões sólidas com que afirmam a marcha ascendente para a perfeição. Os poetas variam; ora creem no paraíso, ora no

⁶ Os quatro velhos (um deles já morto): Helmuth, conde von Moltke, marechal alemão (1800-1891) que transformou o exército do seu país, e aposentou-se em 1888; W. E. Gladstone (1809-1898), político liberal inglês, nesse momento primeiro ministro pela última vez; Joaquim Saldanha Marinho (1816-1895), republicano histórico e senador na república, com quem Machado trabalhou na *Diário do Rio de Janeiro*, em 1860, e cuja integridade admirava (ver crônica de 2 de junho de 1895); Joaquim Marques Lisboa, marquês de Tamandaré (1807-1897), a figura mais destacada da Marinha brasileira do século XIX, com grande atuação na Guerra do Paraguai.

⁷ Título e primeiras palavras do poema “*Ce siècle avait deux ans*”, de *Les feuilles d'automne* (1831), de Victor Hugo (1802-1885), em que narra seu nascimento, num momento de mudança política, da república para o império napoleônico.

⁸ Heinrich Heine, poeta e prosador alemão, admirado e citado por Machado, não nasceu no primeiro dia do século, como diz em seus escritos autobiográficos, mas em 1797. Morreu em 1856, após ter sofrido oito anos de paralisia. Heine por vezes mistifica sua data de nascimento: é bem possível que Machado se refira ao famoso ensaio “Os banhos de Lucca”, onde diz que nasceu “em véspera de ano bom de 1800”.

⁹ O legitimismo: a reivindicação da volta da família Bourbon na França, que aconteceu em 1815 com a queda de Napoleão. Charles X, último rei Bourbon da França, reinou de 1824 a 1830, quando foi deposto na Revolução de Julho. A Santa Aliança juntou os principais regimes absolutistas do período pós-napoleônico. Na década de 1890, os anarquistas protagonizaram uma série de assassinatos de políticos e monarcas. A dinamite fora inventada em 1866 pelo químico sueco Alfred Nobel. Havia pouco tempo, no dia 9 de dezembro de 1893, o anarquista Auguste Vaillant lançara uma bomba em plena sessão da câmara francesa, sem matar ninguém. Foi condenado à morte. Os jornais traziam muitas notícias de grupos anarquistas em vários países.

¹⁰ Data de poucos anos antes dessa crônica a invenção de línguas artificiais famosas, como o volapuque, criado em 1879 pelo padre alemão Johann Martin Schleyer, que teve seu apogeu em 1889, e o esperanto, criado em 1887 por um médico russo, o dr. L. L. Zamenhof, que suplantou o volapuque, obtendo adesões muito mais numerosas. Machado menciona o volapuque na crônica de “Bons Dias!” de 6 de junho de 1888.

inferno, com esta particularidade que adotam o pior para expô-lo em versos bonitos.¹¹ Heine tinha a vantagem de o saber expor em bonita prosa.

Mas, como ia dizendo, no banquete da vida... Leve-me o diabo se sei a que é que vinha este banquete. Talvez para notar que a distribuição dos lugares põe a gente, às vezes, ao pé de maus vizinhos, em cujo caso não há mais poderoso remédio que descansar do paradoxo da esquerda na banalidade da direita, e vice-versa. Se a ideia não foi essa, então foi dizer que a crônica é prato de pouca ou nenhuma resistência, simples molho branco. Ideia velha, mas antes velha que nada. Uns fazem a história pela ação pessoal e coletiva, outros a contam ou cantam pela tuba canora e belicosa... Tuba canora e belicosa é expressão de poeta – de Camões, creio. A crônica é a fruta ruda ou agreste avena do mesmo poeta.¹² Vivam os poetas! Não me acode outra gente para coroar este ano que nasce.

Quanto ao que morre, 1893, não vai sem pragas nem saudades, como os demais anos seus irmãos, desde que há astronomia e almanaques. Tal é a condição dos tempos, que são todos duros e amenos, segundo a condição e o lugar. Se esta banalidade da direita lhe parece cansativa, volte-se o leitor para a esquerda, e ouvirá algum paradoxo que o descanse dela, – este, por exemplo, que o melhor dos anos é o pior de todos. Toda a questão (lhe dirá a esquerda) está em definir o que seja bom ou mau.

Por exemplo, a guerra é má, em si mesma; mas a guerra pode ser boa, comparada com o anarquismo. Se este vier, 1893, tu haverás sido uma das suas datas históricas, pelos golpes que deste, pelo princípio de sistematização do mal. Que será o mundo contigo? Não consultemos Xenofonte, que, ao ver as trocas de governo nas repúblicas, monarquias e oligarquias, concluía que o homem era o animal mais difícil de reger, mas, ao mesmo tempo, mirando o seu herói e a numerosa gente que lhe obedecia, concluía que o animal de mais fácil governo era o homem.¹³ Se já por essa noite dos tempos fosse conhecido o anarquismo, é provável que a opinião do historiador fosse esta: que, embora péssimo, era um governo ótimo. A variedade dos pareceres, a sua própria contradição, tem a vantagem de chamar leitores, visto que a maior parte deles só lê os livros da sua opinião. É assim que eu explico a universalidade de Xenofonte.

Não me atribuam desrespeito ao escritor; isto é rir, para não fazer outra coisa que deixe de aliviar o baço.¹⁴ Em todo caso, antes gracejar de um homem finado há

¹¹ Certamente Machado pensa no “Inferno” de Dante, e talvez no *Paraíso perdido* de Milton: deste último disse William Blake (1757-1827) que “era um Poeta verdadeiro e, sem sabê-lo, do partido do Diabo”.

¹² “Dai-me uma fúria grande e sonora / E não de agreste avena ou fruta ruda / Mas de tuba canora e belicosa...” *Os Lusíadas*, I, 5.

¹³ O trecho mencionado é a abertura da *Ciropédia* de Xenofonte (c. 430-c. 356 a.C.). Machado o cita no cap. LXI de *Esau e Jacó*: “Considerava eu um dia quantas repúblicas têm sido derribadas por cidadãos que desejam outra espécie de governo, e quantas monarquias e oligarquias são destruídas pela sublevação dos povos; e de quantos sobem ao poder uns são depressa derribados, outros, se duram, são admirados por hábeis e felizes...”

¹⁴ O baço, na teoria humoral da Antiguidade, está associado à bilis negra e à melancolia.

tantos séculos, que estrear já o carnaval com este imenso calor, como fez ontem uma associação.¹⁵ Agora tu, Terpsícore, me ensina...¹⁶



¹⁵ Para o calor deste “verão do diabo”, ver a crônica seguinte. Não sei a que associação se refere o cronista aqui.

¹⁶ Adaptação do primeiro verso do canto terceiro de *Os Lusíadas*: “Agora tu, Calíope, me ensina / o que contou ao Rei o ilustre Gama”; Calíope é a musa da poesia épica: Terpsícore da dança.

A SEMANA – 85

John Gledson

Em completo contraste com a crônica anterior, esta é uma bonita evocação do amanhecer no Cosme Velho, como se fosse uma sinfonia em que vários “instrumentos”, a cigarra, o galo, os passarinhos, o trenzinho do Corcovado (inaugurado em 1884), o vendedor de bilhetes de loteria, entram um após o outro, e as associações literárias e outras ocorrem ao cronista mais ou menos ao acaso – La Fontaine, Virgílio, Max Nordau, Ovídio, Bocage. Apesar do tom “alegre” de alguns momentos (“Bom dia, belo sol!”), há uma corrente mais sombria, insistente como a cigarra: a referência à Companhia Geral, ao obituário da febre amarela, à própria morte futura do cronista; e alguma nostalgia de um passado mais ingênuo, inclusive a curiosa referência ao irmão de Evaristo da Veiga, que talvez remonte além da vida do próprio Machado. Ao que parece, a árvore de Natal já substituía tradições nativas entre a elite; a moda viera da Inglaterra, onde fora popularizada pelo príncipe Alberto, de origem alemã, consorte da rainha Vitória.

Esta crônica consta de *A Semana*, de Mário de Alencar, p. 108-112.



A SEMANA

7 de janeiro de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Quem será esta cigarra que me acorda todos os dias neste verão do diabo, – quero dizer, de todos os diabos, que eu nunca vi outro que me matasse tanto.¹ Um amigo meu conta-me coisas terríveis do verão de Cuiabá, onde, a certa hora do dia, chega a parar a administração pública. Tudo vai para as redes. Aqui não há rede, não há descanso, não há nada. Este tempo serve, quando muito, para reanimar conversações moribundas, ou para dar que dizer a pessoas que se conhecem pouco e são obrigadas a vinte ou trinta minutos de bonde. Começa-se por uma exclamação e um gesto, depois uma ou duas anedotas, quatro reminiscências, e a declaração inevitável de que a pessoa passa bem de saúde, a despeito da temperatura.

– Custa-me a suportar o calor, mas de saúde passo maravilhosamente bem.

Não sei se é isso que me diz todas as manhãs a tal cigarra. Seja o que for, é sempre a mesma coisa, e é notícia d'alma, porque é dita com um grau de sonoridade e tenacidade que excede os maiores exemplos de gargantas musicais, serviçais e rijas. A minha memória, que nunca perde essas ocasiões, recita logo a fábula de La Fontaine² e reproduz a famosa gravura de Gustavo Doré, a bela moça da rabeca,³ que o inverno veio achar com a rabeca na mão, repelida por uma mulher trabalhadeira, como faz a formiga à outra. E o quadro e os versos misturam-se, prendem-se de tal maneira, que acabo recitando as figuras e contemplando os versos.

Nisto entra um galo. O galo é um maometano vadio,⁴ relógio certo, cantor medíocre, ruim vianda. Entra o galo e faz com a cigarra um concerto de vozes, que me acorda inteiramente. Sacudo a preguiça, colijo os trechos de sonho que me ficaram, se

¹ Em carta a Carlos Magalhães de Azeredo de 14 de janeiro, Machado volta a queixar-se do calor: “o verão entrou com todos os fornos acesos. Há muito não temos estação tão cálida. (...) Sabe que padeço muito com o calor.”

² “Lafontaine”, no jornal. Mário de Alencar e Aurélio também corrigem.

³ A fábula de La Fontaine (1621-1695) “La cigale et la fourmi” é a primeira das *Fables*. Gustave Doré (1832-83), talvez o mais famoso ilustrador do século XIX, publicou as suas ilustrações às *Fables* em 1867. A gravura, a bem dizer, é uma interpretação da fábula, pois representa duas mulheres, e não dois insetos (v. ilustração após a crônica).

⁴ Machado se refere ao almuadem ou muezim, que chama os fiéis à oração a horas fixas do dia.

algum tive, e fito o dossel da cama ou as tábuas do teto. Às vezes fito um quintal de Roma, de onde algum velho galo acorda o ilustre Virgílio, e pergunto se não será o mesmo galo que me acorda, e se eu não serei o mesmíssimo Virgílio.⁵ É o período de loucura mansa, que em mim sucede ao sono. Subo então pela via Ápia, dobro a rua do Ouvidor, esbarro com Mecenas, que me convida a cear com Augusto e um remanescente da Companhia Geral.⁶ Segue-se a vez de um passarinho, que me canta no jardim, depois outro, mais outro. Pássaros, galo, cigarra, entoam a sinfonia matutina, até que salto da cama e abro a janela.

Bom dia, belo sol. Já daqui vejo as guias torcidas dos teus magníficos bigodes de ouro. Morro verde e crestado, palmeiras que recortais o céu azul, e tu, locomotiva do Corcovado, que trazeis o sibilo da indústria humana ao concerto da natureza, bom dia! Pregão da indústria, tu, “duzentos contos, Paraná, último de resto!”⁷, recebe também a minha saudação. Que és tu, senão a locomotiva da Fortuna? Tempo houve em que a gente ia dos arrabaldes à casa do João Pedro da Veiga,⁸ rua da Quitanda, comprar o número da esperança. Agora és tu mesmo, número solícito, que vens cá ter aos arrabaldes, como os simples mascates de fazendas e os compradores de garrafas vazias. Progresso quer dizer concorrência e comodidade. Melhor é que eu compre a riqueza a duas pessoas, à porta de minha casa, do que vá comprar à casa de uma só, a dois tostões de distância.

Eis aí começam a deitar fumo as chaminés vizinhas; tratam do café ou do almoço. Na rua passa assobiando um moleque, que faz lembrar aquele chefe do ministério austríaco, a que se referiu quinta-feira, na *Gazeta de Notícias*, Max Nordau.⁹ Ouço também uma cantiga, um choro de criança, um bonde, os prelúdios de alguma

⁵ A referência parece ser geral, não específica. As *Églogas* de Virgílio (70-19 a.C.) são um dos modelos da poesia pastoral e rural.

⁶ No jornal e em Aurélio, “companhia geral”. A falta de maiúsculas nessas palavras deve ser erro dos revisores: a frase só faz sentido se Machado se refere a esse escândalo maior do Encilhamento. Aurélio não corrige o erro, nem Mário de Alencar. Para detalhes acerca da Companhia Geral das Estradas de Ferro, último e maior escândalo do Encilhamento, v. o primeiro volume desta edição, em especial a nota 4 à crônica de 22 de maio de 1892. Mecenas (c. 70-8 a.C.) foi patrono literário (de Virgílio e Horácio, entre outros), cujo nome agora é sinônimo do papel que exerceu; foi amigo do imperador Augusto (63 a.C.-4 d.C.).]

⁷ Os estados, entre os quais se destacava – como acontece ainda hoje – o Paraná, tinham suas próprias loterias, que se anunciavam em letras gordas nos jornais.

⁸ Este João Pedro da Veiga foi irmão de Evaristo da Veiga, e tinha esta livraria, fundada nos anos 1820, na rua da Quitanda, 114. Durou até a década de 1860. No *Jornal do Commercio* de 4 de março de 1828, por exemplo, acham-se três anúncios de loterias, e diz-se que se podem comprar os bilhetes “na loja de livros de João Pedro da Veiga, Rua da Quitanda, canto da de São Pedro”. Para mais detalhes, v. Otávio Tarquínio de Sousa, *Evaristo da Veiga*, cap. II.

⁹ Max Nordau (1849-1923), escritor húngaro, de língua alemã e residente em Paris, autor do famoso livro *Degenerescência* (*Entartung*, 1892), muito popular na época. Os seus comentários sobre a cultura e a política europeias foram publicados com regularidade na *Gazeta*, com o título “Cartas da Alemanha”. Infelizmente, foi impossível explicar esta referência, porque o jornal da mencionada quinta-feira, dia 4 de janeiro, falta nos arquivos.

coisa ao piano, e outra vez e sempre a cigarra cantando todos os seus *erres* sem *efes*, enquanto o sol espalha as barbas louras pelo ar transparente.

Ir-me-á cantar, todo o verão, esta cigarra estrídula? Canta, e que eu te ouça, amiga minha; é sinal de que não terei entrado no obituário do mesmo verão, que já sobe de cinquenta pessoas diárias.¹⁰ Disseram-mo; eu não me dou ao trabalho de contar os mortos. Percebo que morre mais gente, pela frequência dos carros de defuntos que encontro, quando volto para casa e eles voltam do cemitério, com o seu aspecto fúnebre e os seus cocheiros menos fúnebres. Não digo que os cocheiros voltem alegres; posso até admitir, para facilidade da discussão, que tornem tristes; mas há grande diferença entre a tristeza do veículo e a do automedonte. Este traz no rosto uma expressão de dever cumprido e consciência repousada, que inteiramente escapa às frias tábuas de um carro.

De mim peço ao cocheiro que me levar, que já na ida para o cemitério vá francamente satisfeito, com uma pontinha de riso e outra de cigarro ao canto da boca. Pisque o olho às amas secas e frescas, e criaturas análogas que for encontrando na rua; creia que os meus manes não sofrerão no outro mundo; ao contrário, alegrar-se-ão de saber a cara ajustada ao coração, e a indiferença interior não desmentida pelo gesto.¹¹ Imite as suas mulas, que levam com igual passo César e João Fernandes.

Ah! enquanto eu ia escrevendo essas melancolias aborrecidas, o sol foi enchendo tudo; entra-me pela janela, *já tudo é mar; ao mar já faltam praias*, dizia Ovídio por boca de Bocage.¹² Aqui o dilúvio é de claridade; mas uma claridade cantante, porque a cigarra não cessa, continua a cigarrar no arvoredado, fundindo o som no espetáculo. Como há pouco, na cama, miro a cantiga e ouço o clarão. Se todos estes dias não fossem isto mesmo, eu diria que era a comemoração da chegada dos três Reis.

Essa festa popular, não sei se perdurará no interior; aqui morreu há muitos anos. Cantar os Reis era uma dessas usanças locais, como o presepe, que o tempo demoliu e em cujas ruínas brotou a árvore do Natal, produção do norte da Europa, que parece pedir os gelos do inverno. O nosso presepe era mais devoto, mas menos alegre. Durava, em alguns lugares, até o dia de Reis. A cantiga da festa de ontem era a mesma em toda a parte,

Ó de casa nobre gente,
Acordai e ouvireis,¹³

¹⁰ A cada verão, em grau maior ou menor, a febre amarela fazia vítimas. As estatísticas publicavam-se diariamente nos jornais.

¹¹ “Gesto” tem aqui o sentido, hoje pouco usado, de “expressão singular (em alguém ou em seu semblante); aparência, aspecto, fisionomia” (Houaiss).

¹² Do primeiro livro das *Metamorfoses* de Ovídio (42 a.C.-17 d.C.), na tradução de Manuel Maria Barbosa du Bocage (1765-1805), onde descreve um dilúvio, mandado por Júpiter. Ver a edição da tradução: Ovídio e Bocage, *Metamorfoses* (São Paulo: Hedra, 2000), p. 47 (livro I, linha 417).

¹³ Esta cantiga de Reis é tradicional. Numa versão típica, continua: “Lá das bandas do Oriente / São chegados os três reis.”

e o resto, que pode parecer simplório e velho, mas o velho foi moço e o simplório também é sinal de ingênuo.





Desenho de Gustave Doré, gravado por Louis Édouard Fournier, para “A cigarra e a formiga”, de Jean de La Fontaine. Ed. Louis Hachette, 1868.

Disponível em:

<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:La_cigale_et_la_fourmi_illustration_dore.jpg>. Acesso em: 12 abr. 2018.

A SEMANA – 86

John Gledson

Machado sentia-se atraído por exceções, aparentes ou não, à regra do egoísmo e da ganância humanos. Por que as pessoas não vão buscar os ganhos das suas apostas? Finge acreditar numa versão generosa do Humanitismo de Brás Cubas e Quincas Borba, em que todos, mesmo os que perdemos, ganhamos, porque todos formamos parte da Humanidade. No fundo, porém, o fenômeno continua inexplicável.

Trata várias vezes nestas crônicas das loterias e, em geral, da mania das apostas, fenômeno claramente associado ao Encilhamento. Já em 11 de setembro de 1892 propusera que, para evitar fraudes nas corridas, se suprimissem os cavalos, e os próprios apostadores corressem – “Cansa um pouco mais que estar sentado, mas cada um ganha o seu pão com o suor do seu rosto”. Aqui, leva esta “hipótese” mais longe ainda, para uma fantasia metafísica – que tal reduzir os homens a puros gestos? Já que os padeiros vendem pães praticamente inexistentes...



A SEMANA

14 de janeiro de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Anda aí nas folhas públicas um aviso esportivo que me tem dado que pensar.¹ Diz-se nele que, do dia 1 do corrente em diante, as apostas ganhas e não reclamadas no prazo máximo de trinta dias, contados da respectiva data, prescrevem e ficam sem valor.

Não nego a prescrição. Tudo prescreve debaixo do sol, desde o amor até o furor. O próprio sol tem os seus séculos contados. Por que estaria fora dessa lei universal o simples esporte? Não; não nego a prescrição, nem a sua conveniência. No presente caso, é decisivo que uma instituição não se organiza para guardar apostas atrasadas; seria preciso uma turma de empregados e um lote de livros especiais para a respectiva escrituração. Despesas maiores. Maiores responsabilidades.

O que me dá que pensar, não é o aviso em si, é a causa dele. Pois quê! Há apostas esquecidas? Quando eu vou a uma dessas casas fazer uma quiniela, pelotaris² ou qualquer outra ação húngara, castelhana ou latina, não é para esperar a pé firme e trazer comigo o meu dinheiro, quero dizer, o dinheiro dos meus adversários? É para lá deixar essa quantia, qualquer que seja, ganha com o suor de um cavalo ou de um homem, – de alguém, em suma? Eis aí um fato novo para mim; vivi todos estes anos com a persuasão contrária.

Repito: era crença minha que uma pessoa não se abala de casa para apostar, senão com a ideia de trazer o dinheiro dos outros. Pode lá deixar o seu, mas é raro. Ainda nesse caso, não se perde propriamente, ganha-se por outra via, porquanto tu és eu e eu sou tu. Perdendo, ganho por tuas mãos e para as tuas algibeiras. Ao contrário, quando eu ganho uma aposta, a aposta é nossa. Eu a trago, nós a ganhamos. Esta definição do gênero humano explica todos os grandes sentimentos de piedade, de amor, de dedicação. Não é sem razão que existe nas línguas cultas o vocábulo *humanidade*; ele exprime um sentimento que, em resumo, é a afirmação da unidade espiritual dos homens. Não somos todos *uns*, mas todos somos *um*; não sei se me explico.

¹ Não achei esse item.

² “Quiniela” é uma aposta ou bilhete de loteria, em espanhol; “pelotari” é também palavra espanhola, de origem basca, que designa um jogador da pelota basca, jogo que se popularizou na época, em parte porque facilitava apostas.

Entretanto, é claro que Pedro não vai apostar com Paulo para deixar a aposta nas mãos de Sancho ou Martinho. O natural é que a traga consigo. Admito que a deixe por um dia ou dois, casualmente, dada alguma razão de ordem superior, uma causa inesperada; mas 30 dias, 6 semanas, 2, 6 meses, eis o que dificilmente se poderia crer, se não fosse este aviso. Assim que, tudo se esquece neste mundo, as alegrias, as opiniões, as paixões velhas, os empréstimos novos e velhos, e agora as apostas. Que pode haver seguro, se nem as quinielas estão certas de viver na memória dos vencedores? Tudo perece. Tão precária é esta máquina humana, que uma pessoa capaz de desmaiar, se perder uma aposta, é igualmente capaz de a esquecer, se a ganhar. Em que fiar, então? Assim vai um homem reformando as suas ideias, deitando fora as que ficam rançosas, ou as que reconhece que eram falsas.

O pior é quando essa limpa do espírito pode deitar abaixo planos longamente meditados. Um desses, que eu trazia desde alguns anos, era suprimir o cavalo e fazer sem ele apostas de corridas; não para substituí-lo pelo homem, pois entrava no meu plano a supressão do homem e de qualquer outro instrumento de luta, que pudesse pôr em jogo a força, a agilidade ou a destreza. A ideia fundamental da minha reforma era que, assim como há comédia e pantomima, eu podia fazer corridas por simples gestos e apostas por sinais; pantomima, nada mais. A princípio, para ir gastando a dureza do hábito, daria nomes a cavalos imaginários. Podia descer ao trocadilho, e dizer que, em vez de construir um Hipódromo, construía uma Hipótese. Pelo som pareceria que a primeira parte era a mesma em ambos os vocábulos, *hippos*, cavalo.³ Jogo grego, calendas gregas, tudo grego.

Podem elogiar-me à vontade. Não me cansarão com boas palavras, antes me darão alma nova para outros cometimentos. Quem sabe se não irei ainda mais longe? Um homem não sabe o que fará neste mundo, antes de fazer alguma coisa, e ainda assim pode não saber nada imediatamente. A glória leva às vezes um ano, outras vinte, outras dois meses, cinco semanas, e não são raras as de vinte e quatro horas. Depende da espécie,⁴ do tempo e do meio. Há glórias tardias e glórias prontas, como devia dizer La Palisse.⁵ Eu, desde que faça corrida de cavalos sem cavalos, posso ir longe, muito longe. Que não suprimirei eu depois disso? Inventarei vinho sem vinho. O pão, que a piedade dos nossos padeiros reduziu às proporções da divina partícula da comunhão, pode ainda subir, por esforço meu, na graduação do mistério; nós o comeremos sem vê-lo, quase sem havê-lo. Havê-lo-á, porque os mistérios existem ainda fora do alcance dos sentidos humanos; mas pão, propriamente pão, não haverá mais. E, todavia, ele dará alimento,

³ O autor grafia “Hippodromo” e “Hypothese” – daí o comentário “pelo som”, já que a grafia é diferente.

⁴ Esta vírgula não está no jornal nem em Aurélio. Acho, porém, que é necessária. Sem ela, estas palavras não fazem muito sentido. Com ela, a frase é uma versão livre, mas boa, da famosa tríade de Hippolyte Taine (1828-1893), “race, milieu, moment”, os três fatores que, segundo o crítico francês, determinavam a história literária e cultural de um dado país.

⁵ Uma verdade de La Palisse é uma verdade óbvia. A frase tem sua origem numa canção sobre o Seigneur de La Palisse. Traduzindo: “Um quarto de hora antes da sua morte / estava ainda vivo”.

como uma simples quiniela, a tal ponto que muitos o deixarão na padaria, como hoje se deixam as apostas, e os padeiros serão obrigados a marcar trinta dias de espera. Não haja medo de o receber duro.

Não me censurem se a pena me levou a este elogio de mim mesmo. Bem sei que é feio; alguém, que não foi o marquês de Maricá, escreveu que louvor em boca própria é vitupério.⁶ Não conheço o autor da máxima; ouvi-a muita vez, em pequeno, a um vizinho que não era capaz de a ter inventado; creio até que morreu sem saber o que era vitupério... Memórias da infância! Tempos em que eu tinha corridas de cavalos sem quinielas; eram cavalos de pau.



⁶ Encontram-se muitas versões desta sentença em várias línguas. Mariano José Pereira da Fonseca, marquês de Maricá (1773-1848), político e escritor, publicou as suas famosas *Máximas, pensamentos e reflexões* ao longo dos últimos vinte anos da sua vida. Em regra, são muito menos profundas e mais sentenciosas que as de, por exemplo, La Rochefoucauld, Pascal ou Chamfort, autores que Machado admira e cita bastante.

A SEMANA – 87

John Gledson

Esta crônica aborda um assunto diletto de Machado: a falta de congruência entre “as posturas” (as leis municipais) e os costumes: “amo as posturas, por elas mesmas, não pela sua execução”, como disse em 8 de janeiro de 1893. Construía-se muitos cortiços ilegais, em parte devido ao crescimento da população ex-escrava que vinha imigrando para o Rio, em parte pela destruição dos cortiços maiores e mais escandalosos, como o Cabeça de Porco (ver crônica de 29 de janeiro de 1893). Na sua recusa de ficar de um lado ou de outro desse enfrentamento entre a lei e a sociedade, o cronista se refugia na ironia (o “mau olhado” que faz com que o município desista da sua própria vitória no foro).

No caso dos discursos intermináveis que se proferiam no Conselho Municipal, recorre a uma explicação pelo “meio”: aqui, como nas crônicas de 5 de março e 30 de abril de 1893, o alvo da ironia é João Batista Capelli (ver nota 7). O caso mais engraçado, porém, é o do cocheiro de bonde, e a serenidade com que viola a lei e a lógica. Para um tratamento deste último episódio, ver o agudo comentário de Nicolau Sevcenko, *História da vida privada no Brasil* 3, p. 524-529.



A SEMANA

21 de janeiro de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Acha-se impresso mais um livro que estes meus olhos nunca hão de ler: é o *Código de Posturas*. Não por ser código, nem por serem posturas; as leis devem ser lidas e conhecidas. Mas eu conheço tanta postura que se não cumpre, que receio ir dar com outras no mesmo caso e acabar o livro cheio de melancolia.

Também não é por serem posturas que muitos não gostam de obedecer-lhes; o nome não faz mal à coisa. É por ser coisa legal. Pessoas há que acham palavras duras contra a inobservância de um decreto federal, e, ao dobrar a primeira esquina, infringem tranquilamente o mais simples estatuto do município. O sentimento da legalidade, vibrante como oposição, não o é tanto como simples dever do indivíduo. A primeira criatura que me falou indignada (há quantos anos!) da postergação das leis, era um homem ruivo, que não pagava as décimas das casas.¹

Agora mesmo deu-se uma ocorrência de alguma significação. Um homem fez um cortiço no quintal.² Não sei o nome do homem, nem o da rua; ignoro o próprio nome da freguesia. Sei apenas que, não podendo por lei municipal fazer o cortiço, o proprietário deixou de tirar licença. Realmente, seria loucura, uma vez que tinha de infringir a lei, ir declará-lo à autoridade; e se era vedada a construção, vedada era a licença. Tudo isso é elementar. Sucedeu que o conselho municipal acudiu a tempo, querelou do homem e venceu a demanda. Mas os pedreiros foram mais ativos, e, acabado o processo, estava finda a construção.

¹ Tributo municipal sobre o valor das casas, que muitas pessoas deixavam de pagar.

² Este assunto foi discutido no Conselho Municipal, nos dias 17 e 18. Como diz a *Gazeta* no dia 18, trata-se de autorizar “a desistência dos efeitos da sentença dada contra Joaquim Martins da Silva para a demolição das casinhas construídas em terreno de sua propriedade”. Machado deve ter lido, pelo menos em parte, as reportagens extensas do *Jornal do Commercio* (a *Gazeta* limitava-se, compreensivelmente, a resumir as discussões, longas e às vezes tediosas). A asserção de que a municipalidade normalmente perde as demandas, parece que se baseia em palavras do sr. Augusto de Vasconcelos, no dia 17: “Todos aqueles que infringirem as posturas municipais não terão receio de entrar em questão, *porque esperarão ganhá-la, como antigamente acontecera*, e virão apelar para o Conselho Municipal.” (grifos meus) Finalmente, o Conselho decidiu desistir da demanda.

Suscitou-se a questão de saber se a sentença devia ser executada, ou se era melhor que a municipalidade desistisse da demanda, embora com perda das custas. Árdua questão! Venceu o segundo alvitre, pela consideração de que, havendo falta de casinhas para as pessoas pobres,³ e satisfazendo aquelas as prescrições higiênicas, segundo se provou com vistoria, era absurdo mandá-las pôr abaixo. Eu teria votado o contrário, sem todavia afirmar que a verdade estivesse comigo; votaria para machucar o infrator da postura.

No debate desse negócio declarou um dos membros do conselho que a municipalidade, em regra, perde as suas demandas. Daí tirou argumento para exortar os colegas a aceitarem aquela vitória rara; mas não propôs, como lhe cumpria, mandar benzer a instituição. Não se podendo admitir que a municipalidade deixe de ter razão em tudo o que reclama, e sendo incrível que os juizes a aborreçam, a conclusão é que há mau olhado, quebranto ou coisa análoga, lesão para a qual é remédio efficacíssimo um livro de S. Cipriano, que por aí se vende, e tira tudo, até o diabo do corpo.⁴

Mas se não é caso de benzedura, é de encomendar a alma a Deus, e esperar. Tempo virá em que a municipalidade também ganhe as suas demandas. “A questão dos micróbios nada tem com o orçamento”, disse há dias o presidente do conselho municipal, advertindo um orador. Dia virá também em que tenham tudo, quando esses interessantes colaboradores da morte entrarem definitivamente na cogitação de todos os mortais. Notai que o orador, que proferira, dias antes, um discurso, que é a mais extensa e completa monografia que tenho lido dos usos funerários dos povos, desde a mais remota antiguidade, podia responder que, havendo falado então de Dario e dos Citas,⁵ nada obstava a que tratasse agora dos micróbios, mais recentes⁶ que eles; limitou-se, porém, a continuar o discurso.⁷ Talvez eu fizesse a mesma coisa.

Esta questão de acomodar o discurso à matéria em discussão não é tão fácil como parece. Em primeiro lugar, onde é que a matéria acaba? Em segundo lugar, se é verdade que o regimento da casa é a postura que obriga os seus membros, não menos o é que não há ali artigo restringindo os discursos. São coisas de praxe e de costume, que

³ Para este assunto, ver os comentários do *Rio News*, citados na nota 22 à Introdução da minha edição: *A Semana 1892-1893*.

⁴ As orações a São Cipriano ainda hoje fazem parte da cultura religiosa brasileira.

⁵ Rei da Pérsia (522-486 a.C.): lutou contra os citas, e mais tarde, os gregos.

⁶ Na *Gazeta* está “recente”. Aurélio corrige.

⁷ Este orador, João Batista Capelli, já foi objeto de remoques em duas crônicas de “A Semana”, as de 5 de março e de 30 de abril de 1893, e voltaria ainda mais vezes. Era positivista e florianista exaltado. A sua marca registrada eram os discursos longos e pedantes que fazia no Conselho. N’*O Álbum*, jornal editado por Artur Azevedo, de outubro de 1893, vem uma biografia elogiosa dele, filho de um exilado italiano, médico com ambições literárias. No fim, o artigo insiste na sua “modéstia feroz, terrível”, coisa que não transparece nos seus enormes discursos. Com efeito, no dia 6 de janeiro, proferira um discurso que encheu nada menos que 21 colunas do *Jornal do Commercio* sobre a história dos enterros e dos cemitérios: em teoria, tudo tinha a ver com a preocupação com a higiene tão característica do momento. Numa continuação do mesmo assunto, no debate de 9 de janeiro, transcrito no *Jornal do Commercio* no dia 12 (p. 3), vem essa interrupção do presidente.

se irão estabelecendo com o andar dos anos. Não se há de regular instantaneamente a liberdade oral, e acaso cerceá-la, o que é pior. Quem imaginará que se pegue de um homem dos campos, onde respira o ar livre e puro, para meter-lhe uns calções de corte e fazê-lo dançar o minuete? Sucede mais que, em outras partes, há variedade de tribunas e de jornais, onde um pensador pode publicar o fruto dos seus estudos e meditações; aqui não. A imprensa diária pouco espaço deixa a tais trabalhos; a tribuna comum não existe, não por falta de direito, mas de gosto e de uso. Resta a tribuna legislativa, onde os assuntos podem ser tratados com certa amplitude, introduzindo memórias dessas, que mais tarde se desliguem dos anais, como se faz com os trechos de eloquência que vão para as seletas.

Nem isso, quando fosse mal, seria mal grande. Maior que ele é o que eu disse a princípio, o gosto de não obedecer às leis. Aqui vai um exemplo. É mínimo; mas nem todas as flores são dalias e camélias; o pequeno miosótis também ocupa lugar ao sol. Ontem, ia andando um bonde, com pouca gente, três pessoas. A uma destas pareceu que o cocheiro estava fumando um cigarro; via-lhe ir a mão esquerda frequentes vezes à boca, de onde saía um fiozinho de fumo, que não chegava a envolver-lhe a cabeça, porque, com o andar do veículo, espalhava-se pelas pessoas que iam dentro deste.

– Os cocheiros podem fumar em serviço? perguntou a pessoa ao condutor.

Fê-lo em voz baixa, tranquila, como quem quer saber, só por saber. O condutor, não menos serenamente, respondeu-lhe que não era permitido fumar.

– Então...?

– Mas ele fuma só aqui, no arrabalde; lá para o centro da cidade não fuma, não senhor.

Grande foi o espanto da pessoa, ouvindo essa tradução de Pascal, tão ajustada ao cigarro e ao bonde. *Vérité en deçà, erreur au delà.*⁸ Mas, pensando bem, este caso não é igual aos outros; aqui a singeleza da resposta mostra a sinceridade da interpretação.

Não lhes disse, em tudo isto, que o Dr. Melo Morais foi o compilador do código.⁹ As musas, por mais que sejam musas, não são avessas às obras de utilidade. Outra prova disso deu-nos o mesmo Dr. Melo Morais, que é poeta, iniciando a publicação dos documentos da cidade. Verdade seja que, a despeito do ar administrativo dos papéis, há neles aquela vetustez, que ainda é poesia, e o caráter da história a que preside uma das musas.

⁸ Citado das *Pensées*, V, 294. É uma citação frequente de Machado, que ele mesmo traduz em “Bons Dias!”, 13 de fevereiro de 1889, como “Verdade aqui, erro além”. Para outros casos, ver Raimundo Magalhães Júnior, *Machado de Assis desconhecido*, p. 208.

⁹ Alexandre José de Melo Morais Filho (1844-1919); médico, poeta, folclorista, e diretor do Arquivo Nacional, mais célebre pelos seus estudos etnográficos, como *Festas e tradições populares do Brasil* (1901). Os documentos aos quais Machado se refere foram publicados no *Arquivo do Distrito Federal*, que Melo Morais editava.

Eu, como gosto muito da minha Carioca, por maiores tachas que lhe ponham,¹⁰ amo os que a amam também, e os que a bendizem. Terá defeitos esta minha boa cidade natal, reais ou fictícios, nativos ou de empréstimo; mas eu execro as perfeições. Tudo há de ter o jeito de coisa nascida, – e não cabal, portanto.



¹⁰ Esta vírgula falta na *Gazeta*. Aurélio acrescenta.

A SEMANA – 88

John Gledson

A discussão sobre as novas capitais dos Estados e do país, como sempre, suscita o ceticismo machadiano em face às mudanças artificiais, um certo apego à tradição, e, afinal, o seu amor pela cidade natal. O sujeito que assiste às sessões das câmaras para ver as brigas já surgira noutros momentos; faz parte da bagagem do Machado cronista. Para terminar, recorre de novo aos debates do Conselho Municipal, que refletem a obsessão com a higiene. Pode ser que o cansaço do cronista – “sinto cochilar a pena” – seja real, e a culpa seja realmente do calor. Ou é o efeito da falta de assunto, e da censura?



A SEMANA

28 de janeiro de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Dizem que esta semana será sancionada a lei que transfere provisoriamente para Petrópolis a capital do Estado do Rio de Janeiro.¹ Já se trata da mudança; compram-se ou arrendam-se casas para alojar as repartições públicas. Com poucos dias, estará Niterói restituída às velhas tradições da Praia Grande. A escolha de Petrópolis fez-se sem bulha nem matinada, com pouca e leve oposição. Campos queria a eleição, Vassouras e Nova Friburgo apresentaram-se igualmente; mas Petrópolis é tão cheia de graça que não lhe foi difícil ouvir: *Ave, Maria; a assembleia é contigo; bendita és tu entre as cidades.*

Teresópolis, que tem de ser a capital definitiva, não verá naturalmente essa eleição com olhos quietos. Conhece os feitiços da outra, e receará que o provisório se perpetue. Bem pode ser que Vassouras, Campos e Nova Friburgo tivessem a mesma ideia, e daí os seus requerimentos. É mui difícil sair donde se está bem. Esperemos, porém, que o medo não passe de medo. Em verdade, Petrópolis ficará sendo uma cidade essencialmente federal e internacional, sem embargo dos aparelhos da administração complexa e numerosa de capital de Estado. Que fazer? Deixemos Pompeia a Diomedes e aos seus ócios.² O meu voto, se tivesse voto, seria por Niterói, não provisória, mas definitiva.

De resto, estamos assistindo a uma florescência de capitais novas. A Bahia trata da sua; turmas de engenheiros andam pelo interior cuidando da zona em que deve ser estabelecida a futura cidade. Sabe-se que Minas já escolheu o território da sua capital,

¹ Este assunto já se discutia há algum tempo, e Machado o comentava já na crônica de 22 de janeiro de 1893. A escolha de novas capitais estaduais corresponde em parte ao desejo de renovação do novo regime – imitação, certamente, dos Estados Unidos, onde muitos estados situam as capitais fora da principal cidade.

² A referência, sem dúvida, é a *The Last Days of Pompeii (Os últimos dias de Pompeia)*, de 1834, de Edward Bulwer-Lytton (1803-1874), romance muito popular até bem entrado o séc. XX. Na crônica de “Bons Dias!” de 21 de outubro de 1888, Machado chama-o (com certa ironia, talvez, pois parodia sua linguagem falsamente “antiga”) de “uma bela reconstrução da antiga vida elegante”. Nessa crônica, aparece Diomedes, um dos personagens do romance (Diomed, em inglês), um comerciante rico e *bon vivant*.

cuja descrição Olavo Bilac está fazendo na *Gazeta*.³ Chama-se Belo Horizonte. Eu, se fosse Minas, mudava-lhe a denominação. Belo Horizonte parece antes uma exclamação que um nome. Sobram na história mineira nomes honrados e patriotas para designar a capital futura. Quanto à nova capital da República, não é mister lembrar que já está escolhido o território, faltando só a obra da construção e da mudança, que não é pequena.⁴

Esta nova Carioca, ou que outro nome tenha ou mereça, ficará decapitada, como Niterói. Contentemo-nos com ser uma espécie de Nova York, aperfeiçoemos a nova Broadway, e não abramos mão da ópera italiana. Cá virão os deputados, por turmas, ouvir as sumidades líricas. Se já então estiver resolvido o problema da navegação aérea (dizem os jornais que Edison está em vias de resolvê-lo⁵) os deputados virão todos, depois de jantar, assistirão ao espetáculo, e voltarão no balão da madrugada para estarem presentes à sessão do meio-dia. Como viver, como legislar, sem música? Não me falem de telefones. O telefone transmite, ainda que mal, as vozes dos cantores e as notas da partitura, mas não transmite os olhos das prima-donas, nem as pernas dos pajens, papéis que, em geral, são dados a moças bem-feitas.

Que essa mudança de capitais seja um fenômeno político interessante, é fora de dúvida. Eu é que não entro nele, por não entender cabalmente de política. Nestes negócios, vou pouco além de um vizinho meu, homem quadragenário e discreto, que não tem profissão nem dinheiro, mas possui em grau altíssimo a vocação de público. Não perde sessão de câmaras. Atento e curioso, quando assiste a algum duelo de discursos, torna-se cheio de entusiasmo, se sobrevém uma saraivada de apartes, mas apartes fortes. Começado o exame do orçamento, cochila, e, se dura muito tempo, passa pelo sono. Os algarismos, o *deficit*, o saldo, a taxa agrária, o imposto industrial, o quilograma, o quilômetro, são outras tantas papoulas que lhe fariam cair as pálpebras. Mas não se fiem no sono do homem, acorda à primeira troca de palavras duras, tem para elas o olhar aceso e as orelhas escancaradas. Já uma vez deu palmas da galeria, com outros, obrigando o presidente da câmara dos deputados a repetir esta velha fórmula: *as galerias não podem manifestar-se*, e a não mandar pôr fora os manifestantes.

³ As quatro crônicas que Bilac (que neste momento estava exilado em Minas) dedicou à futura Belo Horizonte podem ser lidas no primeiro volume de *Bilac, o jornalista*, de Antonio Dimas, p. 58-70. A primeira é de 26 de janeiro.

⁴ Na constituição republicana de 1891, previa-se a mudança da capital do país para o planalto central. Em 1892, o governo de Floriano nomeou a Comissão Exploradora do Planalto Central, liderada pelo astrônomo e geógrafo belga Louis Ferdinand Cruls, que demarcou uma área, bem maior que a do atual Distrito Federal (mas na mesma região), chamado Quadrilátero Cruls, e apresentou seu relatório em 1894. Em 1º de junho desse ano, o relatório foi aprovado pelo ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, general Macedo da Fontoura Costallat, o mesmo que em novembro de 1894 escreveria uma carta pública a Machado elogiando sua atuação no ministério, e o “concurso que lhe prest[ou]”.

⁵ Thomas Edison (1847-1931), inventor, entre outras coisas, do fonógrafo e da lâmpada elétrica, era famosíssimo. Durante a década de 1890, houve várias tentativas de inventar uma máquina voadora, que não vingaram. É natural que surgissem boatos como este, aparentemente sem fundamento.

Falei em sono, e,⁶ sinto cochilar a pena. O calor não pede outra coisa, este calor tão grande e mortífero, que começa a meter medo aos mais animosos. O obituário sobe com ele; estamos já na casa dos setenta.⁷ Que melancólica semana!

Felizmente, trata-se de impor às casas que se construírem algum meio de ventilação, que minore tal flagelo. Esta semana assisti ao debate final da postura relativa à construção, e particularmente ao do art. 15, creio eu, que determina haja no forro das casas umas gregas para ventilação ou ventiladores especiais.⁸ Um membro do conselho municipal propôs que o artigo fosse ampliado, e apresentou emenda indicando um meio de ventilação, as *telhas higiênicas Nascimento*. “Com oito telhas dessas, disse o orador, tem-se um metro quadrado coberto, ao passo que das telhas comuns são necessárias quinze.” Assim, há uma economia de nove por cento. Não propôs que o uso das *telhas higiênicas Nascimento* fosse obrigatório, mas facultativo. O conselho aprovou a emenda.

Também eu aprovo, conquanto me pareça restritiva demais. Tenho um amigo, chamado Navarro, que estuda o assunto com afinco, e presume ter descoberto umas telhas higiênicas, ainda mais econômicas, pois apenas bastarão sete para cobrir um metro quadrado. Suponhamos, porém, que há ilusão no cálculo; basta que a economia seja igual. Pela redação da emenda ficam excluídas as *telhas higiênicas Navarro*. Não é justo. Eu proporia, se ainda fosse tempo, que se dissesse no artigo, depois da palavra *Nascimento*, estas: “ou outras quaisquer nas mesmas condições.” Também concordaria em restringir um pouco o texto, dizendo: “as telhas higiênicas Nascimento e as telhas higiênicas Navarro”,⁹ conquanto o Navarro ainda não haja chegado à publicação do invento, nem o faça tão cedo, ficava já com uma espécie de garantia provisória que seria definitiva no dia em que as telhas estivessem prontas. Convém animar as invenções; este Navarro pode vir a ser o nosso Edison.



⁶ Esta segunda vírgula consta da *Gazeta*. Aurélio a tira. Achamos interessante mantê-la por razões estilísticas.

⁷ Novamente, são os estragos da febre amarela.

⁸ No *Jornal do Commercio* do dia 23 de janeiro, vem citado este discurso, do sr. Pereira Lopes. Diz: “Me parece que não é fora de propósito aqui lembrar como meio de ventilação o emprego das *telhas higiênicas de Nascimento*, que, além da perfeição e da elegância, são muito conhecidas para os construtores”. Depois, vêm as palavras que Machado cita, seguidas destas: “Não digo que se faça obrigatória a aplicação ou o emprego destas telhas, mas podemos lembrá-las como um melhoramento higiênico nas edificações”. Claro que Machado não assistiu ao debate.

⁹ Essa vírgula não consta da *Gazeta*. Aurélio a acrescenta.

A SEMANA – 89

John Gledson

No domingo de Carnaval, era mais ou menos obrigatório escrever sobre a festa, mesmo neste ano em que fora proibido comemorá-lo na rua. O cronista discorre sobre a moda e suas idas e vindas, tão circulares que talvez até voltemos à nudez primitiva (uma maneira oblíqua de se referir à crise econômica). A referência aos chapéus lembra o conto “Capítulo dos chapéus”, de 1884, mas situado em 1879, quando os chapéus altos, *de rigueur* em 1869 (“há 25 anos”), cediam a vez aos baixos, mais “democráticos”; o assunto das polcas, e seus títulos graciosos e aleatórios, também lembra o conto “O homem célebre”, de 1888, e a crônica um pouco anterior, da série “Gazeta de Holanda” de 20 de janeiro de 1887. Por fim, porém, volta a assuntos mais lúgubres, a febre amarela, as mortes de três figuras importantes. Novamente, quase sem querer, a crônica cai na melancolia.

Esta crônica consta de *A Semana*, de Mário de Alencar, p. 112-115.



A SEMANA

4 de fevereiro de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Quando eu li que este ano não pode haver carnaval na rua, fiquei mortalmente triste.¹ É crença minha, que no dia em que o deus Momo for de todo exilado deste mundo, o mundo acaba. Rir não é só *le propre de l'homme*,² é ainda uma necessidade dele. E só há riso, e grande riso, quando é público, universal, inextinguível, à maneira dos deuses de Homero, ao ver o pobre coxo Vulcano.³

Não veremos Vulcano estes dias, cambaio ou não, não ouviremos chocalhos, nem guizos, nem vozes tortas e finas. Não sairão as sociedades, com os seus carros cobertos de flores e mulheres, e as ricas roupas de veludo e cetim. A única veste que poderá aparecer, é a cinta espanhola,⁴ ou não sei de que raça, que dispensa agora os coletes e dá mais graça ao corpo. Esta moda quer-me parecer que pega; por ora, não há muitos que a tragam. Quatrocentas pessoas? quinhentas? Mas toda religião começa por um pequeno número de fiéis. O primeiro homem que vestiu um simples colar de miçangas, não viu logo todos os homens com o mesmo traje; mas pouco a pouco a moda foi pegando, até que vieram atrás das miçangas, conchas, pedras verdes e outras. Daí até o capote, e as atuais mangas de presunto,⁵ em que as senhoras metem os braços, que caminho! O chapéu baixo, feltro ou palha, era há 25 anos uma minoria ínfima. Há uma chapelaria nesta cidade, que se inaugurou com chapéus altos em toda a parte, nas portas, vidraças, balcões, cabides, dentro das caixas, tudo chapéus altos. Anos depois, passando por ela, não vi mais um só daquela espécie; eram muitos e baixos, de vária matéria e formas variadíssimas.

Não admira que acabemos todos de cinta de seda. Quem sabe se não é uma reminiscência da tanga do homem primitivo? Quem sabe se não vamos remontar os

¹ Nos dias 1º e 2 de fevereiro foram publicados decretos anunciando que, por causa do estado de sítio e dos perigos do bombardeio vindo da frota rebelde, o carnaval só podia celebrar-se dentro das casas.

² Da introdução “Aux lecteurs”, de *Gargantua et Pantagruel*, de François Rabelais (c. 1494-1553): “Mieux est de ris que de larmes écrire / Pour ce que rire est le propre de l'homme.”

³ Referência à *Iliada*, I, v. 599-600; os deuses riem quando veem Vulcano (Hephaistos, em grego), claudicando pelo palácio de Júpiter. A mesma cena é lembrada em *Quincas Borba*, cap. LII, a propósito da queda de um carteiro.

⁴ Não sei a que se refere exatamente: será à cintura larga, típica do bailador de flamenco?

tempos até ao colar de miçangas? Talvez a perfeição esteja aí. Montaigne é de parecer que não fazemos mais que repisar as mesmas coisas e andar no mesmo círculo; e o Eclesiastes diz claramente que o que é, já foi, e o que foi, é o que há de vir.⁶ Com autoridades de tal porte, podemos crer que acabarão algum dia alfaiates e costureiras. Um colar apenas, matéria simples, nada mais; quando muito, nos bailes, um simulacro de *gibus*⁷ para pedir com graça uma quadrilha ou uma polca. Oh! a polca das miçangas! Há de haver uma com esse título, porque a polca é eterna, e quando não houver mais nada, nem sol, nem lua, e tudo tornar às trevas, os últimos dois ecos da catástrofe derradeira dançarão ainda, no fundo do infinito, esta polca⁸ oferecida ao Criador: *Derruba, meu Deus, derruba!*⁹

Como se disfarçarão os homens pelo carnaval, quando voltar a idade da miçanga? Naturalmente, com os trajes de hoje. A *Gazeta de Notícias* escreverá por esse tempo um artigo, em que dirá: “Pelas figuras que têm aparecido nas ruas, terão visto os nossos leitores até onde foi, séculos atrás, já não diremos o mau gosto, que é evidente, mas a violação da natureza, no modo de vestir dos homens. Quando possuíam as melhores casacas e calças, que são a própria epiderme, tão justa ao corpo, tão sincera, inventaram umas vestiduras perversas e falsas. Tudo é obra do orgulho humano, que pensa aperfeiçoar a natureza, quando infringe as suas leis mais elementares. Vede o lenço; o homem de outrora achou que ele tinha uma ponta de mais, e fez um tecido de quatro pontas, sem músculos, sem nervos, sem sangue, absolutamente imprestável, desde que não esteja ao alcance da pessoa. Há no nosso museu nacional um exemplar dessa ridicularia. Hoje, para dar uma ideia viva da diferença das duas civilizações, publicamos um desenho comparativo, dois homens, um moderno, outro dos fins do século XIX; é obra de um jovem pintor, que diz ser descendente do¹⁰ Belmiro;¹¹ foi descoberto por um dos redatores desta folha, o nosso excelente companheiro João, amigo de todos os tempos.”

Que não possa eu ler esse artigo, ver as figuras, compará-las, e repetir os ditos do Eclesiastes e de Montaigne, e anunciar aos povos desse tempo que a civilização mudará outra vez de camisa! Irei antes, muito antes, para aquela outra Petrópolis, capital da vida eterna. Lá ao menos há fresco, não se morre de insolação, nome que já entrou no

⁵ Mangas bufantes ou “infladas”, que em francês se chamam “manches-gigot”; era moda em 1894.

⁶ Eclesiastes 1: 9. Foi impossível localizar a citação de Montaigne, que bem pode ser apócrifa, ou de outro autor. Na crônica de 1º de setembro de 1895, Machado volta a citá-la, mas agora diz-se incerto de onde se encontra, ou se é mesmo de Montaigne.

⁷ Chapéu alto com uma mola dentro, que assim podia ser reduzido a uma forma plana.

⁸ Aqui Aurélio acrescenta uma vírgula, que não achamos necessária.

⁹ No conto “Um homem célebre” Machado já comentava em tom humorístico a moda de dar às polcas da moda títulos aleatórios, às vezes alusivos à política ou picantes.

¹⁰ A *Gazeta* tem “do”, que Aurélio muda para “de”.

¹¹ Sem dúvida refere-se ao famoso pintor Belmiro de Almeida (1858-1935), que nesse momento ocupava uma cadeira na Escola Nacional de Belas Artes.

nosso obituário, segundo me disseram esta semana.¹² Não se pode imaginar a minha desilusão. Eu cria que, apesar de termos um sol de rachar, não morreríamos nunca de semelhante coisa. Há anos deram-se aqui alguns casos de não sei que moléstia fulminante, que disseram ser isso;¹³ mas vão lá provar que sim ou que não. Para se não provar nada, é que o mal fulmina. Assim, nem tudo acaba em cajuada,¹⁴ como eu supunha; também se morre de insolação. Morreu um, morrerão ainda outros. A chuva destes dias não fez mais que açular a canícula.¹⁵

De resto, a morte escreveu esta semana em suas tabelas, algumas das melhores datas, levando consigo um Dantas, um José Silva, um Coelho Bastos.¹⁶ Não se conclui que ela tem mais amor aos que sobrenadam, do que aos que se afundam; a sua democracia não distingue. Mas há certo gosto particular em dizer aos primeiros, que nas suas águas tudo se funde e confunde, e que não há serviços à pátria ou à humanidade, que impeçam de ir para onde vão os inúteis ou ainda os maus. Vingue-se a vida guardando a memória dos que o merecem, e, na proporção de cada um, distintos com distintos, ilustres com ilustres.

Essa há de ser a moda que não acaba. Ou caminhemos para a perfeição deliciosa e eterna, ou não façamos mais que ruminar, perpétuo camelo, o mesmo jantar de todas as idades, a moda de morrer é a mesma... Mas isto é lúgubre, e a primeira das condições do meu ofício é deitar fora as melancolias, mormente em dia de carnaval. Tornemos ao carnaval, e liguemos assim o princípio e o fim da crônica. A razão de o não termos este ano, é justa; seria até melhor que a proibição não fosse precisa, e viesse do próprio ânimo dos foliões. Mas não se pode pensar em tudo.



¹² Na *Gazeta* de 29 de janeiro comenta-se “a marcha rapidamente ascendente que vai tendo a atual epidemia da febre amarela”. Era sabido que se tentava por várias maneiras encobrir o número de vítimas da febre amarela; uma delas era a atribuição das mortes a outras causas, às vezes inventadas.

¹³ Na crônica de “Bons Dias!” de 19 de março de 1889, Machado comenta este outro pseudônimo da temida doença: “acesso pernicioso fulminante”.

¹⁴ “cajuada”: confusão.

¹⁵ A canícula era, segundo os gregos e romanos, a época em que a estrela Sírius, conhecida como *Canis Majoris*, voltava ao céu noturno (no hemisfério norte), e trazia consigo uma temporada quente e abafada, também conhecida em inglês como “the dog days”. Vale a pena notar como, com precisão e economia, Machado extrapola este sentido etimológico para descrever o efeito da chuva, que só aumentou – espicçou, açulou, como se fosse um cachorro – o calor.

¹⁶ Conselheiro Manuel Pinto de Sousa Dantas (1831-1894), político liberal, presidente do Conselho de junho de 1884 a maio de 1885, quando apresentou o projeto de emancipação dos escravos sexagenários, aprovado só no governo seguinte; professor José Silva (1830-1894), médico e catedrático da Faculdade de Medicina e republicano histórico; o desembargador João Coelho Bastos (1835-1894), chefe de polícia no Rio de Janeiro durante o governo conservador do barão de Cotegipe, no período mais agitado da campanha abolicionista.

A SEMANA – 90

John Gledson

Apesar de tudo, a proibição do carnaval de rua funcionara, não se sabe se por medo, por um inusitado respeito à lei, ou pela crise econômica, como o cronista maliciosamente sugere no fim do primeiro parágrafo. Muda de assunto, para uma polêmica entre um astrônomo alemão e um rival brasileiro, ambos igualmente absurdos. O que lhe interessa é menos a querela em si, do que o caráter das pessoas que se entusiasмам por tais matérias. O que lhe chama a atenção é o egocentrismo e o afastamento da realidade, a *abstração* que, além das diferenças, une astrônomos, atores e políticos aos que nas batalhas sangrentas só veem algarismos, demonstrando uma completa insensibilidade. Podemos lembrar o momento em *Dom Casmurro* (cap. CVI), em que Bento fica dando lições de astronomia a Capitu, ao longo de vinte minutos (!), e fica ciumento porque ela cochila.



A SEMANA

11 de fevereiro de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Nunca houve lei mais fielmente cumprida do que a ordem que proibiu, este ano, as folias do carnaval. Nem sombra de máscara na rua. Fora da cidade, diante de uma casa, vi quarta-feira de cinza alguns *confetti* no chão. Crianças naturalmente que brincaram da janela para a rua, a menos que não fosse da rua para a janela. Os chapéus altos, que desde tempos imemoriais não ousavam atravessar aquela região do mundo que fica entre a rua dos Ourives e a rua Gonçalves Dias, e que é propriamente a rua do Ouvidor, iam este ano abaixo e acima, sem a menor surriada. Quem nos deu tal rigorismo na observância de um preceito? Se eu falasse em verso, diria que era o sentimento da situação, pois o verso tem vantagens que faltam inteiramente à prosa, não lhe sendo, aliás, superior em nada. Em prosa, creio que foi a certeza de que a ordem era séria. Pode ser também que a escassez do dinheiro...

Não se diga que calunio o meu século. Quem tem culpa, se há culpa, é o Sr. Dr. Sousa Lima,¹ que todos os anos dá uma edição nova dos seus conselhos e súplicas, lembra os regulamentos sanitários, e mostra a vanidade dos seus esforços higiênicos. Isto quando se trata de morrer, que é a ação mais dura para gente viva. Talvez haja demasiada confiança nos conselhos. Quanto aos regulamentos, se os considerarmos à luz da verdadeira filosofia (a falsa é a do meu vizinho), reconheceremos que não passam de puras abstrações. Há coisas mais concretas.

Também o céu possui os seus regulamentos, e nem por serem obra divina, são mais eficazes que os nossos. Pelo menos, há dúvidas sobre a significação de alguns dos respectivos artigos. Haja vista o desacordo do astrônomo Falb com o Sr. Dr. Antão de Vasconcelos.² Aprova o primeiro que o fim do século é o fim do mundo, pelo encontro

¹ O dr. Sousa Lima era Inspetor Geral de Higiene no Rio, e de vez em quando publicava avisos detalhados nos jornais sob a rubrica “Saúde pública”, explicando as suas ações e atitudes.

² Rudolf Falb (1838-1903), astrônomo e geólogo alemão, figura polêmica, conhecido por algumas teorias e predições, sobre vários assuntos, no mínimo arriscadas. Antão de Vasconcelos foi astrônomo, que mais tarde entrou numa polêmica acerca das estrelas na bandeira brasileira. Também era espírita (ver crônica de 24 de julho de 1892). Não encontrei esta polêmica, que não está nos jornais que consultei.

que se dará em 1899 entre a terra e certo cometa. O segundo contesta energicamente a predição alemã, e não com palavras, mas com raciocínios, com algarismos, com leis científicas, por onde se vê que a destruição da terra, nos termos anunciados, é meramente impossível. Quando muito, se acaso fosse admissível o encontro do cometa, haveria tal chuva de fogo, que acabaria com a vida animal; mas a terra propriamente dita continuaria a andar como dantes.

Não aparecendo ninguém para rebater ou apoiar as afirmações do nosso patricio, a questão morreu de silêncio. Entretanto, não falta amor à astronomia. Flammarion,³ citado pelo Sr. Dr. Vasconcelos, é lido e meditado por muitas pessoas, que o céu atrai, como há de sempre atrair os homens. Creio até que, de todas as ciências, é a astronomia a que maior número conta de amadores. Qual será a causa deste fenômeno? Talvez a vertigem dos números. Realmente, por mais que a invisibilidade dos micróbios assombre a gente, não chega a tontear como os algarismos astronômicos.

Por exemplo, o cometa de 1811 – li na contestação do Sr. Vasconcelos – media da cabeça ao núcleo 1.800.000 (um milhão e oitocentos mil) quilômetros. Que extensão tinha a cauda de tal monstro? 176.000.000 de quilômetros; leiam bem, por extenso, cento e setenta e seis milhões de quilômetros. A marcha é de 42.000 metros por segundo; calculem por minuto, por hora, por dia e por ano. Mais tarde, o cometa de 1811 dividiu-se em dois, ficando vizinhos, com a distância apenas de 500.000 léguas.

Essa orgia de léguas e quilômetros é que há de dar sempre à astronomia maior número de amadores, do que têm a arte dramática e a política. Sabe-se que estes dois ofícios do espírito humano contam grande número de curiosos. Um homem, desde que tenha a voz dura e certo ar ferrenho, faz os pais desnaturados, os perseguidores do órfão e da viúva. A voz meiga escolhe as partes de galã. Às vezes, é o contrário, como nos teatros de obrigação;⁴ mas cada um fica com o seu próprio ar, para não desmentir a natureza. A política seduz tanto ou mais. Nenhuma delas, porém, é comparável à astronomia.

A imaginação gosta de mergulhar nesses abismos de números, que nunca mais acabam. É um modo que o homem tem de se fazer crescer a si mesmo. Há também um sentimento, que não sei como defina; melhor é dizer a coisa com muitas palavras que com uma. A pessoa que nos refere de um cometa que anda quarenta mil metros por segundo, parece que os contou por si mesma, relógio na mão. Tem não sei que consciência de haver andado por seus próprios pés os cento e oitenta milhões de quilômetros de um desses bichos. É um sentimento muito particular.

³ Camille Flammarion (1842-1925), astrônomo francês, famoso em parte pelos seus livros de vulgarização, foi também adepto do espiritismo, e em 1893 publicou *La fin du monde*, romance de ficção científica, que trata justamente de uma colisão entre a terra e um cometa.

⁴ Não pude saber o que eram estes teatros.

Quem sabe se a vertigem dos números não é a explicação dos oito mil e tantos contos, pedidos ao conselho municipal por quinhentos e tantos bois?⁵ Há duas astronomias, a do céu e a da terra; a primeira tem astros e algarismos, a segunda dispensa os astros, e fica só com os algarismos. Mas há também entre o céu e a terra, Horácio, muitas coisas mais do que sonha a vossa vã filosofia.⁶ Uma dessas coisas é, como digo, a vertigem dos números. No tempo do dilúvio (1890-1891)⁷ havia aqui um homem que acordou um dia com vinte mil contos; foi o que me disseram. Uma semana depois afirmaram que tinha trinta mil, e dois dias mais tarde, quarenta, cinquenta, sessenta mil contos de réis. Antes de um mês subira a cento e dez mil. Empobreceu com duzentos mil contos. A verdade é que nunca tivera mais de quinze mil. Mas a imaginação do vulgo, principalmente o vulgo pobre, não se contenta em dar a um homem pequenas quantias. Gosta dos Cresos. Suas esmolas são minas de diamantes. Ofir e Golconda são os seus bancos.⁸

Os bois podem explicar-se por essa razão psicológica. Senhores, eu conheci um homem que, durante a guerra de 1870,⁹ não era francês nem alemão, mas *aritmético*. A volúpia com que ele falava das centenas de milhares de soldados, era única; parecia que ele os comandava a todos de um e outro lado, que compusera os dois exércitos, que eram seus, sangue do seu sangue, carne de sua carne. A batalha de 24 de maio, na guerra do Paraguai,¹⁰ mostrou-me igual fenômeno; um sujeito, aliás bom patriota, tão fascinado ficou pelo número dos combatentes, que não atendia ao fulgor da batalha, e dizia que era a primeira da América do Sul, não pelos prodígios de valor, mas pela quantidade dos homens.

Assim este caso. Oito mil contos, guardada a distância que vai da terra ao céu, é alguma coisa parecida com a cauda do cometa de 1811.



⁵ Assunto recorrente nos jornais: o fornecimento de carne fresca à cidade era dominado por um monopólio, que pedia preços exorbitantes. Ver também crônica de 4 de novembro de 1894, nota 2.

⁶ *Hamlet*, ato I, cena V, linha 116: talvez a citação mais frequente na obra de Machado.

⁷ Isto é, o Encilhamento.

⁸ Cresos, último rei da Lídia (r. 560-546 a.C.), famoso pela sua riqueza fabulosa. Ofir e Golconda: lugares sinônimos de ouro e riqueza. Ofir, cidade semi-mítica, foi famosa na Antiguidade, e é mencionada várias vezes no Velho Testamento; foi identificada com as minas do rei Salomão. Golconda fica perto de Hyderabad, na Índia; lá foram descobertos alguns dos diamantes maiores e mais famosos do mundo.

⁹ A Guerra Franco-Prussiana.

¹⁰ A Batalha de Tuiuti, que teve lugar no dia 24 de maio de 1866. Foi, como dizia o patriota, a maior ocorrida na América do Sul, com 30.200 soldados paraguaios, e 32.400 aliados. Os paraguaios perderam 13.000 homens, entre mortos e feridos, os aliados, pouco menos de 4.000.

A SEMANA – 91

John Gledson

Esta crônica, curta mas difícil, volta a tratar alguns dos temas presentes na crônica de 1º de janeiro: em particular, nos leva a uma melhor compreensão de uma frase dela – “a sistematização do mal”. Ela não se explica se não entendermos a palavra “broquéis”, na primeira frase, no contexto em que o cronista e os seus leitores a teriam entendido. Não pode haver dúvida de que Machado se refere ao livro desse título de João da Cruz e Souza, publicado em agosto de 1893, e que criou escândalo na imprensa, pelo seu tom violento e atormentado, de “decadentismo” sexual, e pelo seu vocabulário rarefeito. Machado podia ser experimental na sua ficção, mas, para ele, como para muitos outros, isto era anarquismo literário. O crítico Araripe Júnior, por exemplo, um dos melhores e mais conceituados da época, no seu “Retrospecto literário de 1893” na *Gazeta de Notícias*, trata do livro na seção “O anarquismo e a literatura”. O livro foi também cruelmente parodiado, num tom de racismo aberto.

É isto que explica a equivalência de “broquéis” e “dinamite” na frase de abertura, as referências aos “maus versos” no primeiro parágrafo, e ao caos gramatical no segundo (a dinamite era indefectivelmente associada ao anarquismo). O significado da palavra “broquéis”, porém, uma espécie de escudo antigo – mencionado na crônica de 18 de março, no contexto da *Iliada* – leva a um argumento mais profundo: os escudos e a dinamite fazem parte de um mesmo processo sinistro, em que uma nova forma de resistência leva a uma nova forma de ataque, que por sua vez leva a uma nova forma de resistência, e assim *ad infinitum*. É uma visão profundamente pessimista da história humana, oposta, claro, a qualquer utopia ou “progresso” inevitável.

Com efeito, o argumento é tão pessimista (e circular) que Machado se interrompe para falar de realidades mais “triviais”, seu próprio mau humor, e o tempo. Nascido no dia 21 de junho, ele sempre se viu como um “filho do frio”: mas nem pensar no frio anima. O ano em perspectiva traz pouca esperança; em março virá o frio, talvez, mas junho trará as mesmas óperas de sempre.

Virão também as eleições, justamente nos idos de março, de augúrios funestos. Eram, apesar de tudo, importantíssimas: a eleição do primeiro presidente civil da República. O dia 1º de março era o dia fixado pela Constituição para as eleições, o que

dava pouquíssimo tempo (para nem falar no estado de sítio) para que os candidatos expusessem qualquer programa. No último parágrafo, Machado pede aos políticos, os chefes dos partidos ou facções, que digam aos eleitores o que tencionam fazer, em vez de colocar anúncios nos jornais e insultar-se mutuamente nos apedidos, “à maneira da terra”. Em vários editoriais dessa semana, a *Gazeta* pedira a mesma coisa. Isto faz parte do desejo de Machado de que fosse restabelecido um sistema parlamentar, com partidos organizados, tal como tinha existido – com muitas imperfeições, é verdade – no Império. Mas ele sabe que nada disso acontecerá.

É curioso, e não será coincidência, que, imediatamente a seguir, na mesma coluna, haja uma manchete: A DINAMITE. Aí vem uma carta de Euclides da Cunha, então com 28 anos, denunciando o senador florianista do Ceará, João Cordeiro. Este propusera, em vingança a uma (suposta) tentativa de atentado dos revoltosos nas oficinas do jornal *O Tempo*, florianista (tentativa referida na segunda frase desta crônica – “aqui mesmo houve tentativa de uma”), que entrassem nas prisões onde estavam presos os “inimigos” do regime, e matassem todos. Logo depois vem um comentário da *Gazeta*, aprovando “nosso jovem amigo”. Os dois autores, em certo sentido, estão combatendo a intensificação circular da briga, durante a Revolta da Armada – Machado num nível mais abstrato, podíamos também dizer mais precavido. Euclides foi exilado, removendo-se para Campanha, Minas Gerais (em Minas, não havia estado de sítio, e o estado se tornou “a meca dos exilados e perseguidos pela mão de ferro do marechal” (ver nota 3 à carta 291 na *Correspondência de Machado de Assis*, III).



A SEMANA

18 de fevereiro de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Há uma leva de broquéis, vulgo dinamite, que parece querer marcar este final de século. De toda a parte vieram esta semana notícias de explosões, e aqui mesmo houve tentativa de uma.¹ Digam-me que paz de espírito pode ter um pobre historiador de coisas leves, para quem a pólvora devia ser, como os maus versos, o termo das cogitações destrutivas. Inventou-se, porém, maior resistência, e daí o maior ataque, naturalmente, a pólvora sem fumaça, o torpedo,² a dinamite; mas, que diabo! basta-lhes a guerra, como necessidade que é da vida universal. A paz universal, esse belo sonho de almas pias e vadias, seria a dissolução final das coisas. Façamos guerra, mas fiquemos nela.

Talvez haja nisso um pouco de rabugem – e outro pouco de injustiça. A anarquia pode acabar sendo uma necessidade política e social, e o melhor dos governos humanos, aquele que dispensa os outros. Voltaremos ao paraíso terrestre, sem a serpente, e com todas as frutas. Adão e Eva dormirão as noites, passearão as tardes; Caim e Abel escreverão um jornal sem ortografia nem sintaxe, porque a anarquia social e política haverá sido precedida pela da língua. Antes do último ministro terá expirado o derradeiro gramático. Os adjetivos ganharão o resto de liberdade que lhes falta. Muitos que viviam atrelados a substantivos certos, não terão agora nenhum, e poderão descer a preposições, a artigos.

Há de ser rabugem, creio. Acordei hoje mal disposto. Sei que nada tendes com disposições más nem boas, quereis a obrigação cumprida, e, se estou doente, que me meta na cama. Que me meta na cova, se estou morto. Não, a cova há de ser quente como trinta mil diabos. A terra fria que tem de me comer os ossos, segundo a fórmula, não será tão fria, neste tempo em que tudo arde. Lá mesmo o verão me flagelará com o seu açoite de chamas. Certo, este final de semana é menos quente que os primeiros dias,

¹ Houvera uma tentativa de explosão nas oficinas de *O Tempo*, jornal florianista.

² O torpedo, como se conhece modernamente, foi inventado nos anos 1860, e cresceu em poder ao longo do resto do século, espalhando-se pelo mundo afora. Não é preciso sublinhar a sua importância nos acontecimentos que ocorriam na baía.

graças à chuva de quinta-feira; mas esse dia enganou-me. Pelo ar brusco, pela carga de nuvens, tive esperanças de mais oito de grandes águas, e não vieram grandes nem pequenas. Eis aí explicada a minha rabugem.

Já uma vez disse, e ora o repito: não nasci para os estos do verão.³ Quem me quiser, é com invernos. Deus, se eu lhe merecesse alguma coisa, diria ao estio de cada ano: “Vai, estio, faze arder a tudo e a todos, menos o meu fiel servo, o semanista da *Gazeta*, não tanto pelas virtudes que o adornam e são dignas de apreço particular, como porque lhe dói suar e bufar, e os seus padecimentos afligiriam ao próprio céu.” Mas Deus gosta de parecer, às vezes, injusto. Essa exceção, que não faria a mais ninguém, para não vulgar o benefício, mostraria ainda uma vez um ato de alta justiça divina. A exceção só é odiosa para os outros; em si mesma é necessária.

A terra é quente. Lá mesmo haverá epidemias, que não sabemos, e um subobituário, mais numeroso que o obituário destes dias. É a nossa enfatuação de vivos que nos leva a crer que só há calamidades para nós; também os mortos terão as suas, acomodadas ao estado. Nem o purgatório significa outra coisa senão as doenças de que os mortos podem sarar e saram. O inferno é um hospício de incuráveis. Raros, bem raros, cinco por século, subirão logo para o céu.

O que me consola um pouco, é que em outras partes estão morrendo de frio. A certeza de que, quando eu bufo aqui e corro a comprar gelo, morre alguém na Noruega, por havê-lo de graça, ajuda a suportar o calor. Não é preciso o botão⁴ de Diderot;⁵ não fica na alma essa sombra de sombra de remorso, que pode trazer a ideia de haver apunhalado diretamente, ainda que de longe, uma pessoa. A certeza basta, e sem interesse pecuniário, note-se bem. É o que o povo formulou, dizendo que o mal de muitos consolo é. Expirai às mãos de vossa mãe, filhos da neve, enquanto os filhos do sol aqui morremos às mãos do nosso grande pai.

Que isto não seja pio, creio; mas é verdade. É o que começa a pôr uma nota doce na cara tétrica e feroz com que me levantei hoje da cama. Assim o diz o espelho. Realmente, se tanto se morre ao frio como ao sol, não vale a pena deixar este clima; tudo é morrer, poupemos a viagem. Deixai correr os dias, até que o equinócio de março traga outros ares, maio outros legisladores, julho e agosto outras óperas, porque os *Huguenotes* já começam a afligir-nos.⁶

³ Pode ser que se refira à crônica 76 de “A Semana”, de 1º de outubro de 1893; lá diz: “Eu adoro o frio, nasci no próprio dia em que o nosso inverno começa”.

⁴ No jornal está “balão”, descuido do revisor já notado por Aurélio.

⁵ Esta referência ao botão de Diderot, que, apertado na França, matava um homem na China, parece que está errada, e que o botão não se encontra nas obras desse autor. A ideia é recorrente na literatura do séc. XIX, um dos casos mais famosos sendo *O mandarim*, de Eça de Queirós. Machado incorre no mesmo “erro” na crônica de 22 de janeiro de 1893. Raimundo Magalhães Júnior dá outros exemplos no ensaio “O deturpador de citações”, em *Machado de Assis desconhecido*, p. 233-234.

⁶ *Les Huguenots* (1836), de Giacomo Meyerbeer (1791-1864), uma das óperas mais aparatosas do séc. XIX, e talvez a mais popular.

Digo isto de passagem, como um aviso aos empresários líricos; não nos⁷ amofineis com *Huguenotes*. Eles já vão orçando pela *Favorita*.⁸ Esse par de muletas que ajudaram o bom Ferrari a levar esta vida, ameaçam deixar o coxo na rua.⁹ *Il nous faut du nouveau, n'en fût-il plus au monde*.¹⁰ Sempre há de haver por esse mundo uma *Cavalleria rusticana* inédita.¹¹

Antes dos legisladores, vêm as eleições, que chegam ainda antes do equinócio. Vêm com os idos de março.¹² Há já candidatos, mas não se sabe ainda quais os candidatos recomendados pelos chefes. Aparecem nomes nos *A pedidos*, à maneira da terra; mas o ato é tão solene e a ocasião tão grave, que podíamos mudar de processo. Que os chefes digam, que os jornais repitam o que disserem os chefes, para que os eleitores saibam o que devem fazer; sem o quê é provável que não façam nada... Deus de misericórdia! Creio que estou ainda mais lúgubre que no princípio; tornemos à morte, às febres, à dinamite; tornemos aos cemitérios, aos epitáfios:

AQUI JAZ
UMA CRÔNICA DA SEMANA
TRISTÍSSIMA,
BREVÍSSIMA.¹³
ORAI POR ELA!



⁷ No jornal está “vos”, leitura que Aurélio aceita; mas esta leitura faz mais sentido, e “n” e “v” são facilmente confundíveis.

⁸ *La Favorita* (1840), ópera de Donizetti (1797-1848). Em 1854, Alencar já falava da sua popularidade, na primeira crônica de “Ao correr da pena”.

⁹ A Companhia Lírica Italiana, de A. Ferrari, fazia sempre uma temporada de ópera no Rio entre maio e julho.

¹⁰ “Precisamos de novidade, mesmo não a havendo mais neste mundo”. Citação de *Clymène*, peça de La Fontaine (1621-1675). No original: “*Il me faut du nouveau, n'en fût-il point au monde*”.

¹¹ *Cavalleria rusticana* (1890), ópera de Pietro Mascagni (1863-1945), recente na época, e muito popular até hoje.

¹² As eleições para presidente e vice-presidente, e para a câmara e senado, estavam fixadas para 1º de março; a escolha de Prudente de Moraes só seria divulgada no dia 22 de junho, embora a sua vitória fosse certa.

¹³ Na *Gazeta* há vírgula aqui, em vez de ponto final. Optou-se pela lição de Aurélio, que faz mais sentido.

A SEMANA – 92

John Gledson

As eleições para a presidência, o senado e a câmara, eram programadas para a quinta-feira da semana seguinte, 1º de março, como pedia a constituição. A *Gazeta*, logo depois da proclamação, tinha arguido que, embora fosse correto haver eleições para a presidência, o estado de sítio fazia com que fosse inteiramente inapropriado realizar as outras – em boa parte, sem dúvida, por causa da censura, e da impossibilidade de se expressarem as vozes antigovernistas. “Não há eleição, não há escolha, porque não se escolhe onde não se conhece”, dizia no dia 11 de fevereiro. (As presidenciais eram aceitáveis porque todos sabiam que o candidato destinado a vencer, Prudente de Moraes, era antiflorianista.) A competição se reduziria, portanto, a um mero conflito entre nomes, que, com efeito, enchiam os jornais. Sob o costumeiro “não entendo de política”, é evidente que Machado compartilha o ponto de vista da *Gazeta*: a comparação com a ópera (que lembra o cap. IX de *Dom Casmurro*) lhe permite dizer que “o acompanhamento da música [isto é, o barulho do canhoneio, e a própria ditadura] ajuda muito a falta de audiência [isto é, a indiferença do público]”.

A surpresa inteiramente fingida perante o anúncio da sra. Manzoni permite o salto para outra comparação, a das drogas com os programas políticos. O cronista menciona a sua própria predileção para as metáforas, que lhe permitem comentar a realidade sem que isto transpareça demais: “Todas as comparações estão na natureza. A questão é sabê-las achar e compor” – o que por sua vez leva a outra, também meio subversiva, da eleição por meio de uma loteria.

Contudo, como acontece noutras crônicas (p. ex. a de 30 de outubro de 1892), apesar de acreditar que o processo eleitoral está longe do ideal, Machado nunca aconselha abstenção – neste ponto da crônica, abandona as metáforas e a ironia e diz que todos devem votar. Mas também não podia parar nesse ponto, e retira-se de novo, desta vez para sua ilha metafórica preferida, a de Próspero na última peça de Shakespeare, *A tempestade* (já em *Quincas Borba* a loucura de Rubião é comparada à mesma “mascarada sublime”). Alheamento? Pode ser, mas a imagem final, tirada do último ato da peça, permite a comparação mais memorável de todas, a do xadrez

comparada ao mundo abandonado à anarquia, onde “todos comem a todos”. Não era por nada que Machado era “exímio enxadrista”.

Infelizmente, falta a *Gazeta* de 25 de fevereiro de 1894 na coleção da Biblioteca Nacional. Recorremos ao texto da edição Jackson, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Esta crônica não consta da antologia de Mário de Alencar.



A SEMANA

25 de fevereiro de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Toda esta semana foi dada à literatura eleitoral. Não digo que se discutisse largamente a matéria, mas escreveram-se muitos nomes, surgiram candidaturas novas e novíssimas, organizaram-se chapas e contrachapas, e, desde a circular até à simples indicação de uma pessoa, feita por *um grupo de eleitores*, por *alguns eleitores firmes* ou simplesmente pelos *eleitores da Gamboa*, quase que se não leu outra coisa. Lembra-me que um amigo meu, há anos, querendo ser eleito, teve a ideia singularíssima de recomendar o seu nome nos *a pedidos* dos jornais (!) com esta assinatura: *A aclamação pública*. Recolheu dois votos, o meu e o dele.

Não entendo de política, limito-me a ouvir as considerações alheias. Uns notam que os elementos são cabais para uma boa eleição, outros que há tal ou qual desorientação na movimentação, pouca responsabilidade política, inclusões, exclusões, transposições; alguns mais ríspidos falam de um tumulto semelhante à confusão das línguas. Não posso dizer até que ponto a segunda observação é verdadeira, nem se o fenômeno é inevitável. Não distingo bem as palavras na multidão de vozes que estamos ouvindo, mas é o que me acontece com quase todos os cantores italianos ou nacionais. Parte da culpa será da articulação imperfeita; mas é preciso convir que o acompanhamento da música ajuda muito a falta de audiência. Eu por mim entendo as óperas mais pelos gestos que pelas palavras. Os coros então são impossíveis.

No meio da grande partitura desta semana, apareceu uma atriz-cantora que aumentou a minha confusão. Atriz-cantora é uma espécie de artista particular ao nosso clima, e não conta vinte anos de existência. Antigamente, havia na companhia João Caetano (dizem) uma D. Margarida Lemos, incumbida de cantar alguma coisa no intervalo dos atos ou entre o drama e a comédia.¹ Era um modo de dar música italiana

¹ João Caetano dos Santos (1808-63), famoso ator e empresário teatral, o fundador do teatro brasileiro independente. D. Margarida Lemos, de fato, era célebre nos anos 1840. Uma nota do *Diário do Rio de Janeiro* de 5 de abril de 1843 informa que, numa noite de grande gala, perante o Imperador e “as augustas princesas”, “a Sra. Margarida Lemos cantará O HINO NACIONAL, depois do qual terá lugar a segunda representação do drama bíblico em 3 atos e 5 quadros: ASSUERO ou A EXALTAÇÃO DE MARDOQUEU. No intervalo do 1º ao 2º ato, D. Carlos Ricco cantará a ária de tenor na ópera *Marino Faliero*, e do 2º ao 3º, a Sra. Margarida Lemos executará uma nova cavatina da ópera *Parisina*, do célebre maestro Donizetti.”

aos frequentadores do teatro dramático. O Martinho (ainda o alcancei) cantava também nos intervalos “uma das suas melhores árias”, mas era só ator.² A atriz-cantora nasceu com a Sra. Rosa Villiot,³ creio, ou com outra, não sei bem. É planta local. Não digo que se não recite e cante a um tempo; seria negar o *vaudeville* e negar o francês, que o inventou; digo, sim, que o título dobrado é que é nosso.

Tudo isto para falar da confusão eleitoral que me trouxe a Sra. Irene Manzoni.⁴ Vi este nome assinando um artigo, com a dupla qualidade de atriz-cantora. Se o visse antes do título do artigo, não se daria o que se deu; mas eu li primeiro o título, era o nome de um senhor que não conheço; imaginei uma candidatura política. A assinatura feminina era nova; mas todas as velharias foram novidades, e o direito eleitoral da mulher é matéria de propaganda, de discussão e até de legislação.⁵ Gostei de ver a novidade da assinatura; eu sou daquela escola que não deixa secar a tinta de uma ideia no livro propagandista, e já a quer ver aplicada. Fui talvez o primeiro que bradou entre nós pela representação das minorias, sem embargo de não termos ainda maioria, – ou por isso mesmo.⁶

Corri ao artigo; era um agradecimento e uma recomendação de não sei que xarope efficacíssimo. Fiz o que fazem todos os espíritos de boa-fé: caí das nuvens. Depois lancei a apóstrofe do estilo: “Mulher perversa, quem te deu o direito de intervir nas preocupações eleitorais por essa forma dúbia, que parece recomendar mais um candidato, e apenas louva uma droga e um droguista? Quem principalmente te ensinou a bulir comigo?” Disse ainda outras palavras fortes e acerbas; mas não pude acabar, porque a reflexão veio logo com o seu passo lento e olhos baixos, e me disse o que vou repetir no parágrafo que se segue.

² Martinho Correia Vasques, “o ator Martinho” (1822-1890), membro do elenco de João Caetano.

³ Rose Villiot, cantora e atriz francesa radicada no Brasil, atuou nas décadas de 1870 e 1880.

⁴ Estes anúncios que fingiam de propaganda eleitoral eram muito comuns, e não excepcionais, como pretende Machado para fins humorísticos. Este, porém, nem mesmo era novidade, nem exclusivo à campanha eleitoral. Frequentemente aparecia na seção de anúncios da *GN*. Com o título **Ilmo. Sr. Honório do Prado** (*sic*: normalmente aparece sem o “do”), e era muito conhecido, ao contrário do que diz o cronista); a carta da sra. Irene Manzoni, atriz-cantora, datada “Rio, 10 de dezembro de 1893”, garante que só com o “xarope de alcatrão e jataí”, que “não deve ser desconhecido da humanidade sofredora”, ela conseguia dormir, por causa dos seus acessos asmáticos. Perdera completamente a voz, e agora, com “7 vidros do vosso abençoado xarope”, ela lhe foi restituída.

⁵ O sufrágio feminino foi muito discutido nas últimas décadas do séc XIX, mas demorou para tornar-se realidade. Em setembro de 1893, pouco antes desta crônica portanto, a Nova Zelândia foi o primeiro “país” (na verdade, era ainda colônia britânica) a outorgar o voto feminino nas mesmas condições que o masculino.

⁶ Uma alusão à falta de organização partidária na República – no Império, com seu sistema parlamentar, sempre havia dois ou mais partidos, um dos quais formava maioria. Machado, sim, arguira pela representação das minorias, numa carta à *Imprensa Acadêmica* de São Paulo, de 31 de julho de 1868, comentando o *Sistema Representativo* de José de Alencar: “[Alencar] adotou, com uma solução nova, a ideia da representação das minorias, ideia fecundíssima e necessária à legítima expressão da vontade pública” (Jean-Michel Massa, *Dispersos de Machado de Assis*, p. 251). Isso, é bom dizer, na esteira do famoso “estelionato”, a volta dos conservadores ao poder, com Itaboraí, quando Machado, liberal, bem queria ser representado (e não perder o emprego recém-conseguido).

Pode ser que o droguista seja realmente um candidato e a droga um programa. Tem-se discutido se pode haver agora programas políticos, e as opiniões dividem-se, sendo uns pela afirmativa, outros pela negativa. Talvez a droga seja veículo de ideias. Suponhamos que é adstringente; significará os planos radicais da pessoa. A droga emoliente corresponderá ao temperamento moderado das opiniões. Assim a farmácia terá um préstimo político, e a Sra. Irene Manzoni imitará, de longe, a Menenius Agrippa. Quando o povo romano quis castigar o senado para comprar mais barato o trigo, sabe-se que foi aquele cidadão, com o apólogo do estômago e dos membros do corpo, que salvou a paz pública.⁷ A fisiologia serviu assim de arma à política; por que não servirá a farmácia? a cirurgia? a medicina? Todas as comparações estão na natureza. A questão é sabê-las achar e compor.

Quem, por exemplo, comparar a eleição e a loteria terá achado uma ideia, posto que óbvia, interessante. O cotejo da roda que anda com a urna que fala é o mais justo possível, dada a diferença única, talvez, que no caso da urna eleitoral sempre se há de saber quem tirou a sorte grande. Publica-se o nome, a pessoa aparece, é aclamada, louvada, pode ser que descomposta, uma vez que as opiniões são livres. Sendo assim, é na quarta-feira⁸ que anda a roda. Não conheço o plano desta loteria; não sei se há terminações premiadas, nem se se tira o mesmo dinheiro. Provavelmente os bilhetes brancos serão muitos. É o que faz da eleição e da loteria uma espécie de evangelho, onde também os chamados são muitos e os escolhidos poucos.

Mas fora comparações! Venhamos à ideia direta e única. Trata-se de teu dia, povo soberano, rei sem coroa nem herdeiro, porque és continuamente rei, é o dia em que tens de escolher os teus ministros, a quem confias, não o princípio soberano, que esse fica sempre em ti, mas o exercício do teu poder. Vais dar o que, por outras palavras, se chama *veredictum* da opinião ou sentença das urnas.

Certo, o teu reino não é como a ilha de Próspero;⁹ não tens a força de criar tempestades, por mais que te arguam delas. Serás o mar, quando muito; o vento é outro. Mais depressa seria eu o Próspero do poeta; não qual este o criou, acabando por tornar

⁷ Este apólogo ou fábula tem múltiplas encarnações na literatura mundial, inclusive em Esopo, no Novo Testamento e La Fontaine. Aparece na boca de Menenius Agrippa, cônsul romano no séc. V a.C., em várias ocasiões, na *História de Roma* de Tito Lívio (II, 32), e na *Vida de Coriolano* de Plutarco, ambos autores bem conhecidos de Machado. A fonte imediata, porém, parece ser o *Coriolanus* de Shakespeare (ato 1, cena 1), baseado em Plutarco, porque ali a briga entre o povo e o senado focaliza-se, justamente, no preço do pão, o que não acontece nas fontes clássicas.

⁸ Será erro de Machado? Dado que se refere à eleição (e não à loteria), devia referir-se à quinta-feira (1º de março).

⁹ Este último parágrafo está todo baseado n' *A tempestade*, de Shakespeare. As palavras citadas aparecem no primeiro ato, quando encontramos pela primeira vez o mágico e ex-duque de Milão, Próspero, e seus dois escravos, o espírito Ariel e o monstro Caliban. Machado juntou trechos esparsos: "Come, thou tortoise!, when?" (linha 316), e "Thou poisonous slave, got by the devil himself / Upon they wicked dam, come forth!" (linhas 319-20). As palavras ditas a Ariel – a que ele se refere como um dos seus "ministros" – não correspondem a nenhum trecho exato, embora ele seja frequentemente referido como "spirit"; exprimem antes a relação entre o mágico e o seu servo fiel, que ele libera no fim da peça. No último ato, Próspero descobre a sua filha Miranda jogando xadrez com seu pretendente, Ferdinand.

ao seu ducado de Milão e mandando embora os ministros das suas mágicas. Eu ficaria na ilha, com os bailados e mascaradas. Quando muito, diria à velha política: “Vai, Caliban, tartaruga, venenoso escravo!” E a Ariel: “Tu ficas, meu querido espírito.” E não sairia mais da ilha, nem por Milão, nem pelas milanesas. Comporia algumas peças novas; diria à bela Miranda que jogasse comigo o xadrez, um jogo delicioso, por Deus! imagem da anarquia, onde a rainha come o peão, o peão come o bispo, o bispo come o cavalo, o cavalo come a rainha, e todos comem a todos. Graciosa anarquia, tudo isso sem rodas que andem, nem urnas que falem!



A SEMANA – 93

John Gledson

Na primeira crônica de “A Semana”, em abril de 1892, Machado já descrevera outra cena de eleição falha. Para esta eleição, de grande importância, pois tratava-se de escolher o presidente e o vice-presidente da República, a situação não parece ter melhorado. Nesta cena engraçada e simpática, mas contundente, o cronista mostra que o sistema de votação, tão demorado e ineficiente, chega a ser antidemocrático. É como se se baseasse no que realmente tinha acontecido quando ele acudiu às urnas; os estrangeiros, porém, o francês e o americano – ambos representam regimes *republicanos*, e certamente foram escolhidos por isso mesmo –, são obviamente ficcionais, servindo para realçar os absurdos do processo brasileiro. O “almoço”, naquela época, era a primeira refeição do dia, o que hoje seria o café da manhã.



A SEMANA

4 de março de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Quando eu cheguei à seção onde tinha de votar, achei três mesários e cinco eleitores. Os eleitores falavam do tempo. Contavam os maiores verões que temos tido; um deles opinava que o verão, em si mesmo, não era mau, mas que as febres é que o tornavam detestável. A quanto não ia a amarela? Chegaram mais três eleitores, depois um, depois sete, que, pelo ar, pareciam da mesma casa. Os minutos iam com aquele vagar do costume quando a gente está com pressa. Mais três eleitores. Nove horas e meia. Os conhecidos faziam roda. Uns falavam mal dos gelados,¹ outros tratavam do câmbio. Um velho, ainda maduro, aventou uma boceta de rapé. Foi uma alegria universal. Com quê, ainda tomava rapé? No meu tempo, disse o velho sorrindo, era o melhor laço de sociabilidade; agora todos fumam, e o charuto é egoísta.

Nove e três quartos. Trinta e cinco eleitores. Alguns almoçados. Os almoçados interpretavam o regulamento eleitoral diferentemente dos que o não eram. Daí algumas conversações particulares a meia-voz², dizendo uns que a chamada devia começar às dez horas em ponto, outros que antes.

– Meus senhores, vai começar a chamada, disse o presidente da mesa.

Eram dez horas, menos um minuto. Havia quarenta e sete eleitores. Abriram-se as urnas, que foram mostradas aos eleitores, a fim de que eles vissem que não havia nada dentro. Os cinco mesários já estavam sentados, com os livros, papéis e penas. O presidente fez esta advertência:

– Previno aos Srs. eleitores que as cédulas que contiverem nomes riscados e substituídos não serão apuradas; é disposição da lei nova.

Quis protestar contra a lei nova. Pareceu-me (e ainda me parece) opressiva da liberdade eleitoral. Pois eu escolho um nome, para presidente da República, suponhamos; ou senador, ou deputado que seja; em caminho, ao descer do bonde, acho

¹ Sem dúvida o calor explica a atualidade do assunto.

² Como nota Aurélio, está “„à meia voz” na *Gazeta de Notícias*. Talvez o acento no *a* se deva ao revisor.”

que o nome não é tão bom como outro, e não posso entrar numa loja, abrir a cédula e trocar o voto? Não posso também ceder a um amigo que me diga que a nossa amizade crescerá se eu preferir o Bernardo ao Bernardino? Que é então liberdade? É o verso do poeta: *E o que escrevo uma vez nunca mais borro?*³ Pelo amor de Deus! Tal liberdade é puro despotismo, e o mais absurdo dos despotismos, porque faz de mim mesmo o déspota. Obriga-me a não votar, ou a votar às dez e meia em pessoa que, pouco depois das dez, já me parecia insuficiente. Não é que eu tivesse de alterar as minhas cédulas; mas defendo um princípio.

Tinha começado a chamada e prosseguia lentamente para não dar lugar a reclamações. Nove décimos dos eleitores não respondiam por isto ou por aquilo.

- Antônio José Pereira, chamava o mesário.
- Está na Europa, dizia um eleitor, explicando o silêncio.
- Pôncio Pilatos!
- Morreu, senhor; está no Credo.⁴

Um eleitor, brasileiro naturalizado, francês de nascimento, disse-me ao ouvido:

– Por que não se põe aqui a lei francesa? Na França, para cada eleição há diplomas novos com o dia da eleição marcado, de maneira que só serve para esse. Se fizéssemos isto, não chamaríamos o Sr. Pereira, que desde 1889 vive em Paris, 28 *bis*, rua Breda,⁵ nem o procurador da Judeia, pela razão de que eles não teriam vindo tirar o diploma, oito dias antes. Compreendeis?

- Compreendi; mas há também abstenções.
- Não haveria abstenção de votos. Os abstencionistas não tirariam diplomas.

A chamada ia coxeando. Cada nome, como de regra, era repetido, com certo intervalo, e eu estava três quarteirões adiante. Queixei-me disto ao ex-francês, que me disse:

- Mas, senhor, também este método de chamar pelos nomes é desusado.
- Como é então? Chama-se pelas cores? pelas alturas? pelos números das casas?
- Não, senhor; abre-se o escrutínio por certo número de horas; os eleitores vão chegando, votando e saindo.
- Sério?
- Sério.

³ Palavras do primeiro canto do *Hissope*, poema cômico-satírico de Antônio Dinis da Cruz e Silva (1731-1799), linha 192. Machado se refere mais de uma vez a este poema, e é o modelo principal do seu poema herói-cômico, *O Almada*.

⁴ Machado aqui satiriza as listas antigas, desatualizadas, que ainda serviam para as eleições.

⁵ A data é curiosa: seria o sr. Pereira um monarquista exilado? A personagem creio que é ficcional (duvido que o cronista se referisse a uma pessoa real nesse contexto), mas o endereço é real (menos talvez o *bis* [que seria 28A em português, uma casa ao lado da 28]). A rue Breda (ou Bréda) ficava no 9^{ème} Arrondissement, perto de Pigalle, num bairro de artistas e boêmios (lá vivera Louise Colet, poeta e amante de Flaubert). É a atual rue Henri-Monnier (desde 1905).

– Não creio que nos Estados Unidos da América...

Outro eleitor, brasileiro naturalizado, norte-americano de nascimento, acudiu logo que lá era a mesma coisa.

– A mesma coisa, senhor. Não se esqueça que o *time is money* é invenção nossa. Não seríamos nós que iríamos perder uma infinidade de tempo a ouvir nomes. O eleitor entra, vota, retira-se e vai comprar uma casa, ou vendê-la. Às vezes faz mais, vai casar-se.

– Sem querer saber do resultado da eleição?

– Perdão, o resultado há de ser-lhe dito em altos brados na rua, ou em grandes cartazes levados por homens pagos para isso. Já tem acontecido a um noivo estar dizendo à noiva que a ama, que a adora, e ser interrompido por um pregoeiro que anuncia a eleição do presidente da República. O noivo, que viveu dois meses em *meetings*, bradando contra os republicanos, se é democrata, ou contra os democratas, se é republicano, solta um *hurrah* cordial, e repete que a ama, que a adora...

– Padre Diogo Antônio Feijó!⁶ prosseguia o mesário.

Pausa.

– Padre Diogo Antônio Feijó!

Pausa.

Eu gemia em silêncio. Consultei o relógio,⁷ faltavam sete minutos para as onze, e ainda não começava⁸ o meu quarteirão. Quis espairer, levantei-me, fui até à porta, onde achei dois eleitores, fumando e falando de moças bonitas. Conhecia-os; eram do meu quarteirão. Um era o farmacêutico Xisto, outro um jovem médico, formado há um ano, o Dr. Zózimo. Feliz idade! pensei comigo; as moças fazem passar o tempo; e daí talvez já tenham almoçado...

Enfim, começou o meu quarteirão; respirei, mas respirei cedo, porque a lista era quase toda composta de abstencionistas, e os nomes dos ausentes ou mortos gastam mais tempo, pela necessidade de esperar que os donos apareçam. Outra demora: cinco eleitores fizeram a *toilette* das cédulas à boca da urna, quero dizer que ali mesmo é que as fecharam, passando a cola pela língua, alisando o papel com vagar, com amor, quase que por pirraça. Para quem guarda Deus as paralisias repentinas? As congestões cerebrais? As simples cólicas? Não me pareciam homens que pusessem os princípios

⁶ Feijó (1784-1843) foi regente do império entre 1835 e 1837.

⁷ Aqui, Aurélio tem ponto e vírgula [“Consultei o relógio; faltavam...”]. Como na nota seguinte, parece que “corrige” Machado, e ignora algumas das sutilezas da sua gramática e pontuação. Interessante notar o contraste com o parágrafo seguinte, onde o ponto-e-vírgula é correto, justamente porque há uma pausa maior (“respirei”).

⁸ Aurélio acha que este “começava” talvez esteja, por erro de revisão, em vez de “começara” – parece-nos que o “começava” do jornal faz melhor sentido, por comunicar a impaciência do cronista.

acima de uma pontada aguda. Mas, Deus é grande! chegou a minha vez. Votei e corri a almoçar. Relevem a vulgaridade da ação. Tartufo, neste ponto, emendaria o seu próprio autor:

“Ah! pour être électeur, je n’en suis pas moins homme.”⁹



⁹ “Ah, embora sendo eleitor, não deixo de ser homem.” Citação recorrente, e às vezes adaptada, como aqui. Do ato 3, cena 3, do *Tartuffe*, de Molière, em que o falso devoto tenta seduzir a mulher do seu benfeitor: “Ah, pour être dévot, je n’en suis pas moins homme.” No jornal esta frase em francês está assim, em redondo; Aurélio põe em itálico.

A SEMANA – 94

John Gledson

A notícia que inspirou o primeiro assunto desta crônica saiu na *Gazeta de Notícias* no dia 13 de março, dois dias *depois* dela. Explica-se: o longo artigo, intitulado “O Príncipe da Trindade”, em que constam muitos detalhes que Machado usa, fora “transcrito do *Figaro*, de Paris”. Pode ser que Machado tenha lido noutro jornal, ou até que tenha visto a reportagem original na redação da *Gazeta*. O aventureiro americano James Harden-Hickey tinha parado no Atlântico Sul em fins de 1893, e se tinha proclamado Príncipe James I da ilha da Trindade. Em nota, citamos mais alguns detalhes desse episódio, cômico sem dúvida – “de opereta” como diz o *Figaro* – mas profundamente típico deste período de imperialismo aventureiro: um miniencilhamento, de fato, com emissão de “obrigações” aos futuros colonos, e trabalho praticamente escravo. Em 1897, depois de uma tentativa britânica de se apoderar de mais essa ilha atlântica (já possuía Santa Helena, Ascensão, Tristão da Cunha e as Malvinas), o Brasil ficou com ela definitivamente. Ver também a crônica de 18 de julho de 1895.

Enquanto isso, o Encilhamento original continuava a fazer estragos – a quebra do conde Sebastião de Pinho, com título português quase tão recente como o do “Príncipe” Harden-Hickey, é típica. Quem se beneficiaria do que restava era o credor principal, a Companhia Forjas e Estaleiros; os credores menores não recebiam nada. O tema das dívidas colossais, mais fáceis de suportar que as menores, é reiterado por Machado, e reaparece, por exemplo, no conto “Suje-se gordo!”

Esta crônica consta de *A Semana*, de Mário de Alencar, p. 115-119.



A SEMANA

11 de março de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Escrevo com o pé no estribo. É um modo de dizer, que talvez esteja prestes a mudar de clima. Para onde, não sei. Se consultasse o meu desejo, iria para a ilha da Trindade. Pelo que leio, foi um cidadão norte-americano, casado com uma linda moça de New York, que entrou pela ilha dentro, não achou viva alma, tomou conta do território e trata de colonizá-lo.¹ Dizem as notícias que a ilha será um principado, e já tem o seu brasão: um triângulo de ouro com uma coroa ducal. Dizem mais que o posseiro já embarcou para a Europa, a fim de ser reconhecido pelas potências. Justamente o contrário do que eu faria; mas se os gostos fossem iguais, já não haveria mundo neste mundo.

Eu, entrado que fosse na ilha, começava por não sair mais dela; far-me-ia rei sem súditos. Ficaríamos três pessoas, eu, a rainha e um cozinheiro. Mais tarde, poetas e

¹ Eis aqui alguns trechos do artigo do *Figaro*, transcrito na *Gazeta* no dia 13 de março: “Há já três meses que o *New York Herald* anunciou a nova e surpreendente encarnação do Sr. Harden Hickey, hoje príncipe soberano da Ilha da Trindade. Depois disso, os acontecimentos progrediram, e a chancelaria do novo príncipe, provisoriamente assentada em New York, 18, West Fifty-Second Street, noticiou oficialmente às potências dos dois mundos que tomara posse da ilha da Trindade, e que, atenta à ausência de habitantes, se proclamara ele próprio príncipe soberano.” (...) “Deixando a França [Harden-Hickey] foi para a América. Chegando aos Estados Unidos, fundou um jornal católico, e pouco depois casou-se com miss Fagler, uma americana rica.” (...) “Os moradores achariam também alimentação abundante e sérios recursos industriais no peixe e nas tartarugas, que pululam nos arredores da ilha, assim como nas aves marinhas, que ali se reúnem em quantidade enorme e formam importantes depósitos de guano. Foi naquele canto paradisíaco, espécie de pequeno Peru [o Peru tinha explorado o guano das suas ilhas, vendido como fertilizante, um célebre *boom*], que o barão Harden Hickey pensou em coroar a série das suas aventuras, criando um minúsculo reino ideal (...). Efetivamente, o príncipe adota como forma de governo uma ditadura militar. (...) O principado da Trindade será um quartel, onde qualquer ato de insubordinação ou qualquer delito trará a expulsão imediata. Os primeiros colonos serão homens escolhidos, que o barão recrutará pela engenhosa forma que se segue: o Estado emitirá obrigações até 500.000 francos, sendo cada uma de 1.000 francos. Todo subscritor de dez obrigações terá direito ao transporte para a ilha, à alimentação e custeio durante um ano após a chegada (...). Afora estes colonos-subscritores, que de alguma sorte constituirão a aristocracia do principado, serão recrutados negros ou coolies para o trabalho rude, a que os brancos não se podem entregar num clima tropical. As armas do principado da Trindade consistem num triângulo em campo de goles, dentro dum escudo coberto por uma coroa quase semelhante à dos príncipes do santo império.”

historiadores concordariam em dizer que as três pessoas da ilha é que deram ocasião ao título desta; a diferença é que os poetas diriam a coisa em verso, sem documentos, e os historiadores di-la-iam em prosa com documentos. Entretanto, não só o título é anterior, mas não haveria em mim a menor intenção simbólica.

Rei sem súditos! Oh! sonho sublime! imaginação única! Rei sem ter a quem governar, nem a quem ouvisse, sem petições, nem aborrecimentos. Não haveria partido que me atacasse, que me espiasse, que me caluniasse, nem partido que me bajulasse, que me beijasse os pés, que me chamasse sol radiante, leão indômito, cofre de virtude, o ar e a vida do universo. Quando me nascesse uma espinha na cara, não haveria uma corte inteira para me dizer que era uma flor, uma açucena, que todas as pessoas bem constituídas usavam por enfeite:² nenhum, mais engenhoso que os outros, acrescentaria: “Senhor, a natureza também tem as suas modas.” Se eu perdesse um pé, não teria o desprazer de ver coxear os meus vassalos.

Entretanto, para que a mentira não se pudesse supor exilada do meu reino, eu ensinaria à rainha e ao cozinheiro uma geografia nova; dir-lhes-ia que a terra era um pão de açúcar, ou uma pirâmide, para ser mais egípcio, e que a minha ilha era o cume da pirâmide. Tudo mais estava abaixo. O sol não era propriamente um sol, mas um mensageiro que me traria todos os dias as saudações da parte inferior da terra. As estrelas, suas filhas, incumbidas de velar-me à noite, eram as aias destinadas unicamente ao rei da Trindade.

– Mas também em Nova York há estrelas e na Virgínia, e na Califórnia, diria a rainha da Trindade durante as primeiras lições.

– Jasmim do Cabo (este é o nome que eu lhe daria), Jasmim do Cabo e do meu coração, as estrelas de Nova York, da Califórnia e da Virgínia não são filhas do sol, mas enteadas. Hás de saber que o sol é casado em segundas núpcias com a lua, que lhe trouxe todas essas filhas que operam lá embaixo. As daqui são filhas dele mesmo; são as de raça pura e divina.

E eu acabaria crendo nos meus próprios sonhos, que é a vantagem deles, e a mais positiva do mundo. Prova disso é a notícia da moratória dada esta semana a um comerciante, por credores de cerca de sete mil contos.³ Foi tal o efeito que isto produziu em mim, que eu entrei a supor-me devedor de sete, de dez, de vinte mil contos. Comecei por uma pontinha de inveja; não pela moratória, que para mim seria indiferente; com ela ou sem ela, o principal é dever tantos mil contos de réis. As pequenas dívidas são

² Aqui, Aurélio tem ponto e vírgula.

³ A notícia sobre esta moratória, concedida ao conde Sebastião de Pinho (título criado em 29 de julho de 1891 pelo rei de Portugal), apareceu na primeira página da *Gazeta* na terça-feira, 6 de março. “Foi concedida a moratória por todos os credores quirografários [isto é, que não gozavam de preferência em relação aos demais], representando a importância de 6.797:565\$000 (...). O Dr. juiz declarou que, à vista da deliberação dos credores, havia por homologada a concessão da moratória impetrada, nos termos do art. 115 do decreto 917 de 1890.”

aborrecidas como moscas. As grandes, logicamente, deviam ser terríveis como leões, e são mansíssimas.

Cri-me devedor dos sete mil contos, tanto mais feliz quanto que não lidara com dinheiros tão altos. Este sonho, que afligiria a espíritos menos sublimes, para mim foi tal que se converteu em realidade, e não pude acabar de crer que não devia nada, quando o meu criado me quis provar hoje de manhã que todas as minhas pequenas contas estavam pagas. As pequenas, creio; mas as grandes? Sim, eu devo ainda, pelo menos, uns cinco mil contos. Que não posso dever vinte mil! Quem não prefere ser devedor de vinte mil contos, a ser credor de quatro patacas?

Demais, tenho veneração aos grandes números. Acho que a marcha da civilização explica-se pelo crescimento numérico dos séculos. Que podia ser o século IV em comparação com o século XIX? Que poderá ser o século XIX, em comparação com o século MDCCCLXXXVIII? O maior número implica maior perfeição.

Vede o obituário. À medida que vai crescendo, deixa de ser a lista vulgar dos outros dias: impõe, aterra. Já é alguma coisa morrerem para mais de cento e setenta pessoas.⁴ Podemos chegar a duzentas e a trezentas. Certamente não é alegre; há espetáculos mais joviais, leituras mais leves; mas o interesse não está na leveza nem na alegria. A tragédia é terrível, é pavorosa, mas é interessante. Depois, se é verdade que os mortos governam os vivos,⁵ também o é que os vivos vivem dos mortos. Esta outra ideia é banal, mas não podemos deixar de reconhecer que os alugadores de carros, os cocheiros, os farmacêuticos, os físicos (para falar à antiga),⁶ os marmoristas, os escritvães, os juizes, alfaiates, sem contar a Empresa Funerária, ganham com o que os outros perdem. *Ex fumo dare lucem.*⁷

Mas deixemos números tristes, e venhamos aos alegres. O dos concorrentes literários da *Gazeta* é respeitável.⁸ Por maior que seja a lista dos escritos fracos, certo é

⁴ Na quinta-feira, dia 8 de março, numa notícia sem destaque, a *Gazeta* diz: “Sepultaram-se anteontem nos cemitérios desta capital 178 pessoas, das quais faleceram de acesso pernicioso 8, febre amarela 102, outras febres 13.”

⁵ Lema positivista, escrito, p. ex., na entrada da Igreja Positivista no Rio de Janeiro, e que se origina no *Catéchisme positiviste*, de Auguste Comte (1798-1857): “Les morts gouvernent les vivants”.

⁶ Isto é, médicos.

⁷ O lema da companhia do gás, citado da *Ars poetica* de Horácio. Ver a crônica de 21 de agosto de 1892, nota 1. Na *Gazeta*: *Ex fumo darem lucem*.

⁸ Anuncia-se na *Gazeta* na terça-feira, dia 6 de março, que Machado, junto com Sílvio Romero, Silva Ramos, Capistrano de Abreu e Ferreira de Araújo, participaria do júri deste concurso, promovido em parte para “aliviar as graves tensões” criadas pela Revolta, segundo uma nota a respeito na *Correspondência* de Machado, v. 3, p. 40-41. O resultado fora anunciado na sexta-feira, 9 de março, e o primeiro prêmio foi dado a Carlos Magalhães de Azeredo (ver nota seguinte) pelo conto “Beijos... Beijos...” O relatório do júri transcrito nesse dia é um curioso documento sobre os gostos literários da época e do momento. Dos 91 contos submetidos, foram postos fora de concurso 61. Dos restantes, comentam alguns, na *Gazeta* de 9 de março. “A *Provinciana* é um conto bem feito; não o premiamos nem publicamos, porque o assunto é fresco demais para o jornal, cuja leitura as mães permitem às filhas, e principalmente porque um de nós tem ideia de ter lido coisa parecida em um livro de Guy de Maupassant”. Há outras insinuações de plágio e até de tradução.

que ainda ficou boa soma de outros, e dos vencidos ainda os haverá que pugnem mais tarde e vençam. Bom é que, no meio das preocupações de outra ordem, as musas não tenham perdido os seus devotos e ganhem novos. Magalhães de Azeredo,⁹ que ficou à frente de todos, pode servir de exemplo aos que, tendo talento como ele, quiserem perseverar do mesmo modo. Vivam as musas! Essas belas moças antigas não envelhecem nem desfeiam. Afinal é o que há mais firme debaixo do sol.



⁹ Carlos Magalhães de Azeredo (1872-1963): poeta jovem e amigo de Machado, que carteara com ele desde 1889 e que depois ingressou na diplomacia. A volumosa correspondência entre ambos está publicada e encontra-se, otimamente anotada, na edição da *Correspondência* de Machado publicada pela Academia Brasileira de Letras. As *Memórias* de Azeredo, também publicadas pela Academia, de que foi um dos membros fundadores, e que cobrem a sua infância e juventude, vão até 1898. São muito interessantes para quem quiser conhecer a época, bem escritas, se bem que às vezes um tanto piegas. Na *Gazeta*, está Magalhães Azeredo, sem “de”.

A SEMANA – 95

John Gledson

No dia 12 de março, apareceu nos jornais um ultimato dirigido pelo governo de Floriano aos rebeldes, informando que chegara a hora de pôr fim à revolta, e que para isso as forças da legalidade usariam todos os meios ao seu dispor: “é fixado o prazo de 48 horas, a terminar ao meio-dia de terça-feira próxima, 13 do corrente, para o começo das hostilidades” e que “desta sorte, pois, avisa às pessoas que desejarem ausentar-se da cidade, que o podem fazer sem precipitação nem tumulto, confiadas nas providências do governo.” No dia seguinte, dia 13, a *Gazeta* noticia que “a manhã de ontem foi de verdadeiro reboiço para grande parte da população desta capital. Por todas as ruas desta cidade viam-se grupos, famílias inteiras, magotes, que fugiam para o interior, em consequência do convite oficial que foi dirigido à população, durante todo o dia de ontem. (...) O dia de hoje naturalmente prolongará a série de fugas precipitadas, como se deu ontem. Ao meio-dia mais ou menos as baterias começaram a bombardear a ilha das Cobras [ilha muito próxima ao centro da cidade, e que estava ocupada pelos rebeldes].” Avisou-se que a *Gazeta* não se publicaria no dia seguinte, dia 15. No dia 16, a reportagem sobre a revolta diz que há boatos que o almirante Saldanha da Gama, chefe da esquadra revoltosa, consultara o comandante do *Mindelo*, navio português, se podia contar com asilo para ele e os seus oficiais. Os tiros do meio-dia do dia 13 não tiveram seguimento. Nesse dia, “ao passo que um número notável de pessoas se retiravam do centro da cidade para os subúrbios (...) um número não menor de curiosos procurava os pontos elevados de onde, relativamente abrigados, poderiam observar o espetáculo, que prometia ser grandioso. As horas, porém, passaram-se, e o bombardeio limitou-se aos tiros com que as forças de terra chamavam os revoltosos, que não respondiam”. Era o fim da revolta.

Na sua casa de Cosme Velho, bem terra adentro, Machado estaria ao abrigo de quaisquer tiros – ouviria realmente os tiros do meio-dia, como diz? Vê só as mulas, “cansadas de levar tanta gente”, e os espectadores, “com óculos e binóculos”, que

sobem aos morros. “Foge”, novamente, para a literatura, e revela um conhecimento extenso e detalhado da *Iliada*, o grande poema da guerra.

Esta crônica consta de *A Semana*, de Mário de Alencar, p.119-123.



A SEMANA

18 de março de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Logo que se anunciou a batalha do dia 13, recolhi-me a casa, disposto a não aparecer antes de tudo acabado. Convidaram-me a subir a um dos morros, onde o perigo era muito menor que o sol; mas o sol era grande. Nem a vista dos homens que passavam, desde manhã, com óculos e binóculos, me animou a ir também ver a batalha. A preguiça ajudou o temor, e ambos me ataram as pernas.

Em casa, ocorreu-me que podia ter a visão da batalha, sem sol nem fadiga. Era bastante que me ajudasse o gênio humano com o seu poder divino. A história, por mais animada que fosse, não sei se me daria a própria sensação da coisa. A poesia era melhor; Homero, por exemplo, com a *Iliada*. Nada mais apropriado que este poema. Troia, um campo entre a cidade e os navios, e no campo e nos navios as tropas gregas. Aqui as fortalezas e as balas formariam o campo.

Ouçõ uma objeção. A pólvora não estava inventada no tempo de Homero. É certo; mas também é certo que outras coisas havia no tempo de Homero, que totalmente se perderam. Nem eu pedia mais que a vista da realidade por sugestão da poesia.

Ao meio-dia, troando os primeiros tiros, abri o poeta. Pouco a pouco fui mergulhando na ação cantada. As pancadas que os cocheiros de bondes davam com os pés, para instigar as mulas, cansadas de puxar tanta gente, já me pareciam o tumulto dos carros dos guerreiros. Percebi o efeito da leitura. Quando o meu criado me levou ao gabinete uma cajuada, cuidei que era a deusa Hebe¹ que me servia uma taça de néctar, e disse:

– Hebe divina, graças à tua excelsa bondade, vou apreciar esta delícia, desconhecida aos homens.

José Rodrigues, com espanto de si mesmo, retorquia-me:

– Tu és já um deus, tu estás no próprio Olimpo, ao lado de Júpiter.

Vi que era assim mesmo. Mas, em vez de entrar na luta dos homens, como os outros deuses, meus colegas, deixei-me estar mirando o furor dos combates, o retinir das

¹ A deusa da Juventude, filha de Zeus (Júpiter) e Hera (Juno), e que servia vinho aos outros deuses. V. p.ex. a *Iliada*, IV, 2.

lanças nos broquéis, o estrondo das armaduras quebradas, o sangue que corria dos peitos, das pernas e dos ombros, os homens que morriam e as vozes grandes de todos. Era belo ver os deuses intervindo na pugna, disfarçados em pessoas da terra, desviando os golpes de uns, guiando a mão de outros, cobrindo a estes com uma nuvem para fazê-los sair do campo, falando, animando, descompondo, se era preciso. Os seus próprios ardis eram admiráveis.

De quando em quando, a memória e o ouvido juntavam-se à leitura, e a realidade ia de par com a ficção. Assim, no momento em que Marte, lanceado por Diomedes, volta ao céu, onde Péon lhe deita um bálsamo suavíssimo, na ferida, que o faz sarar logo,² veio-me à lembrança a notícia lida naquela manhã de estarem fechadas todas as farmácias da cidade, menos a do Sr. Honório Prado.³ Depois, quando o capacete de Agamêmnon recolhe os sinais dos guerreiros, o arauto os agita, e tira-se à sorte qual será o valente que terá de lutar com Heitor,⁴ ouvi, lembro-me bem que ouvi uma voz conhecida na rua: “Um de resto! vinte contos!” Tudo, porém, se confundia na minha imaginação; e a realidade presente ou passada era prontamente desfeita na contemplação da poesia.

Todos os guerreiros me apareciam, com as armas homéricas, rutilantes e fortes, os seus escudos de sete e oito couros de boi, cobertos de bronze, os arcos e setas, as lanças e capacetes, Agamêmnon, rei dos reis, o divino Aquiles, Diomedes, os dois Ájax, e tu, artificioso Ulisses, enfrentando com Heitor, com Eneias, com Páris, com todos os bravos defensores da santa Ílion. Via o campo coalhado de mortos, de armas, de carros. As cerimônias do culto, as libações e os sacrifícios vinham temperar o espetáculo da cólera humana; e, posto que a cozinha de Homero seja mais substancial que delicada, gostava de ver matar um boi, passá-lo pelo fogo e comê-lo com essa mistura de mel, cebola, vinho e farinha, que devia ser mui grata ao paladar antigo.

A ação ia seguindo, com a alternativa própria das batalhas. Ora perdia um, ora outro. Este avançava até à praia, depois recuava, terra dentro. O clamor era enorme, as mortes infinitas. Heróis de ambos os lados caíam, ensopados em sangue. O terror desfazia as linhas, a coragem as recompunha, e os combates sucediam aos combates. Eu, do Olimpo, mirava tudo, tão tranquilo como agora que escrevo isto. Minto; não podia esquivar-me à comoção dos outros deuses. Assim, quando Pátroclo, vendo os seus quase perdidos, saiu a combater com as armas de Aquiles, senti a grandeza do espetáculo;⁵ mas nem esse nem outro gosto algum pode ser comparado ao que me deu o próprio Aquiles, quando soube que o amigo morrera às mãos de Heitor.

² Cena no final do livro V da *Iliada*: Ares, nome grego do deus, é odiado pelos outros deuses e até pelo pai dele, Zeus, pelo seu caráter sanguinário.

³ Ver a crônica de 25 de fevereiro, nota 3. Não encontrei este aviso.

⁴ Cena da *Iliada*, livro VII, v. 161 ss. Os guerreiros mencionados no próximo parágrafo todos participam. O arauto é Nestor.

⁵ Cena da *Iliada*, livro XVI, v. 125 ss.: pela primeira vez, os troianos conseguem queimar um navio grego, e Aquiles, que se recusara a combater, dá ao amigo as armas, para que combata em seu lugar.

Vi, ninguém me contou, vi as lágrimas e a fúria do herói. Vi-o sair com as novas armas que o próprio Vulcano fabricou para ele; vi depois ainda novos e terríveis combates.⁶ No mais renhido deles, desceram todos os deuses e dividiram-se entre os exércitos, conforme as suas simpatias. Só ficamos Júpiter e eu. E disse-me o rei dos deuses:

– Anônimo (chamo-te assim, porque ainda não tens nome no céu), contempla comigo este quadro não menos deleitoso que acerbo. Até os rios buscaram combater Aquiles;⁷ mas o filho de Peleu vencerá a todos.

Não direi o que vi, nem o que ouvi: teria de repetir aqui uma interminável história. Foi medonho e belo. Os deuses, mais que nunca, ajudavam os homens. Momento houve em que eles próprios combateram uns com outros, entre grandes palavradas, cão, cadela, e muito murro, muita pedrada, uma luta de raivas e despeitos. Enfim, Aquiles matou Heitor.⁸ Jamais esquecerei as lamentações das mulheres troianas. Assisti depois às festas da vitória, corridas a cavalo e a pé, o disco e o pugilato.

Eram seis horas da tarde, quando me chamaram para jantar. Pessoas vindas dos morros próximos contaram que não houvera batalha alguma; desmenti esse princípio de balela, referindo tudo o que vira, que foi muito, longo e áspero. Não me deram crédito. Um insinuou que eu tinha o juízo virado. Outro quis fazer-me crer que a fogueira em que ardiam os restos de Heitor, era um simples incêndio na ilha das Cobras. Os jornais estão de acordo com os meus contraditores; mas eu prefiro crer em Homero, que é mais velho.



⁶ Para a famosa cena da fabricação das armas de Aquiles por Vulcano (Hephaestos), e a descrição do escudo, *Iliada*, livro XVIII, v. 468 ss. Os combates subsequentes, com a intervenção dos deuses, começam no livro XX.

⁷ No livro XXI, linhas 228 ss., o rio Xanto, numa cena muito dramática, luta do lado dos troianos e tenta afogar Aquiles, que é salvo pelos deuses.

⁸ Aquiles mata Heitor no livro XXII da *Iliada*, v. 320 ss.; as lamentações das mulheres de Troia, mais adiante no mesmo livro. Os jogos, corridas etc., ocupam o livro XXIII.

A SEMANA – 96

John Gledson

Machado dá um mergulho no passado, em parte sem dúvida para fugir do presente: mesmo assim, sente-se certa ânsia em levar o (jovem) leitor consigo. As lembranças são da infância (o cantor), e dos anos 1860 (os amigos escritores e a ópera nacional), e finalmente da Guerra do Paraguai. O assunto não é só o tempo passado, é a rapidez, a aceleração das mudanças. Como noutros momentos, o divisor de águas é o fim da década de 1860 e o começo de 1870 – o fim da Guerra do Paraguai e a Lei do Ventre Livre, de setembro de 1871. No fim, na igreja com pouca gente (em parte por causa da fuga de muitos para escapar do conflito naval), o cronista contrapõe o pessimismo do *Eclesiastes*, um dos livros da Bíblia que mais cita, com a esperança de calma e justiça representada pelo Sermão da Montanha.

Esta crônica consta de *A Semana*, de Mário de Alencar, p. 123-127.



A SEMANA – 96

25 de março de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

A semana foi santa, – mas não foi a semana santa que eu conheci, quando tinha a idade de mocinho nascido depois da guerra do Paraguai. Deus meu! Há pessoas que nasceram depois da guerra do Paraguai! Há rapazes que fazem a barba, que namoram, que se casam, que têm filhos, e, não obstante, nasceram depois da batalha de Aquidabã!¹ Mas então que é o tempo? É a brisa fresca e preguiçosa de outros anos, ou este tufão impetuoso que parece apostar com a eletricidade? Não há dúvida que os relógios, depois da morte de López, andam muito mais depressa. Antigamente tinham o andar próprio de uma quadra em que as notícias de Ouro Preto gastavam cinco dias para chegar ao Rio de Janeiro. Ia-se a S. Paulo por Santos. Ainda assim, na semana, os estudantes de direito desciam a serra de Cubatão e vinham tomar o vapor de Santos para o Rio. Que digo? Caso houve em que vieram unicamente assistir à primeira representação de uma peça de teatro. Lembras-te, Ferreira de Meneses? Lembras-te, Sizenando Nabuco?² Não respondem; creio que estão mortos.

Aí vou escorregando para o passado, coisa que não interessa no presente. O passado que o jovem leitor há de saborear é o presente, lá para 1920, quando os relógios e os almanaques criarem asas. Então, se ele escrever nesta coluna, aos domingos, será igualmente insípido com as suas recordações: “Tempo houve (dirá ele) em que o primeiro Frontão³ da rua do Ouvidor, descendo, à esquerda, perto da rua de Gonçalves Dias, era uma confeitaria, a confeitaria Pascoal. Este nome, que nenhuma comoção

¹ À margem do rio Aquidabã, Francisco Solano López foi morto, em março de 1870, por ocasião do combate de Cerro Corá, o que pôs fim à Guerra do Paraguai.

² José Inácio Gomes Ferreira de Meneses (1845-1881), jornalista, teatrólogo e poeta, amigo e colega de Machado na juventude de ambos. Em *O Futuro* (31 de janeiro de 1863) Machado escreveu uma crítica amistosa mas honesta da peça *A mancenilha*, da lavra dele; dispomos de três cartas de Meneses para Machado, todas da década de 1860. Sizenando Nabuco (1842-1892), irmão mais velho de Joaquim, dramaturgo, advogado e político. A amizade com Sizenando, apenas três anos mais novo que Machado, talvez fosse mais íntima que com o irmão mais famoso: também dele dispomos de três cartas para Machado, da mesma década de 60.

³ Esta palavra está escrita, assim, com inicial maiúscula; era uma casa de jogo, onde se apostava na pelota; o cronista estará insinuando que em 1920 essa instituição recente se terá alastrado.

produz na alma do rapaz nascido com o século, acorda em mim saudades vivíssimas. A casa da mesma rua, esquina da dos Ourives, onde ainda ontem (perdoem ao guloso) comprei um excelente paio, era uma casa de joias, pertencente a um italiano, um Farani, César Farani, creio, na qual passei horas excelentes.⁴ Fora, fora, memórias importunas!”

Assim poderá escrever o leitor, em 1920, nesta ou noutra coluna,⁵ e para os jovens desse ano não será menos aborrecido.

Mas, por isso mesmo que os há de enfadar, deixe-me enfadá-lo um pouco, repetindo que a semana santa que acabou ontem ou acaba hoje não é a semana santa anterior à passagem do Passo da Pátria ou ao último ministério Olinda.⁶

As semanas santas de outro tempo eram, antes de tudo, muito mais compridas. O domingo de Ramos valia por três. As palmas que se traziam das igrejas eram muito mais verdes que as de hoje, mais e melhor. Verdadeiramente já não há verde. O verde de hoje é um amarelo escuro. A segunda-feira e a terça-feira eram lentas, não longas; não sei se percebem a diferença. Quero dizer que eram tediosas, por serem vazias.⁷ Raiava, porém, a quarta-feira de trevas; era o princípio de uma série de cerimônias, e de ofícios, de procissões, de sermões de lágrimas, até o sábado de aleluia, em que a alegria reaparecia, e finalmente o domingo de Páscoa que era a chave de ouro.

Tenho mais critério que meu sucessor de 1920; não quero matá-lo com algumas notícias que ele não há de entender. Como entender, depois da passagem de Humaitá,⁸ que as procissões do enterro, uma de S. Francisco de Paula, outra do Carmo,⁹ eram tão compridas que não acabavam mais? Como pintar-lhe os andores, as filas de tochas inumeráveis, as Marias Beús,¹⁰ segundo a forma popular, o centurião, e tantas outras partes da cerimônia, não contando as janelas das casas iluminadas, acolchoadas e atopedadas de moças, bonitas, – moças e velhas, – porque já naquele tempo havia algumas pessoas velhas, mas poucas. Tudo era da idade e da cor das palmas verdes. A velhice é uma ideia recente. Data do berço de um menino que eu vi nascer com o ministério Sinimbu.¹¹ Antes deste, – ou mais exatamente, antes do ministério Rio

⁴ Já na crônica de 13 de fevereiro de 1889, de “Bons Dias!”, Machado mencionou estas duas lojas

⁵ Esta vírgula, presente na edição Aurélio, não está no jornal.

⁶ Passo da Pátria: o nome dado à invasão do Paraguai pelas tropas da Tríplice Aliança, em abril de 1866; o último ministério chefiado pelo liberal marquês de Olinda durou de 12 de maio de 1865 a 3 de agosto de 1866, quando foi substituído por Zacarias de Góis.

⁷ Mário de Alencar e Aurélio ambos têm “várias”, que será uma leitura correta do jornal (a palavra infelizmente não se lê bem no microfilme), mas não se tratará de um erro dos revisores?

⁸ Momento-chave da Guerra do Paraguai, a 19 de fevereiro de 1868, quando a esquadra brasileira transpôs a posição mais forte dos paraguaios, numa curva do rio Paraguai.

⁹ Duas das igrejas mais importantes do centro da cidade, a primeira no largo de S. Francisco, no fim da rua do Ouvidor, a segunda, outrora a Capela Imperial, na rua Primeiro de Março.

¹⁰ A Maria Beú é a figura de Santa Verônica nas procissões de Semana Santa, ainda em alguns lugares do interior. Ela canta a Jesus, e desenrola um fac-símile do véu com que limpou o suor dele. No YouTube há vários vídeos dessas figuras, todos de Oeiras, Piauí.

¹¹ Ministério liberal, chefiado por João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, que subiu em 5 de janeiro de 1878.

Branco,¹² – tudo era juvenil no mundo, não juvenil de passagem, mas perpetuamente juvenil. As exceções, que eram raras, vinham confirmar a regra.

Não entenderíeis nada. Nem sei se chegareis a entender o que me sucedeu agora, indo ver o ofício da Paixão em uma igreja. Outrora, quando de todo o sermão da montanha eu só conhecia o padre-nosso, a impressão que recebia era mui particular, uma mistura de fé e de curiosidade, um gosto de ver as luzes, de ouvir os cantos, de mirar as alvas e as casulas, o hissope e o turíbulo. Entrei na igreja. A gente não era muita; sabe-se que parte da população está fora daqui. Metade dos fiéis ali presentes eram senhoras, e senhoras de chapéu. Nunca me esqueceu o escândalo produzido pelos primeiros chapéus que ousaram entrar na igreja em tais dias; escândalo sem tumulto,¹³ nada mais que murmuração. Mas o costume venceu a repugnância, e os chapéus vão à missa e ao sermão. Algumas senhoras rezavam por livros, outras desfiavam rosários, as restantes olhavam só ou rezariam mentalmente. Não quero esquecer um velho cantor de igreja, que ali achei, e que, em criança, ouvira cantar nas festas religiosas; creio que nunca fez outra coisa, salvo o curto período em que o vi no coro da defunta Ópera Nacional.¹⁴ Que idade teria? Sessenta, setenta, oitenta...

Soou o cantochoão. Chegou-me o incenso. A imaginação deixou-se-me embalar pela música e inebriar pelo aroma, duas fortes asas que a levaram de oeste a leste. Atrás dela foi o coração, tornado à simpleza antiga. E eu ressurgi, antes de Jesus. E Jesus apareceu-me antes de morto e ressuscitado, como nos dias em que rodeava a Galileia, e, abrindo os lábios, disse-me que a sua palavra dá solução a tudo.

– Senhor, disse eu então, a vida é aflitiva, e aí está o Eclesiastes que diz ter visto as lágrimas dos inocentes, e que ninguém os consolava.

– Bem-aventurados os que choram, porque eles serão consolados.

– Vede a injustiça do mundo. “Nem sempre o prêmio é dos que melhor correm:¹⁵ diz ainda o Eclesiastes, e tudo se faz por encontro e casualidade.”

– Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque eles serão fartos.

– Mas é ainda o Eclesiastes que proclama haver justos, aos quais provêm males...

– Bem-aventurados os que são perseguidos por amor da justiça, porque deles é o reino do céu.¹⁶

¹² Ministério conservador, chefiado por José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco, dos mais importantes do império, que durou de 7 de março de 1871 a 25 de junho de 1875 e foi responsável pela Lei do Ventre Livre.

¹³ Essa vírgula, ausente no jornal, está na edição revista por Aurélio.

¹⁴ A Ópera Nacional, fundada em 1857 pelo espanhol exilado d. José Amat, foi uma tentativa de promover óperas nativas, apresentando “cada ano, pelo menos uma nova ópera brasileira”. Conseguiu apresentar cinco óperas de brasileiros natos (inclusive *A noite do castelo*, de Carlos Gomes), e duas de estrangeiros radicados no Brasil. Foi extinta em 1863.

¹⁵ Os dois-pontos estão no jornal: Aurélio substitui por vírgula.

¹⁶ Eclesiastes 4:1; 9:11; 8:14, S. Mateus 5:4; 5:6; 5:10.

E assim por diante. A cada palavra de lástima respondia Jesus com uma palavra de esperança. Mas já então não era ele que me aparecia, era eu que estava na própria Galileia, diante da montanha, ouvindo com o povo. E o sermão continuava. Bem-aventurados os pobres de espírito. Bem-aventurados os pacíficos. Bem-aventurados os mansos...



A SEMANA – 97

John Gledson

Esta crônica, começando por uma ironia habitual sobre a futilidade e a preguiça do Conselho Municipal e, em particular, sobre os longos e pedantes discursos do sr. Capelli, logo sai para um assunto muito do jeito do cronista. Machado era conservador no sentido de acreditar que as coisas não mudam assim tão rapidamente, e muito cético em relação às correntes filosóficas que acreditavam no progresso inevitável. Preferia até as antigas denominações das ruas (do Sabão, do Cano etc.), por mais simples ou primitivas que parecessem. Quatro das figuras que aparecem no penúltimo parágrafo – Messalina, Suetônio, Lucrecia Bórgia e Gregorovius – já se encontraram juntas no cap. IV de *Memórias póstumas de Brás Cubas*.

Esta crônica consta de *A Semana*, de Mário de Alencar, p. 127-130.



A SEMANA

1º de abril de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Enfim! Vai entrar em discussão no Conselho Municipal o projeto que ali apresentou o Sr. Dr. Capelli, sobre higiene.¹ Ainda assim, foi preciso que o autor o pedisse, anteontem. Já tenho lido que o conselho trabalha pouco, mas não aceito em absoluto esta afirmação. Conselho Municipal ou Câmara Municipal, a instituição que dirige os serviços da nossa velha e boa cidade, foi sempre objeto de censuras, às vezes com razão, outras sem ela, como aliás acontece a todas as instituições humanas.

Trabalhe pouco ou muito, é de estimar que traga para a discussão o projeto do Sr. Dr. Capelli. Se ele não resolve totalmente a questão higiênica (nem a isso se propõe) pode muito bem resolvê-la em parte. Não entro no exame dos seus diversos artigos; basta-me o primeiro. O primeiro artigo estabelece concurso para a nomeação dos comissários de higiene, que se chamarão de ora avante inspetores sanitários.

É discutível a ideia do concurso. Não me parece claro que melhore o serviço, e pode não passar de simples ilusão. O artigo, porém, dispõe, como ficou dito, que os comissários de higiene se chamem de ora avante inspetores sanitários, e essa troca de um nome por outro é meio caminho andado para a solução. Os nomes velhos ou gastos tornam caducas as instituições. Não se melhora verdadeiramente um serviço deixando o mesmo nome aos seus oficiais. É do Evangelho, que não se põe remendo novo em pano velho.² O pano aqui é a denominação. O próprio Conselho Municipal tem em si um exemplo do que levo dito. Câmara Municipal não era mau nome, tinha até um ar democrático; mas estava puído. O nome criou a personagem da coisa, e a má fama levou consigo a obra e o título. Conselho Municipal, sendo nome diverso, exprime a mesma ideia democrática, é bom e é novo.

¹ Para o dr. Capelli, ver a crônica de 21 de janeiro, nota 5. A *Gazeta*, falando da reunião de 30 de março, limita-se a dizer que ele “fez longas considerações acerca da salubridade pública e medidas imprescindíveis de higiene que, a seu ver, devem ser urgentemente adotadas.” Frequentemente, o Conselho Municipal (nome dado pelo novo regime) não tinha sessão por falta de quórum.

² Mateus 9:17.

Outro exemplo, e de fora. Sabe-se que a câmara dos lordes está arriscada a descambar no ocaso, ou a ver-se muito diminuída.³ Não duvido que os seus últimos atos tenham dado lugar à guerra que lhe movem, com o próprio chefe do governo à frente, se é certo o que nos disse há pouco um telegrama. Mas quem sabe se, trocando oportunamente o título, não teria ela desviado o golpe iminente, embora ficasse a mesma coisa, ou quase?

Conta-se de um homem (creio que já referi esta anedota)⁴ que não podia achar bons copeiros. De dois em dois meses, mandava embora o que tinha, e contratava outro. Ao cabo de alguns anos chegou ao desespero; descobriu, porém, um meio com que resolveu a dificuldade. O copeiro que o servia então, chamava-se José. Chegando o momento de substituí-lo, pagou-lhe o aluguel, e disse:

– José, tu agora chamas-te Joaquim. Vai pôr o almoço, que são horas.

Dois meses depois, reconheceu que o copeiro voltara a ser insuportável. Fez-lhe as contas, e concluiu:

– Joaquim, tu passas agora a chamar-te André. Vai lá para dentro.

Fê-lo João, fê-lo Manuel, fê-lo Marcos, fê-lo Rodrigo, percorreu toda a onomástica latina, grega, judaica, anglo-saxônia, conseguindo ter sempre o mesmo ruim criado, sem andar a buscá-lo por essas ruas. Entendamo-nos: eu creio que a ruindade desaparecia com a investidura do nome, e voltava quando este principiava a envelhecer. Pode ser também que não fosse assim, e que a simples novidade do nome trouxesse ao amo a ilusão da melhoria. De um ou de outro modo, a influência dos nomes é certa.

Por exemplo, quem ignora a vida nova que trouxe ao ensino da infância a troca daquela velha tabuleta “Colégio de Meninos” por esta outra “Externato de instrução primária”? Concordo que o aspecto científico da segunda forma tenha parte no resultado; antes dele, porém, há o efeito misterioso da simples mudança. Mas eu vou mais longe.

Vou tão longe, que ousa crer nas reabilitações históricas, unicamente ou quase unicamente pela alteração do nome das pessoas. O atual processo para esses trabalhos é rever os documentos, avaliar as opiniões, e contar os fatos, comparar, retificar, excluir, incluir, concluir. Todo esse trabalho é inútil, se se não trocar o nome por outro. Messalina, por exemplo.⁵ Esta imperatriz chegou à celebridade do substantivo, que é a

³ A Câmara dos Lordes tinha desafiado os Comuns ao bloquear o projeto para a “Home Rule” (autonomia) irlandesa, promovido pelo chefe do partido Liberal, Gladstone. Como tem acontecido bastantes vezes nos últimos 150 anos, isto levou a ameaças de usar os poderes dos Comuns, e da Coroa, para forçar a anuência. Como também tem acontecido frequentemente, isto não aconteceu, e o projeto não foi adiante. Não encontrei o telegrama que Machado menciona.

⁴ Não localizei esta ocorrência anterior da mesma história, embora tenha a quase certeza que a li em algum lugar.

⁵ Terceira mulher do imperador Cláudio, famosa por sua devassidão: tomou vários amantes, até que decidiu “casar” com um deles, e o imperador foi persuadido a condená-la à morte. É curioso que Suetônio, normalmente o mais fofoqueiro dos historiadores romanos, a mencione relativamente pouco; menos que Tácito, por exemplo, que dedica um capítulo inteiro dos *Anais* a ela. Mas Suetônio é o preferido de Machado.

maior a que pode aspirar uma criatura real ou fingida: uma messalina, um tartufo. Se quiserdes tirá-la da lama histórica, em que ela caiu, não vos bastará esgravatar o que disseram dela os autores; arrancai-lhe violentamente o nome. Chamai-lhe Anastácia. Quereis fazer uma experiência? Pegai em Suetônio e lede com o nome de Anastácia tudo o que ele refere de Messalina; é outra coisa. O asco diminui, o horror afrouxa, o escândalo desaparece, e a figura emerge, não digo para o céu, mas para uma colina. Em história, o ocupar uma colina é alguma coisa. Gregorovius, como outros autores deste século, quis reabilitar Lucrecia Bórgia;⁶ acho que o fez, mas esqueceu-se de lhe mudar o nome, e toda gente continua a descompô-la em prosa com Victor Hugo, ou em verso e por música com Donizetti.

Voltando aos comissários de higiene, futuros inspetores sanitários, repito que o serviço melhorará muito com essa alteração do título, e não é pouco. Mas é preciso que, sem dizê-lo na lei, nem no parecer, nem nos debates, fiquem todos combinados em alterar periodicamente o título, desde que o serviço precise reforma. Não me compete lembrar outros, nem me ocorre nenhum. Digo só que, passados mais quatro ou cinco títulos, não será má política voltar ao primeiro. Os nomes têm, às vezes, a propriedade de criar pele nova, só com o desuso ou descanso. Comissário de higiene, que vai ser descalçado agora, desde que repouse alguns anos, ficará com sola nova e tacão direito. Assim acontecesse aos meus sapatos!



⁶ Ferdinand Gregorovius (1821-1891), historiador alemão, que no seu *Lucrezia Borgia* (1874) desmentiu muitas das acusações contra Lucrecia Bórgia (1480-1519), filha do papa Alexandre VI. Victor Hugo (1802-85) escreveu uma peça, *Lucrece Borgia* (1833), em que ela se apaixona por seu próprio filho ilegítimo, que acaba matando-a. A ópera de Donizetti, *Lucrezia Borgia*, é do mesmo ano, e baseia-se na peça de Hugo.

A SEMANA – 98

John Gledson

Esta crônica quase não precisa de introdução: apostaríamos que o cronista não inventou a cena, mas que aconteceu tal e qual ele a conta. Vale a pena notar que Machado, prudentemente, omite a república dos regimes que não oferecem proteção nenhuma ao burro. Será coincidência que morra na praça Quinze de Novembro?

Esta crônica consta de *A Semana*, de Mário de Alencar, p. 131-134.



A SEMANA

8 de abril de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Quinta-feira à tarde, pouco mais de três horas, vi uma coisa tão interessante, que determinei logo de começar por ela esta crônica. Agora, porém, no momento de pegar na pena, receio achar no leitor menor gosto que eu para um espetáculo, que lhe parecerá vulgar, e porventura torpe. Releve-me a impertinência; os gostos não são iguais.

Entre a grade do jardim da praça Quinze de Novembro e o lugar onde era o antigo passadiço¹, ao pé dos trilhos de bondes, estava um burro deitado. O lugar não era próprio para remanso de burros, donde concluí que não estaria deitado, mas caído. Instantes depois, vimos (eu ia com um amigo), vimos o burro levantar a cabeça e meio corpo. Os ossos furavam-lhe a pele, os olhos meio mortos fechavam-se de quando em quando. O infeliz cabeceava, mas tão frouxamente, que parecia estar próximo do fim.

Diante do animal havia algum capim espalhado e uma lata com água. Logo, não foi abandonado inteiramente; alguma piedade houve no dono ou quem quer que é que o deixou na praça, com essa última refeição à vista. Não foi pequena ação. Se o autor dela é homem que leia crônicas, e acaso ler esta, receba daqui um aperto de mão. O burro não comeu do capim, nem bebeu da água; estava já para outros capins e outras águas, em campos mais largos e eternos.

Meia dúzia de curiosos tinham parado ao pé do animal. Um deles, menino de dez anos, empunhava uma vara, e se não sentia o desejo de dar com ela na anca do burro para espertá-lo² então eu não sei conhecer meninos, porque ele não estava do lado do pescoço, mas justamente do lado da anca. Diga-se a verdade; não o fez, – ao menos enquanto ali estive, que foram poucos minutos. Esses poucos minutos, porém, valeram por uma hora ou duas. Se há justiça na terra, valerão por um século, tal foi a descoberta que me pareceu fazer, e aqui deixo recomendada aos estudiosos.

¹ Este passadiço, construído em 1856, ligava o convento do Carmo à igreja de N. S. do Carmo, ambos na rua Primeiro de Março. Tinha sido do uso exclusivo da família imperial – por isso, em 1890, foi demolido. “Antigo”, não era tanto.

² Está assim no jornal (e na antologia de Mário de Alencar). Aurélio substitui por “despertá-lo”.

O que me pareceu, é que o burro fazia exame de consciência. Indiferente aos curiosos, como ao capim e à água, tinha no olhar a expressão dos meditativos. Era um trabalho interior e profundo. Este remoque popular: *por pensar morreu um burro*³ mostra que o fenômeno foi mal entendido dos que a princípio o viram; o pensamento não é a causa da morte, a morte é que o torna necessário. Quanto à matéria do pensamento, não há dúvida que é o exame da consciência. Agora, qual foi o exame da consciência daquele burro, é o que presumo ter lido no escasso tempo que ali gastei. Sou outro Champollion,⁴ porventura maior; não decifrei palavras escritas, mas ideias íntimas de criatura que não podia exprimi-las verbalmente.

E diria o burro consigo:

“Por mais que vasculhe a consciência, não acho pecado que mereça remorso. Não furtei, não menti, não matei, não caluniei, não ofendi nenhuma pessoa. Em toda a minha vida, se dei três coices, foi o mais, e isso mesmo antes de haver aprendido maneiras de cidade e de saber o destino do verdadeiro burro, que é apanhar e calar. Quanto ao zurro, usei dele como linguagem. Ultimamente é que percebi que me não entendiam, e continuei a zurrar por ser costume velho, não com ideia de agravar ninguém. Nunca dei com homem no chão. Quando passei do tálburi ao bonde, houve algumas vezes homem morto ou pisado na rua, mas a prova de que a culpa não era minha, é que nunca segui o cocheiro na fuga;⁵ deixava-me estar aguardando a autoridade.

“Passando a ordem mais elevada de ações, não acho em mim a menor lembrança de haver pensado sequer na perturbação da paz pública. Além de ser a minha índole contrária a arruaças, a própria reflexão me diz que, não havendo nenhuma revolução declarado os direitos do burro, tais direitos não existem. Nenhum golpe de Estado foi dado em favor dele; nenhuma coroa os abrigou.⁶ Monarquia, democracia, oligarquia, nenhuma forma de governo teve em conta os interesses da minha espécie. Qualquer que seja o regímen, ronca o pau. O pau é a minha instituição, um pouco temperada pela teima, que é, em resumo, o meu único defeito. Quando não teimava, mordía o freio, dando assim um bonito exemplo de submissão e conformidade. Nunca perguntei por sóis nem chuvas; bastava sentir o freguês no tálburi ou o apito do bonde, para sair logo. Até aqui os males que não fiz; vejamos os bens que pratiquei.

“A mais de uma aventura amorosa terei servido, levando depressa o tálburi e o namorado à casa da namorada – ou simplesmente empacando em lugar onde o moço que ia no bonde podia mirar a moça que estava na janela. Não poucos devedores terei conduzido para longe de um credor importuno. Ensinei filosofia a muita gente, esta

³ Frase que significa “não se deve pensar demais, e deixar de agir”.

⁴ Jean-François Champollion (1790-1832), egiptólogo francês, decifrador da pedra de Roseta, que possibilitou a leitura dos hieróglifos.

⁵ Este é um lugar-comum dos jornais da época: os cocheiros responsáveis pelos frequentes acidentes de bonde costumavam fugir do cenário do acidente, e eram acobertados pelas companhias.

⁶ Está assim no jornal. Mário de Alencar e Aurélio têm “obrigou”.

filosofia que consiste na gravidade do porte e na quietação dos sentidos. Quando algum homem, desses que chamam patuscos, queria fazer rir os amigos, fui sempre eu⁷ auxílio dele, deixando que me desse tapas e punhadas na cara. Enfim...”

Não percebi o resto, e fui andando, não menos alvoroçado que pesaroso. Contento da descoberta, não podia forrar-me⁸ à tristeza de ver que um burro tão bom pensador ia morrer. A consideração, porém, de que todos os burros devem ter os mesmos dotes principais, fez-me ver que os que ficavam, não seriam menos exemplares que esse. Por que se não investigará mais profundamente o moral do burro? Da abelha já se escreveu que é superior ao homem, e da formiga também, coletivamente falando, isto é, que as suas instituições políticas são superiores às nossas, mais *rationais*.⁹ Por que não sucederá o mesmo ao burro, que é maior?

Sexta-feira, passando pela praça Quinze de Novembro, achei o animal já morto.

Dois meninos, parados, contemplavam o cadáver, espetáculo repugnante; mas a infância, como a ciência, é curiosa sem asco. De tarde já não havia cadáver nem nada. Assim passam os trabalhos deste mundo. Sem exagerar o mérito do finado, força é dizer que, se ele não inventou a pólvora, também não inventou a dinamite. Já é alguma coisa neste final de século. *Requiescat in pace*.



⁷ Assim no jornal. Mário de Alencar e Aurélio ambos têm “em”. Ambas as leituras são possíveis, sem dúvida, mas como o jornal faz perfeito sentido, e é até mais pungente, decidimos manter.

⁸ Assim no jornal e em Aurélio. Mário de Alencar tem “furtar-me”.

⁹ Esta ideia possivelmente tem sua origem num livro que Machado cita mais de uma vez (em “A sereníssima república” e *Quincas Borba*): *A vida psíquica dos animais*, do filósofo materialista alemão Ludwig Büchner, que o escritor possuía na sua biblioteca. O livro trata sobretudo da organização das colônias de insetos, inclusive abelhas e formigas.

A SEMANA – 99

John Gledson

Esta crônica vai de assunto em assunto, tocando em alguns dos temas típicos do “fim de século”: o Oriente, cuja presença sentia-se cada vez mais; o socialismo, a que já Machado se referira várias vezes, quase sempre (como aqui) em tom cético, duvidando da sua aplicabilidade, mormente no contexto brasileiro; os inventos (o telefone, a bicicleta); e o declínio da religião, sobretudo no Brasil. Na anedota final sente-se talvez o alívio de ter uma história que contar.



A SEMANA

15 de abril de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Tudo está na China. De quando em quando aparece notícia nas folhas públicas de que um invento, de que¹ a gente supõe da véspera, existe na China desde muitos séculos. Esta *Gazeta*, para não ir mais longe, ainda anteontem noticiou que o socialismo era conhecido na China desde o século XI.² Os propagandistas da doutrina diziam então que era preciso destruir “o velho edifício social”. Verdade seja que muito antes do século XI, se formos à Palestina, acharemos nos profetas muita coisa que há quem diga que é socialismo puro. Por fim, quem tem razão é ainda o Eclesiastes: *Nihil sub sole novum*.³

A notícia da *Gazeta* deu-me que pensar. Creio que já li (ou estarei enganado) que o telefone também existia na China, antes de descoberto pelos americanos. O velocípede não sei, mas é possível que lá exista igualmente, não com o mesmo nome, porque os chins teimam em falar chinês, mas com outro que signifique a mesma coisa ou dê o som aproximado da forma original. O bonde verão que é já⁴ usado naquelas partes, talvez com outros cocheiros e condutores. Não falo dos grandes inventos que tiveram berço naquela terra prodigiosa.

Confesso que, às vezes, é a própria China que está com a gente ocidental. Há dias, por exemplo, houve aqui no conselho municipal um trecho de debate que talvez haja passado despercebido ao leitor ocupado com outros negócios.⁵ Um dos

¹ Talvez se trate de erro tipográfico ou de revisão: não se encontraram em obras de referência exemplos de uso da preposição “de” na regência do verbo “supor”. Aurélio nenhuma anotação faz a respeito.

² Efetivamente, ocorre na *Gazeta* do dia 13 de abril, p. 1, a seguinte notícia: “No século XI já havia socialismo na China, diz o Sr. A. Geres numa série de curiosos artigos publicados pelo *Mémorial diplomatique*. Os inimigos dos privilégios despóticos dos reis declararam já então que era mister *destruir tudo, e arrasar completamente o velho edifício social*. / Esta propaganda revolucionária foi sufocada pela energia de um tal Wang-Ngan-Thé.”

³ Eclesiastes 1:9.

⁴ Em Aurélio: “já é”.

⁵ Este incidente apareceu com todos os detalhes no *Jornal do Commercio* de 13 de abril. Num dos seus intermináveis discursos, o dr. Capelli (ver, entre outras, a crônica de 1º de abril), desta vez sobre o saneamento da cidade, fora interrompido pelo sr. Germack Possolo, que disse que não era só no Brasil

conselheiros, reclamando contra alguns apartes que lhe puseram na boca, afirmou estranhá-los, tanto mais quanto que nenhuma razão havia para proferi-los. E acrescentou, explicando-se: “Eu sou dos poucos que ouvem os discursos do meu colega.” Outro conselheiro protestou, dizendo que era dos muitos. Mas o reclamante insistiu que dos poucos, e lembrou que, por ocasião do último discurso, ele estivera ao pé da mesa, outro ao pé da porta, algum sentado, creio que, ao todo, havia uns cinco ouvintes. Se na China há conselhos municipais – e tudo há nela – é provável que os debates tenham desses clarões súbitos.

O que a China não faz, é deixar os seus trajes velhos, nem o arroz, nem o pagode, nem nada. Quando eu vejo aí nas ruas algum filho do Celeste Império mascarado com as nossas roupas cristãs, cai-me o coração aos pés. Imagino o que terá padecido essa triste alma desterrada, sem as vestes com que veio da terra natal. Jovem leitor, eu os vi a todos os que aqui amanhecera um dia e se fizeram logo quitandeiros de marisco.⁶ Vi-os correr por essas ruas fora, vestidos à sua maneira, longa vara ao ombro e um cesto pendente em cada ponta da vara. Ao italiano, que o substituiu, falta a novidade, a cara feia, a perna fina, rija e rápida...

Mas basta de chins e de incréus. Venhamos à nossa terra. Não nos aflijamos se o socialismo apareceu na China primeiro que no Brasil. Cá virá a seu tempo. Creio até que há já um esboço dele. Houve, pelo menos, um princípio de questão operária, e uma associação de operários, organizada para o fim de não mandar operários à câmara dos deputados, o contrário do que fazem os seus colegas ingleses e franceses.⁷ Questão de meio e de tempo. Cá chegará; os livros já aí estão há muito; resta só traduzi-los e espalhá-los. Mas basta principalmente de incréus; venhamos aos cristãos.

que havia estalagens – na Itália, por exemplo, havia os “lazzaroni” (que de fato são pessoas pobres, e não bairros ou prédios). Capelli reagira, pensando que se referia insultuosamente às suas origens italianas. No dia 12, bastante depois do incidente original, que só fora noticiado no *Jornal* do dia 11, Possolo vem se justificar: “Esta minha reclamação tem por fim retificar o engano havido no discurso do Dr. Capelli, e provar que S. Ex. foi injusto comigo, que sou dos poucos que neste conselho prestam atenção quando S. Ex. fala.” Aqui, o sr. Duarte Teixeira protestou “Dos poucos, não apoiado, dos muitos, sim”. Possolo, porém, insistiu: “Quando, há poucos dias, S. Ex. sustentava o seu projeto de saneamento desta cidade, propositalmente fiquei no recinto para que S. Ex. não supusesse que eu me retirara por acinte. Lembro-me perfeitamente de que a sala estava deserta.”

⁶ Aqui, como na crônica de 28 de outubro deste mesmo ano, Machado se refere aos – menos de mil – chineses que entraram no Brasil na década de 1850. Com efeito, há várias referências a eles como vendedores de peixe, inclusive na reportagem de João do Rio, “Visões d’ópio: os chins do Rio”, em *A alma encantadora das ruas*.

⁷ Parece que Machado se refere aqui ao Centro do Partido Operário, fundado em 1890 por José Augusto Vinhais, a que já se referira em duas crônicas de 1892 (15 de maio e 14 de agosto). Vinhais foi deputado no primeiro Congresso da República, mas, tendo feito oposição a Deodoro, acabou envolvendo-se na Revolta da Armada, e foi exilado, voltando ao Brasil em 1895. O Centro atuou na mediação de conflitos trabalhistas, estabeleceu serviços de assistência etc., mas não era “partido” político com representação no Congresso, como acontecia com os partidos trabalhistas e socialistas europeus.

Tivemos esta semana uma cerimônia rara. Uma moça de 23 anos recebeu o véu de irmã conversa da Congregação dos Santos Anjos.⁸ Não assisti à cerimônia, mas pessoa que lá esteve, diz-me que foi tocante. Eu quisera ter ido também para contemplar essa moça que dá de mão ao mundo e suas agitações, troca o piano pelo órgão, e o figurino vário como a fortuna pelo vestido único e perpétuo de uma congregação.

Certo, o espetáculo devia ser interessante. É comum amar a Deus e à modista, ouvir missa e ópera, não ao mesmo tempo, mas a missa de manhã e a ópera de noite.⁹ Casos há em que se ouvem as duas coisas a um tempo, mas então não é ópera, é opereta, como nos dá o carrilhão de S. José, que chama os fiéis pela voz de *D. Juanita*,¹⁰ ou coisa que o valha. Não há maldizer do duplo ofício do ouvido, uma vez que se ouça a missa de um modo e a ópera de outro... Isto leva-me a interromper o que ia dizendo, para publicar uma anedota.

Há muitos anos, houve aqui um tenor italiano, chamado Gentili, que fez as delícias, como se costuma dizer, da população carioca. Esteve aqui mais de uma estação lírica, talvez três ou quatro. Era simpático, patusco e benquisto. Fisionomia alegre, baixo, um tanto calvo, se me não engana a memória, e olhos vivos. Fez o que fazem tenores, cantou, amou, bateu-se em cena pelas amadas, arrebatou-as algumas vezes, salvou a mãe da fogueira, como no *Trovador*, viu-se entre duas damas, como na *Norma*,¹¹ assaltou castelos, tudo com grandes aplausos, até que se foi embora, como sucede a tenores e diplomatas. Passaram anos. Um dia, um amigo meu, o C. C. P.,¹² viajando pela Itália, achava-se, não me lembro onde, e não posso mandar agora perguntar-lho. Suponhamos que em Palermo. Era manhã, domingo, saiu de casa e foi à missa. Esperou; daí a pouco entrou o padre e subiu ao altar. Deus eterno! Era o Gentili. Duvidou a princípio; mas sempre que o celebrante mostrava o rosto, aparecia o tenor. Podia ser algum irmão. Acabada a missa, correu o meu amigo à sacristia; era ele, o

⁸ A cerimônia foi inusitada porque, no império, era proibido entrar para as ordens reclusas. A notícia, com certo destaque e com uma descrição da cerimônia, em Andaraí, apareceu na primeira página da *Gazeta* no dia 13 de abril.

⁹ Parece-me que Machado se lembra aqui de dois versos franceses engraçados, satirizando um padre, o abbé Pellegrin (1663-1745), que era também dramaturgo e libretista: “Le matin catholique et le soir idolâtre / Il dînait à l’église et soupait au théâtre” [De manhã católico e de noite idólatra / Almoçava na igreja e jantava no teatro].

¹⁰ Já na crônica de 3 de julho de 1892, Machado se queixara destes carrilhões – nesse caso, na igreja do Carmo. Neste também tocam música de opereta: “Amor tem fogo / fogo tem amor”. *Donna Juanita* é opereta de Franz von Suppé (1819-1895), representada pela primeira vez em 1880.

¹¹ Duas óperas das mais populares: *Il trovatore* (1853), de Giuseppe Verdi (1813-1901), e *Norma* (1831), de Vincenzo Bellini (1801-1835). Na ária talvez mais famosa de *Il trovatore* (“Di quella pira...”), Manrico jura salvar sua mãe, Azucena, da fogueira. Na *Norma*, Pollione deixa sua amante Norma, druidisa, por uma virgem do templo, Adalgisa.

¹² Não pude identificar este amigo. Magalhães Júnior sugere que será o mesmo C. Pinto, um do grupo de amigos que o presentearam com um retrato de uma “bela dama ruiva e descansada”, com um livro na mão, e que Machado agradece no “Soneto circular”, publicado na *Gazeta* em 18 de abril de 1895. Francisca de Basto Cordeiro, em *Machado de Assis que eu vi*, identifica como Caetano Pinto, mas não dá mais detalhes.

próprio, o único, o Gentili. Foi visitá-lo depois, falaram do Rio de Janeiro e dos tempos passados. Vieram nomes de cá, fatos, um mundo de reminiscências e saudades, que, se não eram inteiramente de Sião, também não eram de Babilônia.¹³ O padre era jovial, sem destempero.

Como ia dizendo, a cerimônia da recepção do véu deve ter sido interessante. Que não temos muitas vocações religiosas, parece coisa sabida. Ontem, vendo descer de um bonde um seminarista, lembrei-me da carta recente do ex-bispo do Rio de Janeiro, em que trata da escassez de padres ordenados no nosso seminário,¹⁴ – um por ano, há vinte anos. Não tendo estatísticas à mão, nem papel bastante, concluo aqui mesmo.



¹³ Referência ao Salmo 137, que Machado pôs em terças rimas. Essa “tradução” anda meio escondida, porque faz parte de um poema maior, “A cristã nova” (parte I, IX), de *Americanas*.

¹⁴ Não encontrei esta carta.

A SEMANA – 100

John Gledson

Esta crônica é uma amostra perfeita de um recurso repetido de Machado: a “universalização” de uma metáfora, a sua aplicação a situações e assuntos os mais desencontrados: política, economia, ficção... Aqui é a dança, já usada como imagem do trabalho do cronista – “Tu, Terpsícore, me ensina...” (ver cr. 84) –, que serve aos seus fins, ajudando-o a comparar duas épocas, a primeira metade do século XIX, e seu último quarto, o “fim de século” tão cheio de portentos para o futuro. Talvez a comparação que mais lhe importa seja a dos grandes romancistas representativos dos dois períodos, Balzac e Zola. O parágrafo sobre este é curto, mas está repleto de alusões ferinas à sexualidade aberta e chocante do seu notório romance, *La Terre*. O fato de Zola, nascido em 1840 e portanto da mesma geração, ter ficado rico com os seus romances talvez agravasse o ódio (ou inveja?) de Machado, inimigo principalmente do naturalismo dele.



A SEMANA

22 de abril de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Uma das nossas folhas deu notícia de haver morrido em Paris uma bailarina, que luziu nos últimos anos do império,¹ e deixa² não menos de três milhões de francos. Três milhões! Abençoadas pernas! Pernas dignas de serem fundidas em ouro e penduradas em um templo de ágata ou safira! Onde está Píndaro, que não as vem cantar? Onde está Fídias, que não as transfere ao mármore eterno?³ Que músculos, que sangue, que tecidos as fizeram? Que mestre as instruiu? Três milhões!

Alguns cariocas hão de lembrar-se de uma bailarina que aqui houve, há bastantes anos, chamada Ricciolini.⁴ Era um destroço, creio eu, de algum corpo de baile antigo. Como o público de então não dispensava algumas piruetas, qualquer que fosse a peça da noite, tragédia ou comédia, *Olgiato* ou *Fantasma Branco*,⁵ a Ricciolini dançava muitas vezes; mas não consta, ainda assim, que deixasse três milhões. Questão de data, questão de meio. A evolução, porém, pode levar esta cidade aos três, aos quatro, aos cinco milhões. Este último quarto de século é o princípio de uma era nova e extraordinária.

E é aqui que eu peço os anarquistas. Como já estão em S. Paulo, não é preciso levantar muito a voz para ser ouvido além do Atlântico.⁶ Concordo com eles que a sociedade está mal organizada; mas para que destruí-la? Se a questão é econômica, a

¹ Isto é, o Segundo Império, de Napoleão III (1851-1870). Foi neste período que algumas bailarinas se fizeram estrelas do palco, e entraram no elenco das “mondaines” ou “grandes horizontales”. É bem provável que os três milhões fossem amealhados em outras atividades, pois algumas destas mulheres cobravam muito aos seus amantes. Não pude identificar esta bailarina.

² Em Aurélio, “deixara”.

³ Dois supremos artistas gregos, ambos celebravam o corpo humano: Píndaro (c. 522-c. 443 a.C.), que comemorava vitórias nos jogos, olímpicos e outros; Fídias (c. 500-c. 417 a.C.), o mais célebre dos escultores gregos, que esculpiu a estátua de Atena no Partenon.

⁴ Esta atriz-bailarina parece ser Isabel Rubio Ricciolini (1792-1847), que atuou no Rio de Janeiro entre 1817-1824 e 1830-1847. Espanhola, nasceu em Lisboa. Foi, com efeito, contemporânea de Balzac (1799-1850).

⁵ *Olgiato* é de 1841, de Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882), e foi criticado por Machado em “O teatro de Gonçalves de Magalhães” (1866); *O fantasma branco*, ópera em 3 atos, é de 1856, de Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882).

⁶ Não encontrei referência nos jornais cariocas nem paulistas a estes anarquistas, possivelmente produtos de um boato, numa época em que o anarquismo figurava muito no noticiário.

reforma deve ser econômica; abramos mão dos sonhos legislativos de Bebel, de Liebknecht, de Proudhon, de todos os que procuram, mais generosos que prudentes, concertar⁷ as costelas deste mundo.⁸ O remédio está achado. A repartição das riquezas faz-se com pouco, três rabecas, um regente de orquestra, uma batuta e pernas.

Quando a arte se contentava com ser gloriosa, as pernas rendiam pouco. Vestris, o famoso *deus da dança* do século passado, não sei se deixou vintém.⁹ O filho de Vestris, tão hábil que diziam dele que, “para não vexar os colegas, punha algumas vezes os pés no chão”, não foi mais nababo que o pai. Entretanto, em monografia que se publicou há pouco, referem-se os tumultos, paixões, aclamações, havidos por causa dele, verdadeiramente populares e gloriosos.

Quem lê a correspondência de Balzac, fica triste, de quando em quando, ao ver as aflições do pobre-diabo, correndo abaixo e acima, à cata de dinheiro, vendendo um livro futuro para pagar com o preço uma letra e o aluguel da casa, e metendo-se logo no gabinete para escrever o livro vendido, entregá-lo, imprimi-lo, e correr outra vez a buscar dinheiro com que pague o aluguel da casa e outra letra. Glória e dívidas!

Vede agora Zola.¹⁰ É o sucessor de Balzac. Talento pujante, grande romancista, mas que pernas! Como Vestris Júnior, põe algumas vezes os pés no chão. Inventou

⁷ Assim na *Gazeta*. Aurélio tem “consertar”. Ambos são possíveis. Dadas as referências à música, talvez a leitura do jornal seja mais provável.

⁸ Três líderes e teóricos socialistas: August Bebel (1840-1913), alemão, fundador, com Liebknecht, do Partido Social-Democrata; autor de *A mulher no passado, no presente e no futuro* (1883), livro muito popular; Wilhelm Liebknecht (1826-1900), que converteu Bebel ao socialismo, e chefe do socialismo alemão depois do congresso de Gotha em 1875; Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), francês, autor da famosa frase “La propriété c’est le vol” [A propriedade é o roubo]. Autor, entre outras obras, de *O que é a propriedade?* (1840), e *Da justiça na Revolução e na Igreja* (1858). Polemizou com Marx, e representa uma linha mais “anarquista” (embora não apoiasse a violência com fins políticos) do que este, Bebel ou Liebknecht.

⁹ Gaétan Balthazar Vestris (1729-1808), bailarino francês de origem italiana: o típico *danseur noble*, e o mais famoso da sua época, conhecido como “le dieu de la danse”. Seu filho ilegítimo Auguste (1788-1842) também foi reputado o maior dançarino do tempo dele: entre outras coisas “inventou” a pirueta. Não descobri a monografia recente a que se refere o cronista.

¹⁰ Émile Zola (1840-1902), o romancista francês mais famoso da época, chefe da escola naturalista, e sucessor de Balzac no sentido de compor uma grande série de romances interligados (Les Rougon-Macquart), na pretensão de mostrar a sociedade francesa do Segundo Império. A opinião que Machado tinha de Zola beirava o ódio; é o oposto da grande admiração que tinha por Balzac, Stendhal, e Flaubert, grandes mestres do realismo francês. Este ponto de vista está expresso mais abertamente na resenha de *O primo Basílio*, de Eça de Queirós, de 1878. Citera, ilha grega onde se cultuava Afrodite, deusa do amor, é aqui simples eufemismo irônico do sexo. Zola ficou famoso por alguns temas “escabrosos” e cenas bastante chocantes, como a de abertura de *La Terre* (1887), em que Françoise ajuda um touro que deve montar em sua vaca: com efeito, o romance é saturado de sexo e de violência. As outras duas alusões remetem a este mesmo romance: “Jésus-Christ” é a alcunha de um dos personagens do romance, Hyacinthe Fouan, que recusa trabalhar, e vive de roubar dos outros – o “sapateado” provavelmente se refere às exhibições de peidos “musicais”, sua atividade preferida (ver parte 4, cap. 3 do romance); o “famoso passo a dois no canapé” certamente alude à cena do romance que criou o maior escândalo, em que Jean Macquart e Françoise Mouche, num acesso de cio, praticam o *coitus interruptus*, para evitar ter filho (Parte 3, cap. 4): se é assim, o “canapé” é irônico, pois tudo acontece num palheiro. Zola era romancista de muito sucesso, cujas últimas produções eram sempre notícia (v. crônica de 13 de junho de 1892, nota 8, para um caso anterior), e ficou rico. *Lourdes* (1894) é o segundo romance de uma trilogia sobre cidades (*Rome, Lourdes, Paris*), em que encara o fenômeno das curas milagrosas de um ponto de vista cético, não isento de certa simpatia.

passos extraordinários e complicados, todos os de Citera, inclusive o da vaca. Inventou o sapateado de Jesus Cristo, com aquele famoso passo a dois do canapé. Trabalha agora no bailado religioso de *Lourdes*. Glória e três milhões.

Questão de data. Balzac foi contemporâneo da nossa Ricciolini, Zola da bailarina que acaba de falecer. Os resultados correspondem-se. Trago essas duas figuras principais, com o fim de comparar as situações, e também para mostrar que a arte da dança pode amparar todas as outras. A dinamite não edifica, apenas destrói e altera. Com ela, o anarquismo dispensa todas as artes, não se fazendo mais que ação violenta e arrasadora. Para que livros? Não se irão compor frases, mas descompô-las; não se tratará já de metáforas, mas de formas de linguagem diretas e positivas.

Como disse, porém, o remédio está achado: é a pirueta. Quando toda a gente dançar, é claro que ninguém ganhará três milhões, mas cada pessoa pode ganhar dois, um que seja. É quanto basta para universalizar as riquezas, e acabar de vez com o duelo do capital e do trabalho. Um que dança hoje, irá amanhã para a plateia ver dançar os outros, e dançará outra vez, e assim se alternarão os bailarinos; a arte ganhará, não menos que as algibeiras. Mas as mãos? As mãos servirão de instrumento ao espírito. A oração, a escrita, as artes, o gesto no parlamento, o adeus, a saudação, o juramento de vária espécie, judiciário ou amoroso, tudo o que é gratuito ou sublime, caberia às mãos. Só o lucro pertenceria aos pés. Eis aí o homem dividido mais racionalmente do que até agora; eis aí a sociedade reconstituída e a criação acabada.

Certamente que isto se não fará em vinte e quatro horas, nem em vinte e quatro semanas; tudo precisa de noviciado, e as melhores construções são as que levam mais tempo. Comparem¹¹ uns chamados *chalets* que aí há, com o convento da Ajuda;¹² os *chalets* vão-se com os aluguéis, o convento, quando o quiserem deitar abaixo, há de custar. Instituem-se desde já cadeiras de dança em todos os estabelecimentos de ensino, públicos e particulares. Outrora aprendia-se a dançar por mestre, e era apenas uma prenda, igual ao piano. Que não será quando a dança for uma instituição social e definitiva?

Corrijam-se as línguas no sentido da reforma. Emendem-se os adágios. Dize-me com quem *danças*, dir-te-ei quem és. Quem não *dança*, não mama. O frade onde *dança*, aí janta.¹³ Invente-se uma filosofia em que todas as coisas provenham da dança; e mostre-se que a tentação de Eva no paraíso foi o primeiro exemplo da dança das serpentes. Pinte-se o Criador com uma batuta de fogo na mão, tirando do nada um grande bailado.

¹¹ No jornal e em Aurélio está “Comparam”. Parece erro de revisão.

¹² O *chalet* era moda recente: em *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* (1919), Lima Barreto o chama de “expressão arquitetônica do subúrbio”; o convento da Ajuda, acabado em 1750, ficava perto do Passeio Público. Era um edifício “sem grandes pretensões arquitetônicas”, “uma pesada construção de dois andares”. Foi demolido em 1918.

¹³ Os originais destes provérbios: “Dize-me com quem andas, dir-te-ei quem és”; “Quem não chora, não mama”; “O frade onde canta, aí janta”.

Quando todos dançarem, a vida será alegre, e a própria morte não será morte, mas transferência de benefício ou rompimento de contrato. Assim se dará ao mundo, além da justiça, o prazer. Nenhuma divisão, nenhuma tristeza entre os homens. Antes disso, ai de nós! há de correr muita água para o mar.



UMA SEMANA – 100A

John Gledson

Em seu *Dicionário de Machado de Assis* (verbetes “Saúde”), Ubiratan Machado diz que foi em 1895 que Machado começou a se queixar de dores de cabeça, sintoma que se tornou recorrente a partir de então. Embora na crônica seguinte Machado não deixe clara a natureza do mal que o acometera e impedira de cumprir seu dever semanal, o cronista que o substituiu atribui a esse mal a ausência do cronista neste domingo. Faltara também em 22 de outubro de 1893, mas não especificara a doença. Não há dúvida que nessa ocasião foi substituído por Ferreira de Araújo (“um senhor alto, cheio, bem-parecido” – o dono da *Gazeta* era principalmente gordo), e desta vez parece que também. O tom e os assuntos parecem estar a meio caminho entre o autor de “A Semana” e o de “Cousas políticas”, a coluna que Ferreira de Araújo mantivera por muitos anos às segundas-feiras. Sob as queixas, procura-se lisonjear Machado, reconhecido e admirado autor da série (e de *Tu, só tu, puro amor*).

Além disso, esta crônica tem muito interesse, principalmente por duas razões: primeiro, por sob a ironia, percebe-se que Machado foi visto como um cronista especial, insubstituível, que tinha o seu próprio “prisma”, sua maneira de ver as coisas, e que estava longe de limitar-se aos “fatos” que trata.

Segundo, como era muito de sua índole, Ferreira de Araújo (vou supor que é ele mesmo quem escreve) dá muito mais detalhes sobre a situação política do que Machado daria, e muito mais abertamente – até com certa ousadia e descaro. Em certo sentido, esta crônica serve para medir a discrição do nosso cronista habitual.

Havia mês e meio, mais ou menos, que terminara a revolta na baía de Guanabara, com a fuga de Saldanha da Gama para o sul, mas a guerra em si continuava, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. A censura ainda imperava, os jornais eram exíguos; a *Gazeta* tinha quatro páginas, das quais só uma tinha notícias substanciais (*O Paiz*, que era governista, tinha seis). Mas as eleições para a presidência, senado e câmara tinham corrido sem problemas, embora não se soubesse oficialmente quem seria o novo presidente. Os teatros estavam também sob censura, o que explica a volta à cena de figuras e peças dos anos 1860 (Furtado Coelho, *Pedro Sem*), e a invasão de espetáculos circenses nos teatros mais conceituados.

Típico mesmo de Ferreira de Araújo, homem perspicaz e corajoso, são as alusões quase diretas à monarquia: à “constituição *Pedro Sem*” – isto é à constituição republicana, oposta à do império, e sobretudo no final, quando “adapta” um provérbio tradicional, substituindo “el-rei” pelo “Sr. presidente da República” – daí passa a criticar a censura: “se depois de verificarmos até os rifões, ainda há quem proteste...”, e a dizer que a justiça, sendo deusa estrangeira (isto é, aqui no Brasil não há?), será parcial (isto é, se lhe tirarem a *venda* que tradicionalmente tem sobre os olhos), se tirar a *venda* (isto é, o direito de vender) aos não nacionais (isto é, em sua grande maioria, portugueses) donos do comércio a retalho, medida tipicamente nacionalista, favorecida pela ala florianista, jacobina, do governo republicano. (Creio que desembrulhei corretamente esta última frase, que de fato não é tão “direta” assim.)



UMA SEMANA

29 de abril de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

...ou antes, mais uma e sem exemplo. Um homem que só tem que fazer uma vez sobre sete dias, e isso justamente no dia em que folgam os judeus, não tem o direito de adoecer senão a partir do sábado dos cristãos até a sexta-feira seguinte. Adoecer justamente no domingo da gente de Israel é judiaria. Tanto mais quanto é materialmente tão possível a um cidadão dizer à dor de cabeça: espera! quanto foi possível a Josué dizer ao sol: para.¹ E o cronista não há de querer que o seu substituto comece agora, depois de plena juventude, a pôr em dúvida o que dizem os livros santos.

E demais, o que pode significar a dor de cabeça do cronista? Querirá ele fazer-nos crer que, depois de cada gestação semanal, dá à luz as suas crônicas, livre da sentença que o Padre Eterno impôs à mulher, que teve a ventura única na história da humanidade de ver coincidir o seu primeiro frêmito pecaminoso com o primeiro frêmito pecaminoso que se produziu sobre a superfície da terra em criatura humana? A sua dor de cabeça será quando muito um caso de distocia: exigindo a presença dos Feijós do cérebro,² mas nunca servirá de razão para se impingir uma estopada destas a quem está com o pé no escritório e o olho no relógio para não perder o trem de Petrópolis. E isto sem contar com o logro que se prega aos leitores, logro sobre o qual não insiste o rabiscador destas linhas, para não ofender a sua reconhecida modéstia.

E dizer que nem ao menos o malvado mandou notas de fatos notáveis. Dirá ele: os fatos são fatos, não se passaram dentro das minhas gavetas, quem quiser pode tê-los visto e apreciá-los. Primeiro que tudo, os fatos nem sempre são fatos; muitas vezes são simples boatos. E depois, há o prisma. Suponha o cronista que o seu substituto passou a semana inteira a ver tudo de uma certa cor. Que tudo o que se passou sumiu-se como que em uma nuvem que fosse formada de fios sedosos de cabelos. Que tudo o que lhe

¹ Josué 10:13.

² Luís da Cunha Feijó (1817-1882), visconde de Santa Isabel, foi lente catedrático de Partos de 1851 a 1872, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi o mais reputado do seu tempo, e obstetra da Casa Imperial, assistindo aos partos da princesa Isabel. Distocia é termo médico para “qualquer problema que dificulte ou impeça o parto” – não esqueçamos que Ferreira de Araújo era médico treinado.

passou pelas mãos deixou-lhe a sensação de uma pele alva e macia, e que os seus ouvidos só se abriam para uma voz única, a que tem o privilégio de por eles ser preferível a todas as harmonias da natureza e da arte. Suponha que, a pretexto de uma dor de cabeça, que não é mais que a exageração de um estado fisiológico habitual, ele passou a pena – e a perna – a um pobre companheiro escravo de moléstia mais grave. E peça-lhe depois que diga do que vai pelas sessões preparatórias da câmara e pelo conselho municipal, e pela rua do Ouvidor, e pelo teatro de S. Pedro transformado em circo, e pelo circo da Guarda Velha transformado em teatro lírico, e que conte como o Furtado Coelho está a fazer uma revolução no Politeama, e como o *Pedro Sem* ainda embasbaca os povos, que pretendem achar madura a *Dalila*; e que lhe narre a história dos protestos e contraprotostos, e a das listas e a das preferências, que deu lugar a que mais uma vez se verificasse o rifão: “o bocado não é para quem o faz, mas para quem o come.”³

Tudo isto é muito bom, tudo isto é muito assunto para crônica, *chair à copie*,⁴ mas há o prisma. E antes de se passar o papelão pergunta-se a quem está de guarda: qual é o teu prisma? de que cor é o teu céu? por onde andas tu? cuidas dos pés, descalçando-os e fazendo-os passear sobre a relva úmida à moda do pastor Kneipp?⁵ ou andas como

³ A câmara dos deputados, eleita em 1º de março, começava seus trabalhos, e, como temos visto em crônicas anteriores, o conselho municipal trabalhava normalmente. As outras referências são todas ao (pouco) que se passava no teatro, e que vem anunciado nos jornais: o teatro S. Pedro de Alcântara apresentava “a companhia equestre Rosita de la Plata”, *clowns*, e outros. O teatro Lírico (ex-D. Pedro II) ficava na rua da Guarda Velha, e o prédio tinha sido ocupado pelo Circo Olímpico até 1857 – daí a piada. Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado Coelho (1831-1900) foi ator e empresário português que atuou principalmente no Brasil, e foi muito ativo nos anos 1860 no teatro Ginásio, onde promovia o teatro realista francês: nessa época, Machado o conheceu. No fim da carreira, porém, já não tinha a força nem a popularidade de antanho; a peça que representava, e em que tomava parte, chamava-se *A revolução*, que representa “A vitória do povo contra a aristocracia prepotente” (não se diz o nome do autor); no dia 28 de abril, anuncia-se no teatro Recreio Dramático uma “única representação” de *Pedro Sem (que já teve e agora não tem)*, de Luís Burgain (1812-1876), peça de 1847 sobre um rico português que, punido por Deus, perde todo o seu dinheiro numa tempestade, e fica “sem”. *Dalila*, drama romântico e melodramático de Octave Feuillet, muito popular nos anos 1860, foi comentado por Machado no *Diário de Rio de Janeiro* em abril de 1860, e lembrado mais vezes (ver nota 1 à crônica de 20 de abril de 1889, de “Bons Dias!”). Os protestos e contraprotostos, tais como as listas e preferências, referem-se aos trabalhos do congresso, ocupado na “verificação de poderes”, isto é, na apuração e escrutínio dos resultados da eleição, o que possibilitava, nas palavras de Marcos Guedes Veneu, “a „degola” dos candidatos que dispusessem de menor influência”, o que explica o rifão do fim do parágrafo. Acrescenta-se que até o fim dessa semana nem uma só eleição tinha sido confirmada, graças à interferência do senado.

⁴ Material (literalmente: “carne”) para uso de jornal.

⁵ O padre bávaro Sebastian Kneipp (1821-1897) foi o defensor mais famoso da hidroterapia, ou cura pela água, que virou verdadeira mania no fim do século XIX; tinha clientes famosos – Darwin e o papa Leão XIII, entre outros. Neste momento, a *Gazeta* publicava uma série de artigos sobre seus tratamentos.

o astrônomo da fábula, a mirar estrelas, sem ver o abismo aberto:⁶ essas tiras de papel branco que pedem tinta, e que gostariam de também, desta vez, receber ideias?

Mas não. Primeiro, a minha dor de cabeça. E aos olhos do egoísmo, o conforto, a segurança da pessoa e da vida passam a ser como o estatuto fundamental, de modo que se se lhe for dizer que ele está a cuidar primeiro de viver, deixando a outro o cuidado de filosofar, ele responderá muito ancho que o que está é a zelar pela constituição.

E com esse mesquinho jogo de palavras, suprimindo um possessivo, fará crer às massas que a constituição lá dele é a constituição, sem mais nada, a constituição *Pedro Sem*.

E quem vier atrás, que feche a porta, e lance os olhos em redor de si, e se puder ver outra coisa que não sejam os tais cabelos, e se puder ouvir outra coisa que não seja sempre aquela mesma voz, e se puder sentir algo que se não pareça com uma pele alva e acetinada, e se tiver de obra de poeta outra reminiscência que não seja o *Tu, só tu, puro amor*, que já deu um soneto e uma comédia,⁷ e dá todos os dias a história da vida de muitos homens, que diga para aqui por que é que já se restabeleceu a navegação entre todos os portos da República, menos entre a Prainha e Mauá;⁸ por que é que anda tão devagar o reconhecimento de poderes que há quem receie que o 3 de maio não seja feriado⁹ e a gente tenha de trabalhar nesse dia, como se fosse qualquer dia santo¹⁰, problemas estes de solução quase tão difícil como o do ovo, para quem não é Colombo.¹¹

No entanto, como Deus – se Deus ainda se usa – pôs sempre perto do mal o remédio, e como quem não é Colombo, pode bem ser João Fernandes, há sempre para os problemas insolúveis uma solução, que consiste simplesmente em não os resolver. E é o que faz o substituto do cronista. Do mesmo modo que este, *ex auctoritate* que se atribui, resolve dizer: esta semana não há cronista; aquele que tem de aguentar a carga decrete, como se fosse qualquer monarca absoluto: esta semana não há crônica.

Queixem-se embora os leitores da *Gazeta*; digam que esta coluna está como o cajueiro famoso de Pernambuco, que depois de velho desnordeou, e dava um ano maçãs

⁶ A história do astrônomo que, de tanto fitar as estrelas, caiu num poço, aparece pela primeira vez no diálogo *Teeteto*, de Platão. Desde então tem sido repetida por muitos autores. Machado cita mais de uma vez.

⁷ “Tu, só tu, puro amor, com força crua / que os corações humanos tanto obriga” são versos dos *Lusíadas*, III, estrofe 119, referentes à tragédia de Inês de Castro. A peça, claro, é de Machado, escrita para o terceiro centenário de Camões, em 1880. O soneto é mais difícil de identificar: será erro do cronista?

⁸ Já mês e meio depois do fim da Revolta, os portos reabriram-se. A navegação entre Prainha e Mauá (no fundo da baía) levava os passageiros para o trem de Petrópolis.

⁹ O 3 de maio, feriado instituído pela República em 1890, é o aniversário do descobrimento do Brasil

¹⁰ Pequeno mistério: “dia santo” é dia em que não se trabalha, o que parece ser o oposto do que o cronista quer dizer. Será que quis, ou tencionava dizer “santo dia”?

¹¹ Colombo resolveu o problema de fazer um ovo ficar de pé numa mesa, dando um ligeiro tapa num dos extremos.

e no outro ano peras;¹² suspirem as senhoras afeitas a encontrar aqui sempre um raio da luz divina da poesia e resmunguem os lapidários do estilo, que sempre aqui achavam alguma coisa que aprender. Isto hoje é uma bala de estalo, que saiu chocha, um bilhete de loteria que saiu branco. É que onde não há, o Sr. presidente da República o perde.¹³ E se depois de verificarmos até os rifões, ainda houver quem proteste, é que a justiça, em sua qualidade de deusa estrangeira, precisa que lhe tirem a *venda*, a bem da nacionalização do comércio a retalho.¹⁴



¹² Não encontrei referência a esta árvore mítica.

¹³ A forma original deste rifão parece ser: “onde não há, el-rei o perde”.

¹⁴ Como a justiça é deusa estrangeira, é preciso que lhe tirem a “venda”, isto é, a famosa venda que tem sobre os olhos, que lhe garante a sua imparcialidade. Há aí um jogo de palavras, pois “venda” tanto remete à faixa de pano que cobre os olhos da justiça quanto a pequeno estabelecimento comercial varejista – o autor se refere à nacionalização do direito de vender, já que o comércio a retalho estava em grande parte nas mãos dos imigrantes portugueses, alvo preferencial dos “nacionalistas” florianistas e jacobinos.

A SEMANA – 101

John Gledson

Machado começa respondendo, em tom humorístico, aos “insultos” que recebera no domingo anterior, em que não pudera cumprir seu dever semanal. A referência lá feita ao Padre Kneipp, que pregava um processo de cura pela água, o conduz a um dos seus tópicos preferidos, a que algumas vezes recorre quando os assuntos rareiam: as curas e medicinas populares. Até confessa que o Xarope do Bosque já apareceu mais de uma vez em suas crônicas. Pouco a pouco, porém, por meio da conversa com José Rodrigues, desliza para outro assunto preferido (e muito atual, como se vê na nota 7), a Companhia Geral das Estradas de Ferro, o escândalo-mor do Encilhamento, que foi mencionado frequentemente nos primeiros dois anos de “A Semana” (ver, em particular, a crônica de 22 de maio de 1892, nota 4), e sua vítima, o criado José Rodrigues. Para evidenciar o “cheiro” do assunto, manda-o ao chafariz da Carioca, construção imponente, com 35 bicas, que tinha sido assunto de controvérsia em maio de 1892 (ver a crônica de 1º desse mês, quando Machado conta um episódio “que ao mesmo tempo não posso contar”). Trata-se, lá como aqui, de um sujeito (ou, no nosso caso, vários sujeitos) que urina(m) nas imediações do chafariz. Na crônica de 1892, Machado aludia à verdade através de um episódio das *Viagens de Gulliver*; aqui, através do cheiro, e da pergunta sobre os animais que podiam ser a origem do cheiro (mas não são).



A SEMANA

6 de maio de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

A pessoa que me substituiu na semana passada, em vez de me mandar os últimos sacramentos, veio mofar de mim *coram populo*.¹ Entretanto, é certo que estive à morte, e só por milagre ainda respiro. São assim os homens. O vil interesse os guia; almas baixas, duras e negras, não veem no mal de um amigo outra coisa mais que uma ocasião de brilhar. Não falemos nisto. Desde pequeno, ouço dizer que a má ação fica com quem a faz.

Estive doente, muito doente. Que é que me salvou? A falar verdade, não sei. A primeira coisa que me receitaram, foi a medicina do padre Kneipp.² Este padre, que, em vez de curar as almas, deu para tratar dos corpos, tem-me aborrecido grandemente. Não o li a princípio. Desde que percebi que se tratava de nova terapêutica, imaginei que era uma das muitas descobertas que vi nascer, crescer e morrer, como aquela de que já aqui falei, e falarei sempre que vier a propósito – o Xarope do Bosque, que Deus haja.³ Assisti à carreira brilhante desse preparado único. Que outro houve, nem haverá jamais, que se lhe compare? Curava tudo e todos, integralmente. Pessoas circunspectas afirmavam tê-lo visto arrancar do leito mortuário cadáveres amortalhados, que descruzavam as mãos, pediam alguma coisa, mudavam de roupa, e no dia seguinte iam para os seus empregos. Alguns desses cadáveres, por serem mais nervosos, escapavam da moléstia, mas faleciam segunda vez do temor que lhes causava a própria mortalha. Esses não saravam mais, visto que o xarope não se obrigava a curar da segunda morte, mas só da primeira. Nem todos, porém, são nervosos, e salvou-se muita gente.

Se a água do padre Kneipp é isto, fará sua carreira; não é preciso quebrar-me os ouvidos com anúncios. Foi o que pensei; mas afinal li alguma coisa sobre o invento e achei interesse. Realmente, não só cura e ressuscita, como é a mais gratuita das

¹ Em público (latim).

² Ver a crônica (anônima) anterior, nota 5.

³ Machado adota este tom (humoristicamente) agressivo porque este xarope, junto com o de Cambará, é quase marca registrada das suas crônicas: já apareceu nesta série, a 19 de novembro de 1893, em —Bns Dias!”, a 6 de fevereiro de 1889, e em —Blas de Estalo”, a 14 de março de 1885 – todos esses exemplos trazem detalhes interessantes.

farmácias deste mundo. Só o que parece custar algum dinheiro, é a roupa, que há já feita e apropriada;⁴ o mais é a água, que Deus dá. Água e pouca. Venha de lá a invenção, disse eu, e, lembrando-me que era cisma dos nossos indígenas que a água da Carioca adoçava a voz da gente, imaginei mandar buscá-la ao grande chafariz histórico.⁵ Era um modo de adquirir a saúde e o dó do peito. O meu fiel criado José Rodrigues fez-me então algumas ponderações, no sentido de dizer que água sem alma dificilmente pode dar vida a ninguém.

– Pois se ela não a tem em si, como há de dá-la a um homem?

– Mas que chamas tu água sem alma? perguntei-lhe.

– Senhor, a alma da água (perdoe-me vosmecê que lhe ensine isto) é a uva. Ponha-lhe dois ou três dedos do tinto, e beba-a, em vez de se meter nela; é o que lhe digo. O vendeiro da esquina podia muito bem, agora⁶ anda aí esse doutor Naipe... Naipe de quê? Há de ser copas, decerto. Copas como elas se pintavam nas cartas antigas, que eram o que chamamos copos – copos de beber.

– Não é isso: é Kneipp.

– Ou o que quer que seja, que a mim nunca me importaram nomes, desde que não sejam cristãos. Pois o vendeiro da esquina, como ia dizendo, podia muito bem vendê-la pura, e ganhava dinheiro; mas é consciencioso, põe-lhe uns dois dedos de alma, e é o que eu bebo todos os dias. Vosmecê sabe que saúde é a deste seu criado. Água no corpo de um homem, pelo lado de fora, isso dá maleitas, senhor; eu tive umas sezões, há muitos anos, que com certeza foram obra de um banho frio que me deram pelo entrudo. O banho deve ser pouco e morno, para a limpeza que Deus ama, contanto que nos não leve a sustância, que é o principal...

– A sustância é a liquidação do acervo da Geral...⁷

⁴ Com efeito, vendiam-se as “roupas Kneipp” que os pacientes vestiam logo após o banho, “que permitem a sua adaptação ao corpo no mais curto espaço”.

⁵ Sebastião da Rocha Pita (1660-1738), em sua *História da América Portuguesa desde seu descobrimento até o ano de 1724*, diz que os tamoios atribuíam propriedades milagrosas à água do rio Carioca, e que “da voz suave nos músicos e mimosos carões nas damas.”

⁶ Assim está no jornal. Aurélio acrescenta um “que”. Gramaticalmente tem razão, claro. Pode também ser um caso de anacoluto, frequente na linguagem coloquial, e o fato de ser um período interrompido, fato que Aurélio nota, talvez aumente a possibilidade do “que” popular.

⁷ No jornal, está “geral”, com minúsculo, erro de revisão já presente na crônica de 7 de janeiro (ver nota 6). Aurélio também corrige. Com o fim da Revolta, começava-se a pensar no estado econômico do país, no seu futuro, e logo na herança desastrosa do Encilhamento, e do seu maior escândalo, o da Companhia Geral das Estradas de Ferro. Começava-se a leiloar o seu acervo, o que preocupava muita gente, que temia a perda total dos seus investimentos. Um artigo longo na primeira página de *O Paiz* de 3 de maio ilumina o caso. Preocupado com o restabelecimento econômico e financeiro do país, diz que “as classes trabalhadoras e a sociedade em geral” precisam voltar ao “conforto e [à] segurança econômica, que lhes tirou a vesânia milionária de alguns banqueiros sem escrúpulo”. Não se trata de uma liquidação comum, diz, pois o acervo monta “fabulosa soma de cento e trinta mil contos de réis, que a importância de sua emissão ao portador ascende a mais de cem milhões de libras esterlinas, e as suas vítimas contam-se por milhares em todas as classes da sociedade brasileira”. Por isso, insinua, deve-se contornar a letra da lei, e achar uma outra solução (a “combinação” do texto da crônica). Continua: “os interessados trabalham ativamente para a obtenção de uma concordata amigável dependente, ao que nos informam, do Banco da República do Brasil, estabelecimento que, em virtude de sua íntima ligação com o governo, não pode ser indiferente às consequências causadas pela negativa no ânimo dos interessados”.

— Não me fale nisso, patrão! Eu já lhe pedi que me não falasse em semelhante bandalheira.

E, perguntando-lhe eu que lhe parecia do plano de vender em leilão o acervo da companhia, ou combinar em um negócio, para ver se vendia alguma coisa mais, vi-o meditar profundamente, e depois soltar um suspiro tão grande, que pareceu trazer-lhe as entranhas para fora. Hão de lembrar-se que este pobre-diabo é portador de *debêntures*.⁸ Acabado o suspiro, disse-me que havia sido tão comido neste negócio, que não podia escolher, e que o melhor de tudo era passar-me os papeluchos por cem mil-réis; não queria saber mais nada. Ponderei-lhe que isto nem era imitar o vendeiro da esquina, pois esse deitava dois dedos de alma na água, e o que ele me queria vender, era água pura ou impura, água sem nada. Concordou que assim era, mas que, sendo eu mais atilado que ele, acharia maneira de descobrir alguma coisa, ainda que fosse um micróbio – porque os micróbios (ficasse eu certo disso), com os progressos da ciência em que vamos, ainda acabam alimentando a gente, em vez de nos pôr a espinhela abaixo.⁹ De si não achava escolha; ante os dois caminhos que lhe mostravam, leilão ou combinação, não sabia em qual deles devia meter o pé, salvo se fosse pé de verso, porque as duas palavras rimavam; mas, não se tratando de poesia, e sim de dinheiro, que é a prosa do bom cristão, não acabava de saber se era melhor vender hoje por nada ou amanhã por menos. Concluiu...

Não concluiu; eu é que, para estancar-lhe o discurso, ordenei que fosse ao chafariz da Carioca buscar um barril d'água. Saiu e fiquei esperando. Não havia passado meia hora, voltou José Rodrigues a casa,¹⁰ sem água, cheio de espanto. O chafariz não tinha água.¹¹ A água única que achou, escorria a um lado, no chão, em frente à rua de S. José; mas não era água comum, nem pela cor, nem pelo cheiro, e ainda assim ouviu que por causa da chuva é que o cheiro era pouco; em havendo sol, fortalece-se mais e parece botica. Perguntou a um morador do lugar se ali costumavam¹² pousar ou dormir os cavalos e burros dos bondes da Companhia Jardim Botânico; soube que não, que ali só iam homens, e de passagem, em quantidade grande, e a qualquer hora do dia ou da noite, e mais ainda de dia que de noite.

Eu, que conheço a minha gente, percebi que a lembrança da Geral o havia transtornado muito, tal era a confusão das palavras, a trapalhice das ideias. Ordenei-lhe

⁸ Ver a parte final da crônica de 29 de janeiro de 1893.

⁹ Os micróbios, microorganismos causadores de doenças, foram uma das grandes descobertas da segunda metade do séc. XIX, obra sobretudo de Louis Pasteur e Robert Koch. Espinhela caída, termo popular de que Machado sempre zomba, é nome dado, e explicação atribuída, a várias doenças de origem incerta.

¹⁰ Na *Gazeta*, o “a” recebe acento indicativo de crase; Aurélio manteve o sinal de crase nesta ocorrência.

¹¹ O grande chafariz do largo da Carioca, de múltiplos bicos, tinha sido reformado, mas ainda não dava água.

¹² No jornal está —continavam—. Aurélio sugere esta modificação. Como ele diz, com razão: —ser continavam“, o que é menos aceitável, teria escapado ao revisor a preposição *a* entre este verbo e o seguinte.”

que se recolhesse e dormisse. Ficando só, levantei-me, vesti-me e saí; quando tornei a¹³ casa, estava são e salvo. Qual foi o remédio que me curou, não sei; talvez a vista de algum mais doente que eu. Uma vez curado, quis mandar um cartel de desafio à pessoa que me substituiu na semana passada, exigindo satisfação das injúrias que me lançou nesta mesma coluna. Adverti que era tempo perdido. Homem que lê *Tu, só tu, puro amor*, não se bate, suspira.¹⁴ *Ergo, bibamus*, como diz Goethe:

Ich hatte mein freundliches Liebchen geseh'n,
Da dacht' ich mir: *Ergo bibamus!*¹⁵



¹³ Com sinal de crase no jornal: Aurélio corrige para “a”.

¹⁴ Machado se refere aqui à menção aos versos de Camões e à comédia dele mesmo, Machado, na crônica anterior (ver nota 7). Os suspiros ou vêm pela leitura dos versos, que tratam da morte de Inês de Castro, ou (mais provavelmente) por modéstia do autor da peça.

¹⁵ Os dois primeiros versos da segunda estrofe de —*Ego bibamus!*” (1810), de Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832). —*Ē* tinha visto minha gentil amada / E pensei comigo: *Logo bebamos!*”

A SEMANA – 102

John Gledson

Nesse momento em que começavam a funcionar as instituições da República, Machado sublinha os empecilhos ao seu funcionamento regular – a Câmara não acabava de se constituir, e quando finalmente se constituiu, não funcionou por vários dias por “falta de número” (*quorum*, diríamos hoje). O Conselho Municipal continua dando matéria para piadas e críticas em tom menor, as mais das vezes sobre a ingenuidade e falta de prática dos intendentes. A anedota sobre o fogo na roupa do padre, por engraçada que seja, faz uma entrada um pouco forçada (e esticada?) na crônica – talvez para suprir o interesse que faltava aos assuntos.



A SEMANA

13 de maio de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Escreveu um grande pensador, que a última coisa que se acha, quando se faz uma obra, é saber qual é a que se há de pôr em primeiro lugar.¹ A câmara dos deputados, com a escolha do presidente, prova que esta máxima pode ser também política.² E eu gosto de ver a política entrar pela literatura; anima a literatura a entrar na política, e dessa troca de visitas é que saem as amizades. Mas ser amigo não é intervir no governo da casa dos outros. Os sonetos podem continuar a ser feitos sem o regimento da câmara, e os discursos, uma vez que sejam eloquentes, claros, sinceros, patrióticos, não precisam de arabescos literários. Portanto, aqui me fico, em relação ao presidente, atestando pela coincidência que o dito de Pascal não é tão limitado como ele supunha.

Já não faço a mesma coisa com relação ao presidente do conselho municipal.³ Releve o digno representante do nosso distrito que lhe diga: acho que, para presidente, faz amiudados discursos. Ainda esta semana, deixou a cadeira presidencial para discutir um projeto. Não acho estético. A estética é o único lado por onde vejo os negócios públicos; não sei de praxes nem regras. É possível até que as regras e praxes fundamentem o meu modo de ver, mas eu fico na estética.

Note-se que, a respeito do Instituto Comercial, talvez tenha alguma razão o presidente. Não li o projeto; mas pode ser que haja ensino demais, sem que eu queira com isto aceitar o gracioso exemplo alegado por um intendente, a saber: que os

¹ Blaise Pascal (1623-1662), *Pensées* I, 19: “La dernière chose qu’on trouve en faisant un ouvrage est de savoir celle qu’il faut mettre la première.”

² Apesar de aberta desde o dia 7 de maio, a Câmara novamente não trabalhou nessa semana, por falta de número legal. No dia 11 (sexta-feira) há na *Gazeta* a nota seguinte: “Segundo ouvimos, está resolvido por grande número de Srs. Deputados, a mesa da respectiva Câmara: Presidente, Rosa e Silva (...)”. Foi anunciada a eleição de Francisco de Assis Rosa e Silva (1856-1929), que em 1898 veio a ser vice-presidente da República.

³ O presidente do Conselho Municipal era o sr. Maia de Lacerda. No dia 9 de maio, discutiu-se um “projeto criando uma escola de comércio para instrução prática e teórica para os que se destinam àquela profissão”, em que ele interveio, protestando que numa instituição dessas só era preciso ensinar coisas práticas.

açougueiros,⁴ sem estudos acadêmicos, sabem muito bem que um quilo pesa setecentas e cinquenta gramas. Isto apenas mostra vocação. Há vocações sem estudos. Mas os estudos servem justamente para afiar, armar, dar asas às vocações. Um homem que, além de conhecer o peso prático do quilo, souber cientificamente que a lebre é uma exageração do gato, exageração inútil, e acaso perigosa, renovará a alimentação pública sem deixar de enriquecer.

Quaisquer, porém, que sejam as opiniões, insisto em que o presidente deve presidir. Uma das qualidades do cargo é a impassibilidade. O senador Nabuco, combatendo um dia a intervenção imperial na luta dos partidos, citou o lance do poema de Homero, quando Vênus desce entre os combatentes e sai ferida por um deles. O poder moderador é a Vênus, concluiu Nabuco.⁵ Sabe-se que esse ilustre jurisconsulto intercalava o Pegas com Homero, e chegava ao extremo (desconfio) de achar Homero ainda superior ao Pegas. Eu, sem conhecer o Pegas, sou de igual opinião. Apliquemos a comparação ao nosso caso; é a mesma coisa. A presidência precisa ser, não só imparcial, mas impassível.

Ah! não falemos de impassibilidade, que me faz lembrar um caso ocorrido na matriz da Glória.⁶ Imaginai que era a hora da missa. Havia na igreja pouca gente, era cedo, umas vinte pessoas ao todo. Senhoras ajoelhadas, outras sentadas, homens em pé, esperando. Profundo silêncio. Eis⁷ aparece o sacristão,⁸ com uma toalha. Imediatamente, algumas senhoras⁹ que estavam orando, mudaram de lugar e foram ajoelhar-se mais acima, em fila. O sacristão estendeu diante delas a toalha, em que cada uma pegou com os dedos. Já percebeis que iam comungar.

Desaparece o sacristão, e torna alguns segundos depois, acompanhando o padre. Conheceis a cerimônia; não é preciso entrar em minudências. O padre foi buscar o cibório. Chegou às penitentes, tendo ao lado o sacristão com uma tocha acesa. Também conheceis o gesto e as palavras: *Senhor, eu não sou digno*, etc. Ia já na terceira

⁴ Esta vírgula não está no jornal. Aurélio também faz a correção.

⁵ José Tomás Nabuco de Araújo (1813-1878), político, ministro de Justiça em vários gabinetes, pai de Joaquim Nabuco e assunto de seu *Um estadista do império*. Não encontrei este trecho de discurso; mas é típico do senador, sempre preocupado, sobretudo na crise de julho de 1868, com as contradições inerentes ao Poder Moderador, que não podia escolher um partido ou outro sem ser acusado de favoritismo, num país onde o eleitorado não tinha escolha própria, já que os partidos, uma vez escolhidos, “faziam” as eleições. A mistura da cultura clássica e da realidade cotidiana brasileira, do local e do universal, também é típico da figura de Nabuco de Araújo na visão de Machado (ver, por exemplo, “Notas semanais”, crônica de 9 de junho de 1878, seção III, e a introdução ao volume, p. 52-53). O trecho referido da *Iliada* está no livro V, linhas 311 ss., em que Vênus (nome latino de Afrodite) intervém na contenda entre gregos e troianos para resgatar seu filho Eneas. Como ela não está habituada à guerra, fica ferida por Diomedes, e volta ao Olimpo. Pegas, derivado do nome de um jurisconsulto português, é sinônimo de “advogado chicaneiro.”

⁶ A igreja da matriz da Glória domina o Largo do Machado, no Catete.

⁷ Aurélio acrescenta aqui um “que”, que não está na *Gazeta*.

⁸ Aurélio não reproduz esta vírgula.

⁹ Aurélio acrescenta aqui uma vírgula, que não está na *Gazeta*.

penitente, quando sucedeu uma coisa extraordinária. Aqui é que eu quisera ver trabalhar a imaginação das pessoas que me leem. Cada qual adivinhará a seu modo o que poderá ter acontecido, quando o padre ia dando a sagrada partícula à penitente. Trabalhai, dramaturgos e romancistas; forjai de cabeça mil coisas novas ou complicadas, escandalosas ou terríveis, e ainda assim não atinareis com o que sucedeu na matriz da Glória, naquele instante em que o padre ia dar à penitente a sagrada partícula.

Sucedeu isto: o sacristão distraiu-se, ou fraqueou-lhe a mão, inclinou a tocha, e a manga da sobrepeliz do padre pegou fogo. O melhor modo de julgar um caso é pô-lo em si. Que farias tu? Fogo não brinca nem espera. Tu saltavas; adeus, cibório! adeus, partículas! penitentes, adeus! E se não te acudissem a tempo, o fogo ia andando, voando, podias morrer queimado, que é das piores mortes deste mundo, onde só é boa a de César.¹⁰ Pois foi o contrário, meu amigo.

O padre viu o fogo e não se mexeu, não deixou cair a partícula dos dedos, nem o cibório da mão, não deu um passo, não fez um gesto. Disse apenas ao sacristão, em voz baixinha: “Apague”. E o sacristão, atarantado, às pressas, com as mãos tratou de abafar o fogo que ia subindo. O padre olhava só, esperando. Quando o fogo morreu, inclinou-se para a penitente e continuou tranquilo: *Senhor, eu não sou digno...*

Padre que eu não conheço, recebe daqui as minhas invejas, se essa impassibilidade é o teu estado ordinário. Se foi ato de virtude, esforço do espírito sobre o corpo, pela consciência da santidade do ofício e da gravidade do momento, és também invejável, e relativamente mais invejável. Mas eu contento-me com o menos, padre amigo. Basta-me a impassibilidade natural, não ser abalado por nenhuma coisa, nem do céu nem da terra, nem por fogo nem por água. Esta é meia liberdade, meu caro levita do Senhor, ou antes toda, se é certo que não a há inteira; mas eu não estou aqui para discutir questões árduas ou insolúveis.

Mire-se no espelho que aí lhe deixo, o presidente do conselho municipal. Quando a discussão lhe fizer o mesmo efeito da chama na sobrepeliz do padre da Glória, não deixe a cadeira para atalhar o incêndio; diga ao sacristão que apague. O sacristão dos leigos é o tempo. Não me retruque que não pode. Ainda agora um digno intendente, entrando em última discussão este último artigo de um projeto: *Ficam revogadas as disposições em contrário*, pediu a palavra para examinar todo o projeto, confessando nobremente, lealmente, que, quando se discutiram os outros artigos, estava distraído.¹¹ Ora, eu não li que o presidente redarguisse com afabilidade e oportunidade:

¹⁰ Suponho que a morte de César é a única boa porque é súbita e inesperada.

¹¹ No dia 10 de maio, segundo a reportagem do *Jornal do Commercio*, p. 2, o sr. Alfredo Barcelos interveio dizendo que não estivera presente durante boa parte da discussão (sobre um projeto para uma nova bandeira para o município do Rio), e disse ainda: “e agora, estando distraído ao discutir-se os artigos 1º a 4º, já encerrados, vi que não tinha outra ocasião para falar de todo o projeto senão referindo-me ao artigo 5º que diz: *Ficam revogadas as disposições em contrário*.” Continuou dando sua opinião. No fim, não votaram por falta de número legal.

“Mas, meu caro colega, nós não estamos aqui para nos distrairmos.” Salvo se o taquígrafo eliminou por sua conta o reparo; mas se os taquígrafos passam a governar os debates, melhor é que componham logo os discursos e os atribuam a quem quiser. Os supostos oradores farão apenas os gestos. Quem sabe? Será talvez a última perfeição dos corpos legislativos.



A SEMANA – 103

John Gledson

Pela porta da legislação, Machado entra numa questão candente: as apostas, os jogos de azar, mania que nas suas várias formas – as corridas do Jóquei, os “Frontões” de pelota basca, e sobretudo o jogo do bicho – se alastrava pela sociedade. A legislação sobre o assunto pode deixar lugar a diferenças de opinião, mas sente-se que Machado pouco se interessava por ela – diga o que diga a lei, esses jogos continuarão. Sente-se porém que processar as lutas de galo sob o pretexto de serem “jogos de azar” cheira a repressão social. Para Machado, deviam ser proibidos por outro motivo: sua crueldade e artificialidade (a ausência das galinhas). O assunto o leva a um tema recorrente: o espiritismo, segundo o qual, logicamente, podíamos renascer galos. O livro espírita “que um sabedor dessa escola vai dar em breve ao prelo” é invenção satírica, é claro, mas isso não diminui seu interesse. Lembra muito *Esau e Jacó* (pelos gêmeos sobretudo), e, no fim, “O alienista” (“a derradeira casa de saúde”). Parece corresponder a uma linha de especulação do autor, de Machado, sobre uma espécie de entropia, de degradação, uma descida lenta para o caos, o incesto, o ensimesmamento e o fim.



A SEMANA

20 de maio de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Creio em poucas coisas, e uma das que entram no meu credo, é a justiça, tanto a do céu quanto a da terra, assim a pública como a particular. Além da fé, tinha a vocação, e, mais dia menos dia, não seria de estranhar que propusesse uma demanda a alguém. O adágio francês diz que o primeiro passo é que é difícil;¹ atuada a primeira petição, iriam a segunda e a terceira, a décima e a centésima, todas as petições, todas as formas de processo, desde a ação de dez dias até à de todos os séculos.

Tal era o meu secreto impulso, quando o Instituto dos Advogados teve a ideia de escrever e votar que a justiça não é exercida, porque dorme ou conversa, não sabe o que diz, tudo de mistura com uma história de leiloeiros, síndicos e outras coisas que não entendi bem.² Como nos grandes dias do romantismo, senti um abismo aberto a meus pés. A fé, que abala montanhas, chegou a ficar abalada em si mesma, e estive quase a perder uma das partes do meu credo. Consertei-o depressa; mas não é provável que nestes meses mais próximos litigue nada ou querele de ninguém. Poupo as custas, é verdade, do mesmo modo que poupo o dinheiro, não assinando um lugar no teatro lírico; quem me dará *Lohengrin*³ e um libelo?

Entretanto, sem examinar o capítulo da conversação nem o dos leiloeiros, creio que a inconsistência ou variedade das decisões pode ser vantajosa em alguns casos. Por

¹ “Il n’y a que le premier pas qui coûte”: provérbio francês.

² O funcionamento da justiça no Rio desandava, segundo o próprio Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros (que parece estar defendendo a sua exclusividade). No dia 16 de maio, na primeira página da *Gazeta e do Jornal do Commercio*, sob o título “O estado do foro”, há uma reportagem sobre uma sessão do Instituto, em que se leu um parecer, que cito, grifando as palavras citadas na crônica. “A anarquia que predomina no foro, os abusos que se inocularam provêm principalmente do esquecimento dos deveres que a lei impôs aos juizes. (...) / Não são assíduos, gastam o tempo em *conversas*, muitas vezes a portas fechadas, fazendo o suplício dos que pedem despachos (...)” Comenta “os abusos cometidos diariamente por falsos advogados, solicitadores e procuradores, que destarte iludem a boa-fé dos incautos que lhes confiam a defesa de seus direitos”. Mais abaixo, diz: “A justiça caiu em descrédito e a parte administrativa – designação de *síndicos*, liquidantes, inventariantes, peritos, *leiloeiros*, corretores, etc. – tem dado lugar que, se todos fossem procedentes, denunciariam uma grande depressão dos costumes judiciários”.

³ Ópera (1848) de Richard Wagner (1813-1883).

exemplo, um dos nossos magistrados decidiu agora que a briga de galos não é jogo de azar, e não o fez só por si, mas com vários textos italianos e adequados.⁴ Realmente, – e sem sair da nossa língua, – parece que não há maior azar na briga de galos que na corrida de cavalos, pelotaris⁵ e outras instituições. O fato da aposta não muda o caráter da luta. Dois cavalos em disparada ou dois galos às cristas são, em princípio, a mesma coisa. As diferenças são exteriores. Há os palpites na corrida de cavalos, prenda que a briga de galos ainda não possui, mas pode vir a ter. Os cavalos têm nomes, alguns cristãos, e os galos não se distinguem uns dos outros. Enfim, parece que já chegamos à economia de fazer correr só os nomes sem os cavalos, não havendo o menor desaguisado na divisão dos lucros. Desceremos às sílabas, depois às letras; não iremos aos gestos, que é o exercício do *pick-pocket*.⁶

Sim, não é jogo de azar; mas se a sentença fosse outra, podia não ser legal, mas seria justa, ou, quando menos, misericordiosa. Os galos perdem a crista na briga, e saem cheios de sangue e de ódio; não é o brio que os leva, como aos cavalos, mas a hostilidade natural, e isto não lhes dói somente a eles, mas também a mim. Que briguem por causa de uma galinha, está direito; as galinhas gostam que as disputem com alma, se são humanas, ou com o bico, se são propriamente galinhas. Mas que briguem os galos para dar ordenado a curiosos ou vadios, está torto.

Se o homem, como queria Platão, é um galo sem penas,⁷ compreende-se esta minha linguagem; trato de um semelhante, defendo a própria espécie. Mas não é preciso tanto. Pode ser também que haja em mim como que um eco do passado. O espiritismo ainda não chegou ao ponto de admitir a encarnação em animais, mas lá há de ir, se quiser tirar todas as consequências da doutrina. Assim que, pode ser que eu tenha sido galo em alguma vida anterior, há muitos anos ou séculos. Concentrando-me⁸ agora, sinto um eco remoto, alguma coisa parecida com o canto do galo. Quem sabe se não fui

⁴ A origem deste comentário é uma reportagem do *Jornal do Commercio* do dia 16 de maio, páginas 1 e 2, que vem logo abaixo do item citado na nota 2. Um promotor tinha processado quatro indivíduos por terem promovido uma luta de galos, argumentando que era jogo de azar, e portanto ilegal, segundo uma lei de 1893. O magistrado, dr. Cardoso de Gusmão, declara que não se conforma com tal opinião. Definir “jogo de azar” como dependendo “exclusivamente de sorte” é restritivo demais, segundo ele, ficando praticamente sem sentido, e cita (em italiano) uma legislação italiana, em que jogo de azar é o que depende “*interamente o quasi interamente*” da sorte. Cita Macedo Soares, legislador brasileiro (“adequado” em termos machadianos?) que diz que “a lei só pode imiscuir-se em transação de tal natureza quando nelas intervém o dolo ou a fraude: „Iludiu, ou foi iludido””. A mesma lei, n° 369, continua Cardoso de Gusmão, diz explicitamente que não estão compreendidas na proibição de jogos de azar “as apostas de corridas a pé ou a cavalo, e outras semelhantes”. As brigas de galos escapariam, portanto, à sanção penal.

⁵ Ver crônica de 14 de janeiro de 1894, nota 2. De fato, há muita semelhança entre essas duas crônicas sobre o jogo.

⁶ Batedor de carteira.

⁷ Segundo Diógenes Laércio (?-?) nas suas *Vidas e opiniões dos filósofos*, Platão teria definido o homem como um animal com duas pernas e sem plumas. Diógenes de Sinope, o filósofo cínico, desplumou um galo, e levou-o à Academia, dizendo: “Eis o homem de Platão”.

⁸ Aurélio põe aqui uma vírgula, que não está na *Gazeta*.

eu que cantei as três vezes que serviram de prazo para que S. Pedro negasse a Jesus?⁹ Assim se explicarão muitas simpatias.

Só a doutrina espírita pode explicar o que sucedeu a alguém, que não nomeio, esta mesma semana. É homem verdadeiro; encontrei-o ainda espantado. Imaginai que, indo ao gabinete de um cirurgião-dentista, achou ali um busto, e que esse busto era o de Cícero.¹⁰ A estranheza do hóspede foi enorme. Tudo se podia esperar em tal lugar, o busto de Cadmo,¹¹ alguma alegoria que significasse aquele velho texto: *Aqui há ranger de dentes*, ou qualquer outra composição mais ou menos análoga ao ato; mas que ia fazer Cícero naquela galera?¹² Prometi à pessoa, que estudaria o caso e lhe daria daqui a explicação.

A primeira que me acudiu, foi que, sendo Cícero orador por excelência, representava o nobre uso da boca humana, e conseqüentemente o da conservação dos dentes, tão necessários à emissão nítida das palavras. Como bradaria ele as catilinárias, sem a integridade daquele aparelho? Essa razão, porém, era um pouco remota. Mais próxima que essa seria a notícia que nos dá Plutarco, relativamente ao nascimento do orador romano; afirma ele, – e não vejo por onde desmenti-lo, – que Cícero foi parido sem dor. Sem dor! A supressão da dor é a principal vitória da arte dentária.¹³ O busto do romano estaria ali como um símbolo eloquente, – tão eloquente como o próprio filho daquela bendita senhora. Mas esta segunda explicação, se era mais próxima, era mais sutil; pu-la de lado.

Refleti ainda, e já desesperava da solução, quando me acudiu que provavelmente Cícero fora dentista em alguma vida anterior. Não me digam que não havia então arte dentária; havia a China, e na China, – como observei aqui há tempos,¹⁴ – existe tudo, e o que não existe, é porque já existiu. Ou dentista, ou um daqueles mandarins que sabiam proteger as artes úteis, e deu nobre impulso à cirurgia da boca. Tudo se perde na noite dos tempos, meus amigos; mas a vantagem da ciência, – e particularmente da ciência espírita¹⁵ – é clarear as trevas e achar as coisas perdidas.

Um sabedor dessa escola vai dar em breve ao prelo um livro, em que se verão a tal respeito revelações extraordinárias. Há nele espíritos, que não só vieram ao mundo

⁹ Mateus 26:34,74-75.

¹⁰ Marco Túlio Cícero (106-43 a.C.), orador, filósofo e político romano. As catilinárias (no parágrafo seguinte) foram os dois discursos que fez contra Lucius Sergius Catilina, chefe de uma conspiração que ameaçou a república, e que ficaram sendo sinônimos de discursos violentamente denunciatórios. A história do parto sem dor vem no começo da *Vida* de Cícero, de Plutarco.

¹¹ Herói da mitologia grega, fundador da cidade de Tebas, que matou um dragão, cujos dentes depois semeou; destes dentes nasceram homens armados que se entremataram: sobreviveram cinco, que foram os antepassados dos tebanos.

¹² “Que ia fazer Cícero nesta companhia?” A palavra “galera” entra numa frase de *Les fourberies de Scapin*, de Molière, que entrou na língua comum, e que Machado usa mais de uma vez: “Que diable allait-il faire dans cette galère?”

¹³ Ao longo do séc. XIX, avançavam os meios de anestesiá-los os pacientes, principalmente usando o clorofórmio.

¹⁴ Ver crônica de 15 de abril de 1894.

¹⁵ Aurélio põe aqui uma vírgula, que não está na *Gazeta*.

duas e três vezes, mas até com sexo diverso. Um tempo viveram homens, outro mulheres. Há mais! Um dos personagens veio uma vez e teve uma filha; quando tornou, veio o filho da filha. A filha, depois de nascer do pai, deu o pai à luz.

Algum dia (creio eu) os espíritos nascerão gêmeos e já casados. Será a perfeição humana, espiritual e social. Cessará a aflição das famílias, que buscam aposentar as moças, e dos rapazes que procuram consortes. Virão os casais já prontos, dançando o minuete da geração... Haverá assim grande economia de espíritos, visto que os mesmos irão mudando de consortes, depois de um pequeno descanso no espaço.

Nessa promiscuidade geral dos desencarnados, pode suceder que os casais se recomponham, e, após duas ou três existências com outros, Adão tornará a nascer com Eva, Fausto com Margarida, Filêmon com Báucis.¹⁶ Mas a perfeição das perfeições será quando os espíritos nascerem de si mesmos. Com alguns milhões deles se irá compondo este mundo, até que, pela decadência natural das coisas, baste um único espírito dentro da única e derradeira casa de saúde. Ó abismo dos abismos!



¹⁶ Filêmon e Báucis: casal frígio cujos nomes são símbolos do amor conjugal, na mitologia grega.

A SEMANA – 104

John Gledson

O gosto romântico pelo Oriente misterioso e violento é um tema bastante frequente em Machado, que ele sempre trata com distância irônica. Por algum motivo, aqui finge ser mais jovem do que realmente era, pois nasceu em 1839, quando o romantismo francês estava em pleno vigor – Hugo acabava de escrever “Tristesse d’Olympio”, que Machado dá como exemplo do romantismo forte. O último livro de Gonçalves Dias, *Cantos*, é de 1856. Talvez ao dizer “Quando eu cheguei à vida”, ele se refira à vida literária, a que chegou nos fins da década de 1850. Os comentários ao uso de nomes consagrados da política e da literatura (e menos consagrados, e até ainda vivos, como o sr. Malvino Reis) para pessoas e ruas, também são típicos.



A SEMANA

27 de maio de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Morreu um árabe, morador na rua do Senhor dos Passos.¹ Não há que dizer a isto; os árabes morrem e a rua do Senhor dos Passos existe. Mas o que vos parece nada, por não conhecerdes sequer esse árabe falecido, foi mais um golpe nas minhas reminiscências românticas. Nunca desliguei o árabe destas três coisas: deserto, cavalo e tenda. Que importa houvesse uma civilização árabe, com alcaides e bibliotecas? Não falo da civilização, falo do romantismo, que alguma vez tratou do árabe civilizado, mas com tal aspecto, que a imaginação não chegava a desmembrar dele a tenda e o cavalo.

Quando eu cheguei à vida, já o romantismo se despedia dela. Uns versos tristes e chorões que se recitavam em língua portuguesa, não tinham nada com a melancolia de René, menos ainda com a sonoridade de Olímpio.² Já então Gonçalves Dias havia publicado todos os seus livros. Não confundam este Gonçalves Dias com a rua do mesmo nome; era um homem do Maranhão, que fazia versos. Como ele tivesse morado naquela rua, que se chamava dos Latoeiros, uma folha desta cidade, quando ele morreu, lembrou à câmara municipal que desse o nome de Gonçalves Dias à dita rua.³ O Sr. Malvino teve igual fortuna, mas sem morrer, afirmando-se ainda uma vez aquela lei de

¹ Não encontrei a notícia da morte do árabe. A rua do Senhor dos Passos era, como ainda é, lugar de imigrantes e pequenos comércios, onde “se veem de todas as cores e de todas as raças”, segundo uma crônica na *Gazeta* de 21 de maio.

² *René* (1802), romance curto de François René de Chateaubriand (1768-1848), o maior prosador do romantismo francês, obra imbuída de melancolia, e onde conta, mal disfarçada, a paixão casta e infeliz pela sua irmã Lucile. Olympio foi pseudônimo ou alter ego que Victor Hugo, por sua vez o maior poeta do mesmo movimento, adotou na década de 1830. O famoso poema “Tristesse d’Olympio”, da coletânea *Les Rayons et les Ombres* (1840), em que o poeta volta aos lugares onde foi feliz (provavelmente com a sua amante Juliette Drouet), tem a sonoridade de que fala o cronista.

³ A folha que sugeriu a mudança do nome da rua foi o *Diário do Rio de Janeiro*, cuja edição de 12 de fevereiro de 1865, p. 1, traz a seguinte notícia: “RUA GONÇALVES DIAS – Na sua última sessão a Ilma. câmara municipal aprovou unanimemente uma proposta do distinto Sr. Dr. Dias da Cruz para que a rua dos Latoeiros passe a chamar-se de ora em diante – *rua Gonçalves Dias*. / Fomos os iniciadores dessa ideia e por isso agradecemos cordialmente à câmara e ao digno proponente a resolução tomada. / É uma modesta mas duradoura homenagem ao primeiro poeta lírico do Brasil.”

desenvolvimento e progresso, que os erros dos homens e as suas paixões não poderão jamais impedir que se execute.⁴

Cumpre lembrar que, quando falo da morte de Gonçalves Dias, refiro-me à segunda, porque ele morreu duas vezes, como sabem. A primeira foi de um boato.⁵ Os jornais de todo o Brasil disseram logo, estiradamente, o que pensavam dele, e a notícia da morte chegou aos ouvidos do poeta com⁶ os primeiros ecos da posteridade. Este processo, como experiência política, pode dar resultados inesperados. Eu, deputado ou senador, recolhia-me a alguma fazenda, e ao cabo de três meses expedia um telegrama, anunciando que havia morrido. Conquanto sejamos todos benévolos com os defuntos recentes, sempre era bom ver se na água benta das necrologias instantâneas não cairiam algumas gotas de fel. Tal que houvesse dito do orador vivo, que era “uma das bocas de ouro do parlamento”, podia ser que escrevesse do orador morto, que “se nunca se elevou às culminâncias da tribuna política, jamais aborreceu aos que o ouviam”.

A propósito de orador, não esqueçamos dizer que temos agora na câmara um deputado Lamartine, e que estivemos quase a ter um Chateaubriand. Estes dois nomes significam certamente o entusiasmo dos pais em relação aos dois homens que os tornaram famosos. Recordem-se do espanto que houve na Europa, e especialmente em França, quando a revolução de Quinze de Novembro elevou ao governo Benjamim Constant. Perguntaram se era francês ou filho de francês. Neste último caso, não sei se foi o homem político ou o autor de *Adolfo*, que determinou a escolha do nome. Os Drs. Washington e Lafayette foram evidentemente escolhidos por um pai republicano e americano. Que concluo daqui? Nada, em relação aos dois últimos; mas em relação aos primeiros acho que é ainda um vestígio de romantismo. Estou que as opiniões políticas de Lamartine e Chateaubriand não influíram para o batismo dos seus homônimos, mas sim a poesia de um e a prosa de outro. Foi homenagem aos cantores de Elvira e de Átala, não ao inimigo de Bonaparte, nem ao domador da insurreição de junho.⁷

⁴ Certamente Machado se refere à então (desde 1892) praça Malvino Reis, agora praça Serzedelo Correia, em Copacabana, aonde tinham chegado os bondes recentemente, e que recebeu o nome do então diretor da Companhia Ferro-Carril do Jardim Botânico.

⁵ Este boato chegou ao Rio de Janeiro em 24 de julho de 1862, dois anos antes da morte do poeta. Ele tinha viajado para a Europa, já bastante doente. Faleceu outro passageiro, e estando o navio de quarentena, imaginou-se que fosse Gonçalves Dias. “Na Corte e nas províncias celebraram-se ofícios fúnebres e não houve jornal que não fizesse em sentido necrológico o elogio daquele que era considerado o maior poeta do Brasil. (...) Dois meses depois o próprio poeta desmentia a notícia: „É mentira! Não morri! nem morro, nem hei de morrer nunca mais – *Non omnis moriar!* como diz o mestre Horácio.”” (Gonçalves Dias, *Poesia completa e prosa escolhida*, p. 44).

⁶ Está assim na *Gazeta*. Aurélio tem “como”, sem comentar. Ambos são possíveis; achamos preferível manter a versão original.

⁷ Os originais franceses e americano são, pela ordem: Alphonse de Lamartine (1790), poeta romântico francês, autor de “A Elvira” (poema que Machado traduziu em 1869), e que também, sobretudo na revolução de 1848, teve importante papel político – declarou-se a favor de uma república, e fez parte do governo provisório, liderado por Cavaignac, que suprimiu brutalmente a revolta de junho; Chateaubriand, mencionado no começo da crônica e na nota 2, exilou-se depois da revolução de 1789, mas voltou à França em 1800, e foi escolhido por Napoleão para um serviço diplomático – quando soube do

Vede, porém, o destino. Não são só os livros que têm os seus fados;⁸ também os nomes os têm. Os portadores brasileiros daqueles dois nomes são agora meramente políticos. Assim, a amorosa superstição dos pais achou-se desmentida pelo tempo, e os nomes não bastaram para dar aos filhos idealidades poéticas. Não obstante esta limitação, devo confessar que me afligiu a leitura de um pequeno discurso do atual deputado. Não foi a matéria, nem a linguagem; foi a senhoria. Há casos em que as fórmulas usuais e corteses devem ser, por exceção, suprimidas. Quando li: *O Sr. Lamartine*, repetido muitas vezes, naquelas grossas letras normandas do *Diário Oficial*, senti como que um sacudimento interior. Esse nome não permite aquele título; soa mal. A glória tem desses ônus. Não se pode trazer um nome imortal com a simples gravata branca das cerimônias. Ainda ontem vieram falar-me dos negócios de um Sr. Leônidas;⁹ creio que rangeram ao longe os ossos do grande homem.

Mas tudo isso me vai afastando do meu pobre árabe morto na rua do Senhor dos Passos. Chamava-se Assef Aveira. Não conheço a língua árabe, mas desconfio que o segundo nome tem feições cristãs, salvo se há erro tipográfico. Entretanto, não foi esse nome o que mais me aborreceu, depois da residência naquela rua, sem tenda nem cavalo; foi a declaração de ser o árabe casado. Não diz o obituário se com uma ou mais mulheres; mas há nessa palavra um aspecto de monogamia que me inquieta. Não compreendo um árabe sem Alcorão, e o Alcorão marca para o casamento quatro mulheres.¹⁰ Dar-se-á que esse homem tenha sido tão corrompido pela monogamia cristã, que chegasse ao ponto de ir contra o preceito de Mafoma? Eis aí outra restrição ao meu árabe romântico.

assassinato do Duque d'Enghien, demitiu-se, passou à oposição a Bonaparte, e foi forçado a morar a pelo menos três léguas de Paris, no castelo de Chatenay-Malabry; Napoleão, porém, respeitava-o bastante para não calá-lo; foi também autor de *Atala* (1801), romance curto semelhante a *René* –; Benjamin Constant de Rebecque (1767-1830), um dos representantes mais importantes das ideias liberais durante os anos turbulentos do império napoleônico e da restauração da monarquia legitimista, e famoso orador, foi também autor do curto romance psicológico *Adolphe* (escrito em 1806, publicado em 1816), um dos clássicos europeus de autoanálise, e que Machado admirava bastante, onde descreve um amor infeliz, baseado na sua própria experiência; George Washington (1732-1799), primeiro presidente dos Estados Unidos; e o Marquês de Lafayette (1757-1834), que combateu ao lado dos colonos na Revolução Americana, e, nos começos da Revolução Francesa, mandou demolir a Bastilha.

Os brasileiros que pude identificar: Lamartine parece ser o deputado Lamartine Ribeiro Guimarães, representante do 12º Distrito de Minas; Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1836-1891), positivista, professor em vários estabelecimentos, e ministro da Guerra e depois da Instrução Pública na República – a constituição de 1891 considera-o “fundador da República”; e o Conselheiro Lafayette Rodrigues (1834-1917), político e juriconsulto liberal, e que mais tarde, em 1897, sob o pseudônimo Labieno, defendeu a obra de Machado contra os ataques de Sílvio Romero. Os outros brasileiros, Chateaubriand e Washington, não foi possível identificar com certeza.

⁸ Tradução da frase latina “habent sua fata libelli”, de *De litteris*, de Terenciano Mauro.

⁹ Leônidas foi rei de Esparta de 491 a 480 a.C., e liderou as forças gregas na famosa Batalha de Termópilas, onde morreu.

¹⁰ Com efeito, na quarta surata do Alcorão (“As mulheres”), terceiro parágrafo, o livro sanciona a poligamia, embora diga que não é o ideal: “Se temerdes ser injustos no trato com os órfãos, podereis desposar duas, três ou quatro das que vos aprouver, entre as mulheres.”

Não me demoro em apontar as obrigações da carta de fiança, da conta do gás e outras necessidades prosaicas, tão alheias ao deserto. O pobre árabe trocou o deserto pela rua do Senhor dos Passos, cujo nome lembra aqueles religionários, em quem seus avós deram e de quem receberam muita cutilada. Pobre Assef! Para cúmulo, morreu de febre amarela, uma epidemia exausta à força de civilização ocidental, tão diversa do cólera-morbo, essa peste medonha e devastadora como a espada do profeta.

Miserável romantismo, assim te vais aos pedaços. A anemia tirou-te a pouca vida que te restava, a corrupção não consente sequer que fiquem os teus ossos para memória. Adeus, Árabes! adeus, tendas! adeus, deserto! Cimitarras, adeus! adeus!



A SEMANA – 105

John Gledson

O Encilhamento é um dos temas recorrentes de “A Semana”: o “ano terrível (1890-91)” é uma obsessão de Machado, tão importante quanto a própria República – de fato, para ele as duas coisas estavam intimamente conectadas. Às vezes, como aqui e no “Sermão do diabo” (4 de setembro de 1892), ele dedica uma crônica inteira ao assunto, sem que houvesse, ao que parece, evento dessa semana com especial ligação ao fenômeno. Para a sua fantasia satírica, Machado baseia-se na famosa cena do cemitério do quinto ato de *Hamlet*, a tal ponto que vale a pena cotejá-las (as baladas cantadas pelos coveiros, os trocadilhos...). O final lúgubre da cena, com o enterro de Ofélia, lembra o enterro de Flora em *Esau e Jacó*, cap. CVIII, que acontece justamente durante o estado de sítio.

Machado republicou esta crônica em *Páginas recolhidas* (1899), na seção “Entre 1892 e 1894”, sob o título “A cena do cemitério”, com uns poucos cortes, e várias mudanças, de menor monta. Temos a impressão que ficou insatisfeito com a revisão da versão original, do jornal, e num caso importante até corrigiu a leitura desta crônica na seguinte (ver nota 8). Noutros casos, achamos que também corrigiu o texto no de 1899, restituindo a leitura que tencionara em 1894, fosse a responsabilidade do “erro” dele ou dos compositores. Nestes casos, tentamos reproduzir, não o texto do jornal, mas a intenção do autor em 1894 (sempre fornecendo toda a informação necessária para que o leitor decida).

De fato, há várias diferenças entre os dois textos. Algumas são ajustes para tirar referências que faziam perfeito sentido no contexto do jornal, mas menos no livro de cinco anos depois. Outras são de pontuação. Como as duas versões são da autoria de Machado, e refletem suas intenções em momentos e contextos diferentes, achamos importante dar conta de ambos, *embora usando a versão de 1894 como base*. Para isso, e para não complicar demais a leitura do texto, carregando-o de notas excessivas, optamos por colocar entre colchetes [...] as palavras da versão da *Gazeta* omitidas na versão de *Páginas recolhidas*. Entre parênteses (...), vão as palavras e marcas de pontuação que substituíram as do jornal ou se acrescentaram a ele, nesta versão posterior.

Aurélio, como nós, baseia-se no original de 1894, anotando no pé da página algumas mudanças feitas em 1899. Porém, é menos consistente que o desejável, às vezes aceitando a leitura posterior sem assinalar o fato. Como de costume, anotamos estas diferenças.



A SEMANA

3 de junho de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Não mistureis alhos com bugalhos; é o melhor conselho que posso dar às pessoas que leem de noite na cama. A noite passada, por infringir essa regra, tive um pesadelo horrível. Escutai; não perdereis os cinco minutos de audiência.

Foi o caso que, como não tinha acabado de ler os jornais de manhã, fi-lo à noite. Pouco já havia que ler, três notícias e a cotação da praça. Notícias da manhã, lidas à noite, produzem sempre o efeito de modas velhas, donde concluo que o melhor encanto das gazetas está na hora em que aparecem. A cotação da praça, conquanto tivesse a mesma feição, não a li com igual indiferença, em razão das recordações que trazia¹ do ano terrível (1890-91). Gastei mais tempo a lê-la e relê-la. Afinal pus os jornais de lado, e, não sendo tarde, peguei de um livro, que acertou de ser Shakespeare. O drama era *Hamlet*. A página, aberta ao acaso, era a cena do cemitério, ato V. Não há que dizer ao livro nem à página; mas essa mistura de poesia e cotação de praça, de gente morta e dinheiro vivo, não podia gerar nada bom; eram alhos com bugalhos.

Sucedeu o que era de esperar; tive um pesadelo. A princípio, não pude dormir; voltava-me de um lado para outro, vendo as figuras de Hamlet e de Horácio, os caveiros e as caveiras, ouvindo a balada e a conversação. A muito custo, peguei no sono. Antes não pegasse! Sonhei que era Hamlet; trazia a mesma capa negra, as meias, o gibão e os calções da mesma cor. [Não sei se vos lembrais ainda de Rossi e de Salvini?² Pois era a mesma figura. Era mais;³] tinha a própria alma do príncipe da Dinamarca.⁴

¹ A *Gazeta* tem “traria”. *Páginas recolhidas* e Aurélio têm “trazia”, leitura que resolvemos aceitar, por nos parecer claro que se trata de um erro dos compositores (compreensível pela semelhança das duas letras). No caso, “traria” quereria dizer que “traria” essas recordações para o sono e o sonho do cronista, sentido possível, mas menos verossímil que “trazia”.

² Está assim no jornal: Aurélio tem “Salvino”. Ernesto Rossi (1827-1896) e Tommaso Salvini (1829-1915), dois atores italianos e shakespearianos. Machado viu ambos no Rio de Janeiro em 1871, em várias peças de Shakespeare, e comentou em dois artigos, “Macbeth e Rossi”, de 25 de junho de 1871 (na *Semana Ilustrada*), e “Rossi: carta a Salvador de Mendonça”, n’*A Reforma* de 20 de julho de 1871. Ambos os textos podem ser lidos em João Roberto Faria (organizador): *Machado de Assis – do teatro*. Segundo Faria, esses espetáculos tiveram um efeito decisivo sobre Machado, e foram a origem da sua enorme admiração pelo dramaturgo inglês.

³ Aurélio põe dois-pontos no lugar de ponto e vírgula.

⁴ Em *Páginas recolhidas*, não há divisão de parágrafo neste ponto.

Até aí nada houve que me assustasse. Também não me aterrou ver, ao pé de mim, vestido de Horácio, o meu fiel criado José [Rodrigues]. Achei natural; (:)⁵ ele não o achou menos. Saímos de casa para o cemitério; atravessamos uma rua que nos pareceu ser a Primeiro de Março e entramos em um espaço que era metade cemitério, metade sala.⁶ Nos sonhos há confusões dessas, imaginações duplas ou incompletas, mistura de coisas opostas, dilacerações, desdobramentos inexplicáveis; mas, enfim, como eu era Hamlet e ele Horácio, tudo aquilo devia ser cemitério. Tanto era que ouvimos logo a um dos coveiros esta estrofe:

Era um título novinho,
Valia mais de oitocentos;
Agora que está velhinho
Não chega a valer duzentos.

Entramos e escutamos. Como na tragédia, deixamos que os coveiros falassem entre si, enquanto faziam a cova de Ofélia. Mas os coveiros eram ao mesmo tempo corretores, e tratavam de ossos e papéis. A um deles ouvia bradar que tinha trinta ações da Companhia Promotora das Batatas Econômicas. Respondeu-lhe [o] outro que dava cinco mil-réis por elas. Achei pouco dinheiro e disse isto mesmo a Horácio, que me respondeu(,) pela boca de José [Rodrigues]: “Meu senhor, as batatas desta companhia foram prósperas enquanto os portadores dos títulos não as foram plantar. A economia da nobre instituição consistia justamente em não plantar o precioso tubérculo; uma vez que (o)⁷ plantassem era indício certo da decadência e da morte.”

Não entendi bem; mas os coveiros, fazendo saltar caveiras do solo, iam dizendo graças e apregoando títulos. Falavam de bancos, do Banco Único,⁸ do Banco Eterno, Banco dos Bancos, e os respectivos títulos eram vendidos ou não, segundo oferecessem por eles[,]⁹ sete tostões ou duas patacas.¹⁰ Não eram bem títulos nem bem caveiras; eram as duas coisas juntas, uma fusão de aspectos, letras com buracos de olhos, dentes por assinaturas. Demos mais alguns passos, até que eles nos viram. Não se admiraram; foram indo com o trabalho de cavar e vender. – Cem da Companhia Balsâmica! – Três

⁵ Aurélio aceita esta opção de 1899.

⁶ O centro do Encilhamento era “o trecho final da Rua da Alfândega até à de Primeiro de Março, transbordando pelos dois ramos laterais da apertada e torta viela, mais que rua, chamada da Candelária, nos arredores do edifício de Banco do Brasil”. “Heitor Malheiros” [Visconde de Taunay], *O Encilhamento* (1893), p. 1.

⁷ Aurélio aceita este acréscimo de *Páginas recolhidas*.

⁸ No jornal há “União” – na crônica seguinte, Machado faz a correção. Como sugere Gustavo Franco, é porque todos os nomes dos bancos deviam ser fictícios, e existiam vários com esta palavra – o Banco União de São Paulo, por exemplo. Também “Único” quadra melhor com os nomes paródicos que Machado gosta de dar a entidades financeiras.

⁹ Aurélio aceita a leitura de *Páginas recolhidas*, excluindo a vírgula.

¹⁰ 700 réis ou 640 réis.

mil-réis. – São suas. – Vinte e cinco da Companhia Salvadora! – Mil-réis! – Dois mil-réis! – Dois mil e cem! – E duzentos! – E quinhentos! – São suas.

Cheguei-me a um, ia falar-lhe, quando fui interrompido pelo próprio homem: – “Pronto Alívio! meus senhores! Dez do Banco Pronto Alívio! Não dão nada, meus senhores? – Pronto Alívio! senhores... Quanto dão? Dois tostões? Oh! não! não! valem mais! Pronto Alívio! Pronto Alívio!”¹¹ O homem calou-se afinal, não sem ouvir de outro coveiro que, como alívio, o banco não podia ter sido mais pronto. Faziam trocadilhos, como os coveiros de Shakespeare. Um deles, ouvindo apregoar sete ações do Banco Pontual, disse que tal banco foi realmente pontual até o dia em que passou do ponto à reticência. Como espírito, não era grande coisa; daí a chuva de túbias que caiu em cima do autor. Foi uma cena lúgubre e alegre ao mesmo tempo. Os coveiros riam, as caveiras riam, as árvores, torcendo-se aos ventos da Dinamarca, pareciam torcer-se de riso, e as covas abertas riam, à espera que fossem chorar sobre elas.

Surviviam muitas outras caveiras ou títulos. Da Companhia Exploradora de Além-Túmulo apareceram cinquenta e quatro, que se venderam a dez réis. O fim desta companhia é comprar para cada acionista um lote de trinta metros quadrados no Paraíso. Os primeiros títulos, em março de 1891, subiram a conto de réis; mas se nada há seguro neste mundo conhecido, pode havê-lo no incognoscível? Esta dúvida entrou no espírito do caixa da companhia, que aproveitou a passagem de um paquete transatlântico, para ir consultar um teólogo europeu, levando consigo tudo o que havia mais cognoscível entre os valores. Foi um coveiro que me contou este antecedente da companhia. Eis aqui, porém, surdiu uma voz do fundo da cova, que estavam abrindo. Uma *debênture*! uma *debênture*!¹²

Era já outra coisa. Era uma *debênture* [da Geral].¹³ Cheguei-me ao coveiro, e perguntei que era que estava dizendo. Repetiu o nome do título. Uma *debênture*? – Uma *debênture* [da Geral. – Da Geral!](.) Deixe ver, amigo. E, pegando nela, como Hamlet, exclamei, cheio de melancolia:

– *Alas, poor Yorick!* Eu o (a)¹⁴ conheci, Horácio. Era um título magnífico. Estes buracos de olhos foram algarismos de brilhantes, safiras e opalas. Aqui, onde foi nariz, havia um promontório de marfim velho lavrado; eram de nácar estas faces, os dentes de ouro, as orelhas de granada e safira. Desta boca saíam as mais sublimes promessas em

¹¹ Na *Gazeta*, as aspas seguem o travessão no início desta frase – no fim dela, as aspas não se fecham, verossimilmente por esquecimento do compositor. Em *Páginas recolhidas*, e Aurélio, estão na posição correta. Acharmos melhor seguir a lição deles, que verossimilmente corresponde à intenção de Machado em 1894.

¹² Aurélio, como de costume, não italiciza “*debênture*”.

¹³ Para a Companhia Geral das Estradas de Ferro do Brasil, escândalo maior do Encilhamento, ver p.ex. a crônica de 22 de maio de 1892, nota 4.

¹⁴ Em *Páginas recolhidas*, este “a” (que substitui o pronome “o”) deve referir-se à *debênture*.

estilo alevantado e nobre. Onde estão agora as belas palavras de outro tempo?¹⁵ Prosa eloquente e fecunda, onde param os longos períodos, as frases galantes, a arte com que fazias ver a gente cavalos soberbos com ferraduras de prata e arreios de ouro? Onde os carros de cristal, as almofadas de cetim? Dize-me cá, José Rodrigues (Diz-me cá, Horácio).

– Meu senhor...

– Crês que uma letra de Sócrates esteja hoje no mesmo estado que este papel?

– Seguramente.

– Assim que, uma promessa de dívida do nobre Sócrates não será hoje mais que uma *debênture* escangalhada?

– A mesma coisa.

– Até onde podemos descer, Horácio! Uma letra de Sócrates pode vir a ter os mais tristes empregos deste mundo; limpar os sapatos, por exemplo. Talvez ainda valha menos que esta *debênture*.

– Saberá Vossa Senhoria que eu não dava nada por ela.

– Nada? Pobre Sócrates! Mas espere (espera),¹⁶ calemo-nos, aí vem um enterro.

Era o enterro da¹⁷ Ofélia. Aqui o pesadelo foi-se tornando cada vez mais aflitivo. Vi os padres, o rei e a rainha, o séquito, o caixão. Tudo se me fez turvo e confuso. Vi a rainha deitar flores sobre a defunta. Quando o jovem Laertes saltou dentro da cova, saltei também; ali dentro atracamo-nos, esbofeteamo-nos. Eu suava, eu matava, eu sangrava, eu gritava...

– Acorde, patrão! acorde!



¹⁵ Paródia da “Ballade des dames du temps jadis”, famoso poema de François Villon (c. 1431-c. 1463).

¹⁶ Aurélio aceita a versão de *Páginas recolhidas*.

¹⁷ Aurélio tem “de” (“da” na *Gazeta e Páginas recolhidas*).

A SEMANA – 106

John Gledson

Em várias crônicas, Machado demonstra simpatia pelos animais, tradicionalmente maltratados no Brasil; os burros, e em particular os burros dos bondes, já apareceram duas vezes nas crônicas d’“A Semana” (16 de outubro de 1892, e 8 de abril de 1894), e, como aqui, foram dotados de língua humana (e, como aqui, implicitamente comparados aos ex-escravos). Já nessa época, a Inglaterra tinha a reputação de ser o país onde a crueldade era malvista, e era punida pela lei. Desde 1824, havia uma sociedade defensora de animais: no Brasil, essas sociedades eram meio fictícias – ver, p.ex., a crônica da “Gazeta de Holanda”, 5 de novembro de 1885. Esta crônica interessa também pelas citações do jornal *Truth*, representante da nova imprensa sensacionalista na Inglaterra, e ao seu combativo editor, Henry Labouchère.

Esta crônica aparece na antologia de Mário de Alencar, p. 134-139.



A SEMANA

10 de junho de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Ontem de manhã, indo ao jardim, como de costume, achei lá um burro. Não leram mal, não está errado (como na *Semana* passada, em que saiu Banco União, em vez de Banco Único);¹ não, meus senhores, era um burro, um burro de carne e osso, de mais osso que carne. Ora, eu tenho rosas no jardim, rosas que cultivo com amor, e que me querem bem, que me saúdam todas as manhãs com os seus melhores cheiros, e dizem sem pudor coisas mui galantes sobre as delícias da vida, porque eu não consinto que as cortem do pé. Hão de morrer onde nasceram.

Vendo o burro naquele lugar, lembrei-me de Lucius, o Lucius da Tessália, que, só com mastigar algumas rosas, passou outra vez de burro a gente.² Estremeci, e, – confesso a minha ingratidão, – foi menos pela perda das rosas, que pelo terror do prodígio. Hipócrita, como me cumpria ser, saudei o burro com grandes reverências, e chamei-lhe Lucius. Ele abanou as orelhas, e retorquiu:

– Não me chamo Lucius.

Fiquei sem pinga de sangue; mas para não agravá-lo com demonstrações de espanto, que lhe seriam duras, disse:

– Não? Então o nome de Vossa Senhoria...?

– Também não tenho senhoria. Nomes só se dão a cavalos, e quase exclusivamente a cavalos de corridas. Não leu hoje telegramas de Londres, noticiando

¹ Mário de Alencar suprimiu o trecho relativo ao erro da crônica anterior a esta.

² Machado junta dois episódios das *Metamorfoses* de Apuleio (c. 120-c. 180) (mais conhecidas como *O asno de ouro*), o único romance latino que sobreviveu inteiro, e às vezes tido como obra de Luciano de Samósata, autor muito admirado por Machado. No fim do livro 3, Lucius, o narrador, fazendo mágica, sem querer vira burro, e no começo do livro 4, entra num jardim e come rosas. O jardineiro bate nele, e é atacado por um bando de cachorros. Continua burro ao longo de oito livros, até que no livro 11, ele reza para a Rainha dos Céus que o transforme de volta. Ela diz que ele tem que mastigar uma coroa de rosas que um dos seus sacerdotes vai levar numa cerimônia religiosa. Feito isso, ele volta à forma humana, e vira sacerdote dela.

que nas corridas de Oaks venceram os cavalos Fulano e Sicrano?³ Não leu a mesma coisa quinta-feira, a respeito das corridas de Epsom? Burro de cidade, burro que puxa bonde ou carroça, não tem nome; na roça pode ser. Cavalo é tão adulado que, vencendo uma corrida na Inglaterra, manda-se-lhe o nome a todos os cantos da terra. Não pense que fiz verso; às vezes saem-me rimas da boca, e podia achar editor para elas, se quisesse; mas não tenho ambições literárias. Falo rimado, porque falo poucas vezes, e atrapalho-me. Pois, sim, senhor. E sabe de quem é o primeiro dos cavalos vencedores de Epsom, o que se chama Ladas? É do próprio chefe do governo, lord Rosebery,⁴ que ainda não há muito ganhou com ele dois mil guinéus.

– Quem é que lhe conta todas essas coisas inglesas?

– Quem? Ah! meu amigo, é justamente o que me traz a seus pés, disse o burro ajoelhando-se, mas levantando-se logo, a meu pedido. E continuou: Sei que o senhor se dá com gente de imprensa, e vim aqui para lhe pedir que interceda por mim e por uma classe inteira, que devia merecer alguma compaixão...

– Justiça, justiça, emendei eu com hipocrisia e servilismo.

– Vejo que me compreende. Ouça-me; serei breve. Em regra, só se devia ensinar aos burros a língua do país; mas o finado Greenough, o primeiro gerente que teve a companhia do Jardim Botânico, achou que devia mandar ensinar inglês aos burros dos bondes.⁵ Compreende-se o motivo do ato. Recém-chegado ao Rio de Janeiro, trazia mais vivo que nunca o amor da língua natal. Era natural crer que nenhuma outra cabia a todas as criaturas da terra. Eu aprendi com facilidade...

– Como? Pois o senhor é contemporâneo da primeira gerência?

– Sim, senhor; eu e alguns mais. Somos já poucos, mas vamos trabalhando. Admira-me que se admire. Devia conhecer os animais de 1869 pela valente decrepitude com que, embora deitando a alma pela boca, puxamos os carros e os ossos. Há nisto um resto da disciplina, que nos deu a primeira educação. Apanhamos, é verdade, apanhamos de chicote, de ponta de pé, de ponta de rédea, de ponta de ferro, mas é só quando as poucas forças não acodem ao desejo; os burros modernos, esses são teimosos, resistem mais à pancadaria. Afinal, são moços.

Suspirou e continuou:

³ “The Oaks” é uma das cinco corridas “clássicas” da Inglaterra (das quais a mais famosa é o “Derby”). Acontece em Epsom, no começo de junho. Esse ano aconteceu no dia 8; o telegrama (que não encontrei na *Gazeta*) teria sido publicado no dia 9, sábado.

⁴ No jornal, em Mário de Alencar, e em Aurélio, está Roseberry. Archibald Primrose, Earl of Rosebery (1847-1929), primeiro ministro (Liberal) britânico entre 10 de março de 1894 e 22 de junho de 1895. Ladas (1891-1914) foi cavalo dele, cujo auge coincidiu com a subida do seu dono ao posto de Primeiro Ministro. Acabava de ganhar a “2000 guineas”, uma das corridas mais importantes do ano, e ganharia o Derby.

⁵ Charles B. Greenough (?-1880), engenheiro americano de Nova Iorque, onde fundou a Botanical Garden Railroad Ltd. em 1866, que se associou a Ireneu Evangelista de Sousa, futuro Barão de Mauá. Inauguraram a primeira linha de bondes no Rio de Janeiro, em 1868.

– No meio de tanta aflição, vale-nos a leitura, principalmente de folhas inglesas e americanas, quando algum passageiro as esquece no bonde. Um deles esqueceu anteontem um número do *Truth*. Conhece o *Truth*?⁶

– Conheço.

– É um periódico radical de Londres, continuou o burro, dando à força a notícia,⁷ como um simples homem. Radical e semanal. É escrito por um cidadão, que dizem ser deputado. O número era o último, chegado de fresco. Mal me levaram à manjedoura, ou coisa que o valha, folheei o periódico de Labouchère... Chama-se Labouchère o redator. O periódico publica sempre, em duas colunas, notícia comparativa das sentenças dadas pelos tribunais londrinos, com o fim de mostrar que os pobres e desamparados têm mais duras penas que os que o não são, e por atos de menor monta. Ora, que hei de ler no número chegado? Coisas destas. Um tal John Fearon Bell, convencido⁸ de maltratar quatro potros, não lhes dando suficiente comida e bebida, do que resultou morrer um e ficarem três em mísero estado, foi condenado a cinco libras de multa; ao lado desse vinha o caso de Fuão Thomson⁹, que foi encontrado a dormir em um celeiro e condenado a um mês de cadeia. Outra comparação. Elliot, acusado de maltratar dezesseis bezerros, cinco libras de multa e custas. Mary Ellen Connor, acusada de vagabundagem, um mês de prisão. William Pope, por não dar comida bastante a oito cavalos, cinco libras e custas. William Dudd, aprendiz de pescador, réu de desobediência, vinte e dois dias de prisão. Tudo mais assim. Um rapaz tirou um ovo de faisão de um ninho: quatorze dias de cadeia. Um senhor maltratou quatro vacas, cinco libras e custas.

– Realmente, disse eu sem grande convicção, a diferença é enorme...

– Ah! meu nobre amigo! Eu e os meus pedimos essa diferença, por maior que seja. Condenem a um mês ou um ano os que tirem ovos ou dormirem na rua; mas condenem a cinquenta ou cem mil-réis aqueles que nos maltratam por qualquer modo, ou não nos dando comida suficiente, ou, ao contrário, dando-nos excessiva pancada.

⁶ Jornal semanal inglês publicado e em boa parte escrito pelo deputado liberal, escritor e editor Henry Du Pré Labouchère (1831-1912), descendente de uma família huguenote. O jornal foi fundado em 1877, e representava um novo tipo de jornalismo. Publicava histórias “verdadeiras”, escandalosas, e foi muitas vezes processado por supostos libelos. Labouchère fez campanha para o melhor tratamento dos animais, e tentou em vão introduzir uma lei nesse sentido, em 1884. Também foi antifeminista, antissemita, homófobo, e acusado de usar seu jornal para “share-rigging”: denegrir certas ações e, quando o valor caía, comprar a baixo preço. Entrou para a história como autor da “Labouchère Amendment” (1885), que criminalizou atos homossexuais masculinos, só revogada em 1967.

⁷ Mário de Alencar muda a crase e o sentido: “dando a força à notícia”. Aurélio volta à leitura da *Gazeta*, sem dúvida correta.

⁸ Esta palavra não faz sentido, embora a reproduzam Mário de Alencar e Aurélio, sem comentário. Parece-nos que há uma explicação possível: a palavra no *Truth* seria “convicted”, o que quer dizer, não “convencido”, mas “convicto”, no sentido de “convicto de culpa”, (e não “condenado”, estágio seguinte do processo, e que, para mais confusão, cria os “convicts”, condenados, presidiários). Parece que Machado errou, compreensivelmente, na tradução, e produziu um *nonsense*.

⁹ Está assim no jornal. Mário de Alencar e Aurélio trazem “Thompson”, forma mais comum, mas sem “p” é perfeitamente possível.

Estamos prontos a apanhar, é o nosso destino, e eu já estou velho para aprender outro costume; mas seja com moderação, sem esse furor de cocheiros e carroceiros. O que o tal inglês acha pouco para punir os que são cruéis conosco, eu acho que é bastante. Quem é pobre não tem vícios. Não exijo cadeia para os nossos opressores, mas uma pequena multa e custas, creio que serão eficazes. O burro ama só a pele; o homem ama a pele e a bolsa. Dê-se-lhe na bolsa; talvez a nossa pele padeça menos.

– Farei o que puder; mas...

– Mas quê? O senhor afinal é da espécie humana, há de defender os seus. Eia, fale aos amigos da imprensa; ponha-se à frente de um grande movimento popular. O conselho municipal vai levantar um empréstimo, não?¹⁰ Diga-lhe que, se lançar uma pena pecuniária sobre os que maltratam burros, cobrirá cinco ou seis vezes o empréstimo, sem pagar juro, e ainda lhe sobrar dinheiro para o teatro municipal, e para teatros paroquiais, se quiser. Ainda uma vez, respeitável senhor, cuide um pouco de nós. Foram os homens que descobriram que nós éramos seus tios, se não¹¹ diretos, por afinidade. Pois, meu caro sobrinho, é tempo de reconstituir a família. Não nos abandone, como no tempo em que os burros eram parceiros dos escravos. Faça o nosso *treze de maio*. Lincoln dos teus maiores, segundo o evangelho de Darwin, expede a proclamação da nossa liberdade!

Não se imagina a eloquência destas últimas palavras. Cheio de entusiasmo, prometi, pelo céu e pela terra, que faria tudo. Perguntei-lhe se lia o português com facilidade; e, respondendo-me que sim, disse-lhe que procurasse a *Gazeta* de hoje. Agradeceu-me com voz lacrimosa, fez um gesto de orelhas, e saiu do jardim vagarosamente, cai aqui, cai acolá.



¹⁰ Ao longo dessa semana, a *Gazeta* critica o Conselho Municipal do Rio, que estava no último ano de seu mandato, e que tinha a intenção de levantar um empréstimo de 25 contos (25.000\$000) para vários fins: pagamento de dívidas, construção de edifícios para escolas, repartições, mercados municipais etc. O jornal argumenta repetidamente que a quantia é inteiramente insuficiente. A sua maior preocupação é que não haja fundos para “medidas que possam desde já ser iniciadas no sentido, se não de prevenir, ao menos de atenuar os efeitos de uma nova epidemia [de febre amarela, entende-se] para o próximo verão” (8 de maio).

¹¹ A *Gazeta*, Mário de Alencar e Aurélio, todos têm “senão”.

A SEMANA – 107

John Gledson

Esta crônica é uma pequena obra-prima de ironia sarcástica, que convém ler com bastante cuidado, eivada como está de ironia. O ponto de partida é um caso de corrupção – do suborno de dois membros do Conselho Municipal do Rio de Janeiro para facilitar a aprovação de um contrato ao que parece superfaturado para a drenagem do subsolo: na longa nota 1, e na nota 8, tento explicitar o caso e seus meandros. Uma das inspirações para a análise das consciências dos intendentos é Pascal. As suas *Lettres provinciales* (1656-1657), ataque aos casuístas seus contemporâneos, gênios em fugir do “espírito absoluto”, fornecem muitos exemplos de como perdoar e eliminar pecados – a “pureza da intenção” sendo um deles. A mudança súbita e inesperada de assunto no parágrafo final pode parecer estranha – mas a chave está na palavra final da crônica.



A SEMANA

17 de junho de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Um membro do conselho municipal, discutindo-se ali esta semana a questão que os jornais chamaram tentativa de Panamá,¹ deu dois apartes, que vou transcrever aqui, sem dizer o nome do autor. Não há neles nada que ofenda a ninguém; mas eu só falo em

¹ O escândalo de Panamá foi talvez o maior do séc. XIX, e já fora referido por Machado algumas vezes n'“A Semana”. Em 1892, vários membros do governo francês foram acusados de ter recebido dinheiro para calar o estado desastoso das finanças da Companhia do Canal do Panamá, depois da tentativa de construir um canal através do istmo, fracassada principalmente por causa das doenças tropicais que dizimavam os operários. A questão local apareceu no conselho municipal no dia 8 de junho. Vem claramente exposta na primeira página de *O Tempo* do dia seguinte, 9, sob o manchete “PANAMÁ MUNICIPAL”: “Há tempos, em fevereiro do corrente ano”, diz, “foi presente no conselho municipal um requerimento firmado pelo cidadão Guilherme Viana, propondo-se a executar os trabalhos de drenagem do subsolo. / Essa proposta foi bem acolhida pelos Srs. Leite Borges e Nabuco de Freitas, que deram parecer favorável. O Sr. Sousa Neves, membro da comissão, votou em separado. / A descabelada proposta levantou em surdina a indignação do conselho, que na sua maioria estava disposto a rejeitá-la redondamente. / Tal indignação chegou aos ouvidos do proponente, que, para salvar a sua monumental patota de um desastre fatal, não trepidou um instante nos meios ilícitos de que lançou mão para aquisição dos votos necessários. / Os Srs. Drs. Cândido Benício, Sousa Neves e outros receberam documentos estampilhados e assinados pelo proponente, variando em cada um deles o “quantum” por que se cotava a pessoa a que era dirigida. Assim é que o Dr. Benício receberia 150 contos, ao passo que ao Dr. Sousa Neves apenas tocavam 50, e assim por diante (...).” Uns dias mais tarde, no dia 12, o assunto voltou à baila – a reportagem detalhada, que Machado cita, é do *Jornal do Commercio* do dia 13. Os srs. Leite Borges e Nabuco de Freitas, dois dos acusados no caso, protestam contra a citação dos seus nomes na reportagem d'*O Tempo*. O sr. Sousa Neves diz que “a contragosto entra também nesta questão, mesmo porque, como vulgarmente se diz, quanto mais se revolvem certas coisas, pior são as consequências (apoiados).” Ele diz que traz “como defesa o fato de ter sido procurado em sua casa, sendo-lhe oferecidos muitos contos de réis para não discutir certo projeto”. Na seqüência, outros membros do conselho dão sua opinião, e contam as suas experiências, as mais das vezes ressaltando a sua própria integridade (é o que Machado chama “varrendo cada um a sua testada”), defendendo a “honra” do conselho, e (principalmente) lamentando que a questão tenha vindo à luz. É neste contexto que aparecem os dois apartes que Machado cita mais tarde: no meio do debate (no topo da segunda coluna da página 3 do jornal), o sr. Cunha Sousa diz que os papéis poderiam ter chegado a endereço errado, e por isso o caso não deveria ter sido trazido a público, “dando lugar a murmurações contra os representantes do povo”. Concordando, o sr. Leite Borges (um dos acusados de ser subornado) diz que “Isso é tristíssimo!” Mais abaixo na mesma coluna, o sr. Júlio de Oliveira, defendendo a honra dos dois deputados acusados, propõe que se instaure uma comissão para examinar o caso, presidido pelo sr. Augusto de Vasconcelos. Este protesta, dizendo que o lugar apropriado para resolver tais casos é o tribunal (o foro), opinião em que concorda o mesmo sr. Leite Borges, o mesmo que acabou de achar que o caso da publicação era “tristíssimo”.

nomes, quando não posso evitá-los. Tenho meia dúzia de virtudes, algumas grandes. Uma das mais apreciáveis é este horror invencível aos nomes próprios. Mas vamos aos dois apartes.

A propósito da notícia que as folhas deram da chamada tentativa, reabriu-se esta semana a discussão dos papelinhos. Vários falaram, varrendo cada um a sua testada, e fizeram muito bem. A opinião geral foi que a questão não devia ser trazida a público, opinião que é também a minha, e era já a de Napoleão.² Uma vez trazida, era preciso liquidá-la.

Entre as declarações feitas, em discurso, uma houve de algum valor; foi a de um conselheiro que revelou terem-lhe oferecido muitos contos de réis para não discutir certo projeto. Não se lhe pediu defesa, mas abstenção, tão certo é que a palavra é prata e o silêncio é ouro. O conselheiro recusou; eu não sei se recusaria. Certamente, não me falta hombridade, nem me sobra cobiça, mas distingo. Dinheiro para falar, é arriscado; naturalmente (a não ser costume velho), a gente fala com a impressão de que traz o preço do discurso na testa, e depois é fácil cotejar o discurso e o boato, e aí está um homem perdido. Ou meio perdido: um homem não se perde assim com duas razões. Mas dinheiro para calar, para ouvir atacar um projeto sem defendê-lo, dar corda ao relógio, enquanto se discute, concertar as suíças, examinar as unhas, adoecer, ir passar alguns dias fora, não acho que envergonhe ninguém, seja a pessoa que propõe, seja a que aceita.

Há quem veja nisso algo imoral; é opinião de espíritos absolutos, e tu, meu bom amigo e leitor, foge de espíritos absolutos. Os casuístas não eram tão maus como nos fizeram crer. Atos há que, aparentemente repreensíveis, não o são na realidade, ou pela pureza da intenção, ou pelo benefício do resultado; e ainda os há que não precisam de condição alguma para serem indiferentes. Depois, quando seja imoralidade, convém advertir que esta tem dois gêneros, é ativa ou passiva. Quando alguém, sem nenhum impulso generoso, pede o preço do voto que vai dar, pratica a imoralidade ativa, e ainda assim é preciso que o objeto do voto não seja repreensível em si mesmo. Quando, porém, é procurado para receber o dinheiro, essa outra forma, não só é diversa, mas até contrária, é a passiva, e tanto importa dizer que não existe. Ninguém afirmará que cometi suicídio porque me caiu um raio em casa.

A própria lei faz essa distinção. Supõe que estás com sete contos na carteira, para saíres a umas compras no interior. Vás³ ao Passeio Público ouvir música ou ver o

² Não pude descobrir qualquer citação de Napoleão (a favor da supressão da verdade por “razões de estado”, provavelmente) que fizesse sentido aqui.

³ No jornal: “Vás”; Aurélio corrigiu para “Vais”. Pode ser que se trate de arcaísmo, pois Machado, além de sistematicamente ler os clássicos da língua e fazer anotações do que neles achava potencialmente útil (para depois usar em seus textos), em 1873, observara: “Escrever como Azurara ou Fernão Mendes seria hoje um anacronismo insuportável. Cada tempo tem o seu estilo. Mas estudar-lhes as formas mais apuradas da linguagem, desentranhar deles mil riquezas, que, à força de velhas se fazem novas, – não me parece que se deva desprezar.” Essa forma verbal pode ser encontrada em Camões, *Os Lusíadas*, IV, 90: “Por que de mi te vás, ó filho caro” – verso que gerou a seguinte anotação de Francisco da Silveira Bueno

mar. Chega-se um homem e propõe-te vender pelos sete contos uma caixa contendo duzentos contos de notas falsas. Tu refletas, tu calculas: “O negócio é bom; eu preciso justamente de duzentos contos para comprar a fazenda do Chico Marques e pagar a casa em que está o Banco Indestrutível.⁴ Matuto não conhece nota falsa nem verdadeira; passo tudo na roça e volto com o dinheiro bom... duzentos contos... Está feito!” Ajustas lugar e hora, levas os sete contos, ele dá-te a caixa, levantas a tampa, está socada de bilhetes novos em folha. De noite ou na manhã seguinte, queres contar os duzentos contos e abres a caixa. Que achas tu? Que todas as notas de cima são verdadeiras, – uns quinhentos mil-réis. Tudo o mais são panos velhos e retalhos de jornais. O primeiro gesto é levar as mãos à cabeça, o segundo é correr à polícia. A polícia ouve, escreve, sai no encaço do homem, que ainda está com os sete contos intactos. Ele vai para a cadeia e tu para a roça.

Por que vais tu para a roça e ele para a cadeia? Não é só, como te dirão, por não teres praticado nem tentado delito algum, não podendo a lei alcançar os recessos da consciência, nem punir a ilusão. É também, e principalmente, pela passividade do teu papel. Tu estavas muito sossegado, mirando o mar ou⁵ escutando a banda de música. Quem te veio tentar, foi ele. No *Fausto* é a mesma coisa. Margarida sobe ao céu. Fausto sai arrastado por Mefistófeles.⁶

Mas vamos aos dois apartes. Já disse em que consistiu o principal da discussão outro dia. Esse principal, convém notá-lo, não foi a maior parte. Examinaram-se projetos de lei, com atenção, com zelo, sem que a primeira parte da sessão influísse na segunda. Os apartes, porém, a que me refiro, foram dados na primeira hora, quando se discutia justamente a questão principal. Dois oradores tinham opinião diversa sobre ela. Um condenou francamente a ideia de trazer ao conhecimento público o negócio dos papéis, e fê-lo por este modo: “Para que trazer tais coisas ao conhecimento do conselho, dando lugar a murmurações?” – “Isso é tristíssimo!” apoiou um membro. Mas dizendo outro orador que o lugar próprio para liquidar o negócio era o tribunal, acudiu o membro que sim: – “Apoiado: a mesa saberá cumprir o seu dever.”

Há aí duas opiniões, uma em cada aparte. Com a de Napoleão, que é a minha, são três. É o que parece; mas também pode suceder que as⁷ duas se combinem ou se completem. O primeiro aparte condenou a publicidade; o segundo, uma vez que a

(na edição crítica que preparou do poema): “Forma antiga de vais pela perda da subjuntiva do ditongo.” Entre os contemporâneos de Machado de Assis, José de Alencar também empregou essa forma verbal em *O sertanejo* (Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1875, v. 1, p. 137), no cap. XI, “A comadre”, em pergunta da personagem Justa: “Onde vás tão cedo, Arnaldo?”

⁴ Provavelmente a casa está hipotecada.

⁵ Aurélio tem “e”.

⁶ Margarida, ou Gretchen, a heroína do *Fausto* de Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832), é seduzida por Fausto; sem querer mata a mãe, causa a morte do irmão, e mata o seu filho ilegítimo. Apesar de tudo, no final vêm vozes do céu, que a redimem.

⁷ Aurélio omite esta palavra.

publicidade se fez, pede o tribunal.⁸ Creio que é isto mesmo. Assim pudesse eu explicar a contradição dos aguaceiros de ontem e de hoje com a hora de sol desta manhã. Sol divino, Hélios amado, quando te vi hoje espiar para todas as árvores que me cercavam fiquei alegre. Havia um pedaço de céu azul, não muito azul; tinha ainda umas dedadas de nuvens grossas, mas caminhava para ficar todo azul. O vento era frio. Duas palmeiras, distantes no espaço, mas abraçadas à vista, recortavam-se justamente no pedaço azul, movendo as folhas de um verde cristalino. Viva o sol! bradei eu atirando a pena. Eis que a chuva, aborrecida velha de capote, entra pela cidade, deixando flutuar ao vento as saias cheias de lama...



⁸ A razão das duas opiniões possivelmente se combinarem ou completarem pode ser que o orador (sr. Leite Borges) soubesse que, se o caso fosse mesmo ao tribunal, não aconteceria nada, pois “a mesa saberá cumprir o seu dever” e “defender a honra do conselho”. Isto é (concordando com Napoleão), acabaria suprimindo ou “esquecendo” o caso.

A SEMANA – 108

John Gledson

Crônica das mais curiosas, que contrasta o passado longínquo, dos anos 1840, da infância do autor, com a atualidade. Já na crônica de 26 de junho de 1864, de “Ao acaso”, Machado reconhecia que a noite de São João já não era o que tinha sido, pelo menos na cidade – na roça ainda se mantinha, como em alguns lugares se mantém ainda hoje. O conto “O diplomático” (de 1884), que faz uma parceria maravilhosa com esta crônica, é situado em 1854. Mas vai além da pura nostalgia, sendo uma meditação sobre a passagem do tempo, e os “progressos” do século. Este processo vai junto com a “democratização” – a frase “oligarquia de junho”, que se refere aos três santos homenageados nas festas juninas, ecoa a tendência (universal no Império) a definir ministérios e regimes pelas suas datas, e ecoa a frase “monarchie de Juillet”, com que se referia ao regime orleanista de 1830-1848 na França – o detalhe de maiusculizar o nome do mês, na sua segunda ocorrência, é perfeitamente intencional. Vê-se, porém, sobretudo no fim da crônica, que Machado não acredita muito neste processo, que acaba em conflitos e ilusões massificadas – “basta que um par de queixos mastigue de verdade, para fazer remoer todos os queixos vazios”. Sobre tudo isto paira o desejo humano de conhecer e dominar o futuro, cada vez mais difundido e desvairado – o espiritismo, as loterias etc. –, que forma parte da substância de *Esau e Jacó*. É curioso que os “filósofos e fisiologistas” citados vão do mais sóbrio (Descartes) aos mais suspeitos (os defensores da frenologia).

Por último, há a curiosíssima referência à tradução brasileira, via francês, de *Othello*, descoberta dos editores da *Machadiana Eletrônica*. Será que Machado realmente não se lembrava da origem da frase, errando também o nome do personagem, Odalberto no “original”? Não sabemos, mas não deixa de ser curioso que seja essa justamente a peça aludida, e que a frase seja a resposta de Otelo aos insultos do pai de Desdêmona sobre a sua raça.



A SEMANA

24 de junho de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Peguei na pena, e ia começar esta *Semana*, quando ouvi uma voz de espectro: “S. João! sortes de S. João!” A princípio cuidei que era alguma loteria nova, e molhei a pena para cumprir esta obrigação. Não tinha assunto, tantos eram eles;¹ mas a boa regra, quando eles são muitos, é deixar ir os dedos pelo papel abaixo, como animais sem rédea nem chicote. Os dedos dão conta da mão, salvo o trocadilho.

Mal escrevera o título, ouvi outra vez bradar: “S. João! sortes de S. João!” Ergui-me como um só homem, descí à rua e fui direito ao espectro. O espectro levava meia dúzia de folhetinhos na mão; eram sortes, eram versos para a noite de S. João, que foi ontem.² Arregalei os olhos, que é o primeiro gesto, quando se vê alguma coisa incrível; depois fechei-os para não ver o espectro, mas o espectro bradava-me aos ouvidos; tapei os ouvidos, ele fitava-me os velhos olhos cavados de alma do outro mundo. Vai, disse eu, o Senhor te dê a salvação. O vulto pegou em si e continuou a apregoar as sortes do santo, arrastando os pés e a voz, como se realmente fizesse penitência.

Tornei a³ casa, e, como nos mistérios espíritas, concentrei-me. A concentração levou-me a anos passados, se muitos ou poucos não sei, não os contei; era no tempo em que havia S. João e a sua noite. Gente moça em volta da mesa, um copo de marfim e dois ou três dados. Fora ardiam as últimas achas da fogueira; tinham-se comido carás e batatas; ia-se agora à consulta do futuro. Um ledor abria o livro das sortes, e dizia o título do capítulo: “Se há de ser feliz com a pessoa a quem adora.” Corriam os dados. O ledor buscava a quadrinha indicada pelo número, e sibilava:

Felicidades não busques,
Incauta...

¹ Pelo menos ao que parece, o único acontecimento de maior significado da semana foi o fim da apuração dos votos da eleição presidencial, com a eleição de Prudente de Moraes para presidente e Manuel Vitorino para vice-presidente, acontecimento que a *Gazeta* saúda vivamente no dia 23 de junho.

² Para os livros de sortes, ver nota 10.

³ “à” na *Gazeta*, e em Aurélio.

Vós que nascestes depois da morte de S. João, e antes da *Morte de D. João*,⁴ não cuideis que invento. Não invento nada; era assim mesmo. Remontemos ao dia 24 de junho de 1841. Se pertenceis ao número dos meus inimigos, como Lulu Sênior,⁵ repetireis a velha chalaça de que foi nesse ano que eu fiz a barba pela primeira vez. Eu me calo, Adalberto, eu não respondo, como dizia João Caetano em não sei que tragédia, contemporânea do santo do seu nome.⁶ Tudo morto, o santo, a tragédia, o ator, talvez o teatro, – o nacional, que o municipal aí vem.⁷

Remontemos ao dito ano de 1841. Aqui está uma folha do dia 23 de junho.⁸ Como é que veio parar aqui à minha mesa? O vento dos tempos nem sempre é a brisa igual e mansa que tudo esfolha e dispersa devagar. Tem lufadas de tufão, que fazem ir parar longe as folhas secas ou somente murchas. Esta desfaz-se de velha; não tanto, porém, que se não leiam⁹ nela os anúncios de livros de sortes. É o *Fado*, que a casa Laemmert publicava, quando estava na rua da Quitanda, um livro repleto de promessas, que mostrava tudo o que se quisesse saber a respeito de riquezas, heranças, amizades, contendas, gostos.¹⁰ Aqui vem outro, o *Novíssimo jogo de sortes*, “por meio do qual as

⁴ *A morte de D. João*, de Abílio Manuel Guerra Junqueiro (1850-1923), é de 1874. É uma sátira contra o donjuanismo, que fez escândalo. Segundo António José Saraiva e Óscar Lopes, representa um “romantismo ainda mal virado pelo avesso”.

⁵ Pseudônimo de Ferreira de Araújo, o dono da *Gazeta* (e muito amigo de Machado), usado para as suas crônicas – por exemplo, “Macaquinhos no sótão”.

⁶ “Adalberto” é, sem sombra de dúvida, Odalberto, personagem do *Otelo*, de Ducis, que Gonçalves de Magalhães traduziu e João Caetano levou à cena em 1841. As palavras citadas – “Eu me calo, Adalberto, eu não respondo” – são citação literal de uma resposta de Otelo a Odalberto, na cena V do ato Primeiro do *Otelo* de Gonçalves de Magalhães. Sabe-se que Ducis, entre outras adaptações e liberdades que tomava em relação aos textos de Shakespeare que recriava em francês, trocava os nomes das personagens. Na versão de Ducis, num momento importante, ao ser acusado de ser o “monstro” que seduziu sua filha, diz Otelo a Odalberto, pai de Desdêmona (Brabantio, no original): “Odalbert, je me tais; je ne puis vous répondre” (*Othello*, acte I, scène V). (DUCIS, F. P. *Oeuvres*, tome second. Paris: Chez Nepveu, Libraire, 1819. p. 190) Gonçalves de Magalhães traduziu essa peça a pedido de João Caetano, e, na carreira desse ator, a interpretação desse personagem foi a que maior prestígio lhe rendeu. Para a relação do grande ator com Shakespeare e Ducis, ver, por exemplo, Décio de Almeida Prado, *João Caetano* (São Paulo: Perspectiva, 1972), p. 25-28.

⁷ Nos seus últimos momentos (morreu em 1863) João Caetano teria dito, segundo o ator Vásquez: “Morro... e morre comigo o teatro nacional”. A construção do teatro municipal do Rio de Janeiro já entrara em discussão: Arthur Azevedo propusera a sua construção, e foi promulgada em 1894 uma lei autorizando a sua construção: só se faria realidade, porém, na década seguinte. O “santo do seu nome” parece que é São Caetano de Thiene (1480-1547), fundador da ordem dos Teatinos.

⁸ É curioso que numa crônica de “Bons Dias!”, do dia 14 junho de 1889, Machado, em contexto diferente, se refira a um exemplar do *Jornal de Commercio* de 10 de setembro do mesmo ano, 1841.

⁹ Na *Gazeta*, está “le vem”, que parece claramente engano dos compositores. Aurélio corrige para “leiam”, sem anotar.

¹⁰ Dos quatro livros citados, só encontrei um, *A Mulher do Simplício*, que na verdade era jornal – mas existiam vários livros destes, e nos jornais da época se anunciavam com certo destaque. Eis aqui um exemplo, do *Correio Mercantil* de 23 de junho de 1848: “Vende-se agora por 1\$000 réis / O ADIVINHADOR DO FUTURO / maior e mais completo livro de sortes que existe para / NOITE DE SÃO JOÃO / Na loja de Paula Brito”. A casa Laemmert, de Eduardo e Henrique Laemmert, alemães de origem, foi formada em 1838, na rua da Quitanda, n. 77, e publicava uma grande variedade de livros. Para mais detalhes, ver Laurence Hallewell, *O livro no Brasil*, p. 160-170. *A Mulher do Simplício*, ou *A*

senhoras podem vir ao conhecimento do que mais lhes interessa saber, como seja o estado que terão na vida, se encontrarão um consorte que as estime e respeite, se terão abundância de bens de fortuna, se serão felizes com amores”. Cá está *A mulher de Simplício*, que dava uma edição extraordinária “com mais de mil sortes”. Eis agora o *Oráculo das senhoras*, conselheiro oculto, diz o subtítulo, e acrescenta: “respondendo de um modo infalível a todas as questões sobre as épocas e acontecimentos mais importantes da vida, confirmado pela opinião de filósofos e fisiologistas mais célebres, Descartes, Buffon, Lavater, Gall e Spurzheim”.¹¹

Quem não ia pela fé, ia pela ciência, e, à força do Batista¹² ou de Descartes, agarravam-se pelas orelhas os segredos mais recônditos do futuro, para trazê-los ao clarão das velas, porque ainda não havia gás.¹³ Tudo por dez tostões, brochado; encadernado, dois mil-réis. O mistério ao alcance de todas as bolsas era uma bela instituição doméstica. As cartomantes creio que levam dois ou cinco mil-réis, segundo as posses do freguês; é mais caro. Quanto à Pítia, avó de todas elas, os presentes que iam ter ao templo de Delfos, eram custosos, ouro para cima.¹⁴ E nem sempre falava claro, que parece ter sido o defeito dos adivinhos antigos e de alguns profetas. Ao contrário, os nossos livros eram francos, diziam tudo, bem e com graça, uma vez que os buscassem unicamente em três dias do ano.

Agora já não há dias especiais para consultar a Fortuna. Os santos do céu rebelaram-se, deram com a oligarquia de junho abaixo e proclamaram a democracia de todos os meses. Não se limitaram a anunciar coisas futuras, disseram claramente que já as traziam nas algibeiras, e que era só pedi-las. A terra estremeceu de ansiedade. Todas as mãos estenderam-se para o céu. No atropelo era natural que nem todas apanhassem tudo. Não importa: continuaram estendidas, esperando que lhes caísse alguma coisa.

Entretanto, a fartura precisa de limite, e onde entra excesso, pode muito bem entrar aflição. Os oráculos vieram cá abaixo disputar a veracidade dos seus dizeres, e cada um pede para os outros o rigor da autoridade. A opinião de uns é que os outros

Fluminense Exaltada era uma revista feminina lançada por Francisco de Paula Brito, a primeira do país, e que circulou entre 1832 e 1846. Alguns exemplares existem na Hemeroteca Brasileira da Biblioteca Nacional: inclusive o de 21 de junho de 1840, que contém uma excelente mostra dos versos de sortes. Cada página (são 24 ao todo) tem duas séries de quadras, de 2 a 12 (para cada possível resultado dos dados), uma para homens e outra para mulheres: ao todo, são mais de 500 quadras. Respondem a perguntas como “Qual há de ser sua maior ventura?”, “Se deve ir a bailes, teatros ou patuscadas”, “Quantos amores logrará num ano”, “Se obrará com razão em ter ciúmes” etc. Eis uma das respostas à primeira pergunta: “A ventura, que buscais / com vosso esp’rito não cola / Esse moço a quem amais / É um pateta, um gabola”. Não localizei o *Oráculo das senhoras*.

¹¹ René Descartes (1596-1650) filósofo francês; Georges-Louis Leclerc, Comte de Buffon (1707-1788), naturalista francês; Johann Kaspar Lavater (1741-1801), fisiognomista suíço; Franz Joseph Gall (1758-1828), fisiologista e reputado fundador da frenologia; e Johann Spurzheim (1776-1832), médico alemão e um dos mais importantes divulgadores da frenologia.

¹² Isto é, São João Batista.

¹³ O gás chegou ao Rio em 25 de março de 1854, e se estendeu pela cidade nessa década.

¹⁴ A Pítia era a sacerdotisa do oráculo de Delfos, na Grécia antiga. As suas profecias costumavam revelar-se ambíguas, parecendo significar uma coisa, mas de fato cumprindo-se de outro jeito.

corrompem os corações imberbes ou barbados, que têm a fé pura e o sangue generoso. Tal é a luta que aí vemos, em artigos impressos, entre Santa Loteria, S. Book-Maker, S. Frontão, e não sei se também S. Prado,¹⁵ dizendo uns aos outros palavras duras e agrestes.¹⁶ Parece que a liberdade da adivinhação, proclamada contra a oligarquia de Junho¹⁷, não está provando bem, e que o meio de todos comerem, é não comerem todos. Esta descoberta, a falar verdade, é antiga, é o fundamento da esmola; mas nenhum dos contendores quer receber esmola, todos querem dá-la, e daí o conflito.

Que sairá deste? Não creio na exterminação de ninguém; pode haver algum acordo que permita a todos irem comendo, ainda que moderadamente. Uma religião não se destrói por excesso de religionários. O pão místico há de chegar a todos, e basta que um par de queixos mastigue de verdade, para fazer remoer todos os queixos vazios. O que eu quisera, é que, no meio da consulta universal, S. João continuasse o seu pequeno e ingênuo negócio, congregando a gente moça, como em 1841, para lhes dizer pela boca do *Fado* ou do *Oráculo das senhoras*:

Felicidades não busques,
Incauta...

Poetas, completai a estrofe. Cabe à poesia eternizar a mocidade, e este Batista, que nos pintam com o seu carneirinho branco, é patrão natural dos moços, – e das moças também. Digo-vos isto no próprio estilo adocicado daquele tempo.



¹⁵ Variedades de jogo de azar. Nos “frontões” jogava-se pelota basca, ou pelotaris, como se chamava na época (ver a crônica de 14 de janeiro de 1894, nota 2); o Prado é o Jóquei.

¹⁶ Aqui, por erro, a *Gazeta* tem uma vírgula.

¹⁷ A inicial maiúscula – única nos nomes de meses na “Semana” – é obviamente intencional (como aliás é a não maiusculização da ocorrência anterior da frase). Alude humoristicamente à “monarchie de Juillet”, sempre escrita assim em francês, língua em que também não se maiusculiza habitualmente os nomes dos meses. A monarquia de Julho é nome comum do reinado de Luís Filipe de Orleães, iniciado em julho de 1830 por uma revolução, e caindo noutra em fevereiro de 1848.

A SEMANA – 109

John Gledson

Este número do jornal falta no microfilme: baseamo-nos na edição de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, da editora Jackson.

Esta versão graciosa da história da arca de Noé pede pouco ou nenhum comentário. Vê-se que Machado acredita pouco na paz universal.

Esta crônica, com o título “Chovendo”, consta de *A Semana*, de Mário de Alencar, p. 140-143.



A SEMANA

1º de julho de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Quinta-feira de manhã fiz como Noé, abri a janela da arca e soltei um corvo. Mas o corvo não tornou, de onde inferi que as cataratas do céu e as fontes do abismo continuavam escancaradas. Então disse comigo: As águas hão de acabar algum dia. Tempo virá em que este dilúvio termine de uma vez para sempre, e a gente possa descer e palmear a rua do Ouvidor e outros becos. Sim, nem sempre há de chover. Veremos ainda o céu azul como a alma da gente nova. O sol, deitando fora a carapuça, espalhará outra vez os grandes cabelos louros. Brotarão as ervas. As flores deitarão aromas capitosos.

Enquanto pensava, ia fechando a janela da arca e tornei depois aos animais que trouxera comigo, à imitação de Noé. Todos eles aguardavam notícias do fim. Quando souberam que não havia notícia nem fim, ficaram desconsolados.

– Mas que diabo vos importa um dia mais ou menos de chuva? perguntei-lhes. Vocês aqui estão comigo, dou-lhes tudo; além da minha conversação, viveis em paz, ainda os que sois inimigos, lobos e cordeiros, gatos e ratos. Que vos importa que chova ou não chova?

– Senhor meu, disse-me um espadarte, eu sou grato, e todos os nossos o são, ao cuidado que tivestes em trazer para aqui uma piscina, onde podemos nadar e viver; mas piscina não vale o mar; falta-nos a onda grossa e as corridas de peixes grandes e pequenos, em que nos comemos uns aos outros, com grande alma. Isto que nos destes, prova que tendes bom coração, mas nós não vivemos do bom coração dos homens. Vamos comendo, é verdade, mas comendo sem apetite, porque o melhor apetite...

Foi interrompido pelo galo, que bateu as asas, e, depois de cantar três vezes, como nos dias de Pedro,¹ proferiu esta alocução:

– Pela minha parte, não é a chuva que me aborrece. O que me aborreceu desde o princípio do dilúvio, foi a vossa ideia de trazer sete casais de cada vivente, de modo que somos aqui sete galos e sete galinhas, proporção absolutamente contrária às mais

¹ S. Mateus 26:34.

simples regras da aritmética, ao menos as que eu conheço. Não brigo com os outros galos, nem eles comigo, porque estamos em tréguas, não por falta de *casus belli*.² Há aqui seis galos de mais.³ Se os mandássemos procurar o corvo?

Não lhe dei ouvidos. Fui dali ver o elefante enroscando a tromba no surucucu, e o surucucu enroscando-se na tromba do elefante. O camelo esticava o pescoço, procurando algumas léguas de deserto, ou, quando menos, uma rua do Cairo. Perto dele, o gato e o rato ensinavam histórias⁴ um ao outro. O gato dizia que a história do rato era apenas uma longa série de violências contra o gato, e o rato explicava que, se perseguia o gato, é porque o queijo o perseguia a ele. Talvez nenhum deles estivesse convencido. O sabiá suspirava. A um canto, a lagartixa, o lagarto e o crocodilo palestravam em família. Coisa digna da atenção do filósofo é que a lagartixa via no crocodilo uma formidável lagartixa, e o crocodilo achava na lagartixa um crocodilo mimoso; ambos estavam de acordo em considerar o lagarto um ambicioso sem gênio (versão lagartixa) e um presumido sem graça (versão crocodilo).

– Quando lhe perguntam pelos avós, observou o crocodilo, costuma responder que eles foram os mais belos crocodilos do mundo, o que pode provar com papiros antiquíssimos e autênticos...

– Tendo nascido, concluiu a lagartixa, tendo nascido na mais humilde fenda de parede, como eu... Crocodilo de bobagem!

– Notai que ele fala muito do loto e do nenúfar, refere casos do hipopótamo, para enganar os outros, mas confunde Cleópatra com o Quediva e as antigas dinastias com o governo inglês...⁵

Tudo isso era dito sem que o lagarto fizesse caso. Ao contrário, parecia rir, e costeava a parede da arca, a ver se achava algum calor de sol. Era então sexta-feira, à tardinha. Pareceu-me ver por uma fresta uma linha azul. Chamei uma pomba e soltei-a pela janela da arca. Nisto chegou o burro, com uma águia pousada na cabeça, entre as orelhas. Vinha pedir-me, em nome das outras alimárias, que as soltasse, qualquer que fosse o risco. Falou-me teso e quieto, não tanto pela circunspecção da raça, como pelo medo, que me confessou, de ver fugir-lhe a águia, se mexesse muito a cabeça. E dizendo-lhe eu que acabava de soltar a pomba, agradeceu-me e foi andando. Pelas dez horas da noite, voltou a pomba com uma flor no bico. Era o primeiro sinal de que as águas iam descendo.

– As águas são ainda grandes, disse-me a pomba, mas parece que foram maiores. Esta flor não foi colhida de erva, mas atirada pela janela fora de uma arca, cheia de

² Motivo de guerra (latim).

³ Está assim no texto de Mário de Alencar; em Aurélio, “demais”.

⁴ “história”, em Mário de Alencar.

⁵ Quediva (“Khediva” em Mário de Alencar, “Kediva” em Aurélio) é o título dado pelo império otomano aos governadores do Egito de 1867 em diante. Na verdade, o domínio do quediva e dos otomanos era teórico – quem mandava era o império britânico, que invadira o Egito em 1882.

homens, porque há muitas arcas boiando. Esta de que falo, deitou fora uma porção de flores, colhi esta que não é das menos lindas.

Examinei a flor; era de retórica. Nenhum dos animais conhecia tal planta. Expliquei-lhes que era uma flor de estufa, produto da arte humana, que ficava entre a flor de pano e a da campina. Há de haver alguma academia aí perto, concluí, academia ou parlamento.

Ontem, sobre a madrugada, tornei a abrir a janela e soltei outra vez a pomba, dizendo aos outros que, se ela não tornasse, era sinal de que as águas estavam inteiramente acabadas. Não voltando até o meio-dia, abri tudo, portas e janelas, e despejei toda aquela criação neste mundo. Desisto de descrever a alegria geral. As borboletas e as aranhas iam dançando a tarantela, a víbora adornava o pescoço do cão, a gazela e o urubu, de asa e braço dados, voavam e saltavam ao mesmo tempo... Viva o dilúvio! e viva o sol!



A SEMANA – 110

John Gledson

O acontecimento de destaque da semana foi o começo da temporada operística no Teatro Lírico; o fim do estado de sítio provocado pela revolta naval aconteceu no dia 30 de junho. A associação entre a música e a política – mais especificamente, entre a ópera e a conciliação – fazia parte da mobília mental de Machado, que liga ambas numa frase de “D. Paula”, “o tempo da Stoltz e do Marquês de Paraná”, referência ao chefe do ministério da Conciliação (1853-57), e à diva do tempo, Rosina Stoltz. Não se dispõe, porém, a escrever a “história” desta ligação, porque desconhece a “crônica” (isto é, os detalhes). Limita-se a lembrar alguns momentos-chave da sua juventude: a popularidade da Candiani nos anos 1840, lembrada também em *Memórias póstumas de Brás Cubas* (cap. LXIII), e a rivalidade entre chartonistas e lagruistas, contemporânea da sua estreia nas letras, em 1855, e lembrada em *A mão e a luva* (cap. II), onde também vem associada à ingenuidade romântica. O trecho sobre as assembleias legislativas deixa transparecer uma certa saudade do sistema parlamentar imperial: a referência a Rothschild, a consciência da dependência do Brasil, sob qualquer regime, dos empréstimos dos bancos ingleses. A citação de La Fontaine, sujeita a uma reforma sarcástica em *Quincas Borba* (cap. XC), é uma das preferidas de Machado.



A SEMANA

8 de julho de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

O empresário Mancinelli vem fechar a era das revoluções.¹ O nosso engano tem sido andar por vários caminhos à cata de uma solução que só podemos achar na música. A música é a paz, a ópera é a reconciliação. A unidade alemã e a unidade italiana são devidas, antes de tudo, à vocação lírica das duas nações. Cavour sem Verdi, Bismarck² sem Wagner não fariam o que fizeram. A música é a ilustre matemática, apta para resolver todos os problemas. É pelo contraponto que o presente corrige o passado e decifra o futuro.

Não quero ir agora a escavações históricas nem a estudos étnicos, por onde mostraria que os povos maviolos são os que têm vida fácil, forte e unida. Os judeus unem-se muito, sem terem sido grandes músicos, exceto David e Meyerbeer.³ O primeiro, como se sabe, aplacava as fúrias de Saul, ao som da cítara. Os cativos de Babilônia penduravam as harpas dos salgueiros, para não cantarem, donde se infere que cantavam antes. Há ainda o famoso canto de Débora, os salmos e alguma coisa mais que me escapa.⁴ Esse pouco basta para que os descendentes de Abraão, Isaac e Jacó não desprezem totalmente a música. Vede Rothschild; apesar de saber que adoramos a música, jamais nos respondeu com o sarcasmo da formiga à cigarra: *Vous chantez? J'en suis fort aise.*⁵ Não, senhor; sempre nos emprestou os seus dinheiros, certo de que a música faz os devedores honestos. E se, fechado o empréstimo, nos dissesse: *Eh bien!*

¹ Diz a *Gazeta* no dia 3 de julho: “O maestro Mancinelli este ano acumula dupla função de empresário e regente: garantia segura de que a temporada lírica que ontem começou vai ser uma das mais brilhantes que se tem realizado no Rio de Janeiro.”

² No jornal está “Bismarck”. Aurélio corrige.

³ O rei David, reputado autor de vários dos salmos da Bíblia, é frequentemente representado com uma harpa; Giacomo Meyerbeer [Jacob Liebmann Beer] (1791-1864), compositor dos mais populares do séc. XIX, autor de *Les Huguenots* (1836).

⁴ As referências bíblicas: David aplaca a fúria de Saul com a cítara, I Samuel 16:23; os cativos de Babilônia, Salmo 137; o canto de Débora: Juízes 5.

⁵ Palavras de La Fontaine (1621-1695), da famosa fábula “A cigarra e a formiga”, a primeira do primeiro livro das *Fables*. Na fábula, a formiga trabalhadeira diz à cigarra preguiçosa: “Você cantava? Fico muito contente. Pois bem! agora dance.”

dansez maintenant, seria por saber que há em nós uma gota de sangue do rei David, que saía a dançar diante da arca santa.⁶ Nós descansamos da ópera no baile, e do baile na ópera.

Os franceses dizem que entre eles *tout finit par des chansons*.⁷ Digamos, pela mesma língua, que entre nós *tout finit par des opéras*. Sim, Mancinelli veio trancar a era das revoluções. Notai que a ópera coincide com a representação nacional. Não é só a comunhão da arte, onde gregos e troianos, entre duas volatas,⁸ esquecem o que os divide e irrita. É ainda, até certo ponto, a reprodução paralela da legislatura.

A questão é demasiado complexa para ser tratada sobre a perna. Já aí ficam algumas indicações, às quais acrescento uma, a saber, que a própria estrutura dos corpos deliberantes reproduz a cena lírica. A mesa é a orquestra, o chefe da maioria o barítono, o da oposição o tenor; seguem-se os comprimários e os coros. No sistema parlamentar, cada ministério novo canta aquela ária: *Eccomi alfine in Babilonia*. Quando sucede cair um gabinete, a ária é esta: *Gran Dio, morir sì giovane*.⁹ Antes, muito antes que alguém se lembrasse de pôr em música o Hamlet, já nas assembleias legislativas se cantava (à surdina) o monólogo da indecisão: *To be or not to be, that is the question*. Aquela frase de Hamlet, quando Ofélia lhe perguntou o que está lendo: *Words, words, words*, muita vez a ouvi com acompanhamento de violinos.¹⁰ Ouvei também a talentos de primeira ordem árias e duos admiráveis, executados com rara mestria e verdadeira paixão.

Quem quiser escrever a história do canto entre nós, há de ter diante dos olhos os efeitos políticos desta arte. Sem isso, fará uma crônica, não uma história. Pela minha parte, não conhecendo a crônica, não poderia tentar a história. Pouco sei dos fatos. Não remontando a um soprano que aqui viveu e morreu, homem alto, gordo e italiano, que cantava somente nas igrejas,¹¹ sei que a ópera lírica, propriamente dita, começou a luzir de 1840 a 1850, com outro soprano, desta vez mulher, a célebre Candiani.¹² Quem não a

⁶ II Samuel 6:14.

⁷ É a frase final do *Mariage de Figaro* (1778), de Pierre Beaumarchais (1732-1799), que virou quase provérbio, e que Machado usa mais de uma vez.

⁸ Aurélio tem “voltas”.

⁹ *Eccomi alfine in Babilonia*, ária de *Semíramis* (1823), de Gioachino Rossini (1792-1868). A Charton (Anne-Arsène Charton-Demeur) estreou nesta ópera no Brasil, em 1854. Machado dedicou-lhe uma das suas primeiras poesias, em 1856. *Gran Dio, morir sì giovane*, ária famosa de *La traviata* (1853), de Verdi (1813-1901).

¹⁰ Machado cita estas palavras, do ato II, cena 2, de *Hamlet*, pelo menos três vezes nas crônicas. Esta é a única ocasião em que se refere à personagem a quem Hamlet responde. Infelizmente, erra, pois quem lhe pergunta (“What do you read, my Lord?”) é Polônio, o pai de Ofélia. O famoso “monólogo da indecisão” está no ato III, cena 1.

¹¹ Trata-se, é claro, de um *castrato*, que teria vindo ao Brasil com a corte do regente d. João em 1808.

¹² Augusta Candiani (1820-1890), cantora italiana que estreou no Brasil em 1844, e foi acolhida com grande entusiasmo. Machado se lembra mais de uma vez dos moços que puxaram o carro dela: p.ex. na crônica de 15 de julho de 1877, em que até diz que ele figurava entre eles. Aqui, não se refere a essa participação – se a houve – e até sugere que nunca a ouviu – “ao que parece”. Seu papel mais famoso foi na *Norma*, de Vincenzo Bellini (1801-1835). Viveu o resto da vida no Brasil, casada com um compositor de modinhas.

haverá citado? Netos dos que se babaram de gosto nas cadeiras e camarotes do teatro de S. Pedro, também vós a conheceis de nome, sem a terdes visto, nem provavelmente vossos pais. Já é alguma coisa viver durante meio século na memória de uma cidade, não tendo feito outra coisa mais que cantar o melancólico Bellini.

Ao que parece, o canto era tal que arrebatava as almas e os corpos, elas para o céu, eles para o carro da diva, cujos cavalos eram substituídos por homens de boa vontade. Não mofeis disto; para a cantora foi a glória, para os seus aclamadores foi o entusiasmo, e o entusiasmo não é tão mesquinha coisa que se despreze. Invejai antes esses cavalos de uma hora...

A raça acabou. Hoje os homens ficam homens, aplaudem sem transpirar, muitos com as palmas, alguns com a ponta dos dedos, mas sentem e basta. A ingenuidade é menor? a expressão comedida? Não importa, contanto que vingue a arte. Onde ela principia, cessam as canseiras deste mundo. Partidos irreconciliáveis, partidários que se detestam, conciliam-se e amam-se, por um minuto ao menos. Grande minuto, meus caros amigos, um minuto grandíssimo, que vale por um dia inteiro.

Vivam os povos cantarinos, as almas entoadas e particularmente a terra da modinha e da viola. A viola foi-se da capital com os cavalos, recolheu-se ao interior, onde os peregrinismos são menos aceitos. As peregrinas pode ser que sim; mas as novas cantoras já se não deixam ir dos braços de Polião ou de Manrico aos de um senhor da plateia, como a La Grua, e antes dela a Candiani.¹³ Águas passadas; mas nem por serem passadas deixam de refrescar a memória dos seus contemporâneos.¹⁴ O caso da La Grua entristece-me, porque um amigo meu a amava muito. Tinha vinte anos, uma lira nas mãos, um triste emprego e aquele amor, não sabido de ninguém.¹⁵ Salvo o emprego, era riquíssimo. Não combatia entre os lagruístas contra os chartonistas; era franco-atirador. Não queria meter o seu amor na multidão dos entusiasmos de passagem. O seu amor era eterno, dizia em todos os versos que compunha, à noite, quando vinha do teatro para casa. E ria-se muito de um senhor de suíças que, da plateia,¹⁶ devorava com os olhos a La Grua.

¹³ Polião (Pollione) [Tollião, na *Gazeta*, Aurélio também corrige] é o procônsul romano, que trai a Norma, sacerdotisa entre os druidas. Manrico é o herói de *Il trovatore (O trovador)* (1853), de Giuseppe Verdi. Emma [ou Emmy] La Grua (1831- ? depois de 1865): cantora italiana que estreou no Rio de Janeiro em 1855, saindo do país no ano seguinte. Os aficionados dela e da Charton formaram campos rivais, como Machado lembra com certa distância satírica, entre outros lugares, no cap. II de *A mão e a luva*.

¹⁴ A *Gazeta* tem “conterrâneos”: Aurélio faz esta correção (sem anotar o fato), que nos parece quadrar melhor ao sentido.

¹⁵ Este poeta será uma invenção. Mas é bem representativo da juventude de Machado, e do segundo romantismo. Alguns dos seus amigos mais chegados, Casimiro de Abreu, Francisco Gonçalves Braga, José Joaquim Macedo Júnior (Macedinho), morreram jovens em 1860.

¹⁶ Esta vírgula não está na *Gazeta*. Aurélio corrigiu.

Uma noite, acabado o espetáculo, o moço poeta recolheu-se, compôs dois sonetos e dormiu com os anjos. O mais adorável deles era a própria imagem da La Grua. Na manhã seguinte, ele e a cidade acordaram assombrados. A diva desaparecera, o senhor das suíças não tornou à plateia, e o meu rapaz adoeceu, definhou, até morrer de melancolia. Assim lhe fecharam a era das revoluções.



A SEMANA – 111

John Gledson

Dois tópicos frequentes, as eleições e as apostas, estão combinados pela astúcia e pelo sarcasmo. A eleição para a presidência do estado do Rio é uma farsa violenta, como fica evidente nos apedidos dos jornais (embora Machado diga – com quanta ironia? – que a violência “anda um tanto desusada”). A citação de Lucano parece entrar por causa da palavra “caudilhos”, com a sua conotação da política do resto da América Latina. O assunto do turfe nos leva de volta ao Encilhamento, pelo menos como eco implícito – não deixa de ser interessante que o cronista tenha ido às corridas “há três ou quatro anos” – isto é, em 1890 ou 91. A testemunha “inocentemente” cômica de uma “combinação escandalosa” (a “morte” do jóquei) sublinha a presença da corrupção em toda parte. A aprovação da concessão do voto às mulheres na Nova Zelândia, embora bricalhona, é sem dúvida sincera.



A SEMANA

15 de julho de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Quando estas linhas aparecerem aos olhos dos leitores, é de crer que toda a população eleitoral do Rio de Janeiro caminhe para as urnas, a fim de eleger o presidente do Estado.¹ Renhida é a luta. Como na *Farsália*², de Lucano, pela tradução de um finado sabedor de coisas latinas,

Nos altos, frente a frente, os dois caudilhos
Sôfregos de ir-se às mãos, já se acamparam.³

Não sei quem seja aqui César nem Pompeu. Contento-me em que não haja morte de homem, nem outra arma além da cédula. Se falo na batalha de hoje, não é que me proponha a cantá-la; eu, nestas campanhas, sou um simples Suetônio, curioso, anedótico, desapaixonado.⁴ Assim que, propondo aos meus concidadãos uma reforma eleitoral, não cedo a interesse político, nem falo em nome de nenhuma facção; obedeço

¹ Os dois candidatos nestas eleições no estado do Rio eram Francisco Portela, dos “autonomistas”, e J. Maurício de Abreu, “moderado” ou “governista” (isto é, florianista). Como sempre, os apedios estavam cheios de acusações de uso de violência para espantar os eleitores, de planos de “considerar sujeitos à lei marcial os que não votarem com o governo do Estado”, e de “eleição a bico de pena” (incluindo nomes de pessoas mortas ou inexistentes) etc. Abreu, aliado do presidente em exercício, Tomás de Porciúncula, ganhou.

² Por erro tipográfico, na *Gazeta* está “Tharsália” (em vez de “Pharsália”).

³ Lucano (39-65 d.C.) é o autor da *Farsália*, poema épico incompleto, em dez cantos, que trata da guerra civil entre Júlio César e Pompeu, que culminou na derrota de Pompeu na batalha de Farsália. Os dois versos citados são os primeiros do canto VI, (“Postquam castra duces pugnae iam mente propinquis / inposuere iugis admotaque comminus arma”), e a tradução é de José Feliciano de Castilho (1810-1879), o irmão mais novo de Antônio Feliciano, que teve grande poder nas letras de língua portuguesa nos anos 1850 e 1860. Machado, na época, era amigo de ambos. Foram publicados no *Diário do Rio de Janeiro*, jornal onde Machado trabalhava, em 28 de outubro de 1864. Curiosamente, Machado citou estes dois versos pela primeira vez no conto “Decadência de dois grandes homens”, publicado no *Jornal das Famílias* de maio de 1873. Devo estas informações ao prof. Brunno Vieira, e aos seus artigos “A biblioteca latino-portuguesa de Machado de Assis” (*Mosaico clássico: variações sobre o mundo antigo*, org. José Amarante e Luciene Lages, Universidade Federal da Bahia, 2012, p. 233-242) e “Um tradutor de latim sob D. Pedro II: perspectivas para a história da tradução da literatura greco-romana em português” (*Revista Letras*, Curitiba, n. 80, jan.-abr. 2010, p. 71-87).

⁴ Suetônio (c. 69-122 d.C.) autor dos *Doze Césares*, foi o mais fofoqueiro e “anedótico” dos historiadores romanos.

a um nobre impulso que eles mesmos reconhecerão, se me fizerem o favor de ler até ao fim.

Ninguém ignora que nas batalhas como a de hoje costuma roncar o pau. Esta arma, força é dizê-lo, anda um tanto desusada, mas é tão útil, tão sugestiva, que dificilmente será abolida neste final do século e nos primeiros anos do outro. Não é épica nem mística, está longe de competir com a lança de Aquiles, ou com a espada do arcanjo. Mas a arma é como o estilo, a melhor é que se adapta ao assunto. Que viria fazer a lança de Aquiles entre um capanga sem letras e um eleitor sem convicção? Menos, muito menos que o vulgar cacete. A pena, “o bico de pena”, segundo a expressão clássica, traz vantagens relativas, não tira sangue de ninguém; não faz vítimas, faz atas, faz eleitos. O vencido perde o lugar, mas não perde as costelas. É preciso forte vocação política para preferir o contrário.

O grande mal das eleições não é o pau, nem talvez a pena, é a abstenção, que dá resultados muita vez ridículos. Urge combatê-la. Cumpre que os eleitores elejam, que se movam, que saiam de suas casas para correr às urnas, que se interessem, finalmente, pelo exercício do direito que a lei lhes deu, ou lhes reconheceu. Não creio, porém, que baste a exortação. A exortação está gasta. A indiferença não se deixa persuadir com palavras nem raciocínios; é preciso estímulo. Creio que uma boa reforma eleitoral, em que esta consideração domine, produzirá efeito certo. Tenho uma ideia que reputo efficacíssima.

Consiste em pouco. A imprensa tem feito reparos acerca do estado do nosso turfe, censurando abusos e pedindo reformas, que, segundo acabo de ler, vão ser iniciadas. Um cidadão, por nome M. Elias, dirigiu a este respeito uma carta ao *Jornal do Commercio*, concordando com os reparos, e dizendo: “Ora, a nossa população esportiva, constituída por dois terços da população municipal, pode assim continuar sujeita, como até agora, ao assalto de combinações escandalosas?”⁵ Foi este trecho da carta do Sr. Elias, que me deu a ideia da reforma eleitoral.

A princípio não pude raciocinar. A certeza de que dois terços da nossa população é esportiva, deixou-me assombrado e estúpido. Voltando a mim, fiquei humilhado. Pois quê! dois terços da população é esportiva, e eu não sou esportivo! Mas que sou então neste mundo? Melancolicamente adverti que talvez me falem as qualidades esportivas, ou não as tenha naquele grau eminente ou naquele extenso número em que elas se podem dizer suficientemente esportivas. A memória ajudou-me nesta investigação. Recordei-me que, há alguns anos, três ou quatro,⁶ fui convidado por um amigo a ir a uma corrida de cavalos. Não me sentia disposto, mas o amigo convidava de tão boa feição, o carro dele era tão elegante, os cavalos tão galhardos e briosos, que não resisti, e fui.

⁵ Esta carta se encontra na página 3 do *Jornal do Commercio* de 7 de julho.

⁶ Isto é, 1890 ou 1891, os anos do Encilhamento.

Não tendo visto nunca uma corrida de cavalos, imaginei coisa mui diversa do que é, realmente, este nobre exercício. Fiquei espantado quando vi que as corridas duravam três ou quatro minutos, e os intervalos meia hora. Nos teatros, quando os intervalos se prolongam, os espectadores batem com os pés, uso que não vi no circo, e achei bom. Vi que, no fim de cada corrida, toda a gente ia esparecer fora dos seus lugares, e tornava a encher as galerias, apenas se comunicava a corrida seguinte. Uma destas ofereceu-me um episódio interessante. Ao saírem os cavalos, caiu o jóquei de um, ficando imóvel no chão, como morto. Cheio de um sentimento pouco esportivo, quis gritar que acudissem ao desgraçado; mas, vendo que ninguém se movia, cuidei que era uma espécie de partido que o jóquei dava aos adversários; não tardaria a levantar-se, correr, apanhar o cavalo, montá-lo e vencer. Dois verbos mais que César.⁷ De fato, o cavalo dele ia correndo; mas, pouco a pouco, vi que o animal, não se sentindo governado, afrouxava, até que de todo parou. Nisto entraram dois homens no circo, tomaram do jóquei imóvel, cujas pernas e braços caíam sem vida, e levaram o cadáver para fora. Não lhe rezei por alma, unicamente por não saber o nome da pessoa. Não veio no obituário, nem os jornais deram notícia do desastre. Perder assim a vida e a corrida, obscuro e desprezado, é por demais duro.

Vindo à minha ideia, acho que a reforma eleitoral, para ser útil e fecunda, há de consistir em dar às eleições um aspecto acentuadamente esportivo. Em vez de esperar que o desejo de escolher representantes leve o eleitor às urnas, devemos suprir a ausência ou a frouxidão desse impulso pela atração das próprias urnas eleitorais. A lei deve ordenar que os candidatos sejam objeto de apostas, ou com os próprios nomes, ou (para ajudar a inércia dos espíritos) com outros nomes convencionais, um por pessoa, e curto. Não entro no modo prático da ideia; cabe ao legislador achá-lo e decretá-lo. A abstenção ficará vencida, e nascerá outro benefício da reforma.

Este benefício será o aumento das naturalizações. Com efeito, se nos dois terços da população esportiva há naturalmente certo número de estrangeiros, não é de crer que essa parte despreze uma ocasião tão esportiva, pela única dificuldade de tirar carta de naturalização. A lei deve até facilitar a operação, ordenando que o simples talão da aposta sirva de título de nacionalidade.

Se a ideia não der o que espero, recorramos então ao exemplo da Nova Zelândia, onde por uma lei recente as mulheres são eleitoras.⁸ Em virtude dessa lei, qualificaram-se cem mil mulheres, das quais logo na primeira eleição, há cerca de um mês, votaram noventa mil. Eleve-mos a mulher ao eleitorado; é mais discreta que o homem, mais zelosa, mais desinteressada. Em vez de a conservarmos nessa injusta minoridade, convidemo-la a colaborar com o homem na oficina da política.

⁷ *Veni, vidi, vici* (Vim, vi, venci) são as palavras famosas de Júlio César, citadas por Suetônio e Plutarco, depois da batalha de Zela, na campanha pôntica.

⁸ A Nova Zelândia, “dominion” livre do império britânico, em 1893 deu às mulheres de mais de 21 anos o direito do voto, sendo o primeiro país entre os agora independentes a assim fazer.

Que perigo pode vir daí? Que as mulheres, uma vez empossadas das urnas, conquistem as câmaras e elejam-se entre si, com exclusão dos homens? Melhor. Elas farão leis brandas e amáveis. As discussões serão pacíficas. Certos usos de mau gosto desaparecerão dos debates. Aquele, por exemplo, que consiste em dizer o orador que lhe faltam os precisos dotes de tribuna, ao que todos respondem: *Não apoiado*,⁹ havendo sempre uma voz que acrescenta: “É um dos ornamentos mais brilhantes desta câmara”, esse uso, digo, não continuará, quando as câmaras se compuserem de mulheres. Qualquer delas que tivesse o mau gosto de começar o discurso alegando não poder competir em beleza e elegância com as suas colegas, ouviria apenas um silêncio respeitoso e aprovador.

Os homens, que fariam os homens nesse dia? Deus meu, iriam completar o último terço que falta para que a população inteira fique esportiva. O contágio far-nos-ia a todos esportivos. Seria a vitória última e definitiva da esportividade.



⁹ Esta vírgula não está na *Gazeta*. Aurélio corrige.

A SEMANA – 112

John Gledson

O tema unificador desta crônica, a falta de poesia do mundo moderno, e o anelo meio irônico por um passado mais dramático e colorido representado pela poesia romântica, é um motivo recorrente nas crônicas, p.ex. na de 26 de junho de 1892, onde aparecem também os clavinoteiros de Belmonte (no sul da Bahia), e dois dos poetas citados aqui, Hugo e Byron; Hugo aparece também, num contexto muito semelhante, na crônica de 25 de dezembro de 1892.

Na crônica de 4 de junho de 1893, Machado já menciona Antônio Conselheiro, embora sem nomeá-lo, também citando um telegrama de *O Paiz*, transcrito na primeira nota. Aqui, é interessante comparar a linguagem da crônica com a do telegrama em que se baseia. O cronista ou omite, ou ironiza as palavras que prejudgam o “fanático” em nome de uma “civilização” superior: “no lugar denominado”, “criminosos”, “indivíduo”, “efetua”, “sujeito”. Também omite as referências ao monarquismo dos rebeldes – talvez até simpatizasse com o não reconhecimento do dinheiro republicano, dada a desvalorização deste devida ao Encilhamento e às emissões “pluripapelares”. No fim, não resiste a mais uma alfinetada nesse sentido – “empréstimos com calotes” –, as “polcas que temos visto” sem dúvida aludem aos mesmos escândalos.

Esta crônica foi reproduzida em *Páginas recolhidas* (1899, p. 253-257) com o título “Canção de piratas”, com duas mudanças no texto, referidas nas notas.



A SEMANA

22 de julho de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Telegrama da Bahia refere que o Conselheiro está em Canudos com 2.000 homens (dois mil homens) perfeitamente armados. Que Conselheiro? O Conselheiro.¹ Não lhe ponhas nome algum, que é sair da poesia e do mistério. É o Conselheiro, um homem, dizem que fanático, levando consigo a toda a parte aqueles dois mil legionários. Pelas últimas notícias tinha já mandado um contingente a Alagoinhas. Temem-se no Pombal e outros lugares os seus assaltos.

Jornais recentes afirmam também que os célebres clavinoteiros de Belmonte têm fugido, em turmas, para o sul, atravessando a comarca de Porto Seguro.² Essa outra horda, para empregar o termo do profano vulgo que odeio,³ não obedece ao mesmo chefe. Tem outro ou mais de um, entre eles o que responde ao doce⁴ nome de Cara de Graxa. Jornais e telegramas dizem dos clavinoteiros e dos sequazes do Conselheiro que são criminosos; nem outra palavra pode sair de cérebros alinhados, registrados, qualificados, cérebros eleitores e contribuintes. Para nós, artistas, é a renascença, é um raio de sol que, através da chuva miúda e aborrecida, vem dourar-nos a janela e a alma. É a poesia que nos levanta do meio da prosa chilra e dura deste fim de século. Nos climas ásperos, a árvore que o inverno despiu, é novamente enfolhada pela primavera,

¹ A origem imediata desta crônica é sem dúvida um telegrama n^o *O Paiz*, jornal republicano, na quinta-feira, 19 de julho. Como é interessante conferir o texto de Machado com este “original”, passo a transcrevê-lo: “Consta que o fanático „conselheiro” está presentemente no lugar denominado Canudos, tendo sob o seu comando um exército organizado militarmente e composto de 2.000 criminosos. / Diz-se também que este indivíduo mandou um contingente em direção a Alagoinhas, para tomar alguns presos que vinham para a capital. / Fala-se também que este sujeito efetua prédicas diárias aconselhando o povo a não reconhecer válido o dinheiro da República e garantindo que a monarquia é o único governo verdadeiro. / No Pombal e lugares próximos receia-se um assalto a cada momento.”

² Machado já mencionara estes clavinoteiros nas crônicas de 26 de junho e 3 de julho de 1892, também citando informações de *O Paiz*. Na primeira, cita uma notícia que diz que “raptaram duas moças”.

³ Tradução de “Odi profanum vulgus”, palavras iniciais da primeira ode do livro 3 das *Odes* de Horácio (65 a.C.-8 a.C.).

⁴ Esta palavra não está na versão de *Páginas recolhidas*. Não há como saber se a omissão é propositada (Machado talvez omitisse pela ironia um tanto pesada). Aurélio também omite, mas sem mencionar o fato em nota, provavelmente por erro, já que assinala outra mudança mais tarde (nota 13), e mantém a lição da *Gazeta*.

essa eterna florista que aprendeu não sei onde e não esquece o que lhe ensinaram. A arte é a árvore despida;⁵ eis que lhe rebentam folhas novas e verdes.

Sim, meus amigos. Os dois mil homens do Conselheiro, que vão de vila em vila, assim como os clavinoteiros de Belmonte, que se metem pelo sertão, comendo o que arrebatam, acampando em vez de morar, levando moças naturalmente, moças cativas, chorosas e belas, são os piratas dos poetas de 1830. Poetas de 1894, aí tendes matéria nova e fecunda. Recordai vossos pais; cantai, como Hugo, a canção dos piratas:

En mer, les hardis écumeurs!
Nous allions de Fez à Catane...⁶

Entrai pela Espanha, é ainda a terra da imaginação de Hugo, esse homem de todas as pátrias; puxai pela memória, ouvireis Espronceda dizer outra canção de pirata, um que desafia a ordem e a lei, como o nosso Conselheiro.⁷ Ide a Veneza; aí Byron recita os versos do *Corsário*,⁸ no regaço da bela Guiccioli.⁹ Tornai à nossa América, onde Gonçalves Dias também cantou o seu pirata.¹⁰ Tudo pirata. O romantismo é pirataria, é o banditismo, é a aventura do salteador que estripa um homem e morre por uma dama.

Crede-me, esse Conselheiro que está em Canudos com os seus dois mil homens, não é o que dizem telegramas e papéis públicos. Imaginai uma legião de aventureiros galantes, audazes, sem ofício nem benefício, que detestam o calendário, os relógios, os impostos, as reverências, tudo o que obriga, alinha e apruma. São homens fartos desta vida social e pacata, os mesmos dias, as mesmas caras, os mesmos acontecimentos, os mesmos delitos, as mesmas virtudes. Não podem crer que o mundo seja uma secretaria de Estado, com o seu livro do ponto, hora de entrada e de saída, e desconto por faltas. O próprio amor é regulado por lei:¹¹ os consórcios celebram-se por um regulamento em

⁵ Em *Páginas recolhidas*, há dois pontos em vez do ponto-e-vírgula.

⁶ Citação da “Chanson de Pirates”, de Victor Hugo (1802-1895), da coletânea *Les Orientales* (1829), das mais citadas por Machado. Conta o rapto de uma freira cristã, levada à força a um harém, onde “de freira ela se faz sultana.” Tradução: “Ao mar, piratas audazes! / Íamos de Fez a Catânia.” As citações mais adiante são do mesmo poema: “Sua Alteza ama as vírgens / Faremos de você uma maometana”, e “Na galera capitânia / Éramos oitenta remadores.” Estes últimos versos são o refrão, que vem ao final de cada estrofe, e terminam em ponto, no original.

⁷ “La canción del pirata” (1835), o poema mais famoso do romântico espanhol José de Espronceda (1808-1842).

⁸ Esta vírgula, presente na *Gazeta*, não consta de *Páginas recolhidas*, nem na edição de Aurélio.

⁹ *The Corsair*, de Lord Byron (1788-1824), foi publicado em 1814, e foi dos poemas mais populares dele. Em 1819, na Itália, Byron se apaixonou pela condessa Teresa Guiccioli, quando ela tinha 19 anos e ele 31.

¹⁰ “O pirata”, de Gonçalves Dias, é de *Primeiros cantos*, de 1846.

¹¹ Em *Páginas recolhidas*, aqui há um ponto-e-vírgula. Aurélio segue a lição do jornal.

casa do pretor, e por um ritual na casa de Deus,¹² tudo com a etiqueta dos carros e casacas, palavras simbólicas, gestos de convenção. Nem a morte escapa à regulamentação universal; o finado há de ter velas e responsos, um caixão fechado, um carro que o leve, uma sepultura numerada, como a casa em que viveu... Não, por Satanás! Os partidários do Conselheiro lembraram-se dos piratas românticos, sacudiram as sandálias à porta da civilização e saíram à vida livre.

A vida livre, para evitar a morte igualmente livre, precisa comer, e daí alguns possíveis assaltos. Assim também o amor livre. Eles não irão às vilas pedir moças em casamento. Suponho que se casam a cavalo, levando as noivas à garupa, enquanto as mães ficam soluçando e gritando à porta das casas ou à beira dos rios. As esposas do Conselheiro, essas são raptadas em verso, naturalmente:

Sa Hautesse aime les primeurs,
Nous vous ferons mahométane...

Maometana ou outra coisa, pois nada sabemos da religião desses, nem dos clavinoteiros, a verdade é que todas elas se afeiçoarão ao regimen, se regimen se pode chamar a vida errática. Também há estrelas erráticas, dirão elas, para se consolar.¹³ Que outra coisa podemos supor de tamanho número de gente? Olhai que tudo cresce, que os exércitos de hoje não são já os dos tempos românticos, nem as armas, nem os legisladores, nem os contribuintes, nada. Quando tudo cresce, não se há de exigir que os aventureiros de Canudos, Alagoinhas e Belmonte contem ainda aquele exíguo número de piratas da cantiga:¹⁴

Dans la galère capitane,
Nous étions quatre-vingts rameurs,

mas mil, dois mil, no mínimo. Do mesmo modo, ó poetas, devemos compor versos extraordinários e rimas inauditas. Fora com as cantigas de pouco fôlego.¹⁵ Vamos fazê-las de mil estrofes, com estribilho de cinquenta versos, e versos compridos, dois decassílabos atados por um alexandrino e uma redondilha. Pélion sobre Ossa, versos de

¹² Esta vírgula falta na *Gazeta*, sem dúvida por erro tipográfico. Esta presente em *Páginas recolhidas* e Aurélio.

¹³ Como nota Aurélio, no texto de *Páginas recolhidas*, Machado flexionou o infinitivo: “para se consolarem” (para enfatizar a dor de cada uma em particular).

¹⁴ Na *Gazeta*, “do antigo”; em *Páginas recolhidas* (e em Aurélio) “da cantiga”. A versão do jornal faz possível sentido – “do passado” – mas dada a semelhança entre as duas palavras, e o ajuste que Machado fez no livro, nos parece bem mais provável que se trate de um erro dos compositores, e que a nossa seja a leitura correta.

¹⁵ Aurélio aqui tem um ponto-e-vírgula. A *Gazeta* e *Páginas recolhidas* têm ponto.

Adamastor, versos de Encélado.¹⁶ Rimemos o Atlântico com o Pacífico, a via láctea com as areias do mar, ambições com malogros, empréstimos com calotes, tudo ao som das polcas que temos visto compor, vender e dançar só no Rio de Janeiro. Ó vertigem das vertigens!



¹⁶ Pélion e Ossa são duas montanhas gregas, que os gigantes empilharam uma sobre a outra, na vã tentativa de tomar os céus de assalto – empilhar Pélion sobre Ossa, portanto, é frase proverbial, significando uma obra grandiosa e vã; Adamastor é o gigante do canto V d’*Os Lusíadas*; Encélado foi um dos gigantes da mitologia grega, supostamente sepultado debaixo de Etna, o que explica as suas erupções. Nesse contexto, aparece no terceiro canto da *Eneida*, de Virgílio.

A SEMANA – 113

John Gledson

O tema da tolerância religiosa já foi abordado na crônica de 26 de fevereiro de 1893, com a mesma ironia (“O que me encanta na humanidade, é a perfeição”). Aqui, a ideia se estende às guerras e ao dinheiro, e em particular ao meio circulante, assunto de polêmica na época. O dinheiro-papel, inclusive, é ideal, pois depende da “solidariedade humana”! A crônica acaba numa dessas fantasias paródicas de que Machado gosta, e que chegam a um auge no capítulo da ópera em *Dom Casmurro*: frequentemente, como aqui, tratam do mal endêmico no gênero humano.



A SEMANA

29 de julho de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Trapizonda já não existe! Dizem telegramas que um terremoto a destruiu inteiramente. Constantinopla, a dar crédito às notícias telegráficas que há cerca de duas semanas são aqui recebidas, deve estar quase destruída também. Os mortos são muitos, os feridos muitíssimos, as perdas materiais calculam-se por milhões de piastras.¹

Tempo houve em que tais fenômenos seriam considerados como provas claras de que a intenção de Deus era destruir a casa otomana. Hoje, não só não se diz isso, mas ainda pode ser que os cardeais da santa igreja católica assinem algumas liras em benefício das vítimas do desastre. Outro é o século. Vimos o papa escrever às igrejas cismáticas e heréticas, para aconselhar-lhes que se acolhessem ao grêmio católico, formando um só rebanho e um só pastor. O czar reata as relações com o sumo pontífice. O próprio sultão da Turquia, se bem me recorde, mandou uma carta de parabéns a Leão XIII, quando este celebrou o seu jubileu de ordenação.² Agora mesmo o rabino de França teceu grandes louvores à cabeça visível da Igreja.

Há um vento de tolerância no mundo, vento brando, como lhe cumpre, feito de amor e boa vontade. Deixai lá que a China e o Japão declarem guerra entre si, e que o pobre rei da Coreia, segundo soubemos ontem pelo cabo, seja o primeiro prisioneiro dos japoneses ou dos japões, como diziam os velhos clássicos.³ Não duvido que seja a última guerra. Pode ser que, além dessa, ainda haja outra; mas depois estão acabadas as

¹ A provável fonte desta notícia é um telegrama de *O Paiz* do dia 26 de julho: “Trebizonda foi destruída por um terremoto. Contam-se centenas de vítimas.” O terremoto de Constantinopla, ao qual os jornais davam mais importância, ocorreu no dia 10 de julho. A cidade de Trebizonda (atual Trabzon), junto ao Mar Negro, ficava à porta do Oriente na Idade Média, situada como estava no começo da Rota da Seda. Marco Polo voltou por lá no retorno da sua viagem à China em 1292.

² O papa Leão XIII, pontífice de 1878 até 1903, foi conhecido pela atitude conciliadora perante as igrejas “cismáticas” (isto é, ortodoxas) e as potências não católicas.

³ São os primeiros passos da Primeira Guerra Sino-Japonesa, que durou até abril de 1895. A China e o Japão disputavam o domínio da Coreia, estado vassalo da China. Acabou numa vitória esmagadora do Japão. Nesse momento, as tropas japonesas tinham entrado em Seul. O telegrama a que Machado se refere apareceu n’*O Paiz* de sábado, 28 de julho: “Os japoneses tomaram a ofensiva na Coreia, e logo num dos primeiros encontros aprisionaram o rei Li Honi Toni Tajy.”

guerras, o mundo espiritual em perfeita unidade concilia todos os antagonismos sociais, nacionais e políticos, e faz caminhar a civilização para aquele sumo grau que a espera.

Nisso estamos de acordo. A questão é saber onde fica esse grau sumo, se no fim, quando o mundo não chegar para mais ninguém, se no princípio, quando ele era de sobra. Questão mais árdua do que parece. Podemos conceber que, quando à terra faltar espaço, este mundo será uma infinita Chicago, com casas de vinte e trinta andares. O dinheiro, que à primeira vista pode parecer que não baste, há de bastar, se a produção do ouro continuar na proporção dos algarismos publicados anteontem por uma das nossas folhas, dos quais se vê que só a produção africana dobra pés com cabeça.⁴ A família Rothschild não morrerá, por aquela lei que põe o remédio ao pé do mal, e o empréstimo à mão das urgências. Quando venha a faltar o ouro, teremos a prata, e, acabada a prata, ficará o níquel, com as modificações do projeto Coelho Rodrigues, para que não emigre.⁵ Em último caso, recorreremos ao honesto papel, mais valioso, pela sua fabricação, que todas as outras matérias, e, por isso mesmo que é moeda fiduciária, melhor exprime a solidariedade humana.

Tudo isso é verdade. Mas, não cessando a produção da gente humana, a consequência é que tudo há de ir crescendo, até que o *solvet saeclum* venha destruir o que a civilização fez desde o primeiro ao sumo grau. *Teste David cum Sibylla*.⁶ Ora, eu contesto ambas estas autoridades. Não creio que um sonho tão bonito acabe tão friamente. Mais vale então continuar a guerra, que se incumbirá de preparar alojamentos para as gerações vindouras, e liquidará os orçamentos, com saldos, é verdade, mas sem aquele excesso de saldos que ainda há pouco perturbavam as finanças anglo-americanas.⁷

Outro é o meu sonho. Creio que o sumo grau está no princípio, e a ele tornaremos. Eis aqui o processo. A civilização remontará o rio bíblico, a Escritura será vivida para trás, até chegar ao ponto em que Deus pôs Adão e Eva no paraíso. Haverá outro paraíso, com Adão e Eva, último casal, que resumirá em si os tempos, as ideias, os sentimentos, toda a florescência moral e mental da primavera humana, através dos

⁴ Não localizei esta notícia. Como o caso do níquel, referido na nota seguinte, faz parte de uma preocupação contemporânea – a escassez do dinheiro circulante, devida ao padrão-ouro, causa do movimento “bimetalista” nos EUA, que pretendia que a prata também fosse padrão. Na África do Sul, as grandes jazidas de ouro foram descobertas na década de 1880.

⁵ Parece que Machado se refere a um projeto, anunciado na *Gazeta* em 22 de julho, cujo objeto era estabilizar a circulação do níquel: o metal tinha um valor acima das próprias moedas. Propunha-se: “(...) pode a casa da moeda receber de qualquer pessoa particular, nacional ou estrangeira, as peças em circulação, em quantidade não inferior a cem mil-réis, e restituir-lhe em outras de novo cunho o mesmo valor e mais 5%.”

⁶ Palavras do Dies Irae, do Réquiem: “Dies irae dies illa. / Solvet saeclum in favilla / teste David cum Sibylla.” “Dia de ira, esse dia / o mundo dissolver-se-á em cinzas / como foi profetizado por Davi e a Sibila”.

⁷ A Grã-Bretanha e os Estados Unidos eram (junto com a Alemanha) as economias mais fortemente industrializadas neste período. Exportavam muito, em especial para a América Latina, e de vez em quando o governo brasileiro tinha que pedir empréstimos dos bancos, sobretudo dos Rothschild, para compensar as dívidas, o que, claro, limitava a independência do país.

séculos. A língua atual não conhece palavras que pintem o que será esse dia paradisíaco, os campos verdes, os ares lavados, as águas puríssimas e frescas.

Surge uma dúvida. O último casal acabará tudo, no derradeiro enlevo do sumo grau, ou repetirá a conversação do *Gênesis*, para dar outro surto à humanidade, já então perfeita e mais-que-perfeita? Problema difícil. Há razões boas para crer na extinção, e outras não menos boas para admitir a renovação aperfeiçoada. Talvez a mesma dúvida assalte o espírito do derradeiro casal. Cuido ouvir este trecho de diálogo no paraíso do fim:

– Que te parece, Eva?

– Adão, é certo que há boas razões de um lado e boas razões de outro, como dizia, há muitos séculos, um escritor...

– Paz à sua alma!

– Amém!

– Mas, dada a igualdade das razões, quais preferes tu, mulher?

– Homem, eu dizer as que prefiro, não digo. Pergunta-me se o dia é claro e se a noite é escura, e a minha resposta será que a noite é escura, quando não há luar, e o dia é claro, quando há sol.

– Bem, então parece-te...

– Parece-me que os figos e os sapotis estão frescos. Ontem, as águas do rio deslizavam com muita velocidade. O colibri dança em cima da flor, e a flor exala um cheiro suavíssimo. Que flor preferes tu, Adão?

– A da tua boca, Eva. E que flor preferes tu?

– A que deve estar no cimo daquela montanha, Adão.

– Vou colhê-la para ti, Eva.

Nisto a serpente dirá com a voz melíflua que o diabo lhe deu:

Si cette histoire vous embête,
Nous allons la recommencer.⁸

Mas Deus, vendo o que é bom, como na Escritura, acudirá: – Não, meus filhos, para experiência basta.



⁸ “Se esta história vos aborrece / Podemos recomeçá-la”. Citação preferida de Machado, já usada, por exemplo, na crônica de 19 de junho de 1892. É uma versão paródica (e tradicional, ao que parece) dos versos finais da canção popular “Il était un petit navire”, que são “Si cette histoire vous amuse / Nous pouvons la recommencer”.

A SEMANA – 114

John Gledson

Esta crônica famosa quase não precisa de introdução. Na sua antologia de 1914, Mário de Alencar deu-lhe o título de “O punhal de Martinha”, pelo qual ainda é conhecida. No ensaio “Leituras em competição”, o primeiro do seu livro intitulado, justamente, *Martinha versus Lucrecia* (2012), Roberto Schwarz faz uma interpretação dela, focalizando a sua “universalidade moderna”.

Na antologia de Mário de Alencar, a crônica se encontra nas p. 143-147. Ele junta os três parágrafos iniciais num só.



A SEMANA

5 de agosto de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Quereis ver o que são destinos? Escutai.

Ultrajada por Sexto Tarquínio, uma noite, Lucrecia resolve não sobreviver à desonra, mas primeiro denuncia ao marido e ao pai a aleivosia daquele hóspede, e pedelhes que a vinguem. Eles juram vingá-la, e procuram tirá-la da aflição dizendo-lhe que só a alma é culpada, não o corpo, e que não há crime onde não houve aquiescência. A honesta moça fecha os ouvidos à consolação e ao raciocínio, e, sacando o punhal que trazia escondido, embebe-o no peito e morre.

Esse punhal podia ter ficado no peito da heroína, sem que ninguém mais soubesse dele; mas, arrancado por Bruto, serviu de lábaro à revolução que fez baquear a realeza e passou o governo à aristocracia romana.¹ Tanto bastou para que Tito Lívio lhe desse um lugar de honra na história, entre enérgicos discursos de vingança.² O punhal ficou sendo clássico. Pelo duplo caráter de arma doméstica e pública, serve tanto a exaltar a virtude conjugal, como a dar força e luz à eloquência política.

Bem sei que Roma não é a Cachoeira, nem as gazetas dessa cidade baiana podem competir com historiadores de gênio. Mas é isso mesmo que deploro. Essa parcialidade dos tempos, que só recolhem, conservam e transmitem as ações encomendadas nos bons livros, é que me entristece, para não dizer que me indigna. Cachoeira não é Roma, mas o punhal de Lucrecia, por mais digno que seja dos enômios do mundo, não ocupa tanto lugar na história, que não fique um canto para o

¹ Não deixa de ser curioso que Machado diga que o estupro de Lucrecia “fez baquear a *realeza* e passou o governo à *aristocracia* romana”. Na história romana de Tito Lívio, as duas palavras grifadas seriam “monarquia” e “república”. Em parte, isto é descrição necessária. Em parte, porém, bem pode ser uma alusão crítica discreta, pois Machado sabia que a república brasileira era de fato (como a romana) uma aristocracia (ver a crônica de 11 de maio de 1888, de “Bons Dias!”).

² A história de Lucrecia aparece no fim do primeiro capítulo de *Ab urbe condita libri* (A história de Roma desde a sua fundação) de Tito Lívio (59 a.C.-17 d.C.), com os detalhes que Machado conta. Colatino é o marido de Lucrecia, e Bruto o fundador da República romana. Era sabido que os grandes historiadores da Antiguidade inventavam sem pestanejar estes “discursos enérgicos”.

punhal de Martinha. Entretanto, vereis que esta pobre arma vai ser consumida pela ferrugem da obscuridade.

Martinha não é certamente Lucrecia. Parece-me até, se bem entendo uma expressão do jornal *A Ordem*, que é exatamente o contrário.³ “Martinha (diz ele) é uma rapariga franzina, moderna ainda, e muito conhecida nesta cidade, de onde é natural.” Se é moça, se é natural da Cachoeira, onde é muito conhecida, que quer dizer *moderna*? Naturalmente quer dizer que faz parte da última leva de Citera.⁴ Esta condição, em vez de prejudicar o paralelo dos punhais, dá-lhe maior realce, como ides ver. Por outro lado, convém notar que, se há contraste das perdas,⁵ há uma coincidência de lugar: Martinha mora na rua do Pagão, nome que faz lembrar a religião da esposa de Colatino.⁶

As circunstâncias dos dois atos são diversas. Martinha não deu hospedagem a nenhum moço de sangue régio ou de outra qualidade. Andava a passeio, à noite, um domingo do mês passado. O Sexto Tarquínio da localidade, cristãmente chamado João, com o sobrenome de Limeira, agrediu e insultou a moça, irritado naturalmente com os seus desdêns. Martinha recolheu-se a casa.⁷ Nova agressão, à porta. Martinha, indignada, mas ainda prudente, disse ao importuno: “Não se aproxime, que eu lhe furo.” João Limeira aproximou-se, ela deu-lhe uma punhalada, que o matou instantaneamente.

Talvez esperásseis que ela se matasse a si própria. Esperaríeis o impossível, e mostraríeis que me não entendestes. A diferença das duas ações é justamente a que vai do suicídio ao homicídio. A romana confia a vingança ao marido e ao pai. A cachoeirense vinga-se por si própria, e, notai bem, vinga-se de uma simples intenção. As pessoas são desiguais, mas força é dizer que a ação da primeira não é mais corajosa que a da segunda, sendo que esta cede a tal ou qual sutileza de motivos, natural deste século complicado.

Isto posto, em que é que o punhal de Martinha é inferior ao de Lucrecia? Nem é inferior, mas até certo ponto é superior. Martinha não profere uma frase de Tito Lívio, não vai a João de Barros, alcunhado o Tito Lívio português, nem ao nosso João

³ *A Ordem* foi o jornal mais importante do Recôncavo baiano durante muitos anos – é possível que Machado tenha lido a notícia no próprio jornal, ou que tenha sido transcrita num dos jornais cariocas. Devo ao prof. Péricles Diniz, da Universidade Federal do Recôncavo Baiano, muita informação sobre ele: talvez ainda seja possível localizar a notícia, o que seria no mínimo curioso.

⁴ Citera é a ilha do amor, na mitologia grega.

⁵ Assim no jornal. Em Mário de Alencar, Aurélio (e em todas as várias reproduções posteriores) está “pessoas”. Parece-nos que a leitura do jornal é a boa: Lucrecia, inocente, perdeu a vida; quem a perdeu no caso de Martinha foi o culpado, o agressor. A versão do jornal é mais significativa e densa, mais uma razão para aceitá-la.

⁶ Mário de Alencar une este parágrafo ao seguinte.

⁷ Na *Gazeta*, “à casa”, leitura seguida por Mário de Alencar e Aurélio. Este último, porém, nota que é provavelmente erro de revisão, pois Machado, “fiel à boa norma, não costuma, neste caso, pôr acento no *a*.” Seguindo o nosso critério exposto em “O texto” (neste número da *Machadiana Eletrônica*), corrigimos segundo o que seria a intenção do autor.

Francisco Lisboa, grande escritor de igual valia.⁸ Não quer sanefas literárias, não ensaia atitudes de tragédia, não faz daqueles gestos oratórios que a história antiga põe nos seus personagens. Não; ela diz simplesmente e incorretamente: “Não se aproxime, que eu lhe furo.” A palmatória dos gramáticos pode punir essa expressão; não importa, o *eu lhe furo* traz um valor natal e popular, que vale por todas as belas frases de Lucrecia. E depois, que tocante⁹ eufemismo! Furar por matar; não sei se Martinha inventou esta aplicação; mas, fosse ela ou outra a autora, é um achado do povo, que não manuseia tratados de retórica, e sabe às vezes mais que os retóricos de ofício.

Com tudo isso, arrojo de ação, defesa própria, simplicidade de palavra, Martinha não verá o seu punhal no mesmo feixe de armas que os tempos resguardam da ferrugem. O punhal de Carlota Corday, o de Ravaiillac, o de Booth,¹⁰ todos esses e ainda outros farão cortejo ao punhal de Lucrecia, luzidios e prontos para a tribuna, para a dissertação, para a palestra. O de Martinha irá rio abaixo do esquecimento. Tais são as coisas deste mundo! Tal é a desigualdade dos destinos!

Se, ao menos, o punhal de Lucrecia tivesse existido, vá; mas tal arma, nem tal ação, nem tal injúria, existiram jamais, é tudo uma pura lenda, que a história meteu nos seus livros.¹¹ A mentira usurpa assim a coroa da verdade, e o punhal de Martinha, que existiu e existe, não logrará ocupar um lugarzinho ao pé do de Lucrecia, pura ficção. Não quero mal às ficções, amo-as, acredito nelas, acho-as preferíveis às realidades; nem por isso deixo de filosofar sobre o destino das coisas tangíveis em comparação com as imaginárias. Grande sabedoria é inventar um pássaro sem asas, descrevê-lo, fazê-lo ver a todos, e acabar acreditando que não há pássaros com asas... Mas não falemos mais em Martinha.



⁸ João de Barros (1496-1570), autor das *Décadas da Ásia*, história da expansão portuguesa; e João Francisco Lisboa (1812-1863), escritor maranhense, que no seu *Jornal de Timon* defendeu ideias liberais. Entre outras coisas, atacou o historiador quase oficial do Brasil, Francisco Adolfo de Varnhagen.

⁹ Na *Gazeta*, está “ocante”, que Mário de Alencar e Aurélio corrigem.

¹⁰ Charlotte Corday, que matou Jean-Paul Marat, o líder revolucionário francês, em 1793 (célebre em parte por um famoso quadro de David, de Marat morto na banheira); François Ravaiillac, que matou o rei Henri IV da França, em 1610; e John Wilkes Booth, o assassino do Presidente Abraham Lincoln em 1865.

¹¹ No séc. XIX, houve uma série de “desmitificações” dos grandes mitos da história e da religião. Entre eles, a *História de Roma* de Theodor Mommsen (que Machado possuía) desmantela as histórias da fundação da cidade e da república romana.

A SEMANA – 115

John Gledson

Machado junta dois assuntos frequentes nestas crônicas: a emissão/impressão de dinheiro (vale dizer: o Encilhamento), e o Conselho Municipal carioca, atolado em irresponsabilidade e corrupção. A “reunião” – satírico-ficcional – inventada no começo da crônica, e que a ocupa inteira, é um jeito para juntar as duas coisas.

Propõe-se criar, ou imprimir dinheiro, a exemplo do que se fez no Maranhão, puramente fiduciário, sem garantia alguma – loucura típica do Encilhamento, embora, como explica Gustavo Franco com detalhes interessantes na sua edição desta crônica, fosse de certa maneira típica e necessária nesta época de inflação, de confusão econômica, e de falta de dinheiro líquido. Na realidade, o Conselho não tinha proposto um empréstimo tão irresponsável como o que Machado “sugere”. Propôs “contrair um empréstimo interno de 30.000.000\$ [trinta mil contos]”. “O empréstimo é garantido pela renda predial que terá esta exclusiva aplicação nos orçamentos futuros até a extinção da dívida”, diz.

O Conselho Municipal tinha se reunido muito infrequentemente por algumas semanas, “por falta de número”. A razão fundamental parece ser a mesma da crônica de 17 de junho, sobre o “Panamá municipal”: os intendentess evitavam a discussão desse caso de corrupção. Finalmente, intimados pelo presidente, o Conselho fez sessão extraordinária no dia 9, quarta-feira, principalmente pela necessidade premente de obter dinheiro para dar conta das suas múltiplas responsabilidades, já que, entre outras coisas, é “mesmo de recear que não haja com que pagar-se ao pessoal nos seus últimos meses de exercício”. O resultado foi a proposta de empréstimo mencionada.

Esta crônica não é das mais fáceis de entender: não seria tão difícil para quem soubesse do contexto, cujos detalhes Machado frequentemente omite para manter a ironia contínua. Não surpreende: mistura uma reunião fictícia com outras de uma instituição possivelmente inexistente. Como para escapar dos fatos e das ironias,

Machado acaba apelando para a “sacrossanta” literatura, com a sua “vitalidade” proteica.



A SEMANA

12 de agosto de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Anteontem, dez de agosto, achando-se reunidas algumas pessoas, falou-se casualmente da emissão de trezentos contos de títulos, autorizada pela assembleia do Maranhão.¹ Queriam uns que fosse papel-moeda, outros que não. Dos primeiros alguns davam o ato por legítimo, outros negavam a legitimidade, mas admitiam a conveniência. Travou-se debate. O mais extremado opinou que o direito de emitir era inerente ao homem, qualquer podia imprimir as suas notas, e tanto melhor se as recebessem. Citou, como argumento, os bilhetes que circulam no interior, e concluiu sacando do bolso uma cédula de duzentos réis, que apanhou em Maragogipe, impressa na mesma casa de Nova York que imprime as nossas notas públicas.²

Nesse terreno o debate foi não só brilhante mas fastidioso. As matérias financeiras e econômicas são graves. Geralmente, os espíritos que não conseguem ver claro nem dizer claro dão para a economia política e as finanças, atribuindo assim à ciência de muitos varões ilustres a obscuridade que está neles próprios. Conheci um homem, primor de alegria, que andou carrancudo um ano inteiro, por haver descoberto que papel-moeda era uma coisa e moeda-papel outra; não dizia mais nada, não dava

¹ Esta notícia vem na *Gazeta* de 1º de agosto, na primeira página, com manchete em maiúsculas: EMISSÃO. Os detalhes são tais quais Machado cita, inclusive as palavras “antecipação de receita”, citadas no último parágrafo com certa ironia (o governo do Maranhão propunha resgatar os títulos antes do fim do ano). Justifica-se assim: “Os pagamentos a cargo do tesouro, em falta de moeda metálica ou fiduciária, serão feitos por meio de títulos da dívida, pagos ao possuidor”. Segundo Gustavo Franco, na introdução à sua edição desta crônica (p. 175), “começa a se disseminar entre Estados e também Câmaras Municipais a prática de se emitir apólices ao portador, em pequenas denominações, como se fossem pequenos empréstimos (...) usados para o pagamento das contas do ente público”. “As emissões municipais do Maranhão (...) eram chamadas de „ficas” porque de seu texto constava “que fica depositado no cofre do município”. Segundo Franco, a causa principal destas emissões era “O agravamento do problema do troco”. O empréstimo (ficcional) proposto aqui tem outros fins, mais ambiciosos, e muito mais perigosos. Só em 1898 essas emissões de emergência foram proibidas.

² Maragogipe é município baiano, a 130 quilômetros de Salvador. É claro que este exemplo é um exagero satírico, ilustração do absurdo da situação, e da “moeda municipal” carioca.

bons-dias, mas papel-moeda, nem boas-noites, mas moeda-papel.³ Era lúgubre; um cemitério, ainda com chuva, ainda de noite, era um centro de hilaridade ao pé daquele desgraçado. Melhorou no fim de um ano, mas já não era o mesmo. A alegria, trazia-lhe não sei que ar torcido que mais parecia escárnio...

Do debate travado saiu, entretanto, uma ideia, a ideia de termos aqui a nossa moeda municipal. Contra ela protestavam os que eram pela unidade da emissão; os outros pegaram deles pelos ombros e os puseram na rua, esquecendo que as assembleias não se inventaram para conciliar os homens, mas para legalizar o desacordo deles. Ficamos nós. A ideia foi estudada e desenvolvida. Chegamos a formular um projeto autorizando o prefeito a emitir até dois mil contos de réis. Um, mais escrupuloso, queria que a emissão fosse garantida pelas propriedades municipais; mas esta subideia não foi aceita. Com efeito, a propriedade municipal é incerta e difícil de definir. As árvores das ruas são próprios municipais? No caso afirmativo, como se explica que o meu criado José Rodrigues⁴ as tenha comprado ao empreiteiro dos calçamentos do bairro, para me poupar as despesas da lenha? A discussão tornou-se bizantina, resolvemo-nos pela emissão pura e simples, sem garantia, além da confiança do contribuinte e da lealdade do emissor. Concluído o projeto, acrescentou-se que um de nós iria dá-lo de presente ao conselho municipal.

Mas aqui surgiu uma dúvida: Haverá conselho municipal? A legislação era pela afirmativa. A imprensa diária, superficialmente lida, não o era menos. Vários fenômenos, porém, faziam suspeitar que o conselho municipal não existia. A linguagem atribuída ao seu presidente, na sessão de quarta-feira, era um desses fenômenos. Disse ele (pelo que referem os jornais) que o conselho, convocado desde 3 do mês passado, raras vezes se reunira; assim, vendo que os membros não compareciam, ia officiar-lhes pessoalmente chamando-os aos trabalhos.⁵ Há aí contradição nos termos, porquanto, se o conselho foi convocado desde mais de um mês, e não se reunia, é que não tinha membros, e se não tinha membros não era conselho. Um dos presentes defendeu, entretanto, a probabilidade da existência.

– Há razões para crer que o conselho existe, disse ele. A primeira é que a vinte e oito do mês passado houve sessão, proferiram-se alguns discursos, resolvendo-se afinal que era preciso ler e meditar as matérias sujeitas a deliberação. Deu-se até um incidente

³ O papel-moeda e a moeda-papel, como Machado sem dúvida sabia, são coisas diferentes, quase opostas. O papel-moeda é o que todos conhecemos, a moeda fiduciária que usamos diariamente; a moeda-papel é dinheiro em papel diretamente conversível em ouro.

⁴ Na *Gazeta* aqui há uma vírgula, que Aurélio suprime, parece-nos que com razão.

⁵ *O Paiz* inicia sua matéria sobre este assunto, em 11 de agosto, do seguinte modo: “Há muito não aparece esta secção em nossa folha, o que é explicado pela ausência dos Srs. intendentess às sessões. / Anteontem reuniram-se afinal; folgaram perto de um mês e virão agora dispostos a trabalhar, se bem que isso não o acuse a sessão de ontem, quente, tumultuosa, mas de péssimos e funestos resultados. / O Sr. Pinheiro Freire ocupou-se em primeiro lugar do decreto que convocou a atual sessão extraordinária, e justificou um projeto de empréstimo de 30.000:000\$ para ocorrer às mais urgentes despesas da municipalidade e aos melhoramentos de maior monta.” Em seguida, houve bate-boca entre os intendentess acerca do mesmo escândalo (o “Panamá municipal”), assunto da crônica de 17 de junho.

que explica até certo ponto a falta de sessão nos outros dias. Um dos intendentes, referindo-se a um velho projeto, disse: “Estando a comissão em dúvida sobre alguns pontos do projeto, desejava que o seu autor aparecesse nesta casa, a fim de interrogá-lo; S. Ex., porém, não tem aparecido...”⁶ Daqui se pode concluir que não há frequência, que um intendente aparece, às vezes, que é recebido com demonstrações de saudade: “Ora seja muito bem aparecido!” Mas não parece clara a conclusão contra a existência do conselho. A segunda razão que me faz vacilar na negativa da existência é que, intimados pessoalmente, no dia 7, o conselho fez sessão logo a 9. Verdade é que já hoje, 10, não houve sessão. Enfim, tenho um indício veemente de que o conselho existe, é a resignação do cargo por dois de seus membros.⁷ Está nos jornais.

A maioria não aceitou este modo de ver. A publicação dos atos do conselho não era prova da existência deste, podiam ser variedades literárias. A literatura, como Proteu, troca de formas, e nisso está a condição da sua vitalidade. Podia ser também um processo engenhoso de mostrar a necessidade de termos um conselho municipal. Quem se não lembra da famosa *Batalha de Dorking*, opúsculo publicado há anos, descrevendo uma batalha que não houve, mas pode haver, se a Inglaterra não aumentar as forças navais?⁸ Já se escreveu uma *História do que não aconteceu*. Demais, é necessidade da imprensa agradar aos leitores, dando-lhes matéria interessante, e principalmente nova. Ora, se o conselho municipal não existe, nada mais novo que supô-lo trabalhando.

Essa opinião da maioria irritou os poucos que admitiam a probabilidade da existência, dando em resultado afirmarem agora o que antes era para eles simples presunção. Um da minoria ergueu-se e demonstrou a existência do conselho pela consideração de que o município é a base da sociedade e dizendo coisas latinas acerca do município romano.⁹ Naturalmente, a maioria indignou-se. Um, para provar que o preopinante errava, chamou-lhe asno, ao que retorquiu aquele que as suas orelhas eram felizmente curtas. Essa alusão às orelhas compridas do outro fez voar um tinteiro e ia começar a dança das bengalas, quando me ocorreu uma ideia excelente.

– Meus amigos, disse eu, peço-vos um minuto de atenção. Estamos aqui a discutir a existência do conselho municipal, a propósito da emissão de títulos maranhenses, que talvez não exista, tal qual o conselho. Mas, dado que a emissão de títulos seja real, é certo que há de durar pouco, tanto mais que é por antecipação de

⁶ Quem proferiu estas palavras na sessão de 28 de julho, foi o sr. Capelli, mencionado por Machado noutras ocasiões. A intervenção está na página 3 do *Jornal do Commercio*, 29 de julho, coluna 3. Completando, continua assim: “a fim de interrogá-lo e ouvir dele explicações necessárias. Sua Exa. porém não tem aparecido nestes últimos dias, e a comissão aguardava a sua presença para dar o parecer.”

⁷ No meio da discussão sobre o Panamá municipal (ver nota 5), o sr. Augusto de Vasconcelos, protestando contra o que lhe parece um plano de “esquecer” o assunto, resigna o cargo de intendente. Não identifiquei a segunda pessoa, se é que houve.

⁸ *The Battle of Dorking: Reminiscences of a Volunteer* (1871) é um romance de George Tomkyns Chesney, que, na esteira da vitória da Prússia na Guerra Franco-Prussiana de 1870, imagina uma invasão alemã da Inglaterra no futuro próximo (1875).

⁹ Suspeito que Machado aqui alude à importância (teórica, no caso carioca) do município na ordem pública, e a algum autor latino (Cícero?), autoridade no assunto, que não sei identificar.

receita, enquanto que aqui está outra emissão do Maranhão, muito mais duvidosa que essa. Este dia 10 de agosto é o aniversário do nascimento de Gonçalves Dias. Há setenta e um anos que o Maranhão no-lo deu, há trinta que o mar no-lo levou, e os seus versos de grande poeta perduram, tão viçosos, tão coloridos, tão vibrantes como nasceram. Viva a poesia, meus amigos! Viva a sacrossanta literatura! como dizia Flaubert.¹⁰ Não sei se existem intendentess, mas os *Timbiras* existem.



¹⁰ A expressão “sacro-sainte littérature” aparece várias vezes na correspondência de Gustave Flaubert (1821-1880).

A SEMANA – 116

John Gledson

Esta crônica dá uma sensação de falta de assunto, confirmada pelo fim abertamente aliviado. Com efeito, os jornais da semana parecem singularmente desinteressantes. A “inspiração” da crônica parece ser o telegrama de Madrid, que infelizmente não encontrei, mas que certamente não é invenção. As digressões sobre o leitor da *Gazeta* de 1944, e a conversa final, parecem vir do estoque do cronista; servem para encher espaço. Os comentários sobre o “congraçamento” e pacifismo dos brasileiros (intimamente ligados à corrupção, pois certamente os policiais não saíam sem alguma recompensa), e sobre a inutilidade das tentativas de controlar uma atividade tão difundida e popular – precisaria um “tanoeiro ciclópico” para conter essa “água” toda – também são características do autor.

Esta crônica consta da antologia de Mário de Alencar, p. 147-150.



A SEMANA

19 de agosto de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Tem havido grandes cercos e entradas da polícia em casas de jogo.¹ Sistemáticamente, a autoridade procura dispersar os religionários da Fortuna, e trancar os antros da perdição. Esta frase não é nova, mas o vício também é velho, e não se põe remendo novo em pano velho, diz a Escritura.² Já se jogava no tempo da Escritura; lançaram-se dados sobre a túnica de Jesus Cristo.³ Na China, em que há tudo desde muitos milhares de anos, é provável que o jogo se perca na noite dos tempos. Maomé, que tinha algumas partes de grande homem, apesar de ser o próprio cão tihoso, consentiu o uso do xadrez aos seus árabes, e fez muito bem;⁴ é um jogo que não admite quinielas, e, apesar de ter cavalos, não se dá ao aperfeiçoamento da raça cavalariça, como os vários derbys⁵ deste mundo.

Antes de ir adiante, deixem-me pôr aqui uma observação que fiz e me pareceu digna de nota. Compilador do século vinte, quando folheares a coleção da *Gazeta de Notícias*, do ano da graça de 1894, e deres com estas linhas, não vás adiante sem saber qual foi a minha observação. Não é que lhe atribua nenhuma mina de ouro, nem grande mérito; mas há de ser agradável aos meus manes saber que um homem de 1944 dá alguma atenção a uma velha crônica de meio século. E se lewares a piedade ao ponto de

¹ Os jornais atacavam frequentemente as casas ilegais de tavolagem, que associavam ao Encilhamento, que “desorganizou completamente o sistema de trabalho honrado, os nossos costumes simples, os nossos elementos de prosperidade” (*Correio da Tarde*, 1º de agosto de 1894); n^o *O Tempo* (jornal florianista) de 18 de agosto, sob o título “CASAS DE JOGO”, vem uma longa carta de um leitor, que começa assim: “Não há dúvida que jamais a polícia do Rio de Janeiro se houve com tanta energia, tratando-se de casas de tavolagem, como presentemente. / Casas que sempre foram „respeitadas“ pelas autoridades são cercadas, varejadas e seus donos multados, indo roletas, mesas, baralhos etc. parar na polícia. Muito bem.” Acusa os principais donos destas casas de serem estrangeiros, que deviam ser deportados.

² Mateus 9:16 e Marcos 2:21.

³ João 19:23-24.

⁴ Parece que Machado errou aqui: num dos *hadith* (coletânea de ditados do profeta) o xadrez é proibido, por ser um gasto inútil de tempo. A certeza não é total, porém, e há longas disputas sobre o assunto, muitas delas na internet.

⁵ Esta palavra está assim, em redondo, no jornal. Aurélio põe em itálico.

escrever em algum livro ou revista: “Um escritor do século XIX achou um caso de cor local que não nos parece destituído de interesse...”, se fizeres isto, podes acrescentar como o soldado da canção francesa:

Du haut du ciel, – ta demeure dernière, –
Mon colonel, tu dois être content.⁶

Sim, meu jovem capitão, ficarei contente, desde já te abençoo, compilador do século vinte; mas vamos à minha observação.

A marcha ordinária da polícia é entrar na casa, apreender a roleta, as cartas, os dados, multar o dono em quinhentos mil-réis e sair. Enquanto ela entra, os fregueses escondem-se ou fogem pelos muros ou pelos telhados. O dono da casa raramente foge; afeito à guerra, sabe que recebeu um balázio, e força é deixar algum sangue. Quando, porém, acontece serem todos apanhados entre o 10 e o 22, ou entre a sota e o ás, parece que há gestos de acatamento e consideração. É quase provável que, terminada a ação policial, todos eles acompanhem os agentes até o patamar, com reverências.

Ora bem; telegramas de Espanha dizem que a polícia deu em uma casa de jogo de Madrid, onde achou muitos fidalgos. Que pensais que fizeram os fregueses? Que fugiram pelos fundos ou pelos telhados? Não, senhor; os fregueses correram⁷ aos trabucos que haviam trazido consigo e travaram combate com a polícia. Não dizem os telegramas se venceram ou foram vencidos, nem quantos morreram. Também não quero sabê-lo. O que me importa em tudo isso⁸ é a cor local. Vede bem como estamos na Espanha. Um fidalgo, que terá talvez o direito de se cobrir diante do rei, jamais consentirá que um alguazil lhe deite mão ao ombro, e primeiro a decepará com uma bala.

Essa notícia, que parece nada, explica o fracasso da nossa Ópera Nacional.⁹ O caso da tavolagem de Madrid daria nas mãos de um Mérimée uma novela como a *Carmen*, de onde viria um maestro extrair uma ópera.¹⁰ Os espanhóis têm a sua ópera, que é a zarzuela. Não lhes hão de faltar assuntos, pois que sabem fugir da realidade

⁶ Palavras da canção “Je suis veuve d’un colonel”, de *La vie parisienne*, de Jacques Offenbach (1819-1880), que estreou em 1866. No original: “Que de là-haut, du haut du ciel, / Sa demeure dernière, / Il est content, mon colonel, / Ou, du moins, je l’espère. / Es-tu content, mon colonel?”

⁷ No jornal, está “corram”, engano já corrigido por Aurélio.

⁸ Aqui, no jornal, há um “não”, que não parece fazer sentido, e já foi omitido (sem comentário) por Mário de Alencar e Aurélio.

⁹ Este projeto, iniciativa do militar espanhol d. José Amat, e do qual Machado participou, durou de 1857 a 1863; encenou a primeira ópera de Carlos Gomes, *A noite do castelo*. No jornal, está “nova”, evidente engano, pois não só não havia tal nova Ópera; a frase se repete mais tarde corretamente.

¹⁰ Prosper Mérimée (1803-1870), um dos autores preferidos de Machado, é autor de *Carmen* (1845), novela em que se baseou Georges Bizet (1838-1875) para sua célebre ópera do mesmo nome (1874).

chata das lutas incruentas, e os bons fidalgos defendem o rei de copas com o mesmo brio e prontidão com que defenderiam o rei da Espanha. Como fazermos a mesma coisa? Não só não há trabucos nas nossas casas de jogo, mas as próprias bengalas são esquecidas nos momentos de crise. Ao primeiro apito, pernas. Ao primeiro vulto, muros. Quando sucede faltarem as pernas e os muros, sobram sorrisos e barretadas. Nunca deixarei de aprovar uma atitude ou um movimento que exprima respeito à autoridade e reconhecimento implícito do erro; mas com isto fazem-se catecismos, apólogos morais e partes de polícia. Óperas é que não.

Explicado assim o fracasso da nossa Ópera Nacional, deixem-me confessar que nem tudo são Óperas neste mundo. Há palavras sem música. Daí as nossas diligências, que, se perdem pelo lado estético, lucram pelo lado moral. Por isso mesmo, convém apoiá-las. Toda repressão é pouca. Se, porém, basta o zelo da autoridade e a energia dos seus agentes, não sei. Pode suceder que a ação da polícia seja igual à das Danaides,¹¹ e que o imenso tonel não chegue a depositar um litro de água. Primeiro seria preciso calafetá-lo, a fim de que a água não se escoe da rua do Lavradio para a dos Inválidos.¹² Onde está, porém, esse tanoeiro ciclópico?

Não induzam daqui que eu quero ver interrompido o serviço das Danaides, nem concluem da citação do telegrama de Madrid que aprovo o uso do trabuco. Não, Deus meu; tanto não quero uma coisa, nem aprovo outra, que aplaudo ambas as contrárias. E perdoem-me se insisto neste ponto. Nem todos os leitores concluem logicamente. Muitos há que, se alguém acha o Rangel mais elegante que o Bastos, exclamam convencidos:

– Ah! já sei, é amigo do Rangel!

E todo o tempo é pouco para replicar:

– Não, homem de Deus, não sou amigo nem inimigo do Rangel; creio até que ele me deve dez tostões. O que digo, é que, comparado com o Bastos, o Rangel é mais elegante.

– Pobre Bastos! Ódio velho não cansa. Por que não confessa logo que o detesta?

– Mas eu não detesto o Bastos; simpatizo até com ele, e, se bem me lembro, devo-lhe um favor, não pequeno, aqui há anos, tanto mais digno de lembrança quanto foi espontâneo...

– Mas por que lhe chama lapuz?

¹¹ As Danaides, as cinquenta filhas de Danaus, que, forçadas a se casar com seus primos, mataram-nos todos (menos um) na noite de bodas; foram condenadas no Hades a encher de água uma peneira.

¹² Um dos mais importantes “frontões”, onde se jogava a pelota vasca (e se apostava), o Frontão Fluminense, encontrava-se na rua do Lavradio, por detrás do morro de Santo Antônio. A dos Inválidos corre paralela a ela, mais para baixo.

- Que lapuz? Não disse tal. Disse que acho o Rangel mais elegante...
- Que o adora, em suma.

Não há sair daqui. O melhor, em tais casos, é calar a boca, ou encerrar o escrito, se se escreve. Viva Deus! Creio que está finda a crônica.



A SEMANA – 117

John Gledson

No fundo, isto é uma crônica sobre o Rio de Janeiro, no passado (a velha crença num santo local, de candomblé), no presente (o Encilhamento e seus restos), e o futuro (a Avenida Central, os aterros na Glória). Trata também do progresso de São Paulo, que ameaça a hegemonia carioca.



A SEMANA

26 de agosto de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Que vale a ruína de uma cidade ao pé da ruína de um coração? Crenças santas, crenças abençoadas, que são quarteirões de casas, ruas inteiras, palácios, monumentos que o tempo desfaz, comparados com uma só de vós que se perde? Eu cria em S. Bartolomeu.¹ Esperava o dia 24 de agosto, como quem espera o dia do noivado, tão somente por causa daqueles grandes ventos que o santo mandava a este mundo. Quando era criança, diziam-me que era o diabo que andava solto, e acreditei que sim; mas, com os anos, percebi que o diabo é menos violento que insidioso; quando se faz vento, é antes brisa que tufão. A brisa é mansa e velhaca, é a própria serpente tentadora do mal que se mete entre Adão e Eva para seduzi-los e perdê-los:

Lembras-te ainda dessa noite, Elisa?
Que doce brisa respirava ali!²

Outro é o processo de Deus. O vento do céu é furacão, destrói, arrasa, castiga. Foi o que achei em relação ao dia de S. Bartolomeu, logo que tive o uso da razão. Compreendi que era o santo que soprava todas as cóleras celestes.

Este ano esperei, como nos outros, o dia 24 de agosto. Assim, quando na véspera, à tarde, comecei a ver poeira e a ouvir uma coisa parecida com vento forte, senti um alegrão. Notai que eu execro o vento, maiormente o tufão. De todos os meteoros é o que me bole com os nervos e me tira o sono. Trovoadas são comigo; aguaceiros, principalmente se estou em casa, são agradáveis de escutar. Vento, nem sopra. Pois este ano esperava o dia de S. Bartolomeu com extraordinária ansiedade, –

¹ Refere-se a São Bartolomeu, Senhor dos Ventos, uma figura das religiões afro-brasileiras. Aparece no *Livro de São Cipriano*, onde há uma oração para ele: “São Bartolomeu, vós que sois o Senhor do Vento, vós que fazeis a varredela sobre esta terra fria, vós que fazeis dobrar as árvores e as palmeiras...”

² São versos do poeta português Raimundo Antônio de Bulhão Pato (1828-1912), da primeira estrofe do poema “Era no outono”.

talvez para ver se o vento levava aquele resto de ponte que fica em frente à praia da Glória.³

Creio que essa obra prendia-se ao plano de aterrar⁴ uma parte do mar; não se tendo realizado o plano, a ponte ficou, do mesmo modo que ficaram na rua dos Ourives os trilhos de uma linha de bondes que se não fez. Nisto o mar parece-se com a terra. Nem há razão clara para ação diferente. O tempo trouxe algumas injúrias à obra, mas a ponte subsiste com os seus danos, à espera que os anos, mais vagarosos para as obras dos homens que para os mesmos homens, consuma esse produto da engenharia hidráulica.

Entre parêntesis, não se pense que sou oposto a qualquer ideia de aterrar parte da nossa baía. Sou de opinião que temos baía demais. O nosso comércio marítimo é vasto e numeroso, mas este porto comporta mil vezes mais navios dos que entram aqui, carregam e descarregam, e para que há de ficar inútil uma parte do mar? Calculemos que se aterrava metade dele; era o mesmo que alargar a cidade. Ruas novas, casas e casas, tudo isso rendia mais que a simples vista da água movediça e sem préstimo. As ruas podiam ser de dois modos, ou estreitas, para se alargarem daqui a anos, mediante uma boa lei de desapropriação, ou já largas, para evitar fadigas ulteriores. Eu adotaria o segundo alvitre, mas por uma razão oposta, para estreitar as ruas, mais tarde, quando a população crescesse. É bom ir pensando no futuro. Telegramas de S. Paulo dizem que foram edificadas naquela cidade, nos últimos seis meses, mais de quatrocentas casas; naturalmente, havia espaço para elas.⁵ Não o havendo aqui, força é prevê-lo.

Não sei por que razão, uma vez começado o aterro do porto, em frente à Glória, não iríamos ao resto e não o aterraríamos inteiramente. Nada de abanar a cabeça; leiam primeiro. Não está provado que os portos sejam indispensáveis às cidades. Ao contrário, há e teria havido grandes, fortes e prósperas cidades sem portos. O porto é um acidente e às vezes um mau acidente. Por outro lado, as populações crescem, a nossa vai crescendo, e ou havemos de aumentar as casas para cima, ou alargá-las. Já não há espaço cá dentro. Os subúrbios não estão inteiramente povoados, mas são subúrbios. A cidade, propriamente dita, é cá embaixo.

Se tendes imaginação, fechai os olhos e contemplai toda essa imensa baía aterrada e edificada. A questão do corte do Passeio Público ficava resolvida; cerceava-

³ Esta “ponte”, assim como as montanhas-russas (restos de um parque de diversões planejado), já foram mencionadas mais de uma vez n’“A Semana” (por exemplo nas crônicas de 11 de dezembro de 1892, 22 de janeiro de 1893 e 20 de agosto de 1893): eram restos do Encilhamento.

⁴ Na *Gazeta* está “alterar”, erro muito provável, que Aurélio corrige silenciosamente.

⁵ Não encontrei este telegrama, mas informações deste tipo apareciam com relativa frequência. N’*O Paiz* de 23 de agosto, por exemplo: “São Paulo: Durante os sete meses passados de 1894, foram construídos nesta cidade 504 prédios.”

se-lhe⁶ o preciso para alargar a rua, ou eliminava-se todo, e ainda ficava espaço para um passeio público enorme. Que metrópole! que monumentos! que avenidas! Grandes obras, uma estrada de ferro aérea entre a Laje e Mauá,⁷ outra que fosse da atual praça do Mercado⁸ a Niterói, iluminação elétrica, aquedutos romanos, um teatro lírico onde está a ilha Fiscal, outro nas imediações da igreja de S. Cristóvão, dez ou quinze circos para aperfeiçoamento da raça cavalariça, estátuas, chafarizes, piscinas naturais, algumas ruas de água para gôndolas venezianas, um sonho.

Tudo isso custaria dinheiro, é verdade, muito dinheiro. Quanto? Quinhentos, oitocentos mil contos, o duplo, o triplo, fosse o que fosse, uma boa companhia poderia empreender esse cometimento. Uma entrada bastava, dez por cento do capital, era o preciso para os primeiros trabalhos do aterro; depois levantava-se um empréstimo. Convém notar que a renda da companhia principiaria desde as primeiras semanas.⁹ Como os pedidos de chãos para casas futuras deviam ser numerosíssimos, a companhia podia vendê-los antes do aterro, sob a denominação de *chãos ulteriores*, com certo abatimento. Assim também venderia o privilégio da iluminação, dos esgotos, da viação pública. Podia também vender os peixes que existissem antes de começar a aterrar o mar. Eram tudo fontes de riqueza e auxílios para a realização da obra.

Bem; mas, não se realizando este sonho, parece-me que o frangalho de ponte que existe diante da praia da Glória, é antes um desadorno que um adorno. Útil não é, visto achar-se já com duas ou três soluções de continuidade. Nem útil, nem moral. É uma série de paus fincados, com outros convulsos. Na mesma praia da Glória, cá em cima, houve até há pouco¹⁰ uma relíquia de não sei que coisas russas (montanhas, creio), que ali estaria até agora tapando a vista e aborrecendo a alma, se um incêndio benéfico não acabasse com o que os donos abandonaram. Não peço fogo para a ponte; mas é por isso mesmo que esperava ansiosamente o dia de S. Bartolomeu.

Veio o dia... Primeiro veio a véspera, que me deu alguma esperança, como acima ficou dito; houve poeira, galhos de árvores arrancados, voaram alguns chapéus. O dia, porém, oh! triste dia de S. Bartolomeu, chuvoso e pacato, sem um soprozinho para consolação. O único fenômeno importante foi o desconcerto de um bonde elétrico, que obrigou muita gente a vir a pé da Glória até a rua do Ouvidor; mas quando me lembro que isto se pode dar em qualquer dia, deixo de atribuir o caso ao santo. Vão-se os

⁶ Aqui, na *Gazeta*, falta o hífen (“cerceava-se lhe”).

⁷ Ou seja, entre o ilhéu da Laje, na entrada da baía de Guanabara, até Mauá, no fundo da baía, onde começava a estrada de ferro que levava a Petrópolis.

⁸ A praça do Mercado ficava à beira-mar, ao lado da praça 15 de Novembro.

⁹ Tudo isto – o pagamento de dividendos com só 10% de entrada, o levantamento de empréstimos com base duvidosa etc. etc. – são alguns dos rasgos mais escandalosos do Encilhamento.

¹⁰ Aurélio põe aqui uma vírgula, que não há na *Gazeta*.

deuses. Morrem as doces crenças abençoadas. Ruínas morais, que são ao pé de vós as ruínas de um império?



A SEMANA – 118

John Gledson

Esta crônica não será das mais profundas, mas não deixa de ser divertida, e bem típica do autor, primeiro pelo gosto por metáforas extensas, complicadas e com uma ponta de ironia – aqui, os burros, parlamento de uma monarquia constitucional como a imperial brasileira, sob o controle absoluto do presidente do conselho. Também são muito do gosto de Machado os pecados e casos de consciência sem grande transcendência, mas que não deixam de exemplificar a hipocrisia e o cálculo. O modelo talvez seja, novamente, a sátira de Pascal ao casuísmo nas *Lettres provinciales*. No fim, temos mais uma lembrança do Encilhamento, e das debêntures de José Rodrigues. Novamente, critica-se com ironia a indiferença dos acionistas, que só querem receber seus dividendos.

Esta crônica consta da antologia de Mário de Alencar, p. 151-154.



A SEMANA

2 de setembro de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Acabo de ler que os condutores de bondes tiram anualmente para si, das passagens que recebem, mais de mil contos de réis.¹ Só a companhia do Jardim Botânico perdeu por essa via, no ano passado, trezentos e sessenta contos. Escrevo por extenso todas as quantias, não só por evitar enganos de impressão, fáceis de dar com algarismos, mas ainda para não assustar logo à primeira vista, se os números saírem certos. Pode acontecer também, que tais números, sendo grandes, gerem incredulidade, e nada mais duro que escrever para incrédulos.

Parece que as companhias têm experimentado vários meios de fiscalizar a cobrança, sem claro efeito. Atribui-se ao finado Miller,² gerente que foi da companhia do Jardim Botânico, um dito mais gracioso que verdadeiro, assaz expressivo do ceticismo que distinguia aquele amável alemão. Dizia ele (se é verdade) que, pondo fiscais aos condutores, comiam condutores e fiscais, e assim era melhor que só comessem condutores. Há nisso parcialidade. Ou o espiritismo é nada, ou Miller foi condutor de bonde em alguma existência anterior, e daí essa proteção exclusiva a uma classe. Não haveria bondes, mas havia homens. Miller terá sido condutor de homens, os quais, juntos em nação, formam um vasto bonde, ora atolado e parado, como a China, ora tirado por eletricidade, como o Japão.³

Mas eu não creio que Miller tenha dito semelhante coisa; há de ser invenção do cocheiro. Ninguém acusa o cocheiro de conivência na subtração dos mil e tantos contos, sendo aliás certo que, no organismo político e parlamentar do bonde, ele é o presidente do conselho, o chefe do gabinete. O condutor é o rei constitucional, que reina e não governa, os passageiros são os contribuintes. Que o condutor não governa, vê-se a todo instante pela desatenção do cocheiro à campainha, que o manda parar. “Advirta Vossa Majestade, diz o cocheiro com o gesto, que a responsabilidade do governo é minha, e eu

¹ Não achei esta notícia.

² Sem dúvida se refere a Simeão Miller, gerente da Companhia do Jardim Botânico entre 1875 e 1889.

³ É mais um comentário à Primeira Guerra Sino-Japonesa, que revelou ao mundo o atraso do império chinês, e a eficiência e pujança do Japão. Ver também as crônicas de 29 de julho, 23 de setembro, e, sobretudo, de 28 de outubro de 1894.

só obedeço à vontade do parlamento, cujas rédeas levo aqui seguras.” Segundo toque de campanha recomenda ao chefe do gabinete que, nesse caso, peça às câmaras um voto de aprovação. “Perfeitamente”, responde o cocheiro, e requer o voto com duas fortes lambadas. O parlamento, cioso das suas prerrogativas, empaca; é justamente a ocasião que o passageiro ágil e sagaz aproveita para descer e entrar em casa.

Não é preciso demonstrar que as sociedades anônimas, como as políticas, são outros tantos bondes, e se Miller não foi condutor de alguma destas, é que o foi de alguma daquelas. Mas deixemos suposições gratuitas. Ninguém jura ter ouvido ao próprio Miller as palavras que a lenda lhe atribui. Que ficam elas valendo?⁴ Valem o que valem outras tantas palavras históricas. Não percamos tempo com ficções.

Vamos antes a duas espécies de subtração, que devem ser contadas na soma total, – uma contra as companhias, outra contra os passageiros. A primeira é rara, mas⁵ existe, como as anomalias do organismo. Tem-se visto algum passageiro tirar modestamente do bolso o níquel da passagem, – ou não tirá-lo, (há duas escolas) – e ir olhando cheio de melancolia para as casas que lhe ficam à direita ou à esquerda, segundo a ponta do banco em que está. Os olhos derramam ideias tristes. Se o condutor, distraído ou atrapalhado na cobrança, não convida o passageiro a ideias chistosas, dá-se este por pago, e o níquel torna surdamente para a algibeira de onde saiu, ou, se não saiu, lá fica.

A segunda espécie de subtração é também rara, e ainda mais prejudicial ao passageiro que à companhia. Consiste em pedir o condutor ao passageiro que espere o troco da nota que este lhe deu. Às vezes nem é preciso pedir, faz um gesto ou não faz nada: subentende-se que toda nota tem troco. O passageiro prossegue na leitura ou na conversação interrompida, se não vai simplesmente pensando na instabilidade das coisas desta vida. Acontece que chega a casa ou à esquina da rua em que mora, e manda parar o bonde. Igualmente sensível ao aspecto melancólico das habitações humanas, o condutor toca maquinalmente a campainha, e o homem desce, louvando ainda uma vez esta condução tão barata, que lhe permite ir por um tostão do largo de S. Francisco ao campo de S. Cristóvão.

Este segundo caso é de consciência. Com efeito, se o condutor não deu troco ao passageiro, há de entregar a nota à companhia? Não; seria fazer com que ela cobrasse dez vezes a mesma passagem. Há de trocar a nota para entregar só a passagem e ficar com o resto? Seria legitimar uma divisão criminosa. Há de anunciar a nota? Seria publicar a sua própria distração, e demais arriscar o emprego, coisa que um pai de família não deve fazer. A única solução é guardar tudo.

Mas, ainda sem estes dois elementos, parece que a perda anual é grande, e algum remédio é necessário. A ideia de interessar os próprios passageiros, ligados por um laço de caridade, pode ser fecunda, e, em todo caso, é elevada. O único receio que tenho, é

⁴ Aqui, caiu o “l” no fim da linha, ficando “vaendo”.

⁵ Aqui, na *Gazeta*, há um “o” sobrando – “o mas existe”. Mário de Alencar e Aurélio omitem.

da pouca persistência nossa, por preguiça de ânimo ou outra coisa. O interesse é mais constante. José Rodrigues, a quem consultei sobre esta matéria, disse-me que isto de perder são os ônus do ofício; também a companhia de que ele tinha *debêntures*,⁶ perdeu-os todos. Mas lembrou-me um meio engenhoso e útil: incumbir os acionistas de vigiarem por seus próprios olhos a cobrança das passagens. Interessados em recolher todo o dinheiro, serão mais severos que ninguém, mais pontuais, não ficará vintém nem conto de réis fora da caixa.



⁶ Aurélio não põe esta palavra em itálico.

A SEMANA – 119

John Gledson

No dia 3 de setembro, Marino Mancinelli, o empresário italiano que trouxera a ópera ao Rio de Janeiro para a temporada anual, se suicidara com um tiro na cabeça. A *Gazeta* traz uma manchete enorme no dia seguinte, com o retrato do infeliz. Parece que o motivo foram apuros financeiros – como diz Olavo Bilac, por exemplo, numa crônica do dia 15 de setembro, os preços das assinaturas eram altos demais para uma cidade em apuros econômicos, e “rudemente ferida por uma comoção política que quase a arruinou.” (ver Antonio Dimas, *Bilac, o jornalista*, v. 1, p. 125-27 – é interessante ler também o ataque de Bilac, mais frontal que o de Machado, ao arcebispo Esberard, na p. 122). Machado não descarta esta motivação, embora ache que a reação normal a tais apuros seria a fuga para a Europa (“o pacote”). Segundo o obituário na *Gazeta* do dia 4, “era um grande artista; mas, como todos os grandes que abusam da vida cerebral, não possuía aquele senso prático (...)” Machado parece interessar-se tanto ou mais pelo caso de John Mowat, o obscuro bibliotecário de Oxford, que para ele exemplifica um fenômeno raríssimo – a modéstia verdadeira (ou doentia?).

Esta crônica consta da antologia de Mário de Alencar, p. 154-158.



A SEMANA

9 de setembro de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

A morte de Mancinelli deu lugar a uma observação, naturalmente tão velha ou pouco menos velha que o mundo, a saber, que o homem é um animal de sonhos e mistérios. Não gosta das verdades simples. Assim, relativamente ao motivo do suicídio, ouvi muitas versões sensatas¹ e complicadas. A mais espantosa foi que Mancinelli estava com ordem de prisão, por ter mandado lançar fogo ao Politeama², e recorrera à morte, não por desespero, mas por terror.³

Confessemos que é ir um pouco longe. Entretanto, façamos justiça aos homens, a realidade era mais difícil de crer que a invenção e a fantasia. Um empresário que se mata por não poder pagar aos credores, orça pela Fênix e pela Sibila.⁴ Era natural não admitir que, em tal situação, um empresário prefira a bala ao pacote. O pacote é a solução comum, mas também há casos de simples discurso explicativo, palavras duras, uma redução, uma convenção, uma infração e o silêncio. Não me lembra⁵ nenhum caso mortal.

O pobre e fino artista foi o primeiro, e por muitos e muitos anos será o único, porque eu não creio que nenhum outro, nas mesmas condições, se meta tão cedo em tal ofício, para o qual não basta o sentimento da arte. Não o conheci de perto, nem de longe, mas parece que era profundamente sensível, tinha o orgulho alto, o pundonor agudo e o sentimento da responsabilidade vivíssimo. Não podendo lutar, preferiu a morte, que se lhe afigurou mais fácil que a vida e mais necessária também.

¹ Aurélio tem “remotas”, assim como Mário de Alencar. Esta leitura é clara, porém, pelos microfilmes. Parece fazer mais sentido também, pelo contraste com “complicadas”.

² O teatro Politeama, na rua do Lavradio, queimara no dia 14 de julho, durante uma representação de *Rigoletto*, “reduzindo-se a cinzas em poucos minutos”, e causando pânico no auditório.

³ Aurélio tem “temor”, como Mário de Alencar. Novamente, a leitura é clara, no jornal.

⁴ A Fênix: pássaro mítico que renascia das próprias chamas que a destruíam. A Sibila: profetisa do templo de Apolo, no mundo antigo.

⁵ Na *Gazeta* está “lembro”. Mário de Alencar e Aurélio corrigem.

Há justamente um mês, deu-se em Oxford um suicídio, que, a certo respeito, é o de Mancinelli. Foi o de John Mowat.⁶ Este erudito era bibliotecário da Universidade. Nomeado membro do Congresso das Ciências que ali se reunia agora, teve medo de não poder desempenhar cabalmente o mandato, pegou de uma corda e enforcou-se. Sabia-se que era homem de grande impressionabilidade. Vivendo feliz, sossegado, entregue aos livros, temeu cá fora um fiasco. Compreendo que a gente inglesa também recusasse tal motivo, e preferisse crer, visto tratar-se de um bibliotecário, que ele deitara fogo à biblioteca de Alexandria.⁷

Realmente, matar-se um homem por suspeitar que pode ficar abaixo de um cargo é coisa que, ainda escrita, ninguém crê; parece uma página de Swift.⁸ Antes de tudo, esse sentimento de inferioridade é raríssimo. Quando existe, fica tão fundo na consciência, que só o olho perspicaz do observador pode senti-lo e palpá-lo cá de fora. A aparência é contrária; o ar da pessoa, o tom, o aspecto, tudo persuade à multidão que o cargo é que é pequeno. A verdade, porém, é que Mowat matou-se por causa dessa modéstia doentia, quando o seu dever era ser sadio e forte, crer que podia arrancar uma estrela do céu, e, obrigado a fazê-lo, tirá-la da algibeira.

Num e noutro caso, como nos demais, surge a questão de saber se o suicídio é um ato de coragem ou de fraqueza. Questão velha. Tem sido muito discutida, como a de saber qual é maior, se César ou Napoleão; mas esta é mais recente e indígena.⁹ Pode dizer-se que os dois grandes homens equilibram-se, nos votos, mas a questão do suicídio é antes resolvida no sentido da fraqueza que no da coragem. É um problema psicológico fácil de tratar entre o largo do Machado e o da Carioca. Se o bonde for elétrico, a solução é achada em metade do caminho.

Segundo os cânones, o suicídio é um atentado ao Criador, e o nosso¹⁰ primeiro e recente arcebispo aproveitou o caso Mancinelli para lembrá-lo aos párocos e a todo o clero, e conseqüentemente que os sufrágios eclesiásticos são negados aos que se matam.¹¹ A circular de D. João Esberard é sóbria, enérgica e verdadeira; recorda que a sociedade civil e a filosofia condenam o suicídio, e que a natureza o considera com horror. No mesmo dia da expedição da circular (quinta-feira), um homem que padecia

⁶ Este Mowat é John Lancaster Gough Mowat. O jornal *The Guardian* traz uma reportagem sobre o caso no dia 8 de agosto de 1894, que confirma os detalhes que Machado nos dá. É possível que tenha lido a notícia nesse jornal.

⁷ A biblioteca de Alexandria foi a maior do mundo antigo, e foi completamente destruída, não se sabe exatamente como ou quando. Há várias explicações conflitantes.

⁸ Jonathan Swift (1667-1745), escritor satírico e fantástico, autor de *As viagens de Gulliver*, em que imagina seres humanos de tamanho mínimo, outros enormes, cavalos que falam e escravizam a raça humana etc.

⁹ É provável que Machado se refira à rivalidade entre os dois primeiros presidentes do regime republicano, os marechais Deodoro da Fonseca (1827-1892) e Floriano Peixoto (1839-1895).

¹⁰ Na *Gazeta* está “novo”; Mário de Alencar e Aurélio corrigem.

¹¹ O bispo de Olinda, Dom João Esberard, em setembro de 1893, fora elevado ao bispado do Rio de Janeiro, que ao mesmo tempo foi elevado a arcebispado. Tinha a reputação de inflexível e intolerante (e de monarquista), e publicara uma pastoral em que condenava duramente os suicidas, e proibia que fossem sepultados em terra santa.

de moléstia dolorosa ou incurável, talvez uma e outra coisa, recorreu à morte como a melhor das tisanas. Suponho que não terá lido a palavra do prelado; mas outros suicidas virão depois dela, pois que os cânones são mais antigos, a filosofia também, e mais que todos a natureza.

Conta Plutarco que houve, durante algum tempo, em Mileto,¹² uma coisa que ele chama conjuração, mas que eu, mais moderno, direi epidemia, e era que as moças do lugar entraram a matar-se umas após outras.¹³ A autoridade pública, para acudir a tamanho perigo, decretou que os cadáveres das moças que dali em diante se matassem, seriam arrastados pelas ruas, inteiramente nus. Cessaram os suicídios. O pudor acabou com o que não puderam conselhos nem lágrimas. A privação dos sufrágios eclesiásticos é assaz forte para os crentes, embora não seja sempre decisiva; mas a incredulidade do século e a frouxidão dos próprios crentes hão de tornar improficua muita vez a intervenção do prelado.

Pela minha parte, estou com os cânones, com a filosofia, com a sociedade e com a natureza, sem negar que são dois belos versos aqueles com que o poeta Garção fecha a ode que compôs ao suicídio:

Todos podem tirar a vida ao homem,
Ninguém lhe tira a morte.¹⁴

Convenho que a morte seja propriedade inalienável do homem, mas há de ser com a condição de a conservar inculta, de lhe não meter arado nem enxada. Condição que não se pode crer segura, nem geralmente aceita. São matérias complicadas, longas, e cada vez sinto menos papel debaixo da pena. Enchamos o que falta com uma revelação e uma observação.

A revelação é um grito d'alma que ouvi, quando a notícia do suicídio de Mancinelli chegou a um lugar onde estávamos eu e um amigo. “Ora pílulas! bradou este meu amigo; é outro empresário que me leva a assinatura.” Consolei-o dizendo que as assinaturas do teatro lírico,¹⁵ perdidas ou interrompidas neste mundo, são pagas em tresdobro no céu. A esperança de ouvir eternamente os *Huguenotes* e o *Lohengrin*¹⁶ alegrou a alma diletante e cristã do meu amigo. Disse-lhe que os anjos, como a eternidade é longa, estudam as óperas todas, para indenização das algibeiras e dos ouvidos defraudados pelo suicídio ou pelo pacote; acrescento que os maestros no céu

¹² Essa vírgula, necessária e incluída por Aurélio, está ausente do texto no jornal e na edição de Mário de Alencar.

¹³ No capítulo XI (“As mulheres de Mileto”), do seu ensaio, *De mulierum virtutibus* (“Sobre a coragem das mulheres”), Plutarco (45-120 d.C.) conta esta história.

¹⁴ Versos da ode “O suicídio”, do poeta português Pedro Antônio Correia Garção (1724-1772). Machado parece ter citado de memória os versos de Garção; no *Parnaso lusitano*, t. III, p. 328, e na edição das *Obras poéticas e oratórias*, de 1888, p. 183: “Todos podem a vida / Tirar ao homem na mesquinha Terra; / Ninguém lhe tira a morte.”

¹⁵ Está assim na *Gazeta* e na antologia de Mário de Alencar. Aurélio põe maiúsculas: “Teatro Lírico”.

¹⁶ Óperas de Giacomo Meyerbeer, e de Richard Wagner, de 1836 e 1850 respectivamente.

serão os regentes da orquestra das suas óperas, menos os judeus, que poderão mandar pessoa de confiança.

Quanto ao reparo, é um pouco velho, mas serve. Verificou-se ainda uma vez a supremacia da música em nossa alma. Certamente, as circunstâncias da morte de Mancinelli, as qualidades simpáticas do homem, os dons do artista, a honradez do caráter, contribuíram muito para o terrível efeito da notícia. Creio, porém, que uma parte do efeito originou-se na condição de empresário lírico. A verdade é que nós amamos a música sobre todas as coisas e as prima-donas como a nós mesmos.



A SEMANA – 120

John Gledson

Essa semana, que o cronista diz ter sido “farta de sucessos, de aventuras, de palavras”, não parece nada especial para quem lê os jornais, nem no âmbito municipal, no nacional nem no internacional. Provavelmente, o cronista não achou nada de interessante, além da ruína da Fábrica das Chitas – sem dúvida, o detalhe da cadela com os filhos foi em parte o que lhe prendeu a atenção. Nos dois casos que aventa, a semana pobre e a rica, o que quer é liberdade para escolher o assunto. Comenta o sensacionalismo dos jornais, e a sede de desastres, assassinatos etc. (quem ler a reportagem sobre a explosão do morro da Mortona, na *Gazeta* de 18 de agosto, verá os exageros). No fim da crônica, na desconversa cômica com a semana rica, aparece o relativismo que gosta de assumir, e que imputa a Bentinho em *Dom Casmurro*. Até aparece a mesma referência à ópera.

Esta crônica consta da antologia de Mário de Alencar, p. 158-163.



A SEMANA

16 de setembro de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Que boas que são as semanas pobres! As semanas ricas são ruidosas e enfeitadas, aborrecíveis, em suma. Uma semana pobre chega à porta do gabinete, humilde e medrosa:

– Meu caro senhor, eu pouco tenho que lhe dar. Trago as algibeiras vazias; quando muito, tenho aqui esta cabeça quebrada, a cabeça do Matias...

– Mas que quero eu mais, meu amigo?¹ Uma cabeça é um mundo... Matias, que Matias?

– Matias, o leiloeiro que passava ontem pela rua de S. José, escorregou e caiu... Foi uma casca de banana.

– Mas há cascas de banana na rua de S. José?

– Onde é que não há cascas de bananas? Nem no céu, onde não se come outra fruta, com toda certeza, que é fruta celestial. Mate-me Deus com bananas. Gosto delas cruas, com queijo de Minas, assadas com açúcar, açúcar e canela... Dizem que é mui nutritiva.

Confirmo este parecer, e aí vamos nós,² eu e a semana pobre, papel abaixo, falando de mil coisas que se ligam à banana, desde a botânica até a política. Tudo sai da cabeça do Matias. Não há tempo nem espaço, há só eternidade e infinito, que nos levam consigo; vamos pegando aqui de uma flor, ali de uma pedra, uma estrela, um raio, os cabelos de Medusa, as pontas do diabo, micróbios e beijos, todos os beijos que se têm consumido neste mundo, todos os micróbios que nos têm consumido, até que damos por nós no fim do papel. São assim as semanas pobres.

Mas as semanas ricas! Uma semana como esta que ontem acabou, farta de sucessos, de aventuras, de palavras, uma semana em que até o câmbio começou a esticar

¹ Assim na *Gazeta*, e em Mário de Alencar. Aurélio tem “minha amiga”, que será gramaticalmente correto, mas não parece corresponder à intenção de Machado, mais espontâneo e menos atado às regras. É significativo que Mário de Alencar não tenha notado o “erro”.

² Esta vírgula falta na *Gazeta* – possivelmente por ser fim de linha – e no texto de Mário de Alencar. Aurélio acrescenta-a, sem comentar.

o pescoço pode ser boa para quem gostar de bulha e de acontecimentos.³ Para mim que amo o sossego e a paz é a pior de todas as visitas. As semanas ricas exigem várias cerimônias, algum serviço, muitas cortesias. Demais, são trapalhonas, despejam as algibeiras sem ordem e a gente não sabe por onde lhe pegue,⁴ tantas e tais são as coisas que trazem consigo. Não há tempo de fazer estilo com elas, nem abrir a porta à imaginação. Todo ele é pouco para acudir aos fatos.

– Como é que V. Ex. pôde vir assim, tão carregada assim, não me dirá?

– Não é tudo.

– Ainda há mais fatos?

– Tenho-os ali fora, na carruagem; trouxe comigo os de maior melindre, vou mandar trazer os outros pelo laçao... Pedro!

– Não se incomode V. Ex.; eu mando o José Rodrigues. José Rodrigues! Vá ali à carruagem desta senhora e traga os pacotes que lá achar. Vêm todos em⁵ pacotes?

– Todos, menos o edifício da Fábrica das Chitas que afinal recebeu o último piparote do tempo e caiu.⁶ Pelo resultado, podemos dizer que foi o dedo da Providência que o deitou abaixo; não matou ninguém. Imagine se o bonde que descia passasse no momento de cair o monstro, e que o homem que queria ir ver na casa arruinada a cadela que dava leite aos filhos houvesse chegado ao lugar onde estavam os cães. Que desastre, santo Deus! que terrível desastre!

– Terrível, minha senhora? Não nego que fosse feio, mas o mal seria muito menor que o bem. Perdão; não gesticule antes de ouvir até o fim... Repito que o bem compensaria o mal. Imagine que morria gente, que havia pernas esmigalhadas, ventres estripados, crânios arrebentados, lágrimas, gritos, viúvas, órfãos, angústias, desesperos... Era triste, mas que comoção pública! que assunto fértil para três dias! Recorde-se da Mortona.⁷

– Que Mortona?

³ O câmbio estivera em alta essa semana: o mil-réis subiu acima de 10 *pence*.

⁴ Parece que devia ser “lhes”, e Mário de Alencar corrige nesse sentido. Aurélio, porém, nota que “o *lhe* com o valor de *lhes* era comum antigamente”, e cita casos em autores modernos, como Almeida Garrett e Guerra Junqueiro. Erro ou (semi)arcaísmo? Sugerimos também que pode ser que se trate de silepse (concordância pelo sentido) – o cronista faz a concordância com a ideia de uma semana rica – uma só, “como esta que ontem acabou... em que a gente não sabe por onde lhe pegue”.

⁵ Está assim na *Gazeta* e na antologia de Mário de Alencar; Aurélio, desnecessariamente, substitui por “os” (“todos os pacotes”).

⁶ A Fábrica das Chitas foi construída na década de 1820, perto da atual praça Saenz Peña, na Tijuca. Na verdade, limitava-se a estampar tecidos vindos da Índia. Machado muito provavelmente leu uma reportagem na primeira página de *O Paiz* de 12 de setembro, com o título “CAIU DE MADURO”, de onde pescou alguns detalhes. Diz uma carta de um leitor incluída nela: “Eram 11 horas da manhã, quando o rabiscador destas linhas (...) encaminhava-se para o local do desmoronamento com o fito de ver uma linda cadelinha, que num dos esconderijos desse velho prédio em completas ruínas alimentava os filhos (bonitos cãezinhos). (...) Não houve felizmente nenhuma desgraça a lamentar. Providencialmente o bonde de passageiros vinha para cima, ainda caminhando no princípio da rua Desembargador Isidro.”

⁷ No dia 18 de agosto, houve uma forte explosão no morro da Mortona, perto da Saúde. Caíram alguns barris de pólvora de uma carroça que subia o morro para o forte General Carneiro, e quando tentavam apanhar a pólvora que se espalhara pelo chão, uma chispa, talvez de um cigarro aceso, levou ao incêndio, que destruiu vários prédios da vizinhança, e causou muitos mortos e feridos.

– Creio que houve um desastre deste nome; não me lembro bem, mas foi negócio em que se falou três dias. Nós precisamos de comoções públicas, são os banhos elétricos da cidade. Como duram pouco, devem ser fortes. Olhe o caso Mancinelli...⁸

– A minha mana mais velha é que o trouxe consigo. Foi um suicídio, creio?

– Foi, foi um horrível suicídio que abalou a cidade em seus fundamentos. No dia da morte, cerca de mil pessoas foram ver o cadáver do triste empresário. Quando se deu o primeiro espetáculo a favor dos artistas, acudiram ao teatro dezessete pessoas, não contando os porteiros, que entram por ofício. Não há que admirar nessa diferença de algarismos; as comoções fortes são naturalmente curtas. Fortes e longas, seriam a mais horrível das nevroses. Foi uma pena não ter passado um bonde cheio de gente na ocasião em que ruíu a Fábrica das Chitas; cheio de gente, isto é, de crianças sem mães, maridos sem esposas, viúvas costureiras, sem os filhos, e muitos passageiros, muitos pingentes, como dizem dos que vão pendurados nos estribos incomodando os outros. Creia V. Ex.; uma vez que os homens já não compõem tragédias, é preciso que Deus as faça, para que este teatro do mundo varie de espetáculo. Tudo fandango, minha senhora! Seria demais.

– Como o senhor é perverso!

– Eu? Mas...

– Vamos aos outros sucessos destes sete dias; trago muitos.

– Perdão; quero primeiro lavar-me da pecha que me pôs. Eu perverso?

– Danado.

– Eu danado? Mas em que é que sou danado e perverso? Não lhe disse, note bem, que eu faria ruir o edifício da Fábrica das Chitas, quando passasse o bonde, mas que era bom que ele ruísse quando o bonde passasse. Há um abismo...

– Pois sim; vamos ao mais. Aqui estão dois fatos importantes.

– ...um grande abismo. Nem falo só pelos outros, mas também por mim. Não tenho dúvida em confessar que o espetáculo de uma perna alanhada, quebrada, ensanguentada, é muito mais interessante que o da simples calça que a veste. As calças, esses simples e banais canudos de pano, não dão comoção. As próprias calças femininas, quando comovem, não é por serem calças...

– Vamos aos sucessos.

– ...mas por serem calças⁹ calçadas. É outro abismo. Repare que hoje só vejo abismos. Há uma chuva de abismos; a imagem não é boa, mas que há bom neste século, minha senhora, excluindo a ocupação do Egito?¹⁰ Dizem que se descobriu um elemento novo.¹¹ Talvez seja falso, mas pode ser que não; tudo é relativo. O relativo é inimigo do

⁸ Ver a crônica anterior.

⁹ Na edição de Aurélio falta esta palavra.

¹⁰ A Grã-Bretanha invade e ocupa o Egito em 1882, para proteger os seus próprios interesses.

¹¹ Este novo elemento é o argônio, um dos gases nobres, descoberto por dois ingleses, John Rayleigh e William Ramsay.

absoluto; o absoluto, quando não é Deus, é (com licença) o tenor que canta as glórias divinas. Começo a variar, minha senhora; não me sinto bem...

– Então acabemos depressa; é tarde, preciso retirar-me.

– ...se é que não estou pior. O pior é inimigo do bom, dizem; mas os dicionários negam absolutamente essa proposição, e eu vou com eles...

– Oh! o senhor faz-me nervosa!

– ...não só por serem dicionários, mas por serem livros grossos. Oh! V. Ex. não sabe o que são esses livros altos e de ponderação. Os dicionários, se não são eternos, deviam sê-lo. Uma só língua, um só dicionário, e eterno; era o ideal da sistematização. A sistematização é, para falar verdade...

– Não posso mais, adeus!

– José Rodrigues, fecha a porta; se esta senhora voltar, dize-lhe que saí. Ah!



A SEMANA – 121

John Gledson

Claro que não há razão para supor que a opinião que Machado tinha do espiritismo mudara desde que, na última crônica de “Bons Dias!” (de 29 de agosto de 1889), diz, com franqueza inusitada, que “o espiritismo é uma fábrica de idiotas e alienados, que não pode subsistir.” Como diz, já mencionara o assunto várias vezes, e sempre em tom de zombaria. Mas a ideia da reencarnação de uma pessoa noutra, ou num animal, ou, nesta crônica, numa coisa (um bonde elétrico, que reencarna uma tartaruga...), parece atraí-lo por suas possibilidades satíricas.

Esta crônica está incluída na antologia de Mário de Alencar, p. 163-166.



A SEMANA

23 de setembro de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Os depoimentos desta semana complicaram de tal maneira o caso da bigamia Lousada,¹ que é impossível destrinchá-lo, sem o auxílio de uma grande doutrina. Essa doutrina, eu, que algumas vezes me ri dela, venho proclamá-la bem alto, como a última e verdadeira.

Com efeito, vimos que a primeira mulher do capitão é negada por ele, que afirma ser apenas sua cunhada. Outros, porém, dizem que a primeira mulher é esta mesma que aí está, e quem o diz é o vigário, que os casou em 1870, e o padrinho, que assistiu à cerimônia. Mas eis aí surge a certidão de óbito e o número da sepultura da primeira esposa, que, de outra parte, são negadas, porque a pessoa morta não é a mesma e tinha nome diverso. Há assim uma pessoa enterrada e viva, mulher, cunhada e estranha, um enigma para cinco polícias juntas, quanto mais uma.

Vinde, porém, ao espiritismo, e vereis tudo claro como água. Eu não cria no espiritismo até junho último, quando li na *União Espírita* que, há anos, um distinto jurisconsulto nosso, antigo deputado por Mato Grosso, consentiu em assistir a uma

¹ Este caso se complicou (mas nem tanto) entre os dias 17, 18 e 19 de setembro. No primeiro dia, lendo as reportagens, fica claro que Manuel Ferreira Lousada casou com Maria Carlota Amaretti Lousada em 1870, que a rejeitou, e que recentemente casara com Maria Henriqueta Watson, de 24 anos de idade, viúva (*Gazeta*, 17 de setembro, p. 1). Lousada constrói um tecido de mentiras mais ou menos descaradas (que a *Gazeta* chama de “cínicas”), alegando que ele abandonou a verdadeira Maria Carlota, porque esta se prostituiu (ela, porém, diz que “vive do seu trabalho honesto para manter os seus dois filhos”); mais tarde, em 1880, ela teria morrido. Lousada se teria amasiado com a sua cunhada, Maria Augusta, sem casar com ela. Segundo ele, é esta Maria Augusta, não Maria Carlota, que o acusa de ser seu marido; ela teria tido duas filhas com ele, que foram legitimadas. Maria Carlota estaria sepultada, com o nome de Maria Augusta, no cemitério de S. Francisco Xavier. A mãe da mulher aparece para dizer que a tal Maria Augusta nunca existiu, e que a mulher aqui presente é a esposa legítima, Maria Carlota. Vêm também outras testemunhas do casamento para apoiar esta versão. Tudo parece claro, então: a verdade de um lado, a mentira tosca do outro. No fim da última reportagem, porém, vem Adriano Batista, português de 41 anos, dizendo que leu as reportagens no *Jornal do Commercio*, e insiste que esta Maria Augusta, sepultada no cemitério como ele diz, não só existiu, como casou com ele, e faleceu em 1880: “Foi sempre de exemplar comportamento, vivendo com este até a hora do seu falecimento, que ele declarante pode provar com certidão de óbito da finada.” Na verdade, trata-se de outra mulher, estranha ao caso. Parece claro que todo o depoimento do bigamo é uma complicada mentira, fato que Machado finge ignorar.

experiência. Foi evocado² o espírito da sogra do deputado e respondeu o marquês de Abaeté: “Meu amigo; o espiritismo é uma verdade. *Abaeté.*”³ Caíram-me as cataratas dos olhos. Certamente o caso não era novo; mais de uma resposta dessas aparecem, que eu sempre atribuí à simulação. A circunstância, porém, da assinatura é que me clareou a alma, não só porque o marquês era homem verdadeiro, mas ainda porque o espírito assinara, não o seu nome de batismo, mas o título nobiliário. Se houvesse charlatanismo, teria saído o nome de Antônio, para fazer crer que os espíritos desencarnados deixam neste mundo todas as distinções. A assinatura do título prova a autenticidade da resposta e a verdade da doutrina.

Sendo a doutrina verdadeira, está explicada a confusão da esposa, da cunhada e da senhora estranha, que se dá no processo do capitão, porquanto os doutores da escola ensinam que os espíritos renascem muita vez tortos, isto é, os filhos encarnam-se nos pais das mães, e não é raro ver um menino voltar a este mundo filho de um primo. Daí essa complicação de pessoas, que a polícia não deslindará nunca, sem o auxílio desta grande doutrina moderna e eterna.

Converta-se a polícia. Não há desdouro em abraçar a verdade, ainda que outros a contestem; todas as grandes verdades acham grandes incrédulos. Demais, a doutrina é consoladora. A resposta do marquês prova que os homens, de envolta com a carne, que é matéria, não deixam o título, que é uma forma particular de espírito. Quando o Japão começou a ter espírito, não adotou só o régimen parlamentar, nacionalizou também os condes, e lá tem, entre outros, o seu conde Ito, que dizem ser estadista eminente.⁴ A China, invejosa e preguiçosa, ergueu a custo as pálpebras e murmurou como no nosso antigo Alcazar da rua Uruguaiana: *Vous avez de l'esprit? Nous aussi.*⁵ E criou um marquês, o marquês Tcheng, mas não foi adiante.

² Na *Gazeta*, embora pouco legível, parece estar assim, “evocado”, e é assim que transcreve Aurélio. Mário de Alencar tem “invocado”.

³ Antônio Paulino Limpo de Abreu, visconde (e não marquês) de Abaeté (1798-1883). Político e diplomata importante, ministro muitas vezes entre 1835 e 1853, Presidente do Conselho de 1858 a 1859, e presidente do senado entre 1861 e 1873. No fim de sua carreira, quando deixou de tomar parte ativa na política, foi muito respeitado pelos mais moços.

⁴ O conde Ito Hirobumi (1841-1909), político importante e poderoso, foi quatro vezes primeiro ministro do Japão, inclusive de agosto de 1892 a agosto de 1896. Foi um dos principais responsáveis pela importação de sistemas constitucionais europeus no Japão: ficou ano e meio na Europa, estudando em Londres, e em 1885 estabeleceu o sistema de governo por gabinete. Desde 1884, era conde; em 1895, viraria marquês. Não pude identificar com certeza o marquês Cheng: o que é óbvio é o contraste entre a “preguiça” chinesa e a pujança japonesa, que levaria à derrota chinesa na guerra que já começara, em agosto de 1894.

⁵ Não sei de que obra provêm estas palavras. Certamente que de alguma opereta ou vaudeville francês, já que o teatro Alcazar, na rua da Vala (atual Uruguaiana), que floresceu entre 1859 e 1880, encenava de preferência obras desse gênero. O Alcazar mereceu mais de um comentário de Machado, e aparece no capítulo CLV da versão em folhetim de *Quincas Borba* (excluído no romance final), em que Palha, roído de ciúmes, assiste a um espetáculo no teatro.

Quanto a mim, não só creio no espiritismo, mas desenvolvo a doutrina. Desconfiai de doutrinas que nascem à maneira de Minerva, completas e armadas.⁶ Confiai nas que crescem com o tempo. Sim, vou além dos meus doutores; creio firmemente que um espírito de homem pode reencarnar-se em um animal. Em Mogi-Mirim, Estado de S. Paulo, acaba de enlouquecer um burro. Assim o conta a *Ordem* por estas palavras: “Segunda-feira passada, um burro do Dr. Santo di Prospero enlouqueceu repentinamente”.⁷ E refere os destroços que o animal fez até achar a morte. Ora, esta loucura do burro mostra claramente que o infeliz perdeu a razão. Que espírito estaria encarnado nesse pobre animal, amigo do homem, seu companheiro, e muita vez seu substituto? Talvez um gênio. A prova é que o perdeu. Com quatro pés, não pode entrar onde nós entramos com dois. Quanta vez teria ele dito consigo: – Não fosse a minha ilusão em reencarnar-me nesta besta, e estaria agora entre pessoas honradas e ilustradas, falando em vez de zurrar, colhendo palmas, em vez de pancadaria. É bem feito; a minha ideia de incorporar o burro na sociedade humana, se era generosa, não era prática, porque o homem nunca perderá o preconceito dos seus dois pés.

Outro ponto que me parece dever ser examinado e adicionado à nossa grande doutrina, é a volta dos espíritos, encarnados (se assim posso dizer) em simples obras humanas, veículo ou outro objeto. Penso, entretanto, que a gradação necessária a todas as coisas exige para esta nova encarnação que o espírito haja primeiro tornado em algum bruto. Assim é que um espírito, desde que tenha sido reencarnado na tartaruga, logo que se desencarne, pode voltar novamente encarnado no bonde elétrico. Não dou isto como dogma, mas é doutrina assaz provável. Já não digo o mesmo da ideia (se a há) de que um serviço pode ser reencarnado em outro. Serviço é propriamente o efeito da atividade e do esforço humano em uma dada aplicação. Tirai-lhe essa condição, e não há serviço. É um resultado, nada mais. Pode não prestar, ser descurado, não valer dois caracóis, ou ao contrário pode ser excelente e perfeito, mas é sempre um resultado. Quem disser, por exemplo, que o serviço da antiga companhia de bondes do Jardim Botânico está reencarnado no novo, provará com isso⁸ que de certo tempo a esta parte só tem andado de carro, mas andar de carro não é condição para ser espiritista. Ao contrário, a nossa doutrina prefere os humildes aos orgulhosos. Quer a fé e a ciência, não cocheiros embonecados, nem cavalos briosos.

Voltando à bigamia do capitão, digo novamente à polícia que estude o espiritismo e achará pé nessa confusão de senhoras. Sem ele, nada há claro nem sólido, tudo é precário, escuro e anárquico. Se vos disserem que é vezo de todas as doutrinas

⁶ Como se sabe, a deusa romana da sabedoria, Minerva, nasceu, já armada, da frente de Júpiter.

⁷ Não identifiquei este jornal. Tem o mesmo título que a fonte da notícia do punhal de Martinha (5 de agosto de 1894); mas esta é do interior da Bahia. O título do jornal da Bahia é *A Ordem*; há números dele na hemeroteca digital.

⁸ Assim na *Gazeta* e em Mário de Alencar. Aurélio põe “isto”.

deste mundo darem-se por salvadoras e definitivas, acreditai e afirmai que sim, excetuando sempre a nossa, que é a única definitiva e verdadeira. *Amém.*⁹



⁹ *Amen*, na *Gazeta*, em itálico (por ser palavra latina?). Em itálico também em Mário de Alencar. Aurélio põe em redondo.

A SEMANA – 122

John Gledson

Machado volta a um velho tópico, abordado já na crônica de 1º de janeiro de 1877, de “História de Quinze Dias”, e novamente na de 6 de novembro de 1892, desta série: a igreja da Matriz da Glória, no Largo de Machado, perto da sua casa, com a sua estranha mistura de estilos – um frontispício de templo grego, “imitado da Madalena” (a Madeleine, de Paris), e uma torre, “imitada de coisa nenhuma” (de fato, claro, da torre de uma típica igreja cristã). O fato de voltar ao assunto nesta ocasião provavelmente indica que ele estava sem assunto mais imediato, mas a crônica não é menos interessante por isso. Sobretudo, as considerações sobre a “beata” Maria de Araújo e a devoção popular, contrastada com, em parte porque provavelmente imitada de, Bernadette de Lourdes, são de uma isenção notável.



A SEMANA

30 de setembro de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Não escrevo para ti, leitor do costume, mas¹ para ti, venerando arcebispo, que ainda há pouco recebeste o púlpito na nossa catedral de S. Sebastião.² Não esperes que venha dizer mal de ti, em primeiro lugar porque o mal só se diz “por trás das pessoas”, locução popular e graciosa; em segundo lugar, porque venho pedir-te um favor.

O favor que te peço, meu caro arcebispo, não é um benefício propriamente eclesiástico, nem carta de empenho, nem dinheiro de contado. Bênção não é preciso pedir-ta; ela é de todo o rebanho, e, ainda que em mim os vícios superem as virtudes, terei sempre a porção dela que me sirva, não de prêmio, que o não mereço, mas de viático.

Meu caro arcebispo, não te peço nenhum milagre. Nem milagres são obras fáceis de fazer ou de aceitar. A mais incrédula, a respeito deles, é a própria igreja, que acaba de declarar que os milagres de Maria de Araújo são simples embustes.³ Os louros de Bernadette tiravam o sono a essa moça do Juazeiro, que se meteu a milagrar também, nas ocasiões da comunhão, e é provável que comungasse todos os dias. Em vão o bispo do Ceará, depois de bem examinado o caso, reconheceu e declarou, em carta pastoral, “que eram fatos naturais, acompanhados de algumas circunstâncias artificiais”; o povo continuava a crer em Maria de Araújo, e não só leigos mas até padres iam vê-la ao Juazeiro. Como sabes, venerando prelado, a questão foi submetida à Santa Sé, que considerou os fatos e os condenou, tendo-os por “gravíssima e detestável irreverência à santa eucaristia”, e ordenando que as peregrinações à casa de Maria de Araújo fossem

¹ Aurélio tem “nem”, que parece errado, já que o cronista está mesmo escrevendo para o arcebispo. A palavra não se lê bem no microfilme, mas termina em “s”, e tem três letras.

² Para d. João Esberard, primeiro arcebispo do Rio de Janeiro, ver nota 1 à crônica de 4 de junho de 1893. A catedral era a antiga Capela Imperial, na rua Primeiro de Março, em frente à praça XV de Novembro.

³ Maria de Araújo (1862-1914), também conhecida como beata Maria de Araújo, foi protegida pelo padre Cícero. Em 1º de março de 1889, teria acontecido um milagre, em que, ao receber a hóstia, ela não pôde recebê-la, pois se transformava em sangue – o “sangue de Cristo”, segundo o povo, que passou a reverenciá-la, tratando os panos manchados de sangue (os “panos ensanguentados”) como relíquias. Dois padres mandados pela Igreja acreditaram no milagre, mas o bispo do Ceará, d. Joaquim José Vieira, declarou que era embuste, sendo apoiado depois pela Santa Sé. É beata só pela devoção popular.

vedadas, e assim também quaisquer livros que a defendessem, e a simples conversação sobre tais milagres, e por fim que se queimassem os panos ensanguentados e outras relíquias da miraculosa senhora.

Eis aí Maria de Araújo obrigada a trocar de ofício. Eu, se fosse ela, casava-me e tinha filhos, que não é pequeno milagre, por mais natural que no-lo digam.

Perde a celebridade, é certo, mas não se pode ser tudo neste mundo, alguma coisa se há de guardar para o outro, e particularmente aos famintos anunciou Jesus que seriam fartos.⁴ Não haverá Zola que a ponha em letra redonda e vibrante, para deleite de ambos os mundos.⁵ Paciência; terá nos filhos os seus melhores autores, e basta que um deles seja um Santo Agostinho, para canonizá-la pelo louvor filial, antes que a igreja o faça pela autoridade divina, como sucedeu a⁶ Santa Mônica.⁷ Esta não fez milagres na terra, não teve panos ensanguentados, nem outros artifícios; ganhou o céu com piedade e doçura, virtudes tão excelsas que domaram a alma do marido e da própria mãe do marido.

Mas a quem estou ensinando os fastos da igreja? Perdoa, meu rico prelado, perdoa-me esses descuidos da pena, tão pouco experta⁸ em matérias eclesiásticas. Perdoa-me, e vamos ao meu pedido. Hás de ter notado que, para pedinte, sou um tanto falador, sem advertir que a melhor súplica é a mais breve. Também eu ouço a suplicantes, porque também sou bispo, e a minha diocese, caro D. João Esberard, não tem menos nem mais pecados que as outras, e daí a necessidade da paciência, para que nos toleremos uns aos outros. Mas não há paciência que baste para ouvir um suplicante derramado. Todo suplicante conciso pode estar certo de despacho pronto, porque fixou bem o que disse, sem cansar com palavras sobejas. Vês bem que sou o contrário. Colhamos pois a vela ao estilo.

Peço-te um favor grande, em nome da estética. A estética, venerando pastor, é a única face das coisas que se me apresenta de modo claro e inteligível. Tudo o mais é confuso para estes pobres olhos que a terra há de comer, e não comerá grande coisa, que a vista é pouca e a beleza nenhuma. Não cuides que, falando assim, peço coisa estranha ao teu ofício. Há muitos anos, li em qualquer parte, que a moral é a estética das ações. Pois troquemos a frase, e digamos que a estética é a moral do gosto, e a tua obrigação, caro mestre da ética, é defender a estética.

⁴ Mateus 5:6.

⁵ Em 1894, Émile Zola tinha publicado *Lourdes*, o primeiro de uma série de três romances sob o título de *Les trois villes*. Apesar da pretensão de ser objetivo, de ser escrito “com a simpatia crítica que é marca distintiva do historiador do século XIX” (palavras do romancista), o livro é profundamente cético em relação às motivações dos vários peregrinos que descreve, e em relação aos “milagres” operados por Bernadette. No dia 22 deste mês veio a notícia que o livro fora condenado e interditado pela Igreja.

⁶ Na *Gazeta* com sinal de crase, que, como diz Aurélio, parece simples erro de revisão.

⁷ Santa Mônica (331-387) foi a mãe de Santo Agostinho, que trabalhou pela conversão do filho, do marido e da sogra. Agostinho dedica-lhe várias páginas nas *Confissões*. Ela é a padroeira das mães de família, e o assunto do *Panegírico de Santa Mônica* do companheiro de seminário de Bento Santiago (ver cap. LIV de *Dom Casmurro*).

⁸ “experta” na *Gazeta*, que Aurélio corrige para “experta”, achamos que com razão.

Eis aqui o favor. Manda deitar abaixo uma torre. Não me refiro a torres dessas cujos sinos tocam operetas e chamam à oração por boca de *D. Juanita*.⁹ A torre cuja demolição te peço, é a da Matriz da Glória. Conheces bem o templo e o frontispício. Não sei se eles e a torre entraram no mesmo plano do arquiteto; todos os monstros, por isso mesmo que estão na natureza, podem aparecer na arte. Mas não é fora de propósito imaginar que a torre é posterior, e que foi ali posta para corrigir pela voz dos sinos o silêncio das colunas. Bom sentimento, decerto, religioso e pio, mas o efeito foi contrário, porque a torre e as colunas detestam-se, e a casa de Deus deve ser a casa do amor.

Sei o que valem sinos, lembra-me ainda agora a doce impressão que me deixou a leitura do capítulo de Chateaubriand, a respeito deles.¹⁰ Mas, prelado amigo, uma só exceção não será mais que a confirmação da regra. Manda deitar abaixo a torre da Glória. Se os sinos são precisos para chamar os fiéis à missa, manda pô-los no fundo da igreja, sem torre, ou na casa do sacristão, e benze a casa, e benze o sacristão, tudo é melhor que essa torre em tal templo. Ou então faz outra coisa, – mais difícil, é verdade, mas que me não ofenderá em nada, – manda sacrificar o templo à torre, e que fique a torre só.

E aqui me fico, para o que for do teu serviço. Relendo estas linhas, advirto que uma só vez te não dei Excelência, como te cabe pela elevação do posto. Não foi por imitar a Bíblia, nem a Convenção Francesa,¹¹ mas por medo de ficar em caminho. São tantas as Excelências que se cruzam nas sessões da Intendência Municipal, que bem poucas hão de ficar disponíveis nas tipografias. Para não deixar a carta em meio, falei-te a ti, como se fala ao Senhor.



⁹ Esta ópera de Franz von Suppé (1819-1895) já foi mencionada, no mesmo contexto dos sinos, na crônica de 15 de abril de 1894. No dia 23, estava sendo encenada em dois teatros, o Lírico e o Sant'Ana.

¹⁰ O primeiro capítulo da quarta parte do *Génie du Christianisme* leva o título “Des cloches” e ocupa-se do som dos sinos, e do seu grande poder sobre a alma humana.

¹¹ A Convention Nationale foi a assembleia unicameral, eleita por sufrágio masculino universal, que governou a França de 21 de setembro de 1792 até 26 de outubro de 1795, isto é, nos anos centrais da revolução. Começou decretando a suspensão do reinado de Luís XVI, e dos títulos aristocráticos e outros.

A SEMANA – 123

John Gledson

A constituição do júri era um escândalo recorrente na época. Como a participação era um dever não remunerado, as pessoas simplesmente faltavam, e como se deduz da própria crônica, as multas frequentemente não se cobravam. Para Machado, esta irreponsabilidade ou falta de espírito público era uma característica dos brasileiros. O tratamento mais extenso do assunto está na crônica de 29 de maio de 1892: “o certo é que nós não damos para reuniões” etc. É uma das muitas variações do tema “para inglês ver” – tais instituições, teoricamente belas, são simples fachadas, “ideias fora de lugar”. Outro, na parte final da crônica, é o assunto dos bondes, e do número de pessoas que, segundo os regulamentos, devia caber neles, regulamento que, claro, infringia-se a toda hora.

Entre estes dois assuntos, que aparecem noutras crônicas, vem outro mais difícil de entender, o que não surpreende, visto que se trata de sessões secretas do Senado: na nota 6, tentei entender o caso, que parece ser um comentário à soltura do almirante Wandenkolk, que dependia de uma decisão do Supremo Tribunal Federal. Ele era um dos líderes da oposição ao regime florianista, agora nos seus últimos dias. Trata-se do princípio da transparência das decisões políticas, que as sessões secretas obviamente violam. Neste caso, os clichês satirizados ao se falar do júri viram verdades importantes: “Nem por ser banal, a ideia é falsa: ao contrário, há nela a sabedoria de todo mundo”.



A SEMANA

7 de outubro de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Esta semana devia ser escrita com letras de ouro. Após três meses de espera, de sorteio, de convites, de multas, de paciência e de citações, constituiu-se o júri!¹ É a segunda vez este ano. Talvez seja a penúltima vez deste século.

Quando eu abri os olhos à vida achei do júri a mesma noção que passei aos outros meninos que viessem depois: É uma nobre instituição, uma instituição liberal, o cidadão julgado por seus pares, etc., toda aquela porção de frases feitas que se devem dar aos homens para o caso em que estes precisem de ideias.

As frases feitas são a companhia cooperativa do espírito. Dão o trabalho único de as meter na cabeça, guardá-las e aplicá-las oportunamente, sem dispensa de convicção, é claro, nem daquele fino sentimento de originalidade que faz de um molambo seda. Nos casos apertados dão matéria para um discurso inteiro e longo, – dizem, mas pode ser exageração.

Um dia, – ó dia nefasto! – descobri em mim dois homens, eu e eu mesmo, tal qual sucedeu a Camões, naquela redondilha célebre: *Entre mim mesmo e mim.*² A semelhança do fenômeno encheu-me a alma com grandes *abondanças*, para falar ainda como o próprio poeta. Sim; eu era dois, senti bem que, além de mim, havia eu mesmo. Ora, um dos homens que eu era dizia ao outro que a nobre instituição do júri, instituição liberal, o julgamento dos pares, etc., não parecia estar no gosto do nosso povo carioca. Este povo era intimado e multado e nem por isso deixava os seus negócios para ir ser

¹ O júri se constituía, mas diz a *Gazeta* do dia 3 de outubro: “Depois de 38 sessões preparatórias e mais de 200 jurados sorteados, conseguiu-se instalar-se ontem a sessão com 36 jurados (...)” Em parte, este triunfo temporário (novamente, na sexta-feira dia 6, o júri não funcionou, porque só compareceram 35 pessoas) parece ter-se devido ao fato de que “ultimamente as intimações dos jurados foram feitas pelos oficiais de justiça dos juizes dos feitos da fazenda municipal” – e não, deduz-se, pela câmara. Os júris constituíam-se com relativa infrequência, porque só julgavam os casos mais sérios. Num dos casos que deviam julgar, de homicídio, os réus foram presos a 18 de outubro de 1892 e pronunciados a 28 de outubro de 1893 – quase um ano depois.

² Estas palavras, que Machado também atribui a Camões no conto “Viagem à roda de mim mesmo”, são de Bernardim Ribeiro (1482?-1552?), no “Vilancete seu”: “Antre mim mesmo e mim / não sei que se alevantou / que tão meu imigo sou”. “Abondanças” aparece na fala de Adamastor n’*Os Lusíadas*, V, 54: “Encheram-me, com grandes abondanças, / o peito de desejos e esperanças”.

juiz. Ao que respondeu o outro homem que a culpa era da câmara municipal que não cobrava as multas. Se cobrasse as multas, o povo iria. Espanto do primeiro homem, acostumado a crer que tudo o que se imprime acontece ou acontecerá. Retificação do primeiro: “Nem sempre; é preciso deixar uma parte para inglês ver. Inglês gosta de ver suas instituições armadas em toda a parte.”

Assisti a esse duelo de razões, examinando-as com tal imparcialidade, que não estou longe de crer que, além dos dois homens, surdira em mim um terceiro. Nisto fui superior ao poeta. Examinei as razões, e desesperando de conciliar os autores, aventei uma ideia que me pareceu fecunda: estipendiar os jurados. Todo serviço merece recompensa, disse eu, e se o juiz de direito é pago, por que o não será o juiz de fato? Replicaram os dois que não era uso em tal instituição; ao que o terceiro homem (sempre eu!) replicou dizendo que os usos amoldam-se aos tempos e aos lugares. Usos não são leis, e as próprias leis não são eternas, salvo os tratados de perpétua amizade, que ainda assim têm duração média de 17 ½ anos. Tempo houve em que as comissões fiscais das sociedades anônimas eram gratuitas; hoje são pagas.³ São pagos todos os que compõem o tribunal do júri, o presidente, o procurador da justiça, os advogados, os porteiros, possivelmente as testemunhas; a que título só os jurados, que deixam os seus negócios, hão de trabalhar de graça?

Notemos que o júri, difícil de constituir, uma vez constituído, é pontual e cumpre o seu dever. Tem até uma particularidade, as suas sessões secretas são secretas, ao contrário das sessões secretas do senado,⁴ que são públicas. Esta semana foi particularmente fértil em sessões secretas do senado, as quais foram mais públicas⁵ ainda que as públicas, por isso que sendo secretas, toda a gente gosta de saber o que lá se passou.⁶ A própria reclamação de um dos membros do senado contra a divulgação das sessões foi divulgada.

³ Suponho que é mais uma característica do Encilhamento: as comissões fiscais deviam ser um jeito de distribuir o dinheiro entre os amigos, talvez até uma delicada maneira de subornar.

⁴ Esta vírgula falta na *Gazeta*. Aurélio acrescenta, sem comentar.

⁵ Há uma vírgula sobrando aqui na *Gazeta*, que Aurélio tira, novamente sem comentar.

⁶ Nas reportagens de *O Paiz* sobre o senado, ironizam-se estas sessões. Por exemplo, no domingo, 30 de setembro: “No Senado houve perto de três horas de sessão secreta. Como se sabe, não entram cronistas nem repórteres no recinto: os empregados mais familiares da casa são banidos do local e as próprias paredes ouvem pouco. / Ao que consta, porém, depois de longo debate, nada se decidiu ao certo. Creia o leitor que isto já é um *tour de force* de reportagem congressional.” E no domingo, 7 de outubro (o dia da nossa crônica), também n’*O Paiz*: “Só houve ontem sessão secreta para tratar das nomeações feitas pelo governo para membros do supremo tribunal federal. / Na parte noticiária da folha damos alguma coisa do resultado da decisão do senado sobre o assunto.” Refere-se sem dúvida a um item que aparece na terceira coluna da primeira página do mesmo jornal: “Realizou-se finalmente, ontem, a esperada sessão secreta do senado para decidir sobre as nomeações feitas pelo poder executivo, preenchendo as vagas de membros do supremo tribunal federal. Do que conseguimos saber resulta que foram confirmadas as seguintes nomeações: Drs. Sousa Martins, Hermínio do Espírito Santo, Pindaíba de Matos e Bernardino Ferreira, sendo rejeitadas as do Dr. Sêve Navarro e general Inocêncio Galvão de Queirós. / Ficam assim ainda por preencher duas das vagas do supremo tribunal federal.” No fundo, parece que se trata do julgamento que o tribunal devia fazer sobre o caso do almirante Eduardo Wandenkolk, inimigo de Floriano e um dos signatários do Manifesto dos Treze Generais de 6 de abril de 1892, encarcerado na Fortaleza de Santa Cruz em julho de 1893, quando tentara atacar a cidade de Rio Grande, no Rio Grande do Sul. Tratava-se

Eu, antes de ver explicada a divulgação, quisera ver explicado o segredo. É assim no senado de Washington; mas, lá mesmo, por ocasião de algumas nomeações de Cleveland, na anterior presidência deste homem de Estado, membros houve que lembraram a ideia de fazer tais sessões públicas.⁷ Um escritor célebre, admirador da América, ponderou a tal respeito que a discussão pública dos negócios é o que mais convém às democracias.⁸ Deus meu! é uma banalidade,⁹ mas foi o que ele escreveu; não lhe posso atribuir um pensamento raro, profundo ou inteiramente novo. O que ele disse foi isso. Nem por ser banal, a ideia é falsa; ao contrário, há nela a sabedoria de todo mundo. Pelo quê, e o mais dos autos, não vejo clara a necessidade das sessões secretas, mas também não digo que não seja claríssima. Todas as conclusões são possíveis, uma vez que é o mesmo sol que as alumia, com igual imparcialidade. A lua, mãe das ilusões, não tem parte nisto; mas o sol, pai das verdades, não o é só das verdades louras, como os seus raios fazem crer; também o é das verdades morenas.

Isto posto, não admira que se dê em mim, neste instante, uma equação de sentimentos relativamente à lei municipal que estabelece lotação de passageiros para os bondes, sob pena de serem multadas as companhias.¹⁰ Entre mim mesmo e mim travou-

agora, em outubro de 1894, de soltá-lo: por causa da Revolta da Armada, ele não fora julgado dentro dos prazos estipulados pela lei. Além disso, Wandenkolk era senador, o que “bastaria para desafortuná-lo da jurisdição especial militar”. Por isso “manda que o paciente se vá em paz, expedindo-se alvará de soltura, se por al não estiver preso”. Será este o caso a que se referem *O Paiz*, e, conseqüentemente, Machado? Um elemento que abona esta teoria é a frase, meio estranha, da crônica “e o mais dos autos”, que parece gramaticalmente solta. Outra matéria, citada na segunda página de *O Paiz*, logo no começo, diz, “*Vistos e relatados os autos* (ênfase minha) concedem ao paciente almirante reformado Eduardo Wandenkolk, senador federal, a impetrada ordem de soltura”. Vê-se por que as nomeações ao supremo tribunal federal eram importantes, e a sessão secreta.

⁷ Grover Cleveland (1837-1908) foi o 22º e o 24º presidente dos Estados Unidos, tendo sido eleito duas vezes, em 1885 e 1893. Foi o primeiro democrata a ser eleito depois da Guerra Civil. No começo da sua primeira presidência, tentou reduzir o número de nomeações feitas pelo assim chamado “spoils system”, isto é, a repartição de empregos públicos por um sistema de favor, a amigos, parentes e partidários; sistema não muito diferente do brasileiro, durante o Império. Teve que se haver com um senado dominado pelo Partido Republicano, o que levou a atritos.

⁸ Não foi possível identificar com exatidão a fonte deste comentário, mas parece altamente provável que vem de *The American Commonwealth*, de James Bryce. Machado possuía um exemplar deste livro, publicado em 1889, e já o citara na crônica de 30 de outubro de 1892. Bryce era britânico, irlandês de Belfast, e foi acadêmico, historiador, político liberal importante, e finalmente diplomata – embaixador em Washington de 1907-1913. *The American Commonwealth*, que dá uma visão crítica detalhada, mas otimista e elogiosa, do sistema político americano, sobretudo em termos da liberdade e da abertura do sistema democrático, teve uma enorme influência, na América e fora dela. Pode ser que Machado esteja pensando, por exemplo, no capítulo LXXXVII, da quarta parte do livro, “Wherein public opinion succeeds” [“No que a opinião pública dá bons resultados”], onde se exprime um ponto de vista muito semelhante ao que Machado expõe. Se esta identificação for correta – tenho certeza quase absoluta, tratando-se de um escritor “célebre”, “admirador da América” (isto é, não americano ele mesmo), não deixa de ser significativo o interesse de Machado por um livro que descreve uma república federal “modelar”.

⁹ Aurélio insere esta vírgula, que falta na *Gazeta*.

¹⁰ Ver também o fim da crônica de 17 de março de 1895. A postura só entraria em vigor em março do ano seguinte, e vem publicada na *Gazeta* no dia 20 desse mês, na primeira página. Passo a citar alguns trechos a título de ilustração: “Art. 1º. Nos bondes das companhias de Botafogo, Vila Isabel e S. Cristóvão só podem viajar até 38 passageiros, sendo quatro em cada banco e seis na plataforma traseira. (...) Art. 3º. É

se a princípio grande debate. Um quer que a autoridade não tire ao passageiro o direito de ir incomodado, quando se pendura feito pingente. Outro replica que o passageiro pode ir incomodado uma vez que não incomode os demais, e mostra o remédio ao mal, que é aumentar o número dos veículos e alterar as tabelas das viagens. Protesto do primeiro, que é acionista, e defende os dividendos. O segundo alega que é público e quer ser bem servido.

Grande seria o meu desconsolo e terrível a luta, se eu não achasse um modo de conciliar as opiniões; digo mal, de as afastar para os lados. Esse modo é a esperança que nutro de que a lei municipal não será cumprida. Os seis meses dados, para que ela entre em execução, são suficientes para que os novos carros se comprem e as tabelas se alterem; mas não haverá carros novos no fim dos seis meses, e aparecerá um pedido de prorrogação por mais um semestre, digamos um ano. Dá-se o ano. No fim dele a terça parte dos atuais intendentos estarão mortos, outra terça parte haverá abandonado a política, poucos restarão nos seus lugares. Mas, francamente, quem mais se lembrará da lei? Leis não são dores, que se fazem lembrar doendo; leis não doem. Algumas só doem, quando se aplicam; mas não aplicadas, elas e nós gozamos perfeita saúde. Quando muito, marcar-se-á novo prazo, e será o último, dois anos, que não acabarão mais. Um conselho dou aqui às companhias: não discutam este negócio, deixem passar o tempo, e o silêncio *farà da sè*.¹¹



expressamente proibido viajarem passageiros colocados nos estribos dos bondes e na plataforma da frente. Art. 4º. Ficam as companhias obrigadas a pagar uma multa de 5\$ por cada um passageiro na transgressão dos artigos anteriores.” Só precisa olhar para as fotos dos bondes, transbordando de gente pendurada nos estribos, para entender o absurdo dessas regras.

¹¹ A frase completa em italiano é “Italia farà da sè”: “A Itália fará por si mesma, sem ajuda”. São palavras de Carlos Alberto, rei de Piemonte, em 1848, nos primórdios do Risorgimento; disse que a Itália conseguiria sua independência sem ajuda estrangeira: o que não aconteceu.

A SEMANA – 124

John Gledson

Esta crônica é curta – pouco menos de 900 palavras, a norma sendo mais de mil, e, para se justificar, Machado traz a sua saúde à baila pela primeira vez (se excetuarmos as crônicas de 22 de outubro de 1893 e de 29 de abril de 1894, em que não cumpriu o dever semanal). Sofre de uma dor de cabeça. No fim da crônica, depois da conversa no bonde, parece que decide não continuar a viagem, qualquer que seja a razão (“metia-me em outro e tornava atrás”) – tédio da conversa? enxaqueca? pressentimento de ataque epilético, até?

O começo da crônica também se centra nos bondes, os novos, elétricos, seus perigos e as vítimas do progresso. No meio aparece a figura de Oliver Wendell Holmes, que morrera no dia 7 de outubro. Machado sem dúvida sentia-se atraído pelos livros humorísticos dele, pelo seu tom de conversa, relaxado e brincalhão. O que lhe interessa no trecho que cita, porém, tem um interesse específico. Holmes caracteriza “duas fases sociais” – uma delas é a República americana, onde há simplicidade e as virtudes cívicas imperam, e o seu oposto, que corresponde, para Machado, à República brasileira, associada (através do Encilhamento) ao jogo, às corridas e às loterias. A referência à legislação do Conselho Municipal parece ter outros alvos: a língua confusa e pleonástica da própria lei, e a desconsideração, para não dizer opressão, dos mais pobres. A menção do seu amigo Artur Napoleão e a composição do hino do estado do Espírito Santo leva-o a outro medo que tem em relação ao novo regime: o federalismo e os riscos da desunião nacional.



A SEMANA

14 de outubro de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Um cabograma... Por que não adotaremos esta palavra? A rigor não preciso dela; para transmitir as poucas notícias que tenho¹ basta-me o velho telegrama. Mas as necessidades gerais crescem, e a alteração da coisa traz naturalmente a alteração do nome. Vede o homem que vai na frente do bonde elétrico. Tendo a seu cargo o motor, deixou de ser cocheiro, como os que regem bestas, e chamamos-lhe motorneiro em vez de *motoreiro*, por uma razão de eufonia. Há quem diga que o próprio nome de cocheiro não cabe aos outros, mas é ir longe demais, e em matéria de língua, quem quer tudo muito explicado, arrisca-se a não explicar nada.

Custa muito passar adiante, sem dizer alguma coisa das últimas interrupções elétricas;² mas se eu não falei da morte do mocinho grego, vendedor de balas, que o bonde elétrico mandou para o outro mundo, há duas semanas,³ não é justo que fale dos terríveis sustos de quinta-feira passada. O pobre moço grego se tivesse nascido antigamente, e entrasse nos jogos olímpicos, escapava ao desastre do largo do Machado. Dado que fosse um dia destruído pelos cavalos, como o jovem Hipólito,⁴ teria cantores célebres, em vez de expirar obscuramente no hospital, tão obscuramente que eu próprio, que lhe decorara o nome,⁵ já o esqueci.

¹ Aqui Aurélio acrescenta uma vírgula, que não está no jornal.

² Não encontrei notícia específica referente a estas interrupções; sem dúvida causavam transtornos nos serviços dos bondes elétricos, como se deduz também pela nota seguinte.

³ No dia 2 de outubro, a *Gazeta* trazia a seguinte notícia: “Foi recolhido ao hospital da Misericórdia o grego Islansoty Heskasehe [*sic*], vendedor de balas, que anteontem às 5 ½ horas da tarde ficou queimado no largo do Machado por um fio elétrico que se rebentara e que o atingiu ao partir-se.”

⁴ Hipólito, na lenda grega, era filho de Teseu. A sua madrasta, Fedra, apaixonou-se por ele, mas quando a recusou, ela o denunciou a Teseu, dizendo que tinha tentado seduzi-la. Teseu exilou-o e pediu a Poseidon, deus do mar, que o matasse. Quando percorria uma praia na sua biga, um monstro saiu do mar, espantou os cavalos, que o fizeram cair. Emaranhou-se nas rédeas, e foi arrastado até morrer. A descrição da morte do rapaz, na peça *Phèdre*, de Jean Racine (1639-1699), é em boa parte responsável pela fama do episódio.

⁵ Esta vírgula, que Aurélio acrescenta, não está no jornal.

Mas, como ia dizendo, um cabograma ou telegrama, à escolha, deu-nos notícia de haver falecido o célebre humorista americano Holmes.⁶ Não é matéria para crônica. Se os mortos vão depressa,⁷ mais depressa vão os mortos de terras alongadas, e para a minha conversação dominical tanto importam célebres como obscuros. Holmes, entretanto, escreveu em um de seus livros, o *Autocrata à mesa do almoço*, este pensamento de natureza social e política: “O cavalo de corrida não é instituição republicana; o cavalo de trote é que o é.”⁸ Tal é o seu bilhete de entrada na minha crônica. Aprofundemos este pensamento.

Antes de tudo, notemos que ao nosso conselho municipal, por inexplicável coincidência, foi apresentado esta mesma semana um projeto de resolução, cujo texto, se fosse claro, poderia corresponder ao pensamento de Holmes; mas, conquanto aí se fale em corridas a cavalo, não estando estas palavras ligadas às outras por ordem natural e lógica, antes confusamente,⁹ não têm sentido certo, nada se podendo concluir com segurança.¹⁰ A verdade, porém, é que o conselho trata de combater por vários modos,

⁶ Oliver Wendell Holmes (1809-1894) poeta, professor e autor americano, de Boston. Entre muitas outras coisas, escreveu *The Autocrat of the Breakfast-Table* (1858), *The Professor at the Breakfast-Table* (1860) e *The Poet at the Breakfast-Table* (1872), que lhe trouxeram fama internacional – sobretudo o primeiro. Têm um tom de conversa, com interrupções frequentes, e vê-se bem por que o Machado de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, e das crônicas, gostou daquele livro em particular, e define Holmes como “humorista”. Vem citado novamente em *Dom Casmurro*, cap. XCIV. A notícia da sua morte está nos telegramas de 9 de outubro.

⁷ Em francês, “Les morts vont vite”. Citação famosa da tradução francesa, por Gérard de Nerval, do poema “Lenore”, de Gottfried August Bürger (1747-1794).

⁸ Holmes está falando de uma ambição americana de ganhar nas grandes corridas inglesas. Protesta que “Horse-racing is not a republican institution: horse-trotting is. Only very rich persons can keep race-horses, and everybody knows that they are kept mainly as gambling instruments. (...) I say racing-horses are essentially gambling instruments, as much as roulette tables. Now I am not preaching at this moment; I may read you one of my sermons some other morning; but I maintain that gambling, on the great scale, is not republican. It belongs to two phases of society – a cankered over-civilisation, such as exists in rich aristocracies, and the reckless life of borderers and adventurers, or the semi-barbarism of a civilisation resolved into its primitive elements. Real Republicanism is stern and severe; its essence is not in forms of government, but in the omnipotence of public opinion which grows out of it.” [A corrida de cavalos não é uma instituição republicana; o cavalo de trote é que é. Só pessoas muito ricas podem manter cavalos de corrida, e todo mundo sabe que são mantidos principalmente como instrumentos de jogo. (...) Digo que cavalos de corrida são instrumentos de jogo, tanto quanto as mesas de roleta. Agora, não é pregação que estou fazendo aqui; lerei um dos meus sermões sérios outra manhã, mas mantenho que o jogo, em grande escala, não é republicano. Pertence a duas fases da sociedade – uma civilização excessiva e podre, tal como existe nas aristocracias ricas, e na vida imprudente de aventureiros e gente fronteira, ou o semi-barbarismo de uma civilização que se desagregou nos seus elementos primitivos. O verdadeiro Republicanismo é rigoroso e mesmo severo; sua essência não está nas formas de governo, mas na onipotência da opinião pública que resulta delas.”] Na página seguinte, vem o trecho que Machado cita a seguir: “Wherever the trotting horse goes, he carries in his train brisk omnibuses, lively baker’s carts, and therefore hot rolls, the jolly butcher’s wagon, the cheerful gig, the wholesome afternoon drive with wife and child – all the forms of moral excellence (...)” [Onde quer que vá, o cavalo de trote leva atrás de si ônibus rápidos, carros de padeiro, e portanto pãezinhos quentes, a carroça do açougueiro alegre, a caleça prazenteira, a excursão da tarde com mulher e filho – todas as formas de excelência moral (...).”]

⁹ Esta vírgula não está no jornal. Aurélio a repõe, sem comentar.

¹⁰ Machado se refere ao Projeto nº 118, de 1894, uma tentativa de controlar e taxar as múltiplas formas do jogo na cidade. Segundo o sr. Augusto de Vasconcelos (*Jornal do Commercio*, 10 de outubro) um projeto igual fora discutido no ano anterior, mas caiu. Deve ser a este projeto que Machado se refere – não o

não sei se sempre adequados, mas de coração, as múltiplas formas do jogo público. Um dos seus projetos, redigido em 1893, e revivido agora pelo próprio autor, vai tão longe neste particular que não se contenta de proibir a venda dos bilhetes de loteria nas ruas, chega a proibi-la expressamente. “É expressamente proibido vendê-los nas ruas e praças, etc.” diz o artigo 2.º – *Expressamente* – não há por onde fugir.

Indo ao pensamento de Holmes, descubro que a melhor maneira de penetrá-lo é tão somente lê-lo. Que o leitor o leia; penetre bem o sentido daquelas palavras, não lhe sendo preciso mais que paciência e tempo; eu não tenho pressa, e aqui o espero, com a pena na mão. Talvez haja alguma exageração quando o ilustre americano compara o cavalo de corrida às mesas de roleta, – *roulette tables*; mas quando, assim considerado,¹¹ o apropria a duas fases sociais, definidas por ele com grande agudeza, não parece que exagero¹² muito. Em compensação, a pintura do cavalo de trote, puxando o ônibus, o carro do padeiro e outros veículos úteis, basta que seja tão útil como os veículos, para que a devamos ter ante os olhos, de preferência a outros emblemas.

Não tenho pressa. Enquanto meditas e eu espero, Artur Napoleão conclui o hino que vai ser oferecido ao Estado do Espírito Santo por um de¹³ seus filhos.¹⁴ Sobre isto ouvi duas opiniões contrárias. Uma dizia que não achava boa a oferta.

– Não o digo por desfazer na obra, que não conheço, nem na intenção, que é filial, menos ainda no Estado, que a merece. Eu preferia mandar comprar um exemplar único da Constituição Federal, impresso em pergaminho, encadernado em couro ou em ouro. Ou então uma carta profética do Brasil, – o Brasil um século depois. Também podia ser um grande álbum em que os chefes de todos os Estados brasileiros

achei, mas, se entendo bem, a língua pela qual procura definir os múltiplos tipos de jogo que assolavam a cidade devia ser pedante e confusa. O projeto foi discutido nesse mesmo dia, e parte da discussão se centra justamente “nos indivíduos que vendem [bilhetes de loteria] pelas ruas”, que deveriam pagar uma licença, como as casas matrizes, os quiosques etc. Segundo o sr. Augusto de Vasconcelos, “Os que vendem pelas ruas, eu entendo que se devem ocupar de outra coisa.” O sr. Maia de Lacerda, porém, defende esta gente, e dá uma descrição interessante deles: “Não quero dizer com isso que não seja muito incômodo gritar o indivíduo, perseguir, quase pedir de joelhos que se lhe compre um bilhete, especialmente quando se vai com pressa para resolver qualquer negócio, mas, não obstante o incômodo que me causa, bem como ao público, não nos assiste o direito de proibir que qualquer indivíduo apregoe, e venda bilhetes pelas ruas.” O comentário do cronista parece um jeito oblíquo de defender este pessoal, aliás tradicional na cidade, e mencionado pelo romancista, contista e cronista várias vezes (por exemplo, na crônica de 7 de janeiro deste ano), além de comentar o absurdo do advérbio. Num discurso publicado no dia 12, o sr. Leite Borges diz que o projeto “estipulava esta licença de \$200 com o único fim de acabar com estes vendedores, o que não conseguirá, pois os donos dos quiosques etc. pagarão as licenças para eles.”

¹¹ Esta vírgula não está no jornal, Aurélio a repõe.

¹² Assim na *Gazeta*. Aurélio põe “exagere”.

¹³ Assim na *Gazeta*. Aurélio tem “dos”.

¹⁴ Artur Napoleão (1843-1925), pianista e compositor português, muito amigo de Machado. Acompanhou d. Carolina na sua viagem ao Brasil em 1868. Como Machado – que também gostava de boa música –, foi bom enxadrista. Para mais detalhes sobre ele, ver o verbete de Ubiratan Machado, no seu *Dicionário de Machado de Assis*, p. 236-37. A música do hino de Espírito Santo, oficializado em 1947, é dele, com palavras de Pessanha Póvoa.

escrevessem algumas palavras de solidariedade e concórdia, qualquer coisa que pudesse meter cada vez mais fundo na alma dos nossos patrícios do Espírito Santo o sentimento da unidade nacional... Um hino parece levar ideias de particularismo...

– Discordo, respondeu a outra opinião, pela boca de um homem magro, que ia na ponta do banco, porque esta conversação era no bonde, ontem de manhã, em viagem para o Jardim Botânico.

– Discorda?

– Sim, não acho inconveniente o hino, e tanto melhor se cada Estado tiver o seu hino particular. As flores que compõem um ramilhete, Sr. Demétrio, podem conservar as cores e formas próprias, uma vez que o ramilhete esteja bem unido e fortemente apertado. A grande unidade faz-se de pequenas unidades...

A conversação foi andando assim, talhada em aforismos, enquanto eu descia do bonde, metia-me em outro e tornava atrás. Os animais, apesar de serem de trote, ignoravam este outro aforismo – *time is money* –, ou por não saberem inglês, ou por não saberem capim. Tinha chuviscado, mas o chuvisco cessou, ficando o ar sombrio e meio fresco. Apesar disso, ou por isso, trago uma dor de cabeça enfadonha que me obriga a parar aqui.



A SEMANA – 125

John Gledson

Esta crônica, bastante engraçada para quem apreciar sua contínua ironia e sátira, começa por um sarcasmo – pois não se trata de amores no sentido lírico, mas nos sentidos criminoso, violento, e, sobretudo, comprado e vendido. A maior parte da crônica trata novamente deste alvo preferido de Machado, o sr. Capelli, zombando dos seus discursos enciclopédicos (as listas de nomes de heróis da humanidade, típicos do positivismo). Mostra as brigas entre os intendentos acerca dessa “doutrina subversiva”; mas também mostra, me parece, um interesse real, na parte final do discurso, pela história e pela geografia da prostituição no Rio de Janeiro. Da rua do Sacramento, uma das mencionadas pelo sr. Capelli, vem Marocas, a heroína do conto “Singular ocorrência”.



A SEMANA

21 de outubro de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Toda esta semana foi de amores. A *Gazeta* deu-nos o capítulo esotérico do anel de Vênus desenhado a traço grosso na mão aberta do costume. Da Bahia veio a triste notícia de um assassinato por amor, um cadáver de moça que apareceu, sem cabeça nem vestidos. Aqui foi envenenada uma dama. Julgou-se o processo do bigamo Lousada.¹ Enfim, o intendente municipal Dr. Capelli fundamentou uma lei regulando a prostituição pública, – “a vaga Vênus” diria² um finado amigo meu, velho dado a clássicos.³

Outro amigo meu, que não gostava de romances, costumava excetuar tão somente os de Júlio Verne, dizendo que neles a gente aprendia. O mesmo digo dos discursos do Dr. Capelli. Não são simples justificações rápidas e locais de um projeto de lei, mas verdadeiras monografias. Que se questione sobre a oportunidade de alguns desenvolvimentos, é admissível, mas ninguém negará que tais desenvolvimentos são completos, e que o assunto fica esgotado. Quanto ao estilo, meio didático, meio imaginoso, está com o assunto. Não perde por imaginoso. Na história há Macaulay e

¹ Estes itens: a *Gazeta* publicava diariamente uma série sobre quiromancia, a arte de predizer o futuro pelas linhas da mão. No dia 18, explica o anel de Vênus, uma linha “que principia entre Júpiter e Saturno e vai terminar, formando um semicírculo[,] entre o anular e o dedo mínimo” [o desenho, de fato, mostra o tal semicírculo (v. figura 1, após a crônica)] – semicírculo que envolve Saturno e Apolo, a tristeza e a luz, “cujo combate causa uma desordem contínua”. Os telegramas da Bahia noticiam o encontro do “cadáver de uma mulher de cor branca, degolada”. Não descobri a dama envenenada. No dia 16, anuncia-se o fim do caso de bigamia Lousada (ver. cr. 121, de 23 de setembro): “O inquérito foi acompanhado de dois longos e minuciosos relatórios, pelos quais se evidencia a culpabilidade do acusado.”

² Assim na *Gazeta*. Aurélio tem uma vírgula depois de “Vênus”, e “dizia” em vez de “diria”. O “finado amigo” é José Feliciano de Castilho; ver “Introdução às notas”, neste número da *Machadiana Eletrônica*.

³ Para o dr. Capelli, ver as crônicas 46, 54, 87 e 97. Este discurso, como de costume, e dada a sua extensão, não foi reproduzido na *Gazeta*. Encontra-se inteiro, porém, no *Jornal do Commercio* do dia 18 de outubro.

Michelet, e tudo é história.⁴ Nas nossas câmaras legislativas perde-se antes por seco e desornado. Moços que brilharam nas associações acadêmicas e literárias entendem que, uma vez entrados na deliberação política, devem despir-se da clâmide e da metáfora, e falar chão e natural. Não pode ser; o natural e o chão têm cabida no parlamento, quando são as próprias armas do lutador; mas se este as possui mais belas, com incrustações artísticas e ricas, é insensato deixá-las à porta e receber do porteiro um canivete ordinário.

Amor! assunto eterno e fecundo! Primeiro vagido da terra, último estertor da criação! Quem, falando de amor, não sentir agitar-se-lhe a alma e reverdecer a natureza, pode crer que desconhece a mais profunda sensação da vida e o mais belo espetáculo do universo. Mas, por isso mesmo que o amor é assim, cumpre que não seja de outro modo, não permitir que se corrompa, que se desvirtue, que se acanalhe. Onde e quando não for possível tolher o mal, é necessário acudir-lhe com a lei, e obstar à inundação pela canalização. Creio ser esta a tese do discurso do Sr. Capelli. Não a pode haver mais alta nem mais oportuna.

Direi de passagem que apareceram ontem alguns protestos contra dois ou três períodos do discurso, vinte e quatro horas depois deste publicado, por parte de intendentes que declaram não os ter ouvido.⁵ Não conheço a acústica da sala das sessões municipais; não juro que seja má, visto que o texto impresso do discurso está cheio de aplausos, e houve um ponto em que os apartes foram muitos e calorosos. Um dos intendentes que ora protestam atribui as injustiças de tais trechos à revisão do manuscrito. Assim pode ser; em todo caso, as intenções estão salvas.

O que fica do discurso, excluídos esses trechos, e mais um que não cito para não alongar a crônica, é digno de apreço e consideração. Não há monografia do amor, digna de tal nome, que não comece pelo reino vegetal. O Sr. Capelli principia por aí, antes de

⁴ Machado exemplifica aqui os dois “estilos” de história, o didático e o imaginoso: Thomas Babington Macaulay (1800-1859), cuja *History of England from the Accession of James the Second* (1848), muito popular, Machado tinha em tradução francesa na sua biblioteca. É o modelo da história “whig”, com sua interpretação otimista e progressista da história inglesa. Jules Michelet (1798-1874) – que Capelli cita no seu discurso – é o tipo do historiador romântico e entusiasta, igualmente popular. A sua *Histoire de la Révolution Française* (1847-1853) é ainda hoje referência fundamental. Não consta no que restou da biblioteca de Machado, mas sem dúvida ele a conhecia bem.

⁵ Este episódio apareceu no *Jornal do Commercio* do dia 20 de outubro, onde o sr. Alfredo Barcelos protesta contra dois trechos do discurso do dr. Capelli do dia 18, segundo ele impressos mas não proferidos. Diz: “em um tópico do seu discurso S. Ex. diz, referindo-se ao modo por que a educação moral é dada na família brasileira, o seguinte: „E disse [da escravidão] o que resultava também? que as *sinhás-moças*, em convívio direto e inconstante com essas crioulas, educadas por essa forma, haviam de ganhar, forçosamente, tendências que, por certo, não se consorciavam com a *moral...* e daí uma porta francamente aberta para a prostituição futura.” O sr. Barcelos replica que talvez fosse assim se o Brasil não fosse uma sociedade cristã, mas que “a virtude, a pureza que resumbrava na família brasileira fazia com que o escravo se tornasse virtuoso”.

passar ao animal; chegando a este, explica a divisão dos sexos e o seu destino. Num período vibrante, mostra o nosso físico alcançando a divinização, isto é, vindo da promiscuidade até Epaminondas, que defende Tebas, até Coriolano, que cede aos rogos da mãe, até Sócrates, que bebe a cicuta.⁶ Todos os nomes simbólicos do amor espiritual são assim atados no ramallete⁷ dos séculos, Colombo, Gutenberg, Joana d'Arc, Werther, Julieta, Romeu, Dante e Jesus Cristo. Feito isso, como o principal do discurso era a prostituição, o orador entra neste vasto capítulo.

O histórico da prostituição é naturalmente extenso, mas completo. Vem do mundo primitivo, Caldeia, Egito, Pérsia, etc., com larga cópia de nomes e ações, mitos e costumes. Daí passa à Grécia e a Roma. As mulheres públicas da Grécia são estudadas e nomeadas com esmero, os seus usos descritos minuciosamente, as anedotas lembradas – lembradas igualmente as comédias de Aristófanes, e todos quantos, homens ou mulheres, estão ligados a tal assunto. Roma oferece campo vasto, desde a loba até Heliogábalo.⁸ Não transcrevo os nomes; teria de contar a própria história romana. Nenhum escapou dos que valiam a pena, porém,⁹ de imperadores ou poetas, de deusas ou matronas, as instituições com os seus títulos, as depravações com as suas origens e consequências. Chegando a Heliogábalo, mostrou o orador que a degeneração humana tocara o zênite. “O momento histórico era solene, disse ele, foi então que apareceu Cristo.”

Cristo trouxe naturalmente à memória a Madalena, e depois dela algumas santas, cuja vida impura se regenerou pelo batismo e pela penitência. A apoteose cristã é brilhante; mas história é história, e força foi dizer que a prostituição voltou ao mundo. Na descrição dessa recrudescência do mal, nada é poupado nem escondido, seja a hediondez dos vícios, seja a grandeza da consternação. Aqui ocorreu um incidente que perturbou a serenidade do discurso. O orador apelou para um novo Cristo, que viesse fazer a obra do primeiro, e disse que esse Cristo novo era Augusto Comte...¹⁰

Muitos intendentos interromperam com protestos, e estavam no seu direito, uma vez que têm opinião contrária; mas podiam ficar no protesto. Não sucedeu assim. O Sr.

⁶ Machado dá um resumo do discurso, que ocupou uma página inteira, quase oito colunas, de letra pequena, no *Jornal do Commercio* de 19 de outubro.

⁷ Assim na *Gazeta*. Aurélio põe “ramillete”.

⁸ A loba, como se sabe, resgatou os gêmeos Rômulo e Remo, fundadores míticos da cidade de Roma, e os amamentou. Heliogábalo (203-222) foi imperador de Roma, famoso por sua devassidão. Foi assassinado com 18 anos de idade.

⁹ Esta vírgula não está na *Gazeta*. Aurélio a acrescenta.

¹⁰ A estas interrupções, o sr. Capelli protestou: “Não sei por que os colegas recebem tão mal esta minha opinião. É no entanto uma opinião como outra qualquer.”

Maia de Lacerda bradou: *Oh! oh!* e retirou-se da sala. O Sr. Capelli insistiu, os protestos continuaram.¹¹

O Sr. Barcelos afirmou que o positivismo era doutrina subversiva. Defendeu-se o orador, pedindo que lhe respeitassem a liberdade de pensamento. Travou-se diálogo. Cresceram os *não apoiados*. O Sr. Capelli parodiou Voltaire, dizendo que, se Augusto Comte não tivesse existido, era preciso inventá-lo.¹² O Sr. Pinheiro bradou: “Chega de malucos!” Enfim, o orador,¹³ compreendendo que iria fugindo ao assunto, limitou-se a protestar em defesa das suas ideias e continuou.

Esse lastimável incidente ocorreu na terceira coluna do discurso, e ele teve sete e meia. Vê-se que não posso acompanhá-lo, e, aliás, a parte que então começou não foi a menos interessante. O discurso enumera as causas da prostituição. A primeira é a própria constituição da mulher. Segue-se o erotismo, e a este propósito cita o célebre verso de Hugo: *Oh! n’insultez jamais une femme qui tombe!*¹⁴ Vem depois a educação, e explica que a educação é preferível à instrução. O luxo e a vaidade são as causas imediatas. A escravidão foi uma. Os internatos, a leitura de romances, os costumes, a mancebia, os casamentos contrariados e desproporcionados, a necessidade, a paixão e os D. Juans. De passagem, historiou a prostituição no Rio de Janeiro, desde D. João VI, passando pelos bailes do Rachado, do Pharoux, do Rocambole e outros. Nomeando muitas ruas degradadas pela vida airada, repetia naturalmente muitos nomes de santos, dando lugar a este aparte do Sr. Duarte Teixeira: “Arre! quanto santo!”¹⁵

Vieram finalmente os remédios, que são quatro: a educação da mulher, a proibição legal da mancebia, o divórcio e a regulamentação da prostituição pública. Toda essa parte é serena. Há imagens tocantes. “No pórtico da humanidade a mulher aparece como a estrela do amor.” Depois, vem o projeto, que contém cinco artigos. Será aprovado? Pode ser. Será cumprido?



¹¹ Aqui, Aurélio acrescenta reticências no fim da frase, que não estão na *Gazeta*.

¹² Uma das citações mais célebres de François-Marie Arouet, Voltaire (1694-1778): “Si Dieu n’existait pas, il faudrait l’inventer.” [Se Deus não existisse, seria necessário inventá-lo.] Tirada da “Épître à l’auteur du livre des *Trois imposteurs*”, de 1768.

¹³ Esta vírgula, que não está na *Gazeta*, foi acrescentada por Aurélio.

¹⁴ Palavras iniciais do poema XIV de “Les chants du crépuscule”, de 1835, de Victor Hugo (1802-1885). “Oh, não insultai nunca uma mulher que cai!”

¹⁵ Com efeito, esta parte do discurso, longo demais para citar, e que ocupa duas colunas do jornal, é muito interessante, e deve ter interessado Machado. Dá uma história detalhada da prostituição ao longo do século XIX, os bailes, os hotéis, as casas particulares, as ruas, o Passeio Público etc. Conclui dizendo que “a prostituição nesta cidade é tremenda”, e lista várias ruas, a maioria na região da praça Tiradentes (ex-Rossio), onde impera.

ESOTERISMO

CHIROMANCIA
(Continuação)

ANNEL DE VENUS

O anel de Venus é uma linha que principia entre Jupiter e Saturno e vai terminar, formando um semi-circulo entre o annular e o dedo minimo.

O anel de Venus encerra, como em uma ilha, disse um chiromante moderno, Saturno e Appollo, isto é, a fatalidade e a luz, e deixa sem guia e sem conselhos os instinctos de ambição desmedida, da mentira, da libertinagem e do capricho, instinctos maus de Jupiter, de Mercurio, de Venus e da Lua, desde o momento em que não são mais esclarecidos e ennobrecidos pelo sol Appollo.

Eis o anel de Venus representado na figura 34.



O anel de Venus envolve e põe em lucta directa Saturno e Appollo, a tristeza e a luz, cujo combate continuo causa uma desordem continua.

(Continua.)

A SEMANA – 126

John Gledson

Machado escreve no auge da Primeira Guerra Sino-Japonesa (agosto de 1894 – abril de 1895), em que, numa luta pelo controle da península coreana, os japoneses chocaram o mundo pela vitória esmagadora sobre o vasto Império chinês. Foi um acontecimento marcante, tão importante à sua maneira quanto a vitória alemã na Guerra Franco-Prussiana de 1870. É por isso que “o momento é japonês” – em dezembro, Eça de Queirós contribuiria com seis artigos sobre “Chineses e japoneses” para a *Gazeta*. O que fascinou Machado na ascensão do Japão foi a relação desse país com as grandes potências europeias. Em contraste com a China, tinha utilizado as invenções e até as instituições políticas do Ocidente para emular e depois rivalizar com seu modelo. É fácil imaginar como isso deve ter interessado um brasileiro; o Brasil também, no Império e na República, tinha adotado as formas europeias, mas com resultados bem diferentes. Ambos os tratados que Machado menciona, Tientsin e Yokohama, foram uma espécie de “abertura dos portos”, forçada, da China e do Japão.

Em contraste intencional, Machado começa a crônica num contexto mais local: os japoneses praticam a guerra, mas querem também mandar alguns “braços de paz” ao Brasil. Isso leva o cronista a uma questão que tinha preocupado os brasileiros ao longo do século XIX, e que depois da Abolição tinha cobrado uma nova urgência – a possibilidade da imigração oriental em grande escala. Sempre, Machado temera que a imigração chinesa (os *coolies*) fosse um jeito de manter a escravidão com outro nome. Outra preocupação que sempre tivera era a unidade cultural do país, a começar pela língua. Sentimos, no último parágrafo, que a imigração é muito bem-vinda, se levar à assimilação. Machado gostaria de aprender japonês, como de fato tinha aprendido alemão, mas seria bom que Sho Nemotre e os seus compatriotas aprendessem português. Em contraste com essas questões, a cultura – no caso, a moda da *chinoiserie*

e da *japonaiserie*, por mais que sem dúvida simpatize com os “originais” irmãos Goncourt – é coisa passageira e superficial.



A SEMANA

28 de outubro de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

O momento é japonês. Vede o contraste daquele povo que, enquanto acorda o mundo com o anúncio de uma nova potência militar e política,¹ manda um comissário ver as terras de São Paulo, para cá estabelecer alguns dos seus braços de paz. Esse comissário, que se chama Sho Nemotre, escreveu uma carta ao *Correio Paulistano* dizendo as impressões que leva daquela parte do Brasil. “Levo, da minha visita ao Estado de S. Paulo, as impressões mais favoráveis, e não vacilo em afirmar que acho esta região uma das mais belas e ricas do mundo. Pela minha visita posso afiançar que o Brasil e o Japão farão feliz amizade, a emigração será em breve encetada e o comércio será reciprocamente grande.”²

Ao mesmo tempo, o Sr. Dr. Lacerda Werneck,³ um dos nossos lavradores esclarecidos e competentes, acaba de publicar um artigo comemorando os esforços empregados para a próxima vinda de trabalhadores japoneses. “É do Japão (diz ele) que nos há de vir a restauração da nossa lavoura.” S. Ex. fala com entusiasmo daquela nação civilizada e próspera, e das suas recentes vitórias sobre a China.

Não esqueçamos a circunstância de vir do Japão o novo ministro italiano, segundo li na *Notícia* de quinta-feira, fato que, se é intencional, mostra da parte do rei Humberto a intenção de ser agradável ao nosso país, e, se é casual, prova o que eu dizia

¹ Esta vírgula não está na *Gazeta*. Aurélio a acrescenta.

² O nome verdadeiro deste diplomata é Sho Nemoto. Foi o primeiro visitante japonês a propor a imigração em grande escala dos seus compatriotas ao Brasil (que só começaria de fato em 1908). A carta apareceu com certo destaque no *Correio Paulistano* no dia 20 de outubro, e foi reproduzida na *Gazeta* no mesmo dia desta crônica, 28 de outubro. Curiosamente, Machado parece ter substituído a palavra “garantir” do original (em ambos jornais), reputado galicismo, por “afiançar”.

³ Provavelmente Machado se refere a Manuel Peixoto de Lacerda Werneck, filho de Luís Peixoto de Lacerda Werneck, barão do Pati do Alferes. Não localizei este artigo.

a princípio, e repito, que o momento é japonês.⁴ Também eu creio nas excelências japonesas, e daria todos os tratados de Tientsin por um só de Yokohama.⁵

Não sou nenhuma alma ingrata que negue ao chim os seus poucos méritos; confesso-os, e chego a aplaudir alguns. O maior deles é o chá, merecimento grande, que vale ainda mais que a filosofia e a porcelana. E o maior valor da porcelana, para mim, é justamente servir de veículo ao chá. O chá é o único parceiro digno do café. Temos tentado fazer com que o primeiro venha plantar o segundo, e ainda me lembra a primeira entrada de chins,⁶ vestidos de azul, que deram para vender pescado, com uma vara ao ombro e dois cestos pendentes, – o mesmo aparelho dos atuais peixeiros italianos. Agora mesmo há fazendas que adotaram o chim, e, não há muitas semanas, vi aqui uns três que pareciam alegres, – por boca do intérprete, é verdade, e das traduções faladas se pode dizer o mesmo que das escritas, que as há lindas e pérfidas.⁷ De resto, que nos importa a alegria ou a tristeza dos chins?

A tristeza é natural que a tenham agora, se acaso o intérprete lhes lê os jornais; mas é provável que não os leia. Melhor é que ignorem e trabalhem. Antes plantar café no Brasil que “plantar figueira” na Coreia, perseguidos pelo marechal Yamagata.⁸ Já este nome é célebre! Já o almirante Ito é famoso! Do primeiro disse a *Gazeta* que é o Moltke do Japão.⁹ Um e outro vão dando galhardamente o recado que a consciência nacional lhes encomendou para fins históricos.

⁴ A notícia está na primeira página, com destaque, de *A Notícia*, de 25 de outubro, quinta-feira. O assunto tinha certa importância, porque o governo italiano queixava-se que alguns súditos italianos tinham sido maltratados durante a Revolta da Armada (a chamada “questão dos protocolos”), e que certos “contratos e concessões feitos pelo governo provisório não tinham sido levados a efeito.”

⁵ Pelo tratado de Yokohama parece que Machado se refere ao tratado de Kanagawa, firmado em Yokohama em 1854, quando uma frota americana, comandada pelo Comodoro Perry, forçou o Japão a abandonar a política de isolamento do resto do mundo que tinha mantido ao longo de 200 anos. Houve vários tratados de Tientsin, importante porto chinês (atual Tianjin), de 1858, 1861, 1885...; em todos, os poderes ocidentais forçaram uma abertura do país à exploração estrangeira. Foram incluídos depois na rubrica “Tratados desiguais”.

⁶ A primeira tentativa de trazer chineses para cultivar o chá no Brasil data de 1810; foi uma experiência do governo de Dom João VI, que não deu certo. Pela “primeira entrada dos chins”, parece que Machado se refere aos – menos de mil – chineses que entraram no Brasil na década de 1850. Com efeito, há várias referências a eles como vendedores de peixe, inclusive na reportagem de João do Rio, “Visões d’ópio: os chins do Rio”, em *A alma encantadora das ruas*.

⁷ Machado traduz uma frase muito usada para descrever certo tipo de tradução, sobretudo para o francês: “les belles infidèles”, isto é, são belas, mas à custa da fidelidade ao original.

⁸ “Plantar figueira” quer dizer levar uma queda – no caso, uma derrota. O marechal Yamagata Aritomo (1838-1922) foi um dos responsáveis pelo estabelecimento do poder militar e político do Japão, e Ministro de Guerra durante a Primeira Guerra Sino-Japonesa. Por isso, é comparado com Helmuth von Moltke, que transformou o exército alemão, também vitorioso, notadamente na Guerra Franco-Prussiana de 1870. O almirante Ito Sukeyuki (1843-1914) dirigiu a frota japonesa, que ganhou várias batalhas na mesma guerra.

⁹ Este artigo, que detalha a carreira de Yamagata, apareceu na *Gazeta* de 18 de outubro, na segunda página. Para Moltke, ver a crônica de 1º de janeiro de 1894, nota 6.

Aqui, há anos, o mundo inventou uma coisa chamada japonismo. Nem foi precisamente o mundo, mas os irmãos de Goncourt, que assim o declaram e eu acredito, não tendo razão para duvidar da afirmação. O *Journal des Goncourt* está cheio de japonismo. Uma página de 31 de março de 1875 fala do “grande movimento japonês”, e acrescenta, por mão de Edmundo: *Ç’a été tout d’abord quelques originaux, comme mon frère et moi...*¹⁰

Esse “grande movimento japonês” não era o que parece à primeira vista; reduzia-se a colecionar objetos do Japão, sedas, armas, vasos, figurinhas, brinquedos. Espalhou-se o japonismo. Nós o tivemos e o temos. Esta mesma semana fez-se um grande leilão na rua do Senador Vergueiro, em que houve larga cópia de sedas e móveis japoneses, dizem-me que bonitos.¹¹ Muitos os possuem e de gosto. Chegamos (aqui ao menos) a uma coisa, que não sei se defina bem chamando-lhe a banalidade do raro.

Mas, enquanto os irmãos de Goncourt inventaram o japonismo, que faria o Japão, propriamente dito? Inventava-se a si mesmo. Forjava a espada que um dia viria pôr na balança dos destinos da Ásia. Enquanto uns coligiam as suas galantarias, ele armava as couraças e forças modernas e os aparelhos liberais. Mudava a forma de governo e apurava os costumes, decretava uma constituição, duas câmaras, um ministério como outras nações cultas vieram fazendo desde a Revolução Francesa, cuja alma era mais ou menos introduzida em corpos de feição britânica. Vimos agora mesmo que o Micado, abertas as câmaras, proferia a fala do trono, e ouvia delas uma resposta, à maneira dos comuns de Inglaterra, mas uma resposta de todos os diabos, mais para o resto do mundo que para o próprio governo. Este acaba de recusar intervenções da Europa, nega armistícios, não quer padrinhos nem médicos naquele duelo, e parece que há de acabar por dizer e fazer coisas mais duras.

São dois inimigos velhos; mas não basta que o ódio seja velho, é de mister que seja fecundo, capaz e superior. Ora, é tal o desprezo que os japoneses têm aos chins, que a vitória deles não pode oferecer dúvida alguma. Os chins não acabarão logo, nem tão cedo, – não se desfazem tantos milhões de haveres como se despacha um prato de arroz com dois pauzinhos, – mas, ainda que se fossem embora logo e de vez, como o chá não

¹⁰ Na *Gazeta*, “Ç’a été...”, sem dúvida erro dos compositores, que Aurélio corrige. “No começo, isso foi coisa de alguns originais, como meu irmão e eu...” Os irmãos Edmond (1822-1896) e Jules de Goncourt (1830-1870), romancistas franceses, famosos sobretudo pelo seu diário, mantido ao longo de muitos anos, e que oferece uma visão única da vida cultural da França da época. Nesta anotação, Edmond comenta a história deste “movimento” nas artes francesas, e a loja de Mme. Desoye, na Rue de Rivoli, cheia de *objets d’art* japoneses.

¹¹ Certamente Machado se refere a um grande leilão na rua Senador Vergueiro, anunciado na *Gazeta* no dia 25 de outubro: “Suntuoso leilão de riquíssimos móveis”. Com efeito, há alguns móveis e bibelôs orientais, quatro ou cinco (p.ex. um “rico biombo japonês com delicado trabalho a ouro”). Mas a impressão geral que se tem é de um ecletismo total. Sofia Palha teria adorado.

é só dos chins, eu continuaria a tomar a minha chávena, como um simples russo, e as coisas ficariam no mesmo lugar.

O momento é japonês. Que esses braços venham lavrar a terra, e plantar, não só o café, mas também o chá, se quiserem. Se forem muitos e trouxerem os seus jornais, livros e revistas de clubes, e até as suas moças, alguma necessidade haverá de aprender a língua deles. O padre Lucena escreveu, há três séculos, que é língua superior à latina, e tal opinião, em boca de padre, vale por vinte academias.¹² Tenho pena de não estar em idade de a aprender também. Estudaria com o próprio comissário Sho Nemotre, que esteve agora em S. Paulo; ensinar-lhe-ia a nossa língua, e chegaríamos à convicção de que o almirante Ito é descendente de uma família de Itu, e que os japoneses foram os primeiros povoadores do Brasil, tanto que aqui deixaram a japona. Ruim trocadilho; mas o melhor escrito deve parecer-se com a vida, e a vida é, muitas vezes,¹³ um trocadilho ordinário.



¹² Padre João de Lucena (1549-1600), jesuíta português, autor da biografia do missionário São Francisco Xavier, que inclui muitas informações sobre os países do Extremo Oriente. Machado o cita mais de uma vez, e tinha as suas obras na sua biblioteca. Lucena comenta, em tom de elogio, a complexidade de registros da língua japonesa.

¹³ Esta vírgula não está no jornal. Aurélio a acrescenta.

A SEMANA – 127

John Gledson

Esta é a primeira crônica de “A Semana” em que Machado trata diretamente de literatura contemporânea, resenhando um livro, de Júlia Cortines, cujo prefaciador, Lúcio de Mendonça, tinha recomendado à sua atenção. O livro – pelo menos para meu gosto – merece, e mostra, mais uma vez, o interesse e o apoio de Machado à literatura feminina, fenômeno do fim do século no Brasil como noutros países. Sente-se, no entanto, que o cronista está um pouco sem assunto – o começo da crônica é uma lista deles, incluindo uma das anedotas que adorava pinçar nos relatórios dos debates das câmaras e (sobretudo) do Conselho Municipal; o fim é mais um comentário sobre a mania das corridas e do jogo em geral, que acaba onde começara, em mais uma descrição satírica do Encilhamento.

Esta crônica consta da antologia de Mário de Alencar, p. 166-170.



A SEMANA

4 de novembro de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

É verdade trivial que, quando o rumor é grande, perdem-se naturalmente as vozes pequenas. Foi o que se deu esta semana.

A semana foi toda de combatividade, para falar como os frenologistas.¹ Tudo esteve na tela da discussão, desde a luz esteárica até a demora dos processos, desde as carnes verdes até a liberdade de cabotagem.² De algumas questões, como a da luz esteárica, sei apenas que, se a lesse, não estaria vivo. A das carnes verdes é propriamente de nós todos; mas a disposição em que me acho, de passar a vegetariano, desinteressa-me da solução, e tanto faz que haja monopólio, como liberdade. *A liberdade é um mistério*, escreveu Montaigne,³ e eu acrescento que o monopólio é outro mistério, e, se tudo são mistérios neste mundo, como no outro, fiquem-se com os seus mistérios, que eu me vou aos meus espinafres.

¹ Segundo Franz Joseph Gall (1758-1828), o fundador da frenologia, pseudociência popular no século XIX, a personalidade da pessoa podia ser deduzida das protuberâncias da sua cabeça; a “combatividade” se encontra na “parte posterior da convolução temporal inferior”.

² Estes assuntos: o ácido esteárico é usado, entre outras coisas, para fazer velas – não descobri a referência contemporânea; a demora dos processos refere-se às muitas petições de *habeas corpus* de algumas das vítimas do estado de sítio durante a Revolta da Armada; o preço alto da carne fresca (“carnes verdes”) era assunto eterno nos jornais, e discutido esta semana, na segunda-feira, no Conselho Municipal – alegava-se que era devido a um monopólio do sr. Manuel Gomes de Oliveira, com o qual o Conselho Municipal acabava de assinar um contrato –, parece que agora aparecera um concorrente (“apareceu quem propusesse vendê-la por menos”) e a pressão crescera; “liberdade de cabotagem”: acabava o prazo de dois anos, estabelecido em 11 de novembro de 1892, para “nacionalizar” o comércio costeiro (isto é, limitá-lo aos brasileiros, e excluir as companhias estrangeiras). Suspeitava-se que o prazo seria sujeito a “repetidas prorrogações” por pressões estrangeiras. Este decreto era “para brasileiro ver”, segundo um correspondente da *Gazeta*.

³ Não encontrei esta frase na obra de Montaigne (1533-1592). Suspeito que disse alguma coisa parecida a isto (e a ideia é típica do seu ponto de vista), mas que Machado se lembrou mal e/ou não se deu ao trabalho de ir verificar as palavras exatas – ou inventou? Se isto for verdade, não é o único caso de citar mal a este autor. Outra possibilidade: esta frase aparece, com todas as palavras, em francês: “La liberté est un mystère”, no fim de *Da liberdade da vontade (Über die Freiheit des Menschlichen Willens)*, de Arthur Schopenhauer, de 1839, livro que Machado tinha em sua biblioteca, em francês (*Essai sur le libre arbitre*), numa edição de 1880. Na conclusão deste ensaio, atribui esta frase a Nicolas Malebranche (1638-1713). Uma nota na minha tradução inglesa, porém, diz que estas exatas palavras não se encontram na obra de Malebranche, embora a ideia sim. Bem pesadas as coisas, parece bem possível que Machado tenha encontrado a frase em Schopenhauer, esquecendo-se depois da sua origem.

De resto, nos negócios que me⁴ interessam diretamente, não é meu costume perder o tempo que posso empregar em coisas de obrigação. É assim, que aprovo e aprovarei sempre uma passagem que li na ata da reunião de comerciantes, que se fez na Intendência Municipal, para tratar da crise de transportes. Orando, o Sr. Antônio Werneck observou que havia pouca gente na sala. Respondeu-lhe um dos presentes, em aparte: “Eu, se não fosse o pedido de um amigo, não estaria aqui.”⁵ Digo que aprovo, mas com restrições, porque não há amigos que me arranquem de casa, para ir cuidar dos meus⁶ negócios. Os amigos têm outros fins, se são amigos, se não são mandados pelo diabo para tentar um homem que está quieto.

Não obstante a pequena concorrência, parece que o rumor do debate foi grande, pouco menor que o da questão de cabotagem na câmara dos deputados. Mas, para mim, em matéria de navegação, tudo é navegar, tudo é encomendar a alma a Deus e ao piloto. A melhor navegação é ainda a daquelas conchas cor de neve, com uma ondina dentro, olhos cor do céu, tranças cor do⁷ sol, toda em verso e toda no aconchego do gabinete. Mormente em dias de chuva, como os desta semana, é navegação excelente, e aqui a tive, em primeiro lugar com o nosso Coelho Neto, que aliás não falou em verso, nem trouxe daquelas figuras do norte ou do levante, aonde a musa costuma levá-lo, vestido, ora de névoas, ora de sol. Não foi o Coelho Neto das *Baladilhas*, mas o dos *Bilhetes-Postais* (dois livros em um ano), por antonomásia *Anselmo Ribas*.⁸ Páginas de *humour* e de fantasia, em que a imaginação e o sentimento se casam ainda uma vez, ante esse pretor de sua eleição. Derramados na imprensa, pareciam esquecidos; coligidos no livro, vê-se que deviam ser lembrados e lembrados. A segunda concha...

⁴ Assim na *Gazeta*, e em Mário de Alencar. Aurélio substitui “me” por “não”. Parece que ele (sem anotar o fato) não entendeu este parágrafo na versão do jornal, e assim se explica a substituição de “seus”, em vez de “meus” perto do fim dele (“cuidar dos *meus* negócios”). Entende-se; a primeira frase de fato presta-se a confusão – qual a diferença entre “coisas que me interessam diretamente”, e “coisas de obrigação”? Parece mais lógico distingui-las, o que explica o “não”. Mas há uma explicação: parece que o cronista distingue sim entre “coisas que me interessam”, e “coisas de obrigação”, a que só vai forçado. Por sua vez, o “meus” se explica, porque vai (na Intendência ou alhures) forçado, mesmo se são negócios que lhe dizem respeito.

⁵ A “crise dos transportes”: os comerciantes queixavam-se do mau serviço nas estradas de ferro, provocado “pela grande expansão comercial que sobreveio à decretação de lei de 13 de maio de 1888”. Nesta reunião de comerciantes, em 31 de outubro (já na terceira coluna da reportagem, no *Jornal do Commercio* de 2 de novembro, que parece que Machado leu), o sr. Werneck observa que faltam algumas pessoas importantes: “Ignora também por que não se acha presente o Sr. Diretor da Estrada, bem como outras pessoas competentes. Vê a sala quase deserta.” É então que o sr. Airoso responde com as palavras citadas.

⁶ “seus” em Aurélio. Ver nota 4.

⁷ Está assim no jornal. Mário de Alencar e Aurélio têm “de”.

⁸ Henrique Maximiano Coelho Neto (1864-1934), autor prolífico, em muitos gêneros, e muito lido na época. Publicou estes dois livros, o primeiro de contos, o segundo de crônicas – do qual há uma edição moderna, da Mercado de Letras – em 1894. Era amigo de Machado, que numa carta a Magalhães de Azeredo o chama de “operoso”: mais prolífico e esforçado que talentoso, talvez?

A segunda concha trouxe deveras uma ondina, uma senhora, e veio cheia de versos, os *Versos*, de Júlia Cortines.⁹ Esta poetisa de temperamento e de verdade disse-me coisas pensadas e sentidas, em uma língua inteiramente pessoal e forte. Que poetisa é esta? Lúcio de Mendonça é que apresenta o livro em um prefácio necessário, não só para dar-nos mais uma página vibrante de simpatia, mas ainda para convidar essa multidão de distraídos a deter-se um pouco a ler. Lede o livro; há nele uma vocação e uma alma, e não é sem razão que Júlia Cortines traduz, à pág. 94, um canto¹⁰ de Leopardi. A alma desta moça tem uma corda dorida de Leopardi. A dor é velha; o talento é que a faz nova, e aqui a achareis novíssima. Júlia Cortines vem sentar-se ao pé de Zalina Rolim, outra poetisa de verdade, que sabe rimar os seus sentimentos com arte fina, delicada e pura.¹¹ O *Coração*, livro desta outra moça, é terno, a espaços triste, mas é menos amargo que o daquela; não tem os mesmos desesperos...

Eia,¹² foge, foge, poesia amiga, basta de recordar as horas de ontem e de anteontem. A culpa foi da câmara dos deputados, com a sua navegação de cabotagem, que me fez falar da tua concha eterna, para a qual tudo são mares largos e não há leis nem Constituições que vinguem. Anda, vai,¹³ que o cisne te leve água fora com as tuas hóspedes novas e nossas.

Voltemos ao que eu dizia do rumor grande, que faz morrer as vozes pequenas. Não ouviste decerto uma dessas vozes discretas, mas eloquentes; não leste a punição de três jóqueis. Um por nome José Nogueira não disputou a corrida com ânimo de ganhar; foi suspenso por três meses. Outro, H. Cousins, “atrapalhou a carreira ao cavalo Sílvio”; teve a multa de quinhentos mil-réis. Outro, finalmente, Horácio Perazzo, foi suspenso por seis meses, porque, além de não disputar a corrida com ânimo de ganhar, ofendeu com a espora uma égua.¹⁴

⁹ Júlia Cortines (1868 [1863?]-1948) foi autora de duas coleções, *Versos* (Tipografia Leuzinger), de 1894, e *Vibrações* (1905). Tiveram certo sucesso na época, mas foram quase esquecidas até anos recentes, quando foram republicadas pela Academia Brasileira de Letras, com prefácio de Gilberto Araújo (“Descortinando Júlia”), e excelente ensaio de Fausto Cunha, “A poesia esquecida de Júlia Cortines”, que podem ser lidos inteiros em linha, no site da Academia. Também reproduz o “Preâmbulo” de Lúcio de Mendonça, cujo segundo parágrafo é este: “Vê, Machado de Assis, sumo mestre, com que mão sóbria pulsa a divina cítara”. O tom geral do livro é, como diz Mendonça, “de negra amargura”, mas sem sentimentalismo. Embora geralmente classificada como parnasiana, é poeta com uma personalidade própria, bastante influenciada por Leopardi (1798-1837), o grande poeta romântico (e pessimista) italiano. À p. 64 da edição da Academia, traduz “A se stesso”, “A si mesmo”. Lúcio de Mendonça, irmão mais novo de Salvador de Mendonça, foi muito amigo de Machado, e em 28 de abril de 1894 defendera-o contra a acusação de monarquismo por Diocleciano Mártir.

¹⁰ “conto”, na *Gazeta*, erro evidente corrigido por Mário de Alencar e Aurélio.

¹¹ Zalina Rolim (1869-1961) foi poeta e educadora, autora de um único livro de poemas, o que Machado menciona. Fausto Cunha, no seu ensaio “A poesia esquecida de Júlia Cortines” (p. 5), diz que não pôde consultar *Coração*.

¹² Assim na *Gazeta*. Mário de Alencar e Aurélio têm um ponto de exclamação.

¹³ Sem vírgula na *Gazeta*; Mário de Alencar e Aurélio a acrescentam.

¹⁴ Estas punições aparecem na *Gazeta* no dia 30, com as palavras que Machado cita. Os jornais davam todos os dias relatos detalhados das carreiras, e descreve assim, no dia anterior, a atuação de Henry Cousins: “Aí, Blackstone (Cousins), que já se havia colocado em segundo, ofereceu-lhe luta, batendo-o na altura da seta da milha, depois de tê-lo barbaramente comprimido contra a cerca interna.”

Estes castigos encheram-me de espanto, não que os ache duros, nem injustos; creio que sejam merecidos, visto o delito, que é grave. Os capítulos da acusação são tais, que nenhum espírito reto achará defesa para eles. O meu assombro vem de que eu considerava o jóquei parte integrante do cavalo. Cuidei que, lançados na corrida, formavam uma só pessoa, moral e física, um lutador único. Não supunha que as duas vontades se dividissem, a ponto de uma correr com ânimo de ganhar a palma, e outra de a perder; menos ainda que o complemento humano de um cavalo embarçava a marcha de outro cavalo, e muito menos que se lembrasse de ofender uma égua com a espora. Se os animais fossem cartas, em vez de cavalos, dir-se-ia que os homens furtavam no jogo.

Quinhentos mil-réis de multa! Pelas asas do Pégaso! devem ser ricos esses funcionários. Três e seis meses de suspensão! Como sustentarão agora as famílias, se as têm, ou a si mesmos, que também comem? Não irão empregar-se na Intendência Municipal, onde a demora dos ordenados faz presumir que os jóqueis do expediente andam suspensos por ações semelhantes.¹⁵ Não hão de ir puxar carroça. Vocação teatral não creio que possuam. Se são ricos, bem; mas, então, por que é que não fundaram, há dois ou três anos, uma sociedade bancária, ou de outra espécie, onde podiam agora atrapalhar a marcha dos outros cavalos, esporear as éguas alheias, e, em caso de necessidade, correr sem ânimo de ganhar a partida? Este último ponto não seria comum, antes raríssimo; mas basta que fosse possível. Nem é outra a regra cristã, que manda perder a terra para ganhar o céu. Sem contar que não haveria suspensões nem multas.



¹⁵ A falta de pagamento dos empregados do município, resultado da crise financeira, era motivo frequente de queixas.

A SEMANA – 128

John Gledson

Mais um comentário literário, em meio às preparações para a inauguração da primeira presidência civil da República, que Machado comentará só na crônica seguinte. A figura central, porém, é um pouco mais polêmica, e sente-se que Machado tem dúvidas quanto ao seu valor. Com efeito, Carlos Dias tinha um lado erótico que (segundo alguns críticos) descambou mais tarde para a pornografia (ver a nota a seu respeito), e deduz-se que o cronista não só gostava pouco disto, como também concordava com o julgamento do júri da *Gazeta* a um livro de contos do autor, que era pouco original, digamos – “cuidei que era simples efeito de leitura”. O classicismo de *Cenários* é mais decadente que outra coisa, à moda do *fin-de-siècle*, de autores como Octave Mirbeau ou Joris-Karl Huysmans. É curioso que Machado o contraste com Hamerling, poeta austríaco, cujo livro, *Ahasver in Rom*, ele possuía: constitui uma das provas de que ele realmente lia bem alemão, língua que aprendera em 1883. Depois de um comentário sobre a mania dos países ricos de levar para os seus museus os tesouros da Antiguidade, saímos dela para “coisas velhas”: isto é, a guerra do Paraguai, que Machado toma várias vezes (junto com a Lei do Ventre Livre, de 1871), como o momento em que o próprio tempo mudou, em que “a brisa fresca e preguiçosa de outros anos” virou “este tufão impetuoso que parece apostar com a eletricidade” (crônica de 24 de março de 1894).

Esta crônica consta da antologia de Mário de Alencar, p. 170-174.



A SEMANA

11 de novembro de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

A antiguidade cerca-me por todos os lados. E não me dou mal com isso. Há nela um aroma que, ainda aplicado a coisas modernas, como que lhes troca a natureza. Os bandidos da atual Grécia, por exemplo, têm melhor sabor que os clavinoteiros da Bahia. Quando a gente lê que alguns sujeitos foram estripados na Tessália ou Maratona, não sabe se lê um jornal ou Plutarco.¹ Não sucede o mesmo com a comarca de Ilhéus. Os gatunos de Atenas levam o dinheiro e o relógio, mas em nome de Homero. Verdadeiramente não são furtos, são reminiscências clássicas.

Quinta-feira um telegrama de Londres noticiou que acabava de ser publicada uma versão inglesa da *Eneida*, por Gladstone.² Aqui há antigo e velho. Não é o caso do Sr. Zama, que, para escrever de capitães, foi buscá-los à antiguidade, e aqui no-los deu há duas semanas; o Sr. Zama é relativamente moço.³ Gladstone é velho e teima em não envelhecer. É octogenário, podia contentar-se com a doce carreira de macróbio, e só vir à imprensa quando fosse para o cemitério. Não quer; nem ele, nem Verdi.⁴ Um faz óperas, outro saiu do parlamento com uma catarata, operou a catarata e publicou a

¹ A Grécia era famosa por seus bandidos, que Machado já mencionara na sua última crônica de 1893, de 26 de novembro, que intitulou “Salteadores da Tessália”, quando a publicou em *Páginas recolhidas*; os clavinoteiros da Bahia já apareceram nas crônicas de 26 de junho e 3 de julho de 1892, e em 22 de julho de 1894.

² William Gladstone (1809-1898) fora operado de uma catarata em 24 de maio de 1894. A “tradução da *Eneida*” é um mistério, pois não há tal tradução. Gladstone foi classicista, grande admirador de Homero, e escreveu um livro bastante idiossincrático sobre as relações entre Homero e a Bíblia, mas nem gostava de Virgílio, que, bom Liberal que era, achava submisso demais ao imperador Augusto. O telegrama encontra-se n’*O Paiz* do dia 8 de novembro: “A imprensa inglesa aplaude a tradução da *Eneida* feita por Gladstone, que acaba de vir a lume”.

³ César Zama (1837-1906) – nem tão moço assim, portanto – teve longa e controvertida carreira política, e Machado o menciona várias vezes em “Balas de Estalo”, e cinco vezes ao longo de “Bons Dias!” Foi abolicionista, e na República adversário ferrenho de Floriano Peixoto e de Rui Barbosa. Foi também autor: o livro a que Machado alude é *Os três grandes capitães da Antiguidade* (Aníbal, Júlio César, e Alexandre Magno), publicado em 1894.

⁴ Giuseppe Verdi (1813-1901) estreara sua última ópera, *Falstaff*, em 1893.

Eneida em inglês, para mostrar aos ingleses como Virgílio escreveria em inglês, se fosse inglês. E não será inglês Virgílio?

Como se não bastasse essa revivescência antiga, e mais o livro do Sr. Zama, aparece-me Carlos Dias com os *Cenários*, um banho enorme de antiguidade.⁵ Já é bom que um livro responda ao título, e é o caso deste, em que os cenários são cenários, sem ponta de drama, ou raramente. Que levou este moço de vinte anos ao gosto da antiguidade? Diz ele, na página última, que foi uma mulher; eu, antes de ler a última página, cuidei que era simples efeito de leitura, com extraordinária tendência natural. Leconte de Lisle e Flaubert lhe terão dado a ocasião de ir às grandezas mortas, e a *Profissão de Fé*, no desdém dos modernos, faz lembrar o soneto do poeta romântico.⁶

Mas não se trata aqui da antiguidade simples, heróica ou trágica, tal como a achamos nas páginas de Homero ou Sófocles. A antiguidade que este moço de talento prefere, é a complicada, requintada ou decadente, os grandes quadros de luxo e de luxúria, o enorme, o assombroso, o babilônico. Há muitas mulheres neste livro, e de toda casta, e de vária forma. Pede-lhe vigor, pede-lhe calor e colorido, achá-los-ás. Não lhe peças, – ao seu Nero, por exemplo, – a filosofia em que Hamerling envolve a vida e a morte do imperador.⁷ Este grande poeta deu à farta daqueles quadros lascivos ou terríveis, em que a sua imaginação se compraz; mas, corre por todo o poema um fluido interior, e a ironia final do César sai de envolta com o sentimento da realidade última: “O desejo da morte acabou a minha insaciável sede da vida.”

Ao fechar o livro dos *Cenários*, disse comigo: “Bem, a antiguidade acabou.” – “Não acabou, bradou um jornal; aqui está uma nova descoberta, uma coleção recente de papiros gregos. Já estão discriminados cinco mil.” – “Cinco mil!” pulei eu. E o jornal, com bonomia: “Cinco mil, por ora; dizem coisas interessantes da vida comum dos

⁵ Carlos Malheiro Dias (1875-1941), autor de dupla nacionalidade, portuguesa e brasileira, nascido no Porto, vivia no Brasil na época, e foi um dos autores publicados do concurso de contos promovido pela *Gazeta* durante a Revolta da Armada. Seu conto, “Laís”, mais tarde publicado no livro *Cenários: fantasia sobre a história antiga*, que Machado louva aqui, embora com restrições, foi quase acusado de plágio nos comentários do júri, de que Machado fazia parte, com Sílvio Romero entre outros. Para mais detalhes, ver a nota às p. 40-41 do Volume III da *Correspondência de Machado de Assis*, de 9 de março de 1894, onde se recolhe uma carta de Malheiro Dias a Machado, defendendo-se dessa acusação. No ano seguinte, 1895, publicaria o romance naturalista *A mulata*, muito polêmico. Suscitou tantos ataques que Malheiro Dias teve de fugir para Portugal; ver “O caso d’*A Mulata*”, de Brito Broca, em *Machado de Assis e a política* (São Paulo: Polis, 1983), p. 153-56.

⁶ Leconte de Lisle (1818-1894), líder do movimento parnasiano francês, recorreu muito ao mundo clássico nos seus poemas; Gustave Flaubert (1821-1880), mais famoso pelo realismo de *Madame Bovary*, escreveu *Salammbô* (1862), passado em Cartago no terceiro século a.C. “Profissão de fé”, parece claro, é o poema de abertura do livro *Poesias* de Olavo Bilac, de 1888, uma espécie de manifesto do parnasianismo: rejeitou o “bando feroz” dos bárbaros. Não soubemos identificar o “soneto do poeta romântico” – será um poema famoso que também desdenha os modernos?

⁷ Robert Hamerling (1830-1889), poeta austríaco, cujo poema mais popular, *Ahasver in Rom* (Ahasverus em Roma) (1866), tem como figura central o imperador Nero. Machado tinha um exemplar na sua biblioteca, em alemão: *Ahasver in Rom: eine Dichtung in sechs Gesängen* (Hamburg, 1885).

gregos, há entre eles uma paródia da *Iliada*, uma novela, explicações de um discurso de Demóstenes... Pertence tudo ao museu de Berlim.”⁸

– Basta, é muita antiguidade; venhamos aos modernos.

– Perdão, acudiu outra folha, a França também descobriu agora alguma coisa para competir com a rival germânica; achou em Delos duas estátuas de Apolo. Mais Apolos. Puro mármore. Achou também paredes de casas antigas, cuja pintura parece de ontem. Os assuntos são mitológicos ou domésticos, e servem...

– Basta!

– Não basta; Babilônia também é gente, insinua uma gazeta; Babilônia, em que tanta coisa se tem descoberto, revelou agora uma vasta sala atulhada de retábulos inscritos... Coisas preciosas! Já estão com a Inglaterra, a França, a Alemanha e os Estados Unidos da América. Sim; não é à toa que estes americanos são ingleses de origem. Têm o gosto da antiguidade; e, como inventam telefone e outros milagres, podem pagar caro essas relíquias. Há ainda...

Sacudi fora os jornais e cheguei à janela. A antiguidade é boa, mas é preciso descansar um pouco e respirar ares modernos. Reconheci então que tudo hoje me anda impregnado do antigo, e que, por mais que busque o vivo e o moderno, o antigo é que me cai nas mãos. Quando não é o antigo, é o velho, Gladstone substitui Virgílio. A comissão uruguaia que aí está, trazendo medalhas comemorativas da campanha do Paraguai, não sendo propriamente antiga, fala de coisas velhas aos moços.⁹ Campanha do Paraguai! Mas então, houve alguma campanha do Paraguai? Onde fica o Paraguai? Os que já forem entrados na história e na geografia, poderão descrever essa guerra, quase tão bem como a de Jugurta.¹⁰ Faltar-lhes-á, porém, a sensação do tempo.

Oh! a sensação do tempo! A vista dos soldados que entravam e saíam, de semana em semana, de mês em mês, a ânsia das notícias, a leitura dos feitos heróicos, trazidos de repente por um pacote ou um transporte de guerra... Não tínhamos ainda este cabo telegráfico, instrumento destinado a amesquinhar tudo, a dividir as novidades em talhadas finas, poucas e breves.¹¹ Naquele tempo as batalhas vinham por inteiro, com as bandeiras tomadas, os mortos e feridos, número de prisioneiros, nomes dos heróis do dia, as próprias partes oficiais. Uma vida intensa de cinco anos. Já lá vai um

⁸ Não localizei as notícias sobre estas descobertas etc., todas sem dúvida autênticas. Um reparo: falando de Babilônia, Machado deve se referir, não a “retábulos” (parte de um altar de igreja, de que dificilmente se atulharia uma sala, por vasta que fosse), mas às famosas *tabuletas* de cera em que se inscreviam os caracteres cuneiformes. Erro de Machado e/ou do jornal citado?

⁹ No mesmo dia da crônica, 11 novembro, a *Gazeta* descreve a entrega, pela comissão uruguaia, destas medalhas das comemorações da aliança entre os dois países na Guerra do Paraguai.

¹⁰ Na Guerra de Jugurta (112-106 a.C.) a República romana derrotou este rei berbere, momento importante na conquista do norte da África. O historiador da guerra, no *Bellum Iugurthinum*, foi Salústio (86-34 a.C.). Também é o assunto de duas das *Vidas* de Plutarco, as de Mário e Sila.

¹¹ O telégrafo submarino chegou ao Brasil em 1875.

quarto de século. Os que ainda mamavam quando Osório ganhava a grande batalha, podem aplaudi-lo amanhã revivido no bronze,¹² mas não terão o sentimento exato daqueles dias...



¹² Na segunda-feira, dia 12 de novembro, inaugurou-se, com grande cerimônia, a estátua do general Osório, de Rodolfo Bernardelli, na praça XV de Novembro.

A SEMANA – 129

John Gledson

Apesar da habitual “modéstia” do cronista frente à política e à História com maiúsculo, e às grandes festas públicas, no caso a inauguração da estátua do general Osório na Praça XV, e a posse do primeiro presidente civil da República, Prudente de Morais, Machado não pode fugir ao assunto. De fato, aqui há diplomacia propriamente política, pois dá a impressão que a transição foi mesmo pacífica e harmoniosa, quando todo mundo sabia que a tensão era muito grande: Floriano recusou-se a dar as boas-vindas a Prudente quando este chegou ao Rio, vindo de São Paulo, e não compareceu à cerimônia de posse. As palavras de louvor ao agora ex-presidente Floriano devem ser as únicas da obra de Machado, mas talvez não lhes falte inteiramente sinceridade: Floriano, apesar de tudo, tinha mantido a unidade da nação. Feitas estas homenagens necessárias, Machado volta para o passado: a referência ao barão de São Lourenço é uma reminiscência dos tempos do jovem repórter e cronista do *Diário do Rio de Janeiro*, lembrados mais tarde, em 1898, em “O velho Senado”. Aqui, a figura de Osório serve para deixar transparecer a saudade de alguns hábitos do regime anterior: os ministérios que se faziam nas câmaras, por exemplo, no sistema parlamentar. A presença das mulheres na cerimônia atual, embora não votem ainda, para ele é certamente um avanço.

Esta crônica consta da antologia de Mário de Alencar, p. 174-178.



A SEMANA

18 de novembro de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Uma semana que inaugura na segunda-feira uma estátua e na quinta um governo, não é qualquer dessas outras semanas que se despacham brincando. Isto em princípio; agora, se atenderdes à solenidade especial dos dois atos, à significação de cada um deles, à multidão de gente que concorreu a ambos, chegareis à conclusão de que tais sucessos não cabem numa estreita crônica. Um mestre de prosa, autor de narrativas lindas, curtas e duradouras, confessou um dia que o que mais apreciava na história, eram as anedotas.¹ Não discuto a confissão; digo só que, aplicada a este ofício de cronista, é mais que verdadeira. Não é para aqui que se fizeram as generalizações, nem os grandes fatos públicos. Esta é, no banquete dos acontecimentos, a mesa dos meninos.

Já a imprensa, por seus editoriais, narrou e comentou largamente os dois acontecimentos. Osório foi revivido, depois de o ser no bronze, e Bernardelli glorificado pela grandeza e perfeição com que perpetuou a figura do herói. Quanto à posse do Sr. presidente da República, as manifestações de entusiasmo do povo e as esperanças dessa primeira transmissão do poder, por ordem natural e pacífica, foram registradas na imprensa diária, à espera que o sejam devidamente no livro. Nem foram esquecidos os serviços reais daquele que ora deixou o poder, para repousar das fadigas de dois longos anos de luta e de trabalho.

Não nego que um pouco de filosofia possa ter entrada nesta coluna, contanto que seja leve e ridente. As sensações também podem ser contadas, se não cansarem muito pela extensão ou pela matéria; para não ir mais longe, o que se deu comigo, por ocasião da posse, no senado. Quinta-feira, quando ali cheguei, já achei mais convidados que congressistas, e mais pulmões que ar respirável. Na entrada da sala das sessões, fronteira à mesa da presidência, muitas senhoras iam invadindo pouco a pouco o espaço, até conquistá-lo de todo. Era novo; mais novo ainda a entrada de uma senhora, que foi

¹ Prosper Mérimée (1803-1870), uma das grandes admirações de Machado. Já citara este comentário na crônica de 12 de março de 1893. É do começo do prefácio à *Chronique du temps de Charles IX* (1830).

sentar-se na cadeira do barão de S. Lourenço.² Ao menos, o lugar era o mesmo; a cadeira pode ser que fosse outra. Daí a pouco, alguns deputados e senadores ofereciam às senhoras as suas poltronas, e todos aqueles vestidos claros vieram alternar com as casacas pretas.

Quando isto se deu, tive uma visão do passado, uma daquelas visões chamadas imperiais (duas por ano), em que o regimento nunca perdia os seus direitos. Tudo era medido, regrado e solitário. Faltava agora tudo, até a figura do porteiro, que nesses dias solenes calçava as meias pretas e os sapatos de fivela, enfiava os calções, e punha aos ombros a capa. Os senadores, como tinham farda especial, vinham todos com ela, exceto algum padre, que trazia a farda da igreja. O barão de S. Lourenço, se ali ressuscitasse, compreenderia, ao aspecto da sala, que as instituições eram outras, tão outras como provavelmente a sua cadeira. Aquela gente numerosa, rumorosa e mesclada esperava alguém, que não era o imperador. Certo, eu amo a regra e dou pasto à ordem. Mas não é só na poesia que *souvent un beau désordre est un effet de l'art*.³ Nos atos públicos também; aquela mistura de damas e cavalheiros, de legisladores e convidados, não era das instituições, mas do momento; exprimia um “estado da alma” popular. Não seria propriamente um efeito da arte, concordo, e sim da natureza; mas que é a natureza senão uma arte anterior?

Gambetta achava que a República Francesa “não tinha mulheres”.⁴ A nossa, ao que vi outro dia, tem boa cópia delas. Elegantes, cumpre dizê-lo, e tão cheias de ardor, que foram as primeiras ou das primeiras pessoas que deram palmas, quando entrou o presidente da República. Vede a nossa felicidade: sentadas nas próprias curuis, do legislador, nenhuma delas pensava ocupar, nem pensa ainda em ocupá-las à força de votos.

Não as teremos tão cedo em clubes, pedindo direitos políticos. São ainda caseiras como as antigas romanas, e, se nem todas fiam lã, muitas a⁵ vestem, e vestem bem, sem pensar em construir ou destruir ministérios.

Nós é que fazemos ministérios, e, se já os não fazemos nas câmaras, há sempre a imprensa, por onde se podem dar indicações ao chefe do Estado. O velho costume de recomendar nomes, por meio de listas publicadas a pedido nos jornais, ressuscitou agora, de onde se deve concluir que não havia morrido. Vimos listas impressas, desde muito antes da posse, a maior parte com algum nome absolutamente desconhecido. Esta particularidade deu-me que pensar. Por que esses colaboradores anônimos do poder

² Francisco Gonçalves Martins, barão e visconde de São Lourenço (1807-1871), senador pela Bahia de 1851 a 1871. A primeira crônica de “Ao Acaso”, de 5 de junho de 1864, ocupa-se longamente de um discurso dele, de duas horas, em que argumentou que os poetas deviam ser excluídos da política.

³ “Muitas vezes uma bela desordem é um efeito da arte”; palavras da *Arte poética* de Nicolas Boileau (1636-1711).

⁴ Machado cita esta frase novamente, desta vez em francês (“la république manque de femmes”), na crônica de 17 de novembro de 1895. Aparentemente era uma “fórmula famosa”. Léon Gambetta (1838-1882), político carismático, foi um dos fundadores da Terceira República francesa.

⁵ Na *Gazeta* está “as”, como já notou Aurélio. Mário de Alencar tem “as”.

executivo? E por que, entre nomes sabidos, um que se não sabe a quem pertence? Resolvi a primeira parte da questão, depois de algum esforço. A segunda foi mais difícil, mas não impossível. Não há impossíveis.

O que me trouxe a chave do enigma, foi a própria eleição presidencial. As urnas deram cerca de trezentos mil votos ao Sr. Dr. Prudente de Moraes, muitas centenas a alguns nomes de significação republicana ou monárquica, algumas dezenas a outros, seguindo-se uma multidão de nomes sabidos ou pouco sabidos, que apenas puderam contar um voto. Quando se apurou a eleição, parei diante do problema. Que queria dizer essa multidão de cidadãos com um voto cada um? A razão e a memória explicaram-me o caso. A memória repetiu-me a palavra que ouvi, há ano, a alguém, eleitor e organizador de uma lista de candidatos à deputação. Vendo-lhe a lista, composta de nomes conhecidos, exceto um, perguntei quem era este.

– Não é candidato, disse-me ele, não terá mais de vinte a vinte e cinco votos, mas é um companheiro aqui do bairro; queremos fazer-lhe esta manifestaçãozinha de amigos.

Concluí o que o leitor já percebeu, isto é, que a amizade é engenhosa, e a gratidão infinita, podendo ir do pudim ao voto. O voto, pela sua natureza política, é ainda mais nobre que o pudim, e deve ser mais saboroso, pelo fato de obrigar à impressão do nome votado. Guarda-se a ata eleitoral, que não terá nunca outono. Toda glória é primavera.

Toda glória é primavera. A estátua de Osório vinha naturalmente depois desta máxima, mas o pulo é tão grande, e o papel vai acabando com tal presteza, que o melhor é não tornar ao assunto. Fique a estátua com os seus dois colaboradores, o escultor e o soldado; eu contento-me em contemplá-la e passar, e a *lembrar-me* das gerações futuras que⁶ hão de contemplar como eu.



⁶ Parece faltar, depois deste “que”, o pronome “a”, referência à estátua.

A SEMANA – 130

John Gledson

A língua era assunto que naturalmente interessava a Machado, que tinha certos gostos, opiniões, e até preconceitos a esse respeito. Dos exemplos que usa aqui, alguns – piquenique, convescote, inverdade, explodir – já surgiram noutras crônicas, de “Balas de Estalo”, “Bons Dias!” e “A Semana”. Se é possível generalizar, ele é purista, mas só até certo ponto. Já vimos, na crônica de 28 de outubro deste ano, que silenciosamente substitui o verbo “garantir” num texto que cita, por “afiançar”, sem dúvida para corrigir um galicismo. O que rejeita sobretudo são as criações artificiais de Castro Lopes, vindas diretamente do latim. Aqui, como em “Bons Dias!”, mostra que a lógica atrás dessas criações é ela mesma contraditória. Por isso, Machado aceita alguns galicismos, que refletem a hegemonia da cultura francesa – fato histórico incontornável. Termina a crônica com mais duas pérolas do Conselho Municipal: na segunda, o absurdo da briga sobre a bandeira parece que lhe interessa mais que a questão da influência do positivismo, religião que Machado achava absurda, nos primeiros anos da república.

Esta crônica consta da antologia de Mário de Alencar, p. 178-182.



A SEMANA

25 de novembro 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Vão acabando as festas uruguaias.¹ Daqui a pouco, amanhã, não haverá mais que lembrança das luminárias, músicas, flores, danças, corridas, passeios, e tantas outras coisas que alegraram por alguns dias a cidade. Hoje é a regata de Botafogo, ontem foi o baile do Cassino, anteontem foi a festa do Corcovado... Não. Não escrevo *pic-nic*, por ter a respeito deste vocábulo duas dúvidas, uma maior, outra menor, como diziam os antigos pregoeiros de praças judiciais.²

Aqui está a maior. Sabe-se que esta palavra veio-nos dos franceses, que escrevem *pique-nique*. Como é que nós, que temos o gosto de adoçar a pronúncia e muitas vezes alongar a palavra, adotamos esta forma ríspida e breve: *pic-nic*? Eis aí um mistério, tanto mais profundo quanto que eu, quando era rapaz (anteontem, pouco mais ou menos),³ lia e escrevia *pique-nique*, à francesa. Que a forma *pic-nic* nos viesse de Portugal nos livros e correspondências dos últimos anos, sendo a forma que mais se ajusta à pronúncia da nossa antiga metrópole, é o que primeiro ocorre aos inadvertidos. Eu, sem negar que assim escrevam os últimos livros e correspondências daquela origem, lembrarei que Caldas Aulete adota *pique-nique*;⁴ resposta que não presta muito para o caso, mas não tenho outra à mão.

Não me digas, leitor esperto, que a palavra é de origem inglesa, mas que os ingleses escrevem *pick-nick*. Sabes muito bem que ela nos veio de França, onde lhe tiraram as calças londrinas, para vesti-la à moda de Paris, que neste caso particular é a nossa própria moda. Vede o *frac* dos franceses. Usamos hoje esta forma, que é a original, nós que tínhamos adotado anteontem (era eu rapaz) a forma adoçada de *fraque*.

A outra dúvida, a menor, quase não chega a ser dúvida, se refletirmos que as palavras mudam de significação com o andar do tempo, ou quando passam de uma

¹ Na segunda-feira, dia 19, anunciam-se estas festas. Curiosamente, o jornal duas vezes fala em *pick-nick*. Este problema já foi mencionado na crônica de 22 de outubro de 1888, de “Bons Dias!” – ver a nota 2 da minha edição da série, sobre as incertezas acerca da origem da palavra.

² Não entendo a que exatamente Machado se refere aqui.

³ Aurélio acrescenta esta vírgula, que não está nem na *Gazeta*, nem no texto de Mário de Alencar.

⁴ A primeira edição do dicionário de Caldas Aulete é de 1881.

região a outra. Assim que, *pique-nique* era aqui, e continua a ser algures, uma patuscada, banquete, ou como melhor nome haja, em que cada conviva entra com a sua cota. Quando um só é que paga o pato e o resto, a coisa tinha outro nome. A palavra ficou significando, ao que parece, um banquete campestre.

Foi naturalmente para acabar com tais dúvidas que o Sr. Dr. Castro Lopes inventou a palavra *convescote*. O Sr. Dr. Castro Lopes é a nossa Academia Francesa.⁵ Esta, há cerca de um mês, admitiu no seu dicionário a palavra *atualidade*. Em vão a pobre *atualidade* andou por livros e jornais, conversações e discursos; em vão Littré a incluiu no seu dicionário.⁶ A academia não lhe deu ouvidos. Só quando uma espécie de sufrágio universal decretou a expressão, é que ela a canonizou. Donde se infere que o Sr. Dr. Castro Lopes, sendo a nossa Academia Francesa, é também o contrário dela. É a academia pela autoridade, é o contrário pelo método. Longe de esperar que as palavras envelheçam cá fora, ele as compõe novas, com os elementos que tira da sua erudição, dá-lhes a bênção e manda-as por esse mundo. O mesmo paralelo⁷ se pode fazer entre ele e a igreja católica. A igreja, tendo igual autoridade, procede como a academia, não inventa dogmas, define-os.

Convescote tem prosperado, posto não seja claro, à primeira vista,⁸ como *engrossador*, termo recente, de aplicação política, expressivo e que faz imagem, como dizem os franceses.⁹ É certo que a clareza deste vem do verbo donde saiu. Quem o inventou? Talvez algum cético, por horas mortas, lembrando uma procissão qualquer; mas também pode ser obra de algum religioso, aborrecido com ver aumentar o número dos fiéis. As religiões políticas diferem das outras em que os fiéis da primeira hora não gostam de ver fiéis das outras horas. Parecem-lhes inimigos; é verdade que as conversões, tendo os seus motivos na consciência, escapam à verificação humana e é possível que um homem se ache¹⁰ repentinamente católico menos pelos dogmas que

⁵ Antônio de Castro Lopes (1827-1901), filólogo, latinista, astrônomo e homeopata, que se dedicava a corrigir galicismos e inventar palavras para substituí-los, e era alvo repetido da sátira de Machado nas crônicas. Apareceu três vezes em “Balas de Estalo”, e mais três em “Bons Dias!”. “Convescote”, que sobrevive, embora “pouco usado” (em contraste com “cardápio”, por exemplo, também invenção dele), vem da junção de “convívio” e “escote”.

⁶ O dicionário da Academia Francesa é oficial, mas as suas recomendações são frequentemente desobedecidas, devido a um conservadorismo conhecido. O dicionário de Émile Littré (1801-1881), *Dictionnaire de la langue française* (1872-1877) talvez fosse o mais usado e acatado.

⁷ Por engano, a *Gazeta* tem “paralel-o”, como se fosse infinitivo de um verbo, com objeto. Mário de Alencar e Aurélio corrigem.

⁸ Esta vírgula não está na *Gazeta*, nem no texto de Mário de Alencar. Foi acrescentada por Aurélio, cremos que com razão.

⁹ O sentido (exclusivamente brasileiro) de “engrossador” a que Machado se refere é de “bajulador, puxa-saco”. Os que “engrossam” as religiões políticas o fazem não pelas “verdades” que apregoam, e sim pelas características exteriores do culto e os seus benefícios concretos (“as galhetas”). Curiosamente, numa carta pública em que acusava Machado, entre outros, de ser monarquista, Diocleciano Mártir ilustra perfeitamente o sentido da palavra, falando dessa “gente neutra, adesiva e engrossadora, que nos deixou como relíquia o extinto regime”. “Faire image”, em francês, quer dizer “ilustra bem”, “ajuda a visualizar.”

¹⁰ Aqui há uma vírgula na *Gazeta* e no texto de Mário de Alencar, que Aurélio tira, com razão.

pelas galhetas. As galhetas fazem engrossar muito. Mas fosse quem fosse o inventor do vocábulo, certo é que este, apesar de anônimo e popular, ou por isso mesmo, espalhou-se e prosperou; não admirará que fique na língua, e se houver, aí por 1950, uma Academia Brasileira, pode bem ser que venha a incluí-lo no seu dicionário. O Sr. Dr. Castro Lopes poderia recomendá-lo a um alto destino.

Oh! se o nosso venerando latinista me desse uma palavra que, substituindo *mentira*, não fosse *inverdade*!¹¹ Creio que esta segunda palavra nasceu no parlamento, obra de algum orador indignado e cauteloso, que, não querendo ir até à *mentira*, achou que *inexatidão* era frouxa demais. Não nego perfeição à *inverdade*, nem eufonia, nem coisa nenhuma. Digo só que me é antipática. A simpatia é o meu léxico. A razão por que eu nunca *explodo*, nem gosto que os outros *explodam*, não é porque este verbo não seja elegante, belo, sonoro, e principalmente necessário; é porque ele não vai com o meu coração. *Le coeur a des raisons que la raison ne connaît pas*, disse um moralista.¹²

A outra palavra, *mentira*, essa é simpática, mas faltam-lhe maneiras e anda sempre grávida de tumultos. Há cerca de quinze dias, em sessão do conselho municipal, caiu da boca de um intendente no rosto de outro, e foi uma agitação tal, que obrigou o presidente a suspender os trabalhos por alguns minutos. Reaberta a sessão, o presidente pediu aos seus colegas que discutissem com a maior moderação; pedido excessivo, eu contentar-me-ia com a menor, era bastante para não ir tão longe.¹³

De resto, a agitação é sinal de vida e melhor é que o conselho se agite que durma. Esta semana o caso da bandeira, que é dos mais graciosos, agitou bastante a alma municipal.¹⁴ Se o leste, é inútil contar; se o não leste, é difícil. Refiro-me à

¹¹ Já na crônica de 12 de março de 1893 Machado se ocupara de “inverdade”. Lá diz que “não nasceu do povo, isso creio”.

¹² “O coração tem as suas razões que a razão não conhece”. A citação (que de fato devia ser “ne connaît point”) é das *Pensées* (IV, 277) de Blaise Pascal (1623-1662). De “explodir” ocupou-se na crônica de 24 de setembro de 1893, escrita durante a Revolta da Armada. Por que não gosta da palavra, preferindo “estourar” ou “rebentar”? É mesmo um caso de simpatia, de gosto? Ou será porque vem diretamente do latim? Ou porque acha que era anglicismo, de “explode”?

¹³ Este bate-boca vem reproduzido no *Jornal do Commercio* de 7 de setembro: um intendente acusou outro de alterar a versão impressa dos seus “apartes”.

¹⁴ Esta “agitação” começou no dia 20 e chegou a seu auge no dia 21: as transcrições das reuniões aparecem nos dias seguintes, 21 e 22, na segunda página do *Jornal do Commercio*, colunas 7 e 8, e 6 e 7, respectivamente. No dia 16, na comemoração da posse do presidente da República no dia 15, apareceu uma bandeira na sala, que alguns intendentes acharam “positivista”. Não há descrição dessa bandeira – pode ser que tivesse as palavras “Ordem e Progresso” – mas em todo caso, o sr. Pereira Lopes achou que a municipalidade “acaba de ser tratada de um modo pouco airoso e ofensivo”. O presidente alegou que ele tinha mandado retirar a bandeira da sala, e que não sabia quem a colocara ali. O sr. Maia de Lacerda replicou: “Pois bem: visto a bandeira não ter dono, proponho que seja remetida para o Museu Nacional. – (Vozes: Oh!) O sr. Germano Possolo diz que “É um trapo que deve ser inutilizado”. O sr. Pereira Lopes diz que “Não é trapo porque é de seda”. O sr. Possolo ataca o positivismo e a sua influência no país: “Eu posso ir mais longe, dizendo que o sangue dos nossos irmãos, que se derrama há tanto tempo no Rio Grande do Sul, é talvez devido à influência dessa maldita filosofia (Apoiados). (...) Eu poderia ainda ir mais longe, dizendo que no Asilo de Mendicidade já esta seita perniciosa mandou profanar o lugar onde se achava a Cruz do Calvário, que é venerada pela maioria da nação.” Houve também uma festa no largo da Lapa para lançar a pedra fundamental de uma estátua do presidente James Monroe (1758-1831), autor

bandeira que apareceu hasteada na sala das sessões do conselho, em dia de gala, sem se saber o que era nem quem a tinha ali posto. Pelo debate viu-se que a bandeira era positivista e que um empregado superior a havia hasteado, depois de consentir nisso o presidente. O presidente explicou-se. Um intendente propôs que a bandeira fosse recolhida ao museu nacional, por ser “obra de algum merecimento”. Outro chamou-lhe trapo. “Trapo não, que é de seda”, corrigiu outro. O positivismo foi atacado. Crescendo o debate, alargou-se o assunto e as origens da revolução do Rio Grande do Sul foram achadas no positivismo, bem como a estátua de Monroe e um episódio do asilo de mendicidade.

Se assim é, explica-se o apostolado antipositivista, fundado esta semana,¹⁵ e não pode haver maior alegria para o apostolado positivista; não se faz guerra a fantasmas, a não ser no livro de Cervantes.¹⁶ Mas que pensa de tudo isto um habitante do planeta Marte, que está espiando cá para baixo com grandes olhos irônicos?

A bandeira não teve destino, foi a conclusão de tudo, e não será de admirar que torne a aparecer no primeiro dia de gala, para dar lugar a nova discussão, – coisa utilíssima, pois da discussão nasce a verdade. Para mim, a bandeira caiu do céu. Sem ela esta página, que começou pedante, acabaria ainda mais pedante.



da famosa “doutrina Monroe”, segundo a qual os países europeus não deviam se interpor em assuntos do continente americano (e que depois deu seu nome ao palácio Monroe). O sr. Possolo achava que era “um homem notável de política republicana, mas que, quanto a mim, não merecia aqui uma estátua, porque a não tem no seu próprio país.”

¹⁵ Na segunda-feira, dia 19, anuncia-se na *Gazeta* a fundação deste apostolado, chefiado por Sílvio Romero, com Coelho Neto como secretário.

¹⁶ No capítulo 19 do primeiro livro de *D. Quixote*, o ilustre fidalgo ataca um grupo de enlutados, que na noite ele e Sancho confundem com fantasmas.

A SEMANA – 131

John Gledson

Machado inicia a crônica falando novamente de literatura, desta vez de uma grande admiração sua, José de Alencar. Fala dos livros de dois amigos, Araripe Júnior e José Veríssimo (este mais chegado que aquele), os maiores críticos literários brasileiros do fim do século. O resto da crônica é uma série de comentários a acontecimentos da semana ou contemporâneos (como a descoberta da vacina, assunto a que voltaria na semana seguinte), em que a ironia é tão abrangente, que parece que o próprio cronista se prende nela e se confunde (“Não creio que o período anterior esteja claro. Este vai sair menos claro ainda”; “Menos claro que tudo, é este período final.”); um dos modelos talvez seja o *Elogio da loucura* de Erasmo, em que a própria Loucura se elogia. Difícil – impossível? – acreditar que Machado preferisse que o prefeito do Distrito Federal fosse nomeado pelo presidente (paulista) do Brasil.

Esta crônica consta da antologia de Mário de Alencar, p. 182-186.



A SEMANA

2 de dezembro de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Quando me leres, poucas horas terão passado depois da tua volta do Cassino. Vieste da festa Alencar,¹ é domingo, não tens de ir aos teus negócios, ou aos teus passeios, se és mulher, como me pareces. Os teus dedos não são de homem. Mas, homem ou mulher, quem quer que sejas tu, se foste ao Cassino, pensa que fizeste uma boa obra, e, se não foste, pensa em Alencar, que é ainda uma obra excelente. Verás em breve erguida a estátua. Uma estátua por alguns livros!

Olha, tens um bom meio de examinar se o homem vale o monumento, etc. É domingo, lê alguns dos tais livros. Ou então, se queres uma boa ideia dele, pega no livro de Araripe Júnior, estudo imparcial e completo, publicado agora em segunda edição.² Araripe Júnior nasceu para a crítica; sabe ver claro e dizer bem. É o autor de *Gregório de Matos*, creio que basta. Se já conheces *José de Alencar*, não perdes nada em relê-lo; ganha-se sempre em reler o que merece, acrescentando que acharás aqui um modo de amar o romancista, vendo-lhe distintamente todas as feições, as belas e as menos belas, o que é perpétuo, e o que é perecível. Ao cabo, fica sempre uma estátua do chefe dos chefes.

Queres mais? Abre este outro livro recente, *Estudos Brasileiros*, de José Veríssimo.³ Aí tens um capítulo inteiro sobre Alencar, com a particularidade de tratar justamente da cerimônia da primeira pedra do monumento, e, a propósito dele, da figura do nosso grande romancista nacional. É a segunda série de estudos que José Veríssimo

¹ Esta festa foi um concerto, em benefício da estátua do romancista, que foi erguida, finalmente, em maio de 1897. Machado proferira um discurso sobre seu amigo no lançamento da pedra fundamental, em 12 de dezembro de 1891. O Cassino Fluminense ficava na rua do Passeio.

² Tristão de Alencar Araripe Júnior (1848-1911), crítico literário e primo de José de Alencar, era amigo e correspondente de Machado, sem ser íntimo. Seu estudo *José de Alencar* saíra em primeira edição em 1882; *Gregório de Matos* é de 1893.

³ José Veríssimo (1857-1916), crítico literário, foi amigo chegado de Machado, e escreveu vários ensaios críticos sobre sua obra. Aqui, Machado se refere ao segundo volume dos seus *Estudos brasileiros* (1894 – não deve ser confundido com os *Estudos de literatura brasileira*, em sete volumes, que publicou a partir de 1895), em que republicou um longo estudo sobre *Quincas Borba* (“Um novo livro do Sr. Machado de Assis”), que saíra no *Jornal do Brasil* em janeiro de 1892.

publica, e cumpre o que diz no título; é brasileiro, puro brasileiro. Da competência dele nada direi que não saibas: é conhecida e reconhecida. Há lá certo número de páginas que mostram que há nele também muita benvolência. Não digo quais sejam: adivinha-se o enigma lendo o livro; se, ainda lendo, não o decifrares, é que me não conheces.

E assim, relendo as críticas, relendo os romances, ganharás o teu domingo, livre das outras lembranças, como desta ruim semana. Guerra e peste; não digo fome, para não mentir, mas os preços das coisas são já tão atrevidos, que a gente come para não morrer.

A peste, essa anda perto, como espiando a gente.⁴ Oh! grão de areia de Cromwell, que vales tu, ao pé do bacilo vírgula?⁵ Qualquer Cromwell de hoje, com infinitamente menos que um grão de areia, cai do mais alto poder da terra no fundo da maior cova. Francamente, prefiro os tempos em que as doenças, se não eram maleitas, barrigas- d'água, ou espinhela caída, tinham causas metafísicas e curavam-se com rezas e sangrias, benzimentos e sanguessugas. A descoberta do bacilo foi um desastre. Antigamente, adoecia-se; hoje mata-se primeiro o bacilo da doença, depois adoce-se, e o resto da vida dá apenas para morrer.

Tantas pessoas têm já visto o bacilo vírgula e toda a mais pontuação bacilar, que não se me dá dizer que o vi também. Começa a ser distinção. Um homem capaz não pode já existir sem ter visto, uma vez que seja, essa extraordinária criatura. O bacilo vírgula é a Sarah Bernhardt da patologia, o cisne preto dos lagos intestinais, a bicha⁶ de sete cabeças, não tão raro, nem tão fabuloso. Quero crer que todas essas vírgulas que vou deitando entre as orações, não são mais que bacilos, já sem veneno, temperando assim a patologia com a ortografia, – ou vice-versa.

Quanto à guerra, houve apenas duas noites de combate, investidas a quartéis e corpos de guarda, nacionais contra policiais, gregos contra troianos, tudo por causa de

⁴ No dia 28, com a manchete “EPIDEMIA”, diz-se que há “casos de diarreia infectocontagiosa” em alguns lugares do interior do Estado, entre Cachoeira e Barra do Piraí. O que se temia era a cólera, ou, como se dizia, uma “moléstia coleriforme”. Já no fim da semana, há uma tendência a “dissipar a ideia da cólera asiática”, e os ânimos se tranquilizam, mas o assunto ainda aparece ao longo do mês de dezembro, suscitando briga, inclusive: os jornais acusavam-se mutuamente de alarmismo ou de indiferença.

⁵ Machado se refere a uma das *Pensées* de Blaise Pascal (1623-1662), II, 176, em que toma como exemplo dos acidentes da história a morte do Lorde Protetor inglês, em 1658: “Cromwell allait ravager toute la chrétienté; la famille royale était perdue, et la sienne à jamais puissante, sans un petit grain de sable qui se mit dans son uretère”. (“Cromwell ia devastar toda a cristandade; a família real estava perdida, e a sua poderosa para sempre, se não fosse um grão de areia que entrou no seu ureter”). De fato, parece que a causa da sua morte foi uma infecção urinária. O bacilo vírgula é o causador da cólera asiática: foi isolado, e os seus efeitos foram entendidos, pela primeira vez, em 1883 por Robert Koch (1843-1910). Como se sabe, a vacina é feita a partir de uma cultura do organismo morto.

⁶ Está assim na *Gazeta*: ambos, Aurélio e Mário de Alencar, têm “o bicho”, e pode ser que estejam corretos, embora Aurélio diga “provavelmente por erro de revisão” (ênfase minha). Sem dúvida pensam na expressão “bicho de sete cabeças”, mas Machado bem pode ter adaptado esta mesma expressão, jogando com as palavras, sobretudo num contexto de sanguessugas, bacilos (isto é, bichas, vermes no corpo) etc. “Bicha” designa, entre outras coisas, a lombriga e a tênia, patógenos intestinais.

uma Helena, que se não sabe quem seja.⁷ Ouvi ou li que foi por causa de um chapéu. É pouco; mas lembremo-nos que assim como o bacilo vírgula substituiu o grão de areia de Cromwell, assim o chapéu substitui a mulher, e tudo irá diminuindo... Somos chegados às coisas microscópicas, não tardam as invisíveis, até que venham as impossíveis. Um chapéu de palhinha de Itália deu para um *vaudeville*;⁸ este, de palha mais rude, deu para uma tragédia. Tudo é chapéu.

Não quero saber de assassinatos, nem de suicídios, nem das longas histórias que eles trouxeram à hora da conversação;⁹ é sempre demais. Também não vi nem quero saber o que houve com as pernas de um pobre moço, no Catete, que ficaram embaixo de um bonde da Companhia Jardim Botânico.¹⁰ Ouvi que¹¹ se perderam. Não é a primeira pessoa a quem isto acontece, nem será a última. A companhia pode defender-se muito bem, citando Victor Hugo, que perdeu uma filha por desastre, e resignadamente comparou a criação a uma roda:

Que la création est une grande roue
Qui ne peut se mouvoir sans écraser quelqu'un.¹²

A mesma coisa dirá a Companhia do Jardim Botânico, em prosa ou verso, mas sempre a mesma coisa: – “Eu sou como a grande roda da criação, não posso andar sem esmagar alguma pessoa.” Comparação enérgica e verdadeira. A fatalidade do ofício é que a leva a quebrar as pernas aos outros. O pessoal desta companhia é carinhoso, o

⁷ Na *Gazeta* do dia 29, na segunda página, sob a manchete “SÉRIO CONFLITO”, fala-se de uma briga entre o 8º batalhão da guarda nacional e vários praças da polícia, que levou o pânico à Cidade Nova. No dia 27, “às 8 horas da noite, um soldado do 8º apresentou-se diante da 9ª estação, à rua de Santa Rosa, a pretexto de vingar-se de um cocheiro de bonde. Travou-se de razões com ele, sendo por isso recolhido àquela estação. Nesta ocasião declarou que tinha quem o vingasse, e que não temia a polícia, prorrompendo em insultos de todo o gênero”. Daí o conflito se espalhou pelo bairro, e pelo menos uma pessoa foi morta. As “verdadeiras causas” do conflito permanecem misteriosas: “Não é possível afirmar qual a soma de responsabilidade que cabe a este ou aquele nesta triste ocorrência que tanto sobressalta os filhos da terra, quanto nos desacredita no estrangeiro”. No dia em que Machado escreve a crônica, 1º de dezembro, diz-se que um praça da guarda nacional “furtara o chapéu de José de Andrade, cocheiro da Cia. de São Cristóvão”.

⁸ *Un chapeau de paille d'Italie* (1851), de Eugène Labiche (1815-1888), comédia-vaudeville muito popular.

⁹ No dia 28, na primeira página da *Gazeta*, vem a manchete “ASSASSINATO E SUICÍDIO”: na rua Senador Vergueiro, no Flamengo, perto do Hotel de Estrangeiros, tinha sido morto a tiros o “conhecido negociante desta praça”, Maximiano Nothmann, por outro alemão, Gustavo Reinhardt. Parece que Nothmann ameaçava denunciar Reinhardt por cem contos supostamente roubados de um banco seu em Buenos Aires. Reinhardt, depois de ter atirado em Nothmann, suicidou-se – na mesma rua, do outro lado.

¹⁰ Não localizei esta notícia, que seria como muitas, acabando com a frase ritual “O cocheiro evadiu-se”. Sabia-se que as companhias acobertavam seus funcionários em casos de atropelo.

¹¹ “oui vque”, na *Gazeta*.

¹² Versos de “À Villequier”, de Victor Hugo (1802-1885), de *Les contemplations* (1856), em que o poeta lamenta a morte de sua filha Léopoldine, afogada num acidente no rio Sena em 1843. Machado também se referiu a estes versos na crônica de 23 de outubro de 1892.

horário pontual, nenhum atropelo, nenhum descarrilamento, as ordens policiais contra os reboques são cumpridas tão exatamente, que não há coração bem formado que não chegue a entusiasmar-se. Se ainda vemos dois e três carros puxados por um elétrico, é porque a eletricidade atrai irresistivelmente, e os carros prendem-se uns aos outros; mas a administração estuda um plano que ponha termo a esse escândalo das leis naturais.

Terras há em que os casos, como os do Catete, são punidos com prisão, indenização e outras penas; mas para que mais penas, além das que a vida traz consigo? Demais, os processos são longos, não contando que a admirável instituição do júri – é a melhor escola evangélica destes arredores: “Quem estiver inocente, que lhe atire a primeira pedra!” exclama ele com o soberbo gesto de Jesus. E o réu, seja de ferimento ou simples estelionato, é restituído ao ofício de roda da criação.

O melhor é não punir nada. A consciência é o mais cru dos chicotes. O dividendo é outro. Uma companhia de carris que reparta igualmente aleijões ao público e lucros a si mesma, verá nestes o seu próprio castigo se é caso¹³ de castigo; se o não é, para que fazê-la padecer duas vezes?

Não creio que o período anterior esteja claro. Este vai sair menos claro ainda, visto que é difícil ser fiel aos princípios e não querer que o prefeito saia das urnas.¹⁴ A verdade, porém, é que eu prefiro um prefeito nomeado a um prefeito eleito, – ao menos, por ora. José Rodrigues, a quem consulto em certos casos, vai mais longe, entendendo que os próprios intendentes deviam ser nomeados. É homem de arrocho; o pai era saquarema.¹⁵

Menos claro que tudo, é este período final. Tem-se discutido se o Hospício Nacional de Alienados deve ficar com o Estado ou tornar à Santa Casa de Misericórdia.¹⁶ Consultei a este respeito um doido, que me declarou chamar-se duque do Cáucaso e da Cracóvia, conde Estelário, filho de Prometeu, etc., e a sua resposta foi esta:

– Se é verdade que o Hospício foi levantado com o dinheiro de loterias e de títulos nobiliários, que o José Clemente¹⁷ chamava imposto sobre a vaidade, é evidente

¹³ Assim na *Gazeta* e em Mário de Alencar; Aurélio tem “se é o caso”.

¹⁴ Propunha-se que o prefeito do Distrito Federal fosse nomeado pelo presidente da República (sendo o modelo o Distrito de Columbia, nos Estados Unidos). No dia 27, há um longo artigo na *Gazeta*, argumentando que “a população da capital da República, a mais inteligente, importante, ativa e civilizada das suas cidades”, devia eleger seu próprio prefeito.

¹⁵ Quer dizer, é conservador e autoritário, ainda acredita nos velhos costumes (violentos) das eleições do império (o partido conservador era sempre referido como “saquarema”).

¹⁶ O Hospício Nacional (ex-Hospício Pedro II) situava-se na praia Vermelha.

¹⁷ José Clemente Pereira, nascido em Portugal mas partidário entusiasta da independência brasileira, ministro e senador do Império (1787-1854). A *Galeria dos brasileiros ilustres* diz que, apesar das façanhas militares e políticas, “em nada avulta mais que o homem da caridade que concebeu o plano e realizou a construção dos dois mais belos e mais úteis edifícios desta corte, onde o pobre que sofre do corpo e o que sofre do espírito acham remédio para seus males”. Isto é, os hospitais da Misericórdia e o de Pedro II – Nacional de Alienados na república.

que o Hospício deve ser entregue aos doidos, e eles que o administrem. O grande Erasmo (ó Deus!) escreveu que andar atrás da fortuna e de distinções é uma espécie de loucura mansa;¹⁸ logo a instituição, fundada por doidos, deve ir aos doidos, – ao menos, por experiência. É o que me parece! é o que parece ao grande príncipe Estelário, bispo, *episcopus, papam...* O seu a seu dono.¹⁹



¹⁸ No *Elogio da loucura* (1509) – ou da Sandice, como traduz Machado no cap. CXLIX de *Memórias póstumas de Brás Cubas* – de Erasmo de Roterdão (1466-1536). O trecho mencionado por Machado parece corresponder à seção 20 da obra.

¹⁹ “ono”, na *Gazeta*.

A SEMANA – 132

John Gledson

Parece que Machado estava fascinado pela frase latina “similia similibus curantur” (o semelhante cura o semelhante), lema da homeopatia. Claro que era cético em relação à medicina em geral – “em todas as escolas se morre”, como diz o homeopata José Dias no fim de *Dom Casmurro* –, mas a vacina, que fazia grandes progressos no mundo, parece exemplificar a máxima, já que o paciente é inoculado de uma dose da própria doença, “uma cultura atenuada”, para criar resistência a ela. Note-se que ao longo da crônica Machado extrapola para outras áreas este vocabulário médico (a palavra “cultura” aparece cinco vezes). Aparecem assim alguns velhos alvos da sua sátira: a tendência de mudar de opinião como se muda de roupa, e os boatos, a “cultura atenuada do acontecimento”. Logo fala também das eleições para o Conselho Municipal, que aconteceriam no fim do mês, parece que entre a mais completa indiferença; do linguajar técnico das leis, que fogem das palavras comuns; e finalmente de uma sessão tão vergonhosa e caótica do Conselho Municipal, que a própria *Gazeta* deu destaque a ela no dia mesmo em que Machado escrevia (ou finalizava) a crônica. É cômico, mas também sério, como dizem as últimas palavras da crônica.



A SEMANA

9 de dezembro de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Tudo tende à vacina. Depois da varíola, a raiva; depois da raiva, a difteria; não tarda a vez¹ do cólera-morbo.² O bacilo vírgula, que nos está dando que fazer, passará em breve do terrível mal que é, a uma simples cultura científica, logo de amadores, até roçar pela banalidade. Uma vez regulamentado, fará parte dos cafés e confeitarias. Que digo? Entrará nos códigos de civilidade, oferecer-se-á às visitas um cálice de cólera-morbo ou de outro qualquer licor. Os cavalheiros perguntarão graciosamente às damas: “V. Ex. já tomou hoje o seu bacilo?” Far-se-ão trocadilhos:

- Que tal este *vírgula*?
- Vale um ponto de admiração!

Todas as moléstias irão assim cedendo ao homem, não ficando à natureza outro recurso mais que reformar a patologia. Não bastarão guerras e desastres para abrir caminho às gerações futuras; e demais a guerra pode acabar também, e os próprios desastres, quem sabe? obedecerão a uma lei, que se descobrirá e se emendará algum dia. Sem desastres nem guerras, com as doenças reduzidas, sem conventos, prolongada a velhice até às idades bíblicas, onde irá parar este mundo? Só um grande carregamento, ó doce mãe e amiga Natureza, só um carregamento infinito de moléstias novas.

¹ “ver”, por engano, na *Gazeta*; corrigido por Aurélio.

² A história da vacina, da descoberta dos bacilos que causam as doenças, da elaboração de vacinas contra doenças específicas, e do seu uso em grande escala, é complexa e fascinante. No site historyofvaccines.org dá-se um ótimo resumo e um “timeline” para segui-la em todos os seus detalhes. As quatro doenças mencionadas aqui, todas têm uma história diferente, algumas com pontos cruciais nos anos 1880 e 1890. A varíola foi a primeira doença a ser combatida em grande escala por vacinações. Ao longo dos anos 1880 Louis Pasteur (1822-1895) elaborou uma vacina efetiva contra a raiva, que ele mesmo foi o primeiro a usar em 1885. O bacilo que causa a difteria foi identificado por Edwin Krebs (1834-1913) em 1883, mas a vacina não tinha sido elaborada, o que só aconteceu na década de 1920. O bacilo vírgula, que causa a cólera (ou cólera-morbo), talvez a doença mais temida do séc. XIX, foi identificado por Robert Koch (1843-1910) em 1884, mas neste caso também, uma vacina confiável não tinha sido elaborada, apesar de algumas tentativas. Os grandes avanços no controle desta doença aconteceram quando se reconheceu a importância da higiene, e da água limpa, na sua prevenção. Gustavo Franco informa que o Instituto Bacteriológico de São Paulo detectara um surto de cólera-morbo no Rio, e identificou o bacilo vírgula como sua causa.

Mas a vacina não se deve limitar ao corpo; é preciso aplicá-la à alma e aos costumes, começando na palavra e acabando no governo dos homens. Já a temos na palavra, ao menos, na palavra política. Graças às culturas sucessivas, podemos hoje chamar bandido a um adversário, e, às vezes, a um velho amigo, com quem tenhamos alguma pequena desinteligência. Está assentado que bandido é um divergente. Corja de bandidos é um grupo de pessoas que entende diversamente de outra um artigo da Constituição. Quando os bandidos são também infames, é que venceram as eleições, ou legalmente, ou aproximativamente. Com tais culturas enrija-se a alma, poupam-se ódios, não se perde o apetite nem a consideração. Antes do fim do século, bandido valerá tanto como magro ou canhoto.

Assim também as opiniões. A vacina das opiniões é difícil, não como operação, mas como aceitação do princípio. Diz-se, e com razão, que o micróbio é sempre um mal; ora, a minha opinião é um bem, logo... Erro, grande erro. A minha opinião é um bem, decerto, mas a tua opinião é um mal, e do veneno da tua é que eu me devo preservar, por meio de injeções a tempo, a fim de que, se tiver a desgraça de trocar a minha opinião pela tua, não padeça as terríveis consequências que as ideias detestáveis trazem sempre consigo. E porque não é só a tua ideia que é perversa, mas todas as outras, desde que eu me vacine de todas, estou apto a recebê-las sucessivamente, sem perigo, antes com lucro.

O bacilo zigue-zague, causa da embriaguez... Mas para que ir mais longe? Conhecido o princípio, sabido que tudo deriva de um micróbio, inclusive o vício e a virtude,³ obtém-se pelo mesmo processo a eliminação de tantos males. O boato tem sido descomposto de língua e de pena, é um monstro, um inimigo público, é o diabo, sem advertirem os autores de nomes tão feios, que o boato é a cultura atenuada do acontecimento. Daqui em diante a história se fará com auxílio da bacteriologia.

As eleições, – uma das mais terríveis enfermidades que podem atacar o organismo social, – perderam a violência, e dentro em pouco perderão a própria existência nesta cidade, graças à cultura do respectivo bacilo.⁴ Aposto que o leitor não sabe que tem de eleger no último domingo deste mês os seus representantes municipais?⁵ Não sabe. Se soubesse, já andaria no trabalho da escolha do candidato, em

³ Talvez haja aqui um eco da famosa frase de Hippolyte Taine (1828-1893), na introdução à sua *Histoire de la littérature anglaise*: “Le vice et la vertu sont des produits comme le vitriol et le sucre” (O vício e a virtude são produtos, como o vitriolo ou o açúcar).

⁴ Como já foi aludido na crônica anterior (ver nota 14), propunha-se que o prefeito do Distrito Federal fosse nomeado pelo presidente da República, e não eleito. Quando Machado diz que as eleições perderam a violência, deve ser ironia – na primeira página da *Gazeta* do dia 7, há uma longa notícia sobre as eleições em Niterói, onde, entre outros atos, “as secções estavam tomadas por força armada e capangas”.

⁵ As eleições para o Conselho Municipal aconteceriam no fim do mês: Machado está contrastando, implicitamente, as eleições atuais com as do Império, em que apareciam os nomes dos candidatos, e as suas circulares, nos jornais, sobretudo nos apêndices, com bastante antecedência. Agora, de vez em quando, aparece algum nome, sem mais nada: “Para intendente: Manuel Nicolau Figueira”.

reuniões públicas, ouvindo pacientemente a todos que viessem dizer-lhe o que pensam e o que podem fazer. Quando menos, estaria lendo as circulares dos candidatos, cujos nomes andariam já de boca em boca, desde dois e três meses, ou apresentados por si mesmos, ou indicados por diretórios.

Nem o leitor julgaria somente das ideias e dos planos dos candidatos, conheceria igualmente do estilo e da linguagem deles. Sei que a circular não basta; pode ser obra de algum amigo, sabedor de gramática e de retórica. O discurso, porém, mostrará o homem, e, ainda quando seja alheio e decorado, os ouvintes têm o recurso de lançar a desordem no rebanho das palavras e das ideias do orador. Este, roto o fio da oração, acabará dando por paus e por pedras. Deus meu! não exijo raptos de eloquência. Os discursos municipais podem ser mal feitos, sem conexão, nem lógica, nem clareza, atrapalhados, aborrecidos; é negócio que, salvos os gastos da impressão, só importa à fama dos autores. Mas as leis? O município tem leis, e as leis devem ser escritas.

Agora mesmo, anteontem, foi promulgada a lei que autoriza o Prefeito a regularizar a direção dos veículos. Esta lei tem um art. 2.º que diz assim:

“Art. 2.º Os trilhos que servem de leito a veículos (*bondes*),⁶ os quais sobre os mesmos rodam normalmente, poderão ser mudados para lugares diversos dos que ocupam, somente com prévia aquiescência do conselho, exceto quando se tratar de ligeiras mudanças de trilhos na mesma rua ou outra mais próxima e mais larga do que aquela em que entroncam os mesmos assentados.”

Este art. 2.º não está escrito.⁷ As palavras que o deviam compor, não saíram do tinteiro; saíram outras, inteiramente estranhas, e ainda assim, com a grande pressa que havia, foram deixadas no papel para que se arrumassem por si mesmas; ora, as orações, como os regimentos, não marcham bem senão com muita lição do instrutor. As consequências são naturalmente graves. Como há de o Prefeito cumprir esse artigo? Como hei de eu obedecer a outras leis que saiam assim desconjuntadas? Já não trato de algumas consequências mínimas. Conheço uma pessoa, muito dada a metáforas, que nunca mais dirá *bonde*, e sim “veículo que roda normalmente sobre trilhos”.

O legislador municipal achou-se aqui na mesma dificuldade em que, há anos, esteve o redator de um projeto de lei contra os capoeiras.⁸ Não me recordo das palavras todas empregadas na definição do delito; as primeiras eram estas: “Usar de agilidade...” Compreendo o escrúpulo em definir bem o capoeira; mas por que não disse simplesmente capoeira? Não estivesse eu com pressa (os minutos correm) e iria pesquisar o texto de um ato ministerial do princípio do século, em que se davam ordens contra os capoeiras – mas só capoeiras, nada mais.

⁶ Está assim, em itálico, no jornal. Aurélio põe em redondo, aqui e no fim do próximo parágrafo. Note-se que normalmente esta palavra vem em redondo. Parece que os itálicos são intencionais.

⁷ Este projeto de lei, com as palavras que Machado cita, se encontra no *Jornal do Commercio*, p. 3, de quarta-feira, 5 de dezembro.

⁸ Por erro, no jornal vem “capeiras”.

Sendo preciso escrever as leis municipais, não seria fora de propósito criar um ou dois lugares de redatores, nomeando-se para eles pessoas gramaticadas. Aí está uma ideia que podia servir a algum candidato, em circular ou discurso, se não estivéssemos vacinados contra o *vírus*⁹ eleitoral. A capital não quer saber de si. Alguns candidatos obscuros, lembrados por cidadãos ainda mais obscuros, irão aparecendo na última semana. Os mais econômicos mandarão apontar o seu nome, com duas linhas de impressão, entre o licor depurativo de taiuíá e o xarope de alcatrão e jataí.¹⁰ O mais será trabalhinho surdo, pedido particular e abstenção do costume, achaques leves que não matam nem amofinam.

Teremos, depois do último domingo deste mês, outro *vaudeville* como o de anteontem?¹¹ Mudemos os homens se é preciso, mas não se perca a boa e velha chalaça. A peça é da verdadeira escola dos *vaudevilles*, enredo complicado, ditos alegres, muito *quiproquó*¹², diálogo vivo, desfecho inesperado, ainda que pouco claro. Os *couplets* finais vivíssimos. Mas por que chamar a esta peça *Sunt lacrymae rerum*?¹³



⁹ Está assim, em itálico, no jornal. Aurélio põe em redondo.

¹⁰ Isto é, nos apedidos, onde também se anunciavam estes licores e xaropes: o primeiro é “remédio famoso que cura tosse, bronquites, asma, rouquidão e escarros de sangue”.

¹¹ Aqui Machado se refere a uma briga no Conselho Municipal, na quinta-feira, em que foi discutida uma lista de onze pessoas que supostamente “se comprometeram [isto é, tinham sido subornadas] a votar a favor de frontões e bookmakers”. A *Gazeta*, que normalmente não dá destaque especial ao Conselho, comenta a briga na primeira página, logo depois dos telegramas, sob a manchete “A LISTA DOS ONZE”. Limito-me a transcrever um dos pontos altos: um dos intendentess, sr. Carlos Rego, defende-se do boato de que foi ele que apresentou a lista. Mas depois de “varrida a sua testada”, como diz a *Gazeta*, diz que o prefeito lhe dissera que foi o sr. Duarte Teixeira quem apresentara a lista!:

–É uma infâmia! grita o Sr. Duarte!

– Venham as provas, exclamam outros intendentess.

– Defenda-se por sua honra e por honra do conselho, gritavam ainda.

E no meio deste alarido, em que a dignidade do conselho porejava indignação, o Sr. Duarte Teixeira explica que é vítima de uma calúnia, e que estava convencido de que figurava seu nome na lista dos onze.

– Chame então o prefeito à responsabilidade.

– Não chamo. Afasto a calúnia com a ponta do pé!

– Deve chamá-lo, se não pela sua, pela dignidade do conselho!

– Hei de fazer o que entender.

– Mas chama ou não chama?

– Não tenho que lhe dar satisfações.”

Depois de muito “quiproquó”, porém, levanta-se a sessão sem aclarar nada, nem quem apresentou a lista, nem os nomes que constavam nela.

¹² Assim na *Gazeta*; Aurélio põe em romano.

¹³ “São as lágrimas das coisas” – frase da *Eneida*, de Virgílio, livro I, linha 462.

A SEMANA – 133

John Gledson

Dois dos assuntos que Machado levanta aqui, o câmbio e a cólera, dominaram os jornais da semana, mas caracteristicamente ele abre a crônica com um *fait divers* que nem sei se era fato – o suicídio da suposta amante do finado tsar Alexandre III, ao redor da qual tece suas considerações meio cínicas e engraçadas, incluindo uma paródia da típica autobiografia de uma celebridade, válida hoje como nesses dias. Depois, falando das controvérsias da semana, entra em três assuntos preferidos dele: o Encilhamento, com a corrupção e agiotagem que trouxe consigo à vida cotidiana; a controvérsia em si, outra forma da briga que parece inerente e essencial ao homem; e as suas lembranças dos hábitos inocentes da noite de S. João da sua juventude.

Esta crônica consta da antologia de Mário de Alencar, p. 187-191.



A SEMANA

16 de dezembro de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Um telegrama de S. Petersburgo anunciou anteontem que a bailarina Labushka cometeu suicídio. Não traz a causa; mas, dizendo que ela era amante do finado imperador, fica entendido que se matou de saudade.¹

Que eu não tenha, ó alma eslava, ó Cleópatra sem Egito, que eu não tenha a lira de Byron para cantar aqui a tua melancólica aventura! Possuías o amor de um potentado. O telegrama diz que eras amante “declarada”, isto é, aceita como as demais instituições do país. Sem protocolo, nem outras etiquetas, pela única lei de Eros, dançavas com ele a redowa² da mocidade. Naturalmente eras a professora, por isso que eras bailarina de ofício; ele, discípulo, timbrava em não perder o compasso, e a Santa Rússia, que dizem ser imensa, era para vós ambos infinita.

Um dia, a morte, que também gosta de dançar, pegou no teu imperador e transferiu-o a outra Rússia ainda mais infinita. A tristeza universal foi grande, porque era um homem bom e justo. Daqui mesmo, desta remota capital americana, vimos os grandiosos funerais e ouvimos as lamentações públicas. Não nos chegaram as tuas, porque há sempre um recanto surdo para as dores irregulares. Agora, porém, que tudo acabou, eis aí reboa o som de um tiro, que faltava para completar os funerais do autocrata. Rival da morte, quiseste ir dançar com ele a redowa da eternidade.

Há aqui um mistério. Não é vulgar em bailarinas essa fidelidade verdadeiramente eterna. Muitas vezes choram; estanques as lágrimas, recolhem as recordações do morto, outras tantas lágrimas cristalizadas em diamantes, contam os títulos de dívida pública, estão certos; as sedas são ainda novas, todos os tapetes vieram da Pérsia ou da Turquia. Se há um palacete, dado em dia de anos, as paredes, que viram

¹ Este telegrama, tal qual o cita Machado, apareceu n’*O Paiz* na sexta-feira, 14 de dezembro: “Suicidou-se a bailarina Labushka, amante declarada do finado imperador Alexandre III”. O tsar, nascido em 1845, morrera em 1º de novembro de 1894, de nefrite, uma doença dos rins. Confesso que aqui também há outro mistério para juntar aos de Machado, pois as fontes todas insistem que foi o único tsar a não tomar amante. O seu casamento com a princesa dinamarquesa Dagmar foi muito feliz.

² A redowa é uma dança vivaz, semelhante à valsa, de origem tcheca. Aurélio põe esta palavra, aqui e no próximo parágrafo, em itálico. A *Gazeta* e Mário de Alencar põem em redondo.

o homem, passam a ver tão somente a sombra do homem, fixada nos ricos móveis do salão e do resto. Se não há palacete, há leiloeiros para vender a mobília. Como levá-la à velha hospedaria de outras terras, Belgrado ou Veneza, aonde a meia viúva se abriga para descansar do morto, e de onde sai, às vezes, pelo braço de um marido, barão autêntico e mais autêntico mendigo?

Eis o que se dá no mundo da pirueta. O teu suicídio, porém, última homenagem, e (perdoem-me a exageração) a mais eloquente das milhares que recebeu a memória do imperador, o teu suicídio é um mistério. Grande mistério, que só o mundo eslavo é capaz de dar. Foi telegrama o que li? Foi alguma página de Dostoiévski?³ A conclusão última é que amavas. Sacrificaste uma aposentadoria grossa, a fama, a curiosidade pública, as memórias que podias escrever ou mandar escrever, e, antes delas, as entrevistas para os jornais, os interrogatórios que te faziam sobre os hábitos do imperador e os teus próprios hábitos, e quantos copos de chá bebias diariamente, as cores mais do teu gosto, as roupas mais do teu uso, quem foram teus pais, se tiveste algum tio, se esse tio era alto, se era coronel, se era reformado, quando se reformou, quem foi o ministro que assinou a reforma, etc., um rosário de notícias interessantes para o público de ambos os mundos. Tudo sacrificaste por um mistério.

Mistérios nunca nos aborreceram;⁴ a prova é que folgamos agora diante de dois mistérios enormes, dois verdadeiros abismos (insondáveis). Sempre gostamos do inextricável. Este país não detesta as questões simples, nem as soluções transparentes, mas não se pode dizer que as adore. A razão não está só na sedução própria do obscuro e do complexo, está ainda em que o obscuro e o complexo abrem a porta à controvérsia. Ora, a controvérsia, se não nasceu conosco, foi pelo fato inteiramente fortuito, de haver nascido antes; se se não tem apressado em vir a este mundo, era nossa irmã gêmea; se temos de a deixar neste mundo, é porque ainda cá ficarão homens. Mas vamos aos nossos dois mistérios.

O primeiro deles anda já tão safado, que até me custa escrever o nome: é o câmbio.⁵ Está outra vez no “tapete da discussão”. O segundo é recente, é novíssimo,

³ Que eu saiba, esta é a única referência ao grande romancista russo, conhecido pelas suas situações extremas e dramáticas, e suas personagens voláteis, na obra de Machado.

⁴ Está assim na *Gazeta* e Mário de Alencar. Aurélio corrige por “aborrecem”. Embora se entenda a lógica da mudança, achamos preferível ficar com o texto do jornal.

⁵ Durante a semana, praticamente todo dia aparece na *Gazeta* um artigo sobre o câmbio, de pessoas diferentes, com argumentos diferentes. Dada a nova estabilidade política, acreditava-se que o nível do câmbio do mil-réis contra a libra esterlina devia estar mais alto, e mais estável. Gustavo Franco, na sua edição da crônica, explica o fenômeno assim: “Depois da crise cambial, ou a grande desvalorização, de 1891 [isto é, o Encilhamento] o país viveu sob o regime de taxas de câmbio assumidamente flutuantes, experiência de modo algum intencional ou desejada. Antes pelo contrário, era o excepcional tornado regra, de acentuada instabilidade política e econômica. As influências financeiras sobre o câmbio, a especulação, a arbitragem, elementos familiares aos mercados financeiros modernos, aí se manifestavam em um esplendor, ou em uma magnitude, que não se havia testemunhado naquele século.” Nem todos os artigos e cartas na *Gazeta*, no *Paiz*, e noutros jornais, atribuem a instabilidade à especulação; outros argumentam que se devia a forças normais do mercado. “Altistas” e “baixistas” eram pessoas que apostavam no nível do mil-réis daqui a, por exemplo, um mês ou mais.

começa a entrar no debate: é o bacilo vírgula.⁶ Os mistérios da religião não nos acendem uns contra os outros; para crer neles basta a fé, e a fé não discute. Os do encilhamento aturdiram por alguns dias ou semanas; mas desde que se descobriu que o dinheiro caía do céu, o mistério perdeu a razão de ser. Quem, naquele tempo, pôs uma cesta, uma gamela, uma barrica, uma vasilha qualquer, ao luar ou às estrelas, e achou-se de manhã com cinco, dez, vinte mil contos, entendeu logo que só por falsificação é que fazemos dinheiro cá embaixo. Ouro puro e copioso é o que cai do eterno azul.

Eu, quando era pequenino, achei ainda uma usança da noite de S. João. Era expor um copo cheio d'água ao sereno, e despejar dentro um ovo de galinha. De manhã ia-se ver a forma do ovo; se era navio, a pessoa tinha de embarcar; se era uma casa, viria a ser proprietária, etc. Consultei uma vez o bom do santo; vi, claramente visto, – vi um navio; tinha de embarcar. Ainda não embarquei, mas enquanto houver navios no mar, não perco a esperança. Por ocasião do encilhamento, a maior parte das pessoas, não podendo sacudir fora as crenças da meninice, não punham gamelas vazias ao sereno, mas um copo com água e ovo. De manhã, viam navios, e ainda agora não veem outra coisa. Por que não puseram gamelas? Vivam as gamelas! Ou, se é lícito citar versos, digamos com o cantor dos *Timbiras*:

.....Paz aos Gamelas!
Renome e glória...⁷

Há quem queira filiar o câmbio atual aos costumes do encilhamento. A pessoa que me disse isto, provavelmente soube explicar-se; eu é que não soube entendê-la. É uma complicação de dinheiro que se ganha ou se perde, sem saber como, anonimamente, com designação geral de baixistas e altistas. Um embrulho. Mas há de ser ilusão, por força. Quem se lembra daqueles belos dias do encilhamento, sente que eles acabaram, como os belos dias de Aranjuez.⁸ Onde está agora o delírio? onde estão as imaginações? As estradas na lua, o anel de Saturno, a pele dos ursos polares, onde vão todos esses sonhos deslumbrantes, que nos fizeram viver, pois que a vida *es sueño*, segundo o poeta?⁹

⁶ Ver a crônica anterior, nota 2. Esta semana, porém, a certeza de que o bacilo vírgula era a causa única da cólera entrou em dúvida. No dia 11 de dezembro (*Gazeta*, p. 2, col. 1), há uma longa notícia a respeito, citando várias autoridades, e que diz: “A especificidade do bacilo vírgula foi aceita quase geralmente há dez anos atrás; mas à proporção que se foram acumulando documentos e observações, a coisa, de certa que parecia, passou a mais problemática.”

⁷ Palavras do quarto canto de *Os timbiras* (1857), de Gonçalves Dias (1823-1864), v. 372-373.

⁸ “Die schönen Tage in Aranjuez / Sind nun zur ende” – primeiras palavras de *Don Carlos* (1787), de Friedrich Schiller (1759-1805).

⁹ *La vida es sueño* (1635), peça de Pedro Calderón de la Barca (1600-1681).

Tais sonhos ainda são possíveis com o mistério do bacilo vírgula. Toda esta semana andou agitado esse bicho da terra tão pequeno,¹⁰ para citar outro poeta, o terceiro ou quarto que me vem ao bico da pena. Há dias assim; mas eu suponho que hoje esta afluência de lembranças poéticas é porque a poesia é também um mistério, e todos os mistérios são mais ou menos parentes uns dos outros. Suponho, não afirmo; depois do que tenho lido sobre o famoso bacilo, não afirmo nada; também não nego. Autoridades respeitáveis dizem que o bacilo mata, pelo modo asiático;¹¹ outras também respeitáveis juram que o bacilo não mata.

*Hippocrate dit oui, mais Gallien dit non.*¹²



¹⁰ Últimos versos do primeiro Canto de *Os Lusíadas* (1572): “Onde poderá acolher-se um fraco humano / Onde terá segura a curta vida, / Que não se arme e se indigne o Céu sereno / Contra um bicho da terra tão pequeno?”

¹¹ A cólera asiática era a forma mais comum e mais temida da cólera. O bacilo vírgula, causa dela, foi identificado por Robert Koch em 1884.

¹² “Hipócrates diz sim, mas Galeno diz não”. Verso da peça *Les Folies amoureuses*, de Jean-François Regnard (1655-1709). Mário de Alencar e Aurélio têm “et Galien dit non”. Tanto quanto pudemos verificar (numa edição de 1868), a versão da *Gazeta* corresponde ao texto original.

A SEMANA – 134

John Gledson

Machado, nascido em 21 de junho, achava-se “filho do frio”: natural que, quando faz calor, sonhe com um inverno escandinavo, trazido por dois navios. A seguir, encena um novo diálogo com José Rodrigues, mais ignaro e tolo do que nunca, que começa com a falta de carne verde, assunto recorrente nos jornais, e que trata ironicamente, com certo sangue frio – como diz *O Paiz*, nem todo mundo depende de carne para comer. Finalmente, vai aos terremotos recentes na Europa, para pressentir um desastre maior, um “parto” da terra, motivo recorrente nestas crônicas (ver p.ex. a de 1º de outubro de 1893 – “o mundo está para ver alguma coisa mais grave do que pensas”), e que se deve em parte à iminência do fim do século. Há forças históricas mais concretas, porém, sendo uma delas a expansão imperialista na África e noutros continentes, a que alude no último parágrafo, e que chegava a seu auge nesta década.

Esta crônica consta da antologia de Mário de Alencar, p. 191-195.



A SEMANA

23 de dezembro de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

A semana acabou fresca, tendo começado e continuado horrivelmente cálida. Até quinta-feira à noite ninguém podia respirar. Sexta-feira trouxe mudança de tempo e baixa de temperatura. O fenômeno explicar-se-ia naturalmente, em qualquer ocasião, mas houve uma coincidência que me leva a atribuí-lo a causas transcendentais. Se cuidas que aludo ao encerramento do Congresso Nacional, enganas-te. O calor do Congresso tinha-se ido, há muito, com a câmara dos deputados.¹ O senado, apesar da troca de regímen e do mínimo da idade,² há de ser sempre a antiga Sibéria, pelo próprio caráter da instituição. Não, a causa foi outra.

A causa foi o banquete que o ministro da Suécia e Noruega³ deu aos comandantes e oficiais da corveta e da canhoneira ancoradas no nosso porto, banquete a que assistiram os cônsules da Holanda e da Dinamarca.⁴ Homens do norte, amassados com gelo, curtidos com ventos ásperos, uma vez reunidos à volta da mesa, comunicaram uns aos outros as sensações antigas, e, por sugestão, transportaram para aqui algumas braçadas daqueles climas remotos. Estando em dezembro, evocaram o seu inverno deles, que não é o nosso moço lépido de S. João, mas um velho pesado do Natal. Já antes da sopa, deviam tremer de frio. Eu próprio, ao ler-lhes os nomes, levantei a gola do fraque. Os bigodes pingavam neve. As rajadas de vento levavam os guardanapos.

Tendo sido na noite de quarta-feira o banquete escandinavo, o nosso céu ainda resistiu durante a quinta-feira, e com tal desespero que parecia queimar tudo; mas na sexta-feira já não pôde, e não teve remédio senão chover e ventar. Não choveu, nem ventou muito, não chegou a nevar, mas fez-nos respirar, e basta. O que talvez não baste, é a explicação. Espíritos rasteiros não podem aceitar razões de certa elevação, mas com esses não se teima. Faz-se o que fiz sexta-feira ao meu criado, quando ele me entrou no

¹ O Congresso encerrou suas atividades no dia 20 de dezembro. Já a Câmara dos Deputados deixara de funcionar por vários dias, por falta de número.

² A idade mínima para ser senador, que tinha sido 40 anos durante o império, tinha sido reduzida para 35.

³ Neste momento, Noruega estava sujeita à coroa sueca, embora com parlamento próprio. Em 1905 ficaria totalmente independente.

⁴ Não localizei a reportagem sobre este banquete, que sem dúvida Machado não inventou.

gabinete para anunciar que não havia carne.⁵ Trazia os cabelos em pé, os olhos esbugalhados, a boca aberta, e só falou depois que a minha frieza, totalmente escandinava, não correspondendo a tanto assombro, acendeu nele o desejo de me dar a grande novidade. Eu, cada vez mais escandinavo, respondi-lhe que, se não havia carne, havia outras coisas. Não contestou a sabedoria da resposta, mas confessou que a razão do espanto e consternação em que vinha, era o receio de não haver mais carne neste mundo.

– Não entendendo de leis, concluiu José Rodrigues, cuidei que era alguma lei nova que mandava acabar com a carne...

Este José Rodrigues é bom, é diligente, respeitoso, mas coxeia do intelecto, não que seja doido, mas é estúpido. Não digo burro; burro com fala seria mais inteligente que ele. Ontem, depois do almoço, veio ter comigo, trazendo uma folha na mão:

– Patrão, leio aqui estes dois anúncios: “Para tosses rebeldes, xarope de jamacaru.” – “Para intendente municipal, Calixto⁶ José de Paiva.”⁷ Qual destes dois remédios é melhor? E que moléstia é essa que nunca vi?

– Tu és tolo, José Rodrigues.

– Com perdão da palavra, sim, senhor.

– Pois se as moléstias são duas, como é que me perguntas qual dos remédios é melhor? É claro que ambos são bons, um para tosses rebeldes, outro para intendente municipal.

– E esta moléstia é como a neurastenia,⁸ que o patrão me ensinou a dizer, e ainda não sei se digo direito, – a tal moléstia nova, que é bem antiga; é a que chamávamos espinhela caída. Ou intendente será assim coisa de dentes?... O patrão desculpe; eu não andei por escolas, não aprendi leis nem medicina...

– José Rodrigues, há coisas que, não se entendendo logo, nunca mais se entendem. Onde andas tu que não sabes o que é intendente? Sabes o que é vereador?

– Vereador, sei; é o homem que o povo põe na câmara para ver as coisas da cidade, a limpeza, a água, os lampiões.

– Pois é a mesma coisa.

⁵ Essa semana, o mercado do Rio de Janeiro esteve sem carne fresca alguns dias. A *Gazeta*, sob a manchete A FOME, culpa a mesma crise dos transportes mencionada na crônica de 4 de novembro de 1894. No dia 21, diz: “Nesta capital, infelizmente estamos ameaçados de uma privação semelhante [à de algumas vilas do interior]: hoje não haverá carne no mercado, porque o estoque de gado em Santa Cruz esgotou-se, e nenhum entrou do Rio da Prata, por causa da quarentena. Apenas dezesseis reses foram abatidas para uso dos hospitais.” No dia seguinte, porém, *O Paiz* ataca o alarmismo: “A fome! Não há tal! (...) é porventura a carne verde alimentação do pobre? Não, não é!”

⁶ Assim na *Gazeta*, e em Mário de Alencar. Aurélio moderniza para Calisto. Achamos melhor manter a forma original, ligeiramente mais cômica.

⁷ O número destes anúncios para os novos intendentes, praticamente todos desta forma, sem mais, começava a aumentar. As eleições aconteceriam no dia 6 de janeiro.

⁸ A neurastenia foi inventada em 1829, e virou diagnóstico popular para explicar sintomas como fadiga, ansiedade, enxaquecas e depressão. Continuou a ser usada até bem entrado o séc. XX, sendo hoje desacreditada. Já na década de 1890 havia dúvidas, que Machado obviamente compartilhava.

– A mesma coisa? Entendo; é como a espinhela caída, que hoje se chama anatomia ou neurastenia. Pois, sim, senhor. Intendente é o mesmo que vereador. Cura-se então com o Paiva do anúncio? Mas, se o Paiva é remédio, conforme diz o patrão, não entendo que se aplique a neurastenia ou intendente...

– Tu não estás bom, José Rodrigues; vai-te embora.

– Para dizer a minha verdade, bom, bom, não estou; amanheci com uma dor do lado, que não posso respirar, e é por isso que vim perguntar ao patrão se era melhor o xarope, se o Paiva. Talvez o Paiva seja mais barato que o xarope. Isto de remédios, não é o serem mais caros... Às vezes os mais caros não prestam para nada, e um de pouco preço cura que faz gosto. Mas, enfim, não faço questão de preço. A saúde merece tudo. Vou ao Paiva... isto é, o jornal fala também de um Canedo, para a mesma moléstia... Não é Canedo que se diz? Talvez o Canedo seja ainda mais barato que o Paiva.

– Isto é coisa que só à vista das contas do boticário. Toma o que puderes; mas, antes disso, faz-me um favor. Vai ver se eu estou no largo da Carioca.

– Sim, senhor. Se não estiver, volto?

– Espera primeiro até às cinco horas; se até às cinco horas não me achares, é que não estou, e então volta para casa.

– Muito bem; mas se o patrão lá estiver, que quer que lhe faça?

– Puxa-me o nariz.

– Ah! isso não! Confianças dessas não são comigo. Gracejar, gracejo, e o patrão faz-me o favor de rir; mas não se puxa o nariz a um homem...

– Bem, dá-me então as boas tardes e vem-te embora para casa.

– Perfeitamente.

Enquanto ele ia ao largo da Carioca, fui-me eu às notas da semana, e não achei mais nada que valesse a pena, salvo o planeta que se descobriu entre Marte e Mercúrio.⁹ Mas isso mesmo, para quem não é astrônomo, vale pouco ou nada; não que as grandezas do céu estejam trancadas aos olhos ignaros, francas estão, e o ínfimo dos homens pode admirá-las. Não é isso; é que um astrônomo diria sobre este novo planeta coisas importantes. Que direi eu? Nada ou algum absurdo. Buscaria achar alguma relação entre os planetas que aparecem e as cidades que ameaçam desaparecer com terremotos. A Calábria padeceu mais com eles que com os salteadores; pouco é o chão seguro debaixo dos pés das belas italianas ou do fortíssimo Crispi.¹⁰ Na Hungria houve um tremor há dois dias; outras partes do mundo têm sido abaladas.

⁹ Não localizei esta notícia, estranha em si mesma – irônico-fictícia, talvez?

¹⁰ Neste momento, Francesco Crispi (1818-1901), o homem forte da política italiana, estava no poder pela segunda vez, tendo derrotado seu rival Giolitti em dezembro de 1893. Tinha sido alvo de uma tentativa de assassinato em junho de 1894. Calábria tinha sofrido um terremoto sério em 16 de novembro. De Budapeste as notícias são mais recentes – vem no dia 22 este telegrama, n’*O Paiz*: “Sentiu-se um forte tremor de terra no sudeste da Hungria. Contam-se algumas casas derrubadas e pereceram diversas pessoas.”

Andará a terra com dores de parto, e alguma coisa vai sair dela, que ninguém espera nem sonha? Tudo é possível. Quem sabe se o planeta novo não foi o filho que ela deu à luz por ocasião dos tremores italianos? Assim, podemos fazer uma astronomia nova; todos os planetas são filhos do consórcio da terra e do sol, cuja primogênita é a lua, anêmica e solteirona. Os demais planetas nasceram pequenos, cresceram com os anos, casaram e povoaram o céu com estrelas. Aí está uma astronomia que Júlio Verne podia meter em romances, e Flammarion em décimas.¹¹

Também se pode tirar daqui uma política internacional. Quando a África e o que resta por ocupar e civilizar, estiver ocupado e civilizado, os planetas que aparecerem, ficarão pertencendo aos países cujas entranhas houverem sido abaladas na ocasião com terremotos; são propriamente seus filhos. Restará conquistá-los; mas o tetraneto de Edison terá resolvido este problema, colocando os planetas ao alcance dos homens, por meio de um parafuso elétrico e quase infinito.



¹¹ Camille Flammarion (1842-1925), cientista francês, foi uma figura curiosa, mistura de astrônomo e místico espiritista, que também escreveu ficção científica, e livros de ciência popular. Não encontrei referências a livros de poesia, mas dada a sua enorme bibliografia, é possível que existam.

A SEMANA – 135

John Gledson

A maior parte desta crônica baseia-se num incidente trágico-cômico, ocorrido na praça da República, na quinta-feira, e que foi noticiado em muitos jornais na sexta. Trágico porque morreu alguém: cômico porque as pessoas mostraram seus brios sem necessidade, e num cenário meio teatral – os pavilhões destinados à distribuição das medalhas que a comissão militar uruguaia trouxera para os soldados brasileiros, e que já deviam ter sido retirados. Tudo se passou, também, diante de uma torcida numerosa. É este elemento teatral (com seu quê de absurdo) que atrai Machado. Caracteristicamente, leva tudo a um extremo; imagina que fosse um drama mesmo, em que “tudo fosse escrito”, e que, portanto, os fatos “nus” tivessem um sentido e uma ordem que obviamente não tinham. Por isso – para justapor a “fonte” à versão cronística – decidi copiar a reportagem inteira da *Gazeta*, embora seja bem provável que Machado tenha lido outras versões também. A transformação tem certo interesse na história criativa do autor, sobretudo porque Machado, aqui, em escala menor, faz o que faria ao longo de um romance inteiro – *Dom Casmurro*, onde Bentinho toma fatos bem possivelmente avulsos e insignificantes e faz com que se conformem todos à “peça” que está escrevendo. Machado aqui estreia uma ideia, a de a sorte ser o “ponto” do drama, que reaparece num dos capítulos-chaves do romance, o LXXIII (“O contrarregra”). Este drama ao menos é mais interessante que a monótona lei de Lynch, aludida em vários jornais, de enredo ultraprevisível.

Na parte final da crônica, Machado lança mão de um artifício que já lhe servira no passado (por exemplo, na crônica de “Bons Dias!” de 16 de junho de 1888), o de “personificar” uma palavra para comentar as peripécias da sua história, neste caso de desgaste. Também ressuscita Morais, autor do famoso dicionário, que devia merecer sua simpatia, em parte pela origem carioca.

Esta crônica consta da antologia de Mário de Alencar, p. 196-200.



A SEMANA

30 de dezembro de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

A sorte é tudo. Os acontecimentos tecem-se como as peças de teatro, e representam-se da mesma maneira. A única diferença é que não há ensaios; nem o autor nem os atores precisam deles. Levantado o pano, começa a representação, e todos sabem os papéis sem os terem lido. A sorte é o ponto.

Esse pequeno exórdio é a melhor explicação que posso dar do drama da praça da República, e a mais viva condenação da teimosia com que alguns jornais pediram a demolição dos pavilhões e arcos das festas uruguaias.¹ Ainda bem que não pediram

¹ A reportagem na qual Machado se baseia, principalmente para a primeira parte da crônica, encontra-se na *Gazeta* de sexta-feira, 28 de dezembro, p. 1, col. 4. Embora meio comprida, vale a pena citá-la por inteiro, para que o leitor possa comparar o “original” e a crônica que Machado tirou daí. Vinha sem manchete:

“Ontem, às 8½ horas da manhã, o italiano Ercolino Gentil, morador à rua do Alcântara n. 60, encarregado da guarda e conservação dos objetos que serviram para os festejos promovidos na praça da República, por ocasião da entrega das medalhas, tendo subido ao Pantheon, foi inopinadamente agredido e ferido com um golpe de navalha por um indivíduo que ali se achava oculto.

Comunicado o fato ao Sr. Dr. Aristides, delegado da 9ª circunscrição, compareceu este imediatamente, sendo já enorme a multidão de curiosos que com insistência exigiam a prisão do indivíduo que ali se achava oculto.

Este, que se conservava em atitude agressiva, não consentia que ninguém subisse a escada para ir ao seu encontro, fazendo nascer a indignação da parte do povo, que de toda maneira queria apoderar-se do indivíduo.

Finalmente, depois de esgotados todos os meios prudentes e conselhos dirigidos ao indivíduo para que descesse, apareceram os cidadãos João Serpa, João Evangelista de Sousa, Vitorino Baía e Wermesso Henri, que se dispuseram a subir ao Pantheon e efetuar a prisão do indivíduo. Lá chegando, tiveram de travar renhida luta com o criminoso, que se achava armado com um varão de ferro e com uma navalha, ficando todos feridos em diversas partes do corpo.

Dois cabos de esquadra do 10º batalhão de infantaria do exército, de nomes José Alves Bezerra e Manuel Luís dos Santos, e o paisano José Vieira Borges, morador à rua Oliveira Fausto n. 25, vendo que aqueles indivíduos não conseguiam efetuar a prisão, subiram ao Pantheon e envolveram-se na luta.

Poluceno Antônio de Almeida, morador no Engenho Novo, subindo também, caiu-lhe na cabeça uma tábua, quando se achava em meio da escada, resultando-lhe uma ferida contusa.

Na ocasião da terrível luta os referidos cabos de esquadra e Borges caíram desastrosamente sobre umas tábuas que estavam no assoalho do Pantheon, ocasionando a morte do de nome Bezerra, fratura de um braço de Santos e muitos ferimentos na cabeça de Borges.

também a eliminação de três grinaldas de folhas secas, já sem cara de folhas, que ainda pendem dos arcos de gás na rua de S. José. Oh! não me tirem essas pobres grinaldas! Não fazem mal a ninguém, não tolhem a vista, não escondem gatunos, e são verdadeiras máximas. Quando desço por ali, com a memória cheia de algumas folhas verdes que vieram comigo no bonde, acontece-me quase sempre parar diante delas. E elas dizem-me coisas infinitas sobre a caducidade das folhas verdes, e o prazer com que as ouço não tem nome na terra nem provavelmente no céu. *Ergo bibamus!*² E aí me vou contente ao trabalho. Não é novo o que elas dizem, nem serão as últimas que o dirão. A banalidade repete-se de século a século, e irá até à consumação dos séculos; não é folha que perca o viço.

Vindo ao pavilhão da praça da República, o acontecimento de quinta-feira provou que ele era necessário, porque a sorte, que rege este mundo, já estava com o drama nas mãos para apontá-lo aos atores. E os atores foram cabais no desempenho. O gatuno³ que resistiu ao ataque de alguns homens de boa vontade dava um magnífico bandido. Um simples gatuno não defende com tanto ardor a liberdade, posto que a liberdade seja um grande benefício. As armas do gatuno são as pernas. Ele foge ao clamor público, à espada da polícia, à cadeia; pode dar um cascudo, um empurrão; matar, não mata. É certo que o tal Puga não podia fugir; mas os Pugas de lenços e outras miudezas, em casos tais, não tendo por onde fugir, entregam-se; preferem a prisão simples aos complicados remorsos. Nem lenços nem carteiras deixam remorsos. A própria casa, apólices, terrenos e outros bens, havidos capciosamente, não tiram o sono. O sangue, sim, o sangue perturba as noites.

Daí veio a suspeita de ser este Puga doido, – e parece confirmá-la a declaração que ele fez de chamar-se Jesus Cristo. A declaração não basta, e podia ser um

O indivíduo, que ali se achava oculto, foi conduzido preso para o quartel do 24º batalhão e daí para a 9ª estação policial, devendo-se à intervenção da polícia, das praças do exército e de alguns cidadãos não ter sido o mesmo linchado pelo povo, que se mostrava indignado.

Na estação policial revelou o indivíduo estar sofrendo das faculdades mentais, tendo declarado a princípio que se chamava Antonio Casas y Puga, espanhol, e mais tarde que o seu verdadeiro nome era *Jesus Cristo*.

Puga, que ficou muito ferido na cabeça e em outras partes do corpo, foi conduzido em carro, convenientemente escoltado por praças de cavalaria, para a enfermaria da Casa de Detenção, depois de ser contra o mesmo lavrado o respectivo auto de flagrante.

Os indivíduos feridos foram submetidos a corpo de delito pelos médicos da polícia.

E a morte do pobre cabo de esquadra, e os ferimentos mais ou menos graves dos outros indivíduos, tudo se teria evitado com um pouco de calma e uma simples providência.

Mandasse a autoridade policial retirar a escada por onde o homem havia subido para a cúpula do pavilhão, que ele havia por força de entregar-se pela fome.

– Esta não lembra ao diabo! diria o cônego Felipe.”

Os outros jornais que pude consultar não diferem sustancialmente da *Gazeta* – não encontrei o detalhe dos apupos aos que não ousavam subir, embora seja bem provável que estivesse noutro jornal. Talvez seja de interesse mencionar que *O Paiz* também viu as possibilidades dramáticas da cena, “de natureza cômica e que por fim teve um desenlace imprevisto e trágico.”

² “Então, vamos beber” – em latim. É o título de uma famosa canção estudantil de Goethe (1749-1832).

³ Na *Gazeta* e em Mário de Alencar aqui há uma vírgula, que Aurélio tira, com razão.

estratagemas; mas há tal circunstância que me faz crer que ele é deveras alienado: é ser espanhol. Os bandidos espanhóis, embora salteiem e despojem a gente, não deixam de respeitar a religião. Dizem que levam bentinhos consigo, ouvem missas, quase que confessam os seus pecados.

A tragédia, se deveras é doido, foi assim mais trágica. Essa luta em um desvão, entre um louco e alguns homens valentes, um dos quais morreu e os outros saíram feridos, deve ter sido extraordinariamente lúgubre. Tal espetáculo, é claro, estava determinado. Era preciso que fosse em lugar que pudesse conter o milhar de espectadores que teve; logo, a praça da República; devia ser no alto de edificio vazio e livre, para onde só se pudesse ir por uma escada de mão; logo, o pavilhão das festas. Tudo vinha assim disposto, era só cumpri-lo à risca.

Os espectadores, que também fizeram parte do espetáculo, desempenharam bem o seu papel, mas parece que o haviam aprendido em Shakespeare. Assim é que, simultaneamente aplaudiam os corajosos que subiam a escada de mão, e apupavam os que iam só a meio caminho e desciam amedrontados. Aclamações e assobios, de mistura, enchiam os ares, até a cena final, quando o Puga, subjogado, desceu ferido também. Aí Shakespeare cedeu o passo a Lynch, outro trágico, sem igual gênio, mas com a mesma inconsciência do gênio, cujo único defeito é não ter feito mais que uma tragédia em sua vida. A polícia interveio para se não representar essa outra peça, e, se salvou a vida ao Puga, praticou um ato muito menos liberal, que foi restaurar a censura dramática.

Ao enterramento do soldado que acabou a vida naquela luta, creio que acompanhou menos gente, os que pegaram no caixão, e alguns amigos particulares, se é que os tinha. O cocheiro acompanhou porque ia guiando os burros. Concluamos que o homem ama a luta e respeita a morte; entusiasta diante do herói, fica naturalmente triste e solitário diante do cadáver, e deixa-o ir para onde todos havemos de ir, mais tarde ou mais cedo.

Resumindo, direi ainda mais uma vez que a sorte é tudo, e não são só os livros que têm os seus fados.⁴ Também os têm os arcos e os pavilhões. Que digo? Também os têm as próprias palavras. Há dias, o Sr. general Roberto Ferreira, referindo-se a uma notícia, encabeçou o seu artigo com estas palavras: *Consta,⁵ não; é exato.⁶* E todos discutiram o artigo, afirmando uns que constava, outros que era exato. A reflexão que

⁴ Machado traduz uma frase latina, “habent sua fata libelli”, que cita noutras ocasiões: “os livros têm o seu destino”; são palavras do verso 1.286 de *De litteris, de syllabis, de metris*, de Terenciano Mauro, gramático que viveu no fim do segundo século d.C.

⁵ Esta vírgula está na *Gazeta* e em Mário de Alencar. Aurélio omitiu.

⁶ O general Roberto Ferreira (1834-1915) era defensor da República: entre outras coisas, tinha conseguido rechaçar os revoltosos da Armada quando procuravam desembarcar na ponte de Armação. Verossimilmente, trata-se de alguma polémica sobre a luta, talvez travada nos apedidos, onde era frequente “afirmar uns que constava, outros que era exato”. Infelizmente, não localizei o artigo, mas talvez a matéria (e o autor) explique o pouco interesse de Machado pelo artigo em si.

tirei daí foi longa e profunda, não por causa da matéria em si mesma, que não é comigo, mas por outra causa que vou dizer, não tendo segredos para os meus leitores.

Conheço desde muito o velho *Constar*, era eu bem menino; lembra-me remotamente que foi um carioca, Antônio de Moraes Silva,⁷ que o apresentou em nossa casa. Velho, disse eu? Na idade, era-o; mas na pessoa era um dos mais robustos homens que tenho visto. Alto, forte, pulso grosso, espáduas longas; dir-se-ia um Atlas. O moral correspondia ao físico. Era afirmativo, autoritário, dogmático. Quando referia um caso, havia de crer-se por força. As próprias histórias da carocha, que contava para divertir-nos, deviam ser aceitas como fatos autênticos. O carioca Moraes, que tenho grande fé nele, dizia que era assim mesmo, e ninguém podia descrer de um, que era arriscar-se a levar um peteleco de ambos.

Poucos anos depois, tornando a vê-lo, caiu-me a alma aos pés – a alma e o chapéu, porque ia justamente cumprimentá-lo, quando lhe ouvi dizer com a voz trêmula e abafada. “Suponho... ouvi que... dar-se-á que seja?... Tudo é possível.” Não me conhecia! Respondi-lhe que era eu mesmo, em carne e osso, e indaguei da saúde dele. Algum tempo deixou vagar os olhos em derredor, cochilou do esquerdo, depois do direito, e com um grande suspiro, redarguiu que ouvira dizer que ia bem, mas não podia afirmá-lo; era matéria incerta. “Macacoas”, disse-lhe eu rindo para animá-lo. “Também não, isto é, creio que não”, respondeu o homem. Dei-lhe o braço, e convidei-o a ir tomar café ou sorvete. Hesitou, mas acabou aceitando.

Conversamos cerca de meia hora. Deus de misericórdia! Não era já o dogmático de outro tempo, cujas afirmações, como espadas, cortavam toda discussão. Era um velho tonto, vago, dubitativo, incerto do que via, do que ouvia, do que bebia. Tomou um sorvete, crendo que era café, e achou o café extremamente gelado. Há sorvetes de café, disse eu, para ver se o traria à afirmação antiga; concordou que sim, embora pudesse⁸ ser que não. Um cético! um triste cético!

Que é isto senão a sorte? A sorte, e só ela, tirou ao velho *Constar*⁹ o gosto das ideias definitivas e dos fatos averiguados. A sorte,¹⁰ e só ela, decidirá da eleição do dia 6 de janeiro.¹¹ Podem contar, somar e multiplicar os votos; a eleição há de ser o que ela quiser. A peça está pronta. Não nos espantemos do que virmos; preparemo-nos para analisar as cenas, os lances, o diálogo, porque a peça está feita.

A sorte acaba de golpear-me cruamente. Sempre cuidei que o meu silêncio modesto e expressivo indicasse ao Sr. presidente da República onde estava a pessoa mais apta (posso agora dizê-lo sem modéstia), para o cargo de prefeito. S. Ex. não me

⁷ O famoso *Dicionário da língua portuguesa pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antônio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro* foi publicado em Lisboa em 1789. Sua definição de “constar” é “saber-se de certo”.

⁸ Por engano, vem aqui “pudesser” no jornal.

⁹ Há aqui uma vírgula na *Gazeta* e em Mário de Alencar. Aurélio a omite.

¹⁰ Na *Gazeta* e em Mário de Alencar não há vírgula; Aurélio a acrescenta.

¹¹ Estas eleições, já referidas mais de uma vez nestas crônicas, eram para o Conselho Municipal.

viu. *Outrageous Fortune!*¹² Tu és a causa desta preterição. Sem ti, o prefeito era eu, e eu te pagaria, sorte afrontosa, elevando-te um templo no mesmo lugar onde está o pavilhão das festas uruguaias.



¹² Palavras do solilóquio “To be or not to be”, de *Hamlet* (ato III, cena 1). “Whether ‘tis nobler in the mind to suffer / The slings and arrows of outrageous fortune / or to take arms against a sea of troubles / And by opposing end them?”. Na tradução de Machado, de 1873: “Acaso / É mais nobre a cerviz curvar aos golpes / Da ultrajosa fortuna, ou já lutando / Extenso mar vencer de acerbos males?”.

CRONOLOGIA
(set. 1893-dez. 1894)

John Gledson

1893

- 6 set. Eclosão da Revolta da Armada na baía de Guanabara, liderada pelo Almirante Custódio de Melo.
- 13 set. Primeiro bombardeio da cidade do Rio. Rui Barbosa embarca para asilo em Buenos Aires.
- 25 set. Escolha de Prudente de Moraes como candidato do Partido Republicano Federal à sucessão de Floriano.
- 5 out. Acordo forçado pelos governos estrangeiros, em que Custódio promete não bombardear a cidade, e Floriano não provocar os revoltosos.
- 13 out. Regula-se a censura à imprensa, proibida de publicar “notícias a respeito da revolta que não tenham sido comunicadas pelo governo constitucional ou que não tenham essa origem” (Decreto n. 1.565).
- 2 nov. Tropas federalistas invadem Santa Catarina.
- 30 nov. O *Aquidabã*, comandado por Custódio de Melo, força a barra rumo a Santa Catarina, onde intenta implantar um governo revolucionário. A *Gazeta* é banida durante um mês.
- 8 dez. Tropas florianistas atacam a ilha das Cobras, junto ao porto do Rio de Janeiro, provocando a adesão de Saldanha da Gama à revolta. No dia 9, publica uma circular em que mostra as suas simpatias monarquistas.

1894

- 2 jan. A *Gazeta* volta a ser publicada, com “A Semana” na primeira página.
- 13 jan. A esquadra e as tropas federalistas tomam Paranaguá.
- 20 jan. As tropas federalistas, a comando de Gumercindo Saraiva, tomam Curitiba.
- 27-29 jan. Depois de mal-entendidos, e sob a ameaça do governo americano, Saldanha da Gama recua e deixa de controlar a entrada de navios estrangeiros (alguns dos quais trazem armas) na baía de Guanabara.
- fev.-mar. Intensificam-se os combates entre o exército florianista e a frota insurgida. Prendem-se muitos suspeitos, e decreta-se estado de sítio. É o que Machado já chamara em 1892 de “terror político”.
- 1º fev. Anuncia-se a proibição de carnaval de rua, pelo perigo dos bombardeios.
- 9 fev. Violentos combates entre tropas florianistas e revoltosos, na Ponta da Armação, em Niterói.
- 1º mar. Fazem-se eleições para deputados e senadores federais, e para presidente da República em todo o Brasil, menos nos estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Saem ganhando Prudente de Moraes (presidente) e Manuel Vitorino (vice-presidente). Os resultados só seriam conhecidos a 22 de junho.
- 11 mar. Floriano anuncia que daí a dois dias começaria o bombardeio da frota rebelde, e que a população deve sair da cidade.
- 13 mar. Horas antes do fim do prazo, Saldanha e as suas tropas pedem asilo em dois navios portugueses, que os levam para o sul, onde muitos se unem aos revoltosos (o que acaba levando ao rompimento de relações com Portugal). É o fim da revolta naval na baía de Guanabara.
- 14 mar. Gumercindo Saraiva chega perto de Itararé, no estado de São Paulo, o limite do seu avanço para o norte.
- 19 mar. Gumercindo abandona Paranaguá e retira-se para o sul.
- mar.-ago. A tropas federalistas retiram-se para o sul; algumas refugiam-se no Uruguai e na Argentina.

- 17 abr. A esquadra governamental retoma Desterro (Florianópolis). O coronel Moreira César é nomeado governador e ordena o fusilamento de muitas pessoas.
- 22 jun. Anuncia-se o resultado da eleição presidencial de 1º de março, com vitória de Prudente de Moraes.
- 30 jun. Fim do estado de sítio no Rio de Janeiro.
- 1º ago. Eclode a Primeira Guerra Sino-Japonesa.
- 10 ago. Gumercindo Saraiva é ferido e morre em Carovi.
- 16 set. O exército japonês entra em Pyongyang.
- 27 set. Nova invasão federalista do Rio Grande do Sul, desde o Uruguai. Ocupa-se parte do sul do estado.
- out. (?) Soltura de Wandenkolk?
- 2 nov. Prudente de Moraes chega ao Rio de Janeiro para a sua posse como presidente, num clima de hostilidade de Floriano e seus aliados.
- 12 nov. É inaugurada a estátua equestre do general Osório na praça XV de novembro.
- 15 nov. Prudente é empossado sem problema, anunciando o fim de cinco anos de divergências e lutas.
- 20 dez. Depois de muitos boatos a respeito, anuncia-se a nomeação do general Francisco Moura para um comando no Rio Grande do Sul: sinal de que o governo quer negociar o fim da guerra. Ele, porém, não acata as instruções do governo.

“A SEMANA” 1894: UMA INTRODUÇÃO AO TERCEIRO ANO DE PUBLICAÇÃO DA SÉRIE

John Gledson

Esta publicação pretende ser uma edição completa e confiável das crônicas de “A Semana” de 1894; as notas e as introduções a cada crônica visam situá-las no seu contexto mais imediato. Esta introdução é uma extensão desse objetivo – esboçar o pano de fundo histórico, político, social, pessoal etc. da série; e registrar os acontecimentos do ano, para fornecer ao leitor uma apreciação das continuidades que o formato “semanal” muitas vezes oculta ou disfarça. Obviamente, quero que críticos e historiadores literários (e outros) empreguem estas obras para pesquisar o pensamento, o estilo de Machado entre *Quincas Borba* e *Dom Casmurro* – e, frequentemente fiquei tentado a seguir especulações desse tipo. Mas aqui, de propósito, abster-me de tais “desvios”, preferindo estabelecer os alicerces necessários para qualquer projeto interpretativo.

Podemos começar pelo próprio cronista, o “semanista da *Gazeta*”. Ao longo de 1894, Machado vivia a vida quieta e rotineira que caracteriza a sua carreira depois de, digamos, 1880. A existência no sobrado à rua Cosme Velho, 18, onde vivia desde 1884, era tranquila, entre vizinhos, conhecidos, amigos, alguns familiares de d. Carolina. Sílvia Eleutério define este ambiente, e o seu nível social, numa nota à *Correspondência*: “O bairro em que Machado de Assis morava era um reduto de diversas famílias da alta burguesia, do alto comércio, da intelectualidade bem-sucedida e do governo”.¹ O cronista situa a segunda crônica do ano no seu querido jardim.

Todo dia de semana ia à repartição: era um funcionário importante, chefe da Diretoria do Comércio no Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Sábado, pelo menos na ficção e quase sempre sem dúvida na realidade, era dia de escrever seu dever semanal; domingo era dia de repouso, embora também para escrever cartas – às vezes, o trabalho invadia até esse espaço livre. Era, como sabemos, um funcionário modelar, e, de fato, no fim de 1894, chega a prova na forma de uma carta aberta, publicada na primeira página da *Gazeta*, do ministro que acabara de sair do cargo, o

¹ *Correspondência de Machado de Assis*, v. III, p. 51 (nota 6 à carta 302, de 2 de outubro de 1894, de Miguel de Novais, cunhado do cronista).

general Bibiano Costallat, louvando, entre outras coisas, a “pureza de sentimentos” e “inteireza de caráter” de Machado.² Sem dúvida, a *Gazeta* orgulhava-se do seu cronista, e Costallat era perfeitamente sincero, mas podemos ter certeza de que Machado ficara satisfeito de ter esse reconhecimento público de um ministro republicano, do governo de Floriano Peixoto (que terminara dois dias antes, a 15 de novembro). Nunca tomava seu emprego como coisa garantida, ainda mais no ambiente tenso e agitado dos primeiros anos da República. Essa carta, bem-vinda em si mesma, calhava bem numa campanha discreta, esporádica, mas cuidadosa, de se proteger e de firmar a sua reputação de homem público.³ No começo deste ano de 1894, na atmosfera polarizada da Revolta da Armada, seu nome foi incluído numa lista de monarquistas publicada n’*O Tempo* por Diocleciano Mártir, florianista exaltado. A acusação não era falsa – como veremos, sempre fora e continuava a ser essencialmente monarquista –, mas Machado foi defendido publicamente por Lúcio de Mendonça, irmão de Salvador, um dos seus amigos mais velhos, ambos republicanos de longa data.⁴

Machado não era eremita, longe disso. Muitas tardes, de caminho do trabalho para casa, passava pela Livraria Garnier – escrevera um obituário comovido do dono dessa livraria no dia 8 de outubro de 1893. Ali, batia papo com os amigos literários. É verdade que só nos chegaram 13 cartas da sua correspondência (ativa e passiva), das quais somente duas escritas por ele. Mas, como diz Sergio Paulo Rouanet, esta escassez é um reflexo do cuidado em não deixar vestígios das suas opiniões, cuidado que nos primeiros quatro anos da República fora ainda maior.⁵

Sua saúde era um problema esporádico. Só numa ocasião, em 29 de abril, teve de desistir de escrever a crônica, parece que por causa de uma dor de cabeça. Foi substituído por seu amigo, o dono da *Gazeta*, ele mesmo cronista experimentado, José Ferreira de Araújo, que humoristicamente o acusa de fugir do seu dever.⁶ Mais tarde, em 14 de outubro, termina falando de “uma dor de cabeça enfadonha que me obriga a parar aqui.” Contudo, segundo Ubiratan Machado, foi só em 1896 que teve de pedir licença do trabalho por motivos de saúde.⁷

Como sempre, temos pouquíssimas evidências sobre a vida íntima do autor, homem na essência muito recatado. O mais interessante dos seus correspondentes, do qual possuímos mais cartas, é Carlos Magalhães de Azeredo, escritor e diplomata aspirante, naquele tempo com 22 anos de idade, amigo e protegido de Machado desde

² *Correspondência*, v. III, carta 304, p. 52-53, de 15 de novembro de 1894 (publicada no dia 17).

³ Ver meu artigo “Machado de Assis e a República – a „crise” de 1890-91 e os prelúdios de „A Semana””, *Revista Brasileira*, fase VIII, ano IV, jan.-mar. 2015, p. 103-112.

⁴ Ver Raimundo Magalhães Júnior, *Vida e obra de Machado de Assis*, v. 3 (*Maturidade*), p. 215-19.

⁵ “Apresentação” ao tomo III da *Correspondência*, p. vii.

⁶ Esta crônica – essencial, entre outras coisas, para entender a “resposta” de Machado na crônica subsequente – está incluída aqui, com o número 100A.

⁷ Ver seu *Dicionário de Machado de Assis*, p. 310 (verbete: Saúde).

1889.⁸ Embora Antonio Dimas o chame de “modelo irretocável de presunção e de autoestima quase descontrolada”⁹ – opinião de que é difícil discordar –, temos de reconhecer que Machado não só o aturava: tinha um afeto verdadeiro por ele, e certamente superestimou seus talentos literários. Magalhães era também monarquista, e fugiu para Minas nos primeiros meses de 1894, no auge da Revolta da Armada, voltando em junho. Pouco depois, com o novo governo, obteve um posto diplomático no Uruguai.

Não há comentários sobre o que mais nos interessa, a vida criativa do autor, a não ser que incluamos uma carta já do fim do ano, de Araripe Júnior, pedindo-lhe que escreva uma continuação de *Quincas Borba*, a ser chamada *A transfiguração de Sofia*. Não há indícios de Machado ter levado a sério a sugestão – como disse no prefácio à terceira edição do romance (1899), “Sofia está aqui toda”.¹⁰ Essa fase da sua carreira findara, e temos de esperar até 1895 para qualquer referência ao próximo projeto, *Dom Casmurro*. Há uma indicação do caminho que seguia, sabendo-o ou não, na forma do conto “Missa do galo”, publicado em maio n.º *A Semana* (a revista, dirigida por Valentim Magalhães). Esse conto famoso ensaia o mesmo desafio do romance – um narrador parcialmente inconsciente do que lhe aconteceu (e das ações e reações dos outros), mas que sem sabê-lo dá acesso ao leitor a uma outra (possível) verdade. De fato, pode parecer uma experiência intencional, uma reescritura de “Uns braços” com um narrador em primeira pessoa.

*

Como já notei na introdução à edição dos primeiros dois anos desta série, não havia segredo sobre a autoria destas crônicas. De fato, como também mostrei mais recentemente, havia uma “campanha”, discreta, intermitente, mas perfeitamente intencional, de se expor aos seus leitores – quase sempre com ironia, com algum negaceio, e dentro de limites bem estreitos, mas com um objetivo.¹¹ Machado queria estabelecer-se como figura pública respeitável, em parte para se defender no novo ambiente político da República, e, em parte, sem dúvida, para aproveitar a sua autoridade crescente no mundo literário e jornalístico. A “anonimidade” das crônicas, publicadas sem assinatura, certamente era real para alguns leitores, mas para quem quisesse saber, não havia segredo. Assim, o *Correio da Tarde* de 2 de agosto, felicitando a *Gazeta* no seu aniversário, comenta que as crônicas “de Machado de Assis” são um dos destaques do jornal. Claro que esta quase identificação não o impede

⁸ No total, existem mais de 58 cartas de Azeredo, 32 de Machado. Ver a mesma “Apresentação” de Rouanet, p. viii.

⁹ “A correspondência de Machado de Assis”, *Machado de Assis em linha*, v. 10, n. 21, p. 170.

¹⁰ Ver a *Correspondência*, t. III, p. 53-54.

¹¹ *A Semana (crônicas) 1892-93*, p. 13; e meu artigo referido na nota 4.

de brincar, de inventar ficções, contando o que lhe “aconteceu” no bonde, na fila para votar etc. – fazia parte do gênero. Certamente, porém, nunca mencionaria seu próprio nome: no máximo, é o “semanista da *Gazeta*” (18 de fevereiro). Mas chega muito perto em 2 de dezembro, referindo-se a um artigo sobre *Quincas Borba* publicado por José Veríssimo no primeiro volume dos seus *Estudos brasileiros*: “Há lá certo número de páginas que mostram que há nele também muita benevolência. Não digo quais sejam: adivinha-se o enigma lendo o livro; se, ainda lendo, não o decifrares, é que me não conheces.” No dia 6 de maio, respondendo às acusações brincalhonas de ter fingido de doente, comenta (com a devida modéstia) a referência de Ferreira de Araújo à sua peça de 1880 sobre Camões, *Tu, só tu, puro amor...*¹²

Há umas poucas referências mais pessoais: o que pode surpreender, na segunda crônica do ano, descrição do amanhecer em Cosme Velho, informa quem quisesse saber que mora perto da estação do trenzinho do Corcovado – evidentemente, a moda dos autógrafos ainda não pegara! Escrevendo uma “carta aberta” ao arcebispo do Rio de Janeiro, em 30 de setembro, diz com modéstia que quando chegar a hora derradeira, a terra “não comerá grande coisa, que a vista é pouca e a beleza nenhuma.” Às vezes, também, lembra o seu próprio passado, ao mencionar por exemplo seus amigos Ferreira de Meneses e Sizenando Nabuco, ambos falecidos, companheiros dos anos gloriosos do teatro do Ginásio, nos anos 1860. Também disfarça ou sepulta suas lembranças pessoais em algo mais geral, como na referência a Rossi e Salvini, dois atores shakespearianos que para ele foram uma revelação em 1871 – lembranças particulares demais, parece, para sobreviver à republicação desta crônica (de 3 de junho), em *Páginas recolhidas*.

*

É hora de dar nossa atenção aos acontecimentos políticos deste ano no Brasil, que constituem, como nos dois anos anteriores, o pano de fundo mais imediato destas crônicas. Foi um período de conflitos intensos, que começou no meio de duas guerras civis, a Revolta da Armada na baía de Guanabara, e a Guerra Federalista no Sul do país. A primeira terminou em março deste ano, a segunda só em agosto de 1895. Contudo, mesmo neste ano podemos ver os começos de uma longa transição a uma situação mais estável, e se estas crônicas contam, ou refletem, uma história, é essa.

A política, no seu sentido mais lato – ia dizer, mais profundo –, incluindo eventos nacionais e internacionais, é o baixo contínuo da série. Num ensaio curto sobre “A Semana”, Brito Broca diz o seguinte:

Os traços mais incisivos do panorama político nacional e internacional no último lustro do século passado (*sic* – de fato “A Semana” começou em 1892 e terminou no início de 1897), nós a encontramos

¹² “Homem que lê *Tu, só tu, puro amor*, não se bate, suspira”.

nos folhetins de Machado de Assis na *Gazeta de Notícias*, hoje reunidos sob a título *A Semana* (...). Era a Política, de preferência, o assunto dessas crônicas, como uma espécie de *leit-motiv*, de estribilho na revista dos acontecimentos hebdomadários.¹³

Há, como sempre, as afirmações que “não sabe nada de política”, como também finge ignorar finanças: discussões intermináveis sobre este assunto lhe parecem, como diz com ironia típica “não só brilhantes mas fastidiosas” (12 de agosto). O cronista sabe muito bem, porém, que a política é o assunto que fascina todo mundo: sua combinação de importância real com detalhes aparentemente triviais presta-se muito bem aos contrastes irônicos da crônica machadiana. O que é mais, Machado tem sua visão única e penetrante da situação do Brasil, política, econômica e social, uma das coisas que dá interesse a estas crônicas, por mais que tenhamos de buscá-la entre as linhas.

Nos últimos meses de 1893, como vimos nas crônicas finais desse ano, Machado reagiu com uma espécie de desespero à Revolta da Armada, auge da crise dos primeiros anos da República.¹⁴ No dia 6 de setembro, a esquadra brasileira, comandada pelo almirante Custódio de Melo, içou a bandeira da rebelião na baía de Guanabara. Custódio tinha contribuído para a destituição do primeiro presidente da República, Deodoro da Fonseca, no final de 1891, e agora queria repetir a façanha, derrocando seu sucessor, o vice-presidente (e presidente interino), Floriano Peixoto. Ao mesmo tempo, a revolta no Sul, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, se expandia.

Mas Floriano era um adversário mais difícil. Tinha, sobretudo, o apoio da poderosa oligarquia paulista, que havia desempenhado um papel importante na implantação da república federalista, mas que tinha seus próprios interesses, diferentes dos de Custódio e de Floriano, e que no fim se imporiam sobre o vice-presidente, relutante e ressentido. O chefe dos paulistas, Prudente de Moraes, tinha perdido uma eleição para a presidência em fevereiro de 1891; agora os paulistas sustentavam o regime, mas esperavam o momento de substituir Floriano, que, segundo a constituição, viria em 15 de novembro de 1894.¹⁵

O enfrentamento entre mar e terra, exército e frota, duraria seis meses, acabando na derrota de Custódio e seu aliado, o almirante Luís Felipe Saldanha da Gama, herói da Guerra do Paraguai, que se juntara à revolta em janeiro de 1894; levou também a um endurecimento considerável do regime republicano. A oposição a Floriano (e também ao entusiasmo nacionalista e republicano dos “jacobinos”) tinha de agir com muita cautela, sob a censura imposta pelo estado de sítio. Foi este processo que levou ao banimento da *Gazeta*, durante o mês de dezembro de 1893. Ferreira de Araújo, seu

¹³ Brito Broca, “A semana política de Machado”, em *Machado de Assis e a política* (São Paulo: Polis, 1983), p. 183-87, p. 183.

¹⁴ Ver *A Semana 1892-1893*, crônicas 73 ss.

¹⁵ Ver John Schulz, *O exército na política: origens da intervenção militar 1850-1894* (São Paulo: Edusp, 1994), p. 160-63.

editor, muito amigo de Machado, embora não explicitamente monarquista, criticava os excessos do novo regime, desde os escândalos do Encilhamento. No fim de novembro, parece que perdeu a paciência, e num editorial desafiou a censura, ao sugerir que a vitória da frota “não era impossível”. O banimento foi inevitável.

O 1º de janeiro de 1894, quando a *Gazeta* reapareceu, foi uma segunda-feira. A crônica de domingo apareceu, apesar disso. O jornal orgulhava-se de “A Semana”: e Machado, com um mês de “férias”, tinha tido tempo de pensar, e produziu o que é quase um novo começo da série, paralelo (embora muito diferente) à primeira crônica, de 24 de abril de 1892.¹⁶ Generalizando, podemos dizer que essa primeira crônica é uma consideração geral da sociedade brasileira e das suas limitações – sua “meninice social”, tinha dito noutro momento¹⁷; a primeira crônica de 1894, em contraste, expande essa perspectiva para abarcar o mundo inteiro, e, como se não fosse bastante, o século XIX por inteiro. É muito pessimista, cético sobre a capacidade humana de formar sociedades livres e esclarecidas. Não era só a revolta na baía: havia na Europa uma série de atentados e assassinatos anarquistas, e até medo de que se espalhassem para o Brasil. Nessa primeira crônica de 1894, Machado comenta: “Se este [o anarquismo] vier, 1893, tu haverás sido uma das suas datas históricas, pelos golpes que deste, pelo princípio de sistematização do mal.” Como diz, numa adaptação de um verso d’*Os Lusíadas*, nesta situação quem deve inspirá-lo é Terpsícore, musa da dança, não a ilustre Calíope do original, musa da poesia épica. Terá de ser ágil. Esta crônica é muito importante, tem ligações estreitas com *Esau e Jacó*, e voltaremos a ela noutros contextos.

Nos primeiros três meses de 1894, a situação piorou. Floriano prendeu várias figuras da oposição, e exilou outros (muitos, como Olavo Bilac, Carlos de Laet e Carlos Magalhães de Azeredo, foram para Minas, onde o estado de sítio não existia). Para Machado, depois das crônicas cada vez mais pessimistas do fim de 1893, era uma espécie de fundo do poço, e o resultado mais óbvio é a crônica de 18 de fevereiro, que conclui com esta lápide:

AQUI JAZ
UMA CRÔNICA DA SEMANA
TRISTÍSSIMA,
BREVÍSSIMA.
ORAI POR ELA!

Essa crônica, sobretudo lida de parceria com a primeira do ano, é crucial, embora seu argumento, intenso e inesperado, não facilite a leitura. Lida no contexto da

¹⁶ Ver “O patriotismo de Machado de Assis: uma crônica de 1892” em John Gledson, *Por um novo Machado de Assis* (São Paulo: Companhia das Letras, 2006), p. 118-206, 406-410.

¹⁷ Ver a crônica de 9 de junho de 1878, das “Notas semanais”; ver a edição desta série: Machado de Assis, *Notas semanais* (ed. John Gledson e Lúcia Granja) (Campinas: Editora da Unicamp, 2008), p. 101.

Gazeta, e sobretudo de uma carta comprida que segue a crônica imediatamente, na primeira página do jornal, de Euclides da Cunha, então com 28 anos, protestando contra prisões e até ameaças de morte contra prisioneiros políticos, essa crônica adquire um novo sentido. A descida para um sistema de “olho por olho” é a “sistematização do mal” da primeira crônica.¹⁸ Voltaremos também a essa crônica, que interessa também por razões estritamente literárias.

É significativo que, nos seus romances, Machado não vá além, cronologicamente, da Revolta da Armada – o funeral de Flora, em *Esau e Jacó*, tem a revolta como pano de fundo – “Não há novidade nos enterros. Aquele teve a circunstância de percorrer as ruas em estado de sítio” (cap. CVII). De agora em diante, as crônicas são o único testemunho da sua reação aos acontecimentos.¹⁹ Este era, como já disse e devemos sempre lembrar, um período turbulento e instável, até a data do fim da série, fevereiro de 1897 (que coincide com a terceira expedição, a de Moreira César, contra Canudos) e para além dela, até 1898, quando, em novembro, Prudente de Morais passa o governo a Campos Sales.

Como diz o próprio Machado no fim dessa mesma crônica, de 18 de fevereiro, em 1º de março, haveria, apesar do estado de sítio, eleições para a presidência da República – o novo presidente tomaria posse em 15 de novembro. Em setembro de 1893, Prudente de Morais tinha sido escolhido como candidato pelo Partido Republicano Federal; ganhou a eleição com larga margem – embora o resultado final só fosse promulgado em 22 de junho, os resultados parciais publicados na imprensa não davam lugar a dúvidas. Na próxima crônica, como fizera em ocasiões anteriores, Machado encoraja seus leitores a votar.²⁰ No dia 4 de março, conta (com detalhes cômicos e ficcionais) a sua espera paciente diante das urnas, num comentário sobre a ineficiência rudimentar (e no fundo antidemocrática) do sistema eleitoral, até para a pequena minoria que tinha direito ao voto.

Duas semanas mais tarde, no dia 18 de março, voltamos à guerra na baía, que agora chegava ao seu clímax e a seu fim. O governo republicano mandara um ultimato,

¹⁸ “A sistematização do mal” – Machado de Assis, anarquismo e simbolismo” em *Machado de Assis* (ensaios da crítica contemporânea). São Paulo: Ed. Unesp, 2008, p. 179-186. [Tradução de “A sistematização do mal – Machado de Assis, anarchism and symbolism” em *A primavera toda para ti* (homenagem a Helder Macedo). Lisboa: Presença, 2004, p. 209-214.]

¹⁹ Há duas referências interessantes aos eventos dos anos 1890 nos contos, ambos incluídos em *Relíquias de casa velha* (1906). Em “Pílades e Orestes”, no fim de um conto em que a esfera pública não conta para nada, Quintanilha “levando doces para os afilhados, atravessava a praça Quinze de Novembro, recebeu uma bala revoltosa (1893) que o matou quase instantaneamente”. A referência deliberadamente leviana, feita *en passant*, e o acidente totalmente aleatório, sem sentido, são um comentário oblíquo à história desses anos. “Maria Cora” é um caso mais complexo, envolvendo o Encilhamento (no qual o narrador ganha dinheiro) e, sobretudo, a guerra do Sul, para a qual ele vai para matar o marido da mulher que ama. Mata-o, até tenta degolá-lo, e corta um molho de cabelos do seu corpo para levar à viúva, que os recusa, horrorizada. Um comentário à loucura e à selvageria desses anos, visíveis tanto em Canudos quanto no Sul?

²⁰ Ver as crônicas de 24 de abril de 1892, 1º de maio de 1892, 7 de agosto de 1892 e 30 de outubro de 1892.

ameaçando lançar um assalto final à flotilha no dia 13. O pânico consequente na cidade e o êxodo para a roça provaram ser desnecessários, porém – daí a dois dias, Saldanha da Gama refugiou-se no navio português *Mindelo*, e a revolta acabou. Machado fez deste episódio uma comédia satírica, e “imagina” o conflito que não houve, com a ajuda da *Iliada*. No dia 30 de junho, acabou o estado de sítio, e com ele a censura. No dia 8 de julho, Machado chama isto de “o fim da era das revoluções”, e embarca numa comparação tipicamente estendida entre a paz, a música e a harmonia.

Daqui em diante, embora as tensões continuassem, os acontecimentos políticos ficaram menos prementes. Duraram até 15 de novembro (quando Floriano recusou-se a aparecer na posse de Prudente), e bem adiante, mesmo depois da morte de Floriano em junho de 1895, e, pouco depois, o fim da Guerra Federalista. Mas ficou muito mais fácil evitá-los, sempre o desejo “oficial” do cronista. Também prefere evitar cerimônias públicas – em 18 de novembro, esforça-se por normalizar o que foi de fato um momento muito tenso. Até homenageia, muito brevemente, Floriano e sua luta para defender a república.

A guerra no Sul é um assunto que Machado evita – em parte, claro, havia o pretexto de que não era um assunto “local”, “da semana”, mas já comentei uma certa aversão (ojeriza?) que tinha ao estado de Rio Grande do Sul, que pode contribuir para explicar essa ausência.²¹

*

Ao longo deste ano todo, a situação econômica do Brasil, e em particular da população do Rio de Janeiro, era bem difícil; ela forma o pano de fundo destas crônicas tanto quanto os acontecimentos políticos. A causa original foi o Encilhamento, o *boom* e subsequente *crash* de 1890-91, cujas consequências, incluindo alta inflação e o colapso no valor do mil-réis continuaram até o fim da década. Quando se diz que a recessão pós-2013 é a pior que o Brasil sofreu em mais de cem anos, suponho que é a este momento que se referem. As tentativas de melhorar a situação foram frustradas pelas guerras civis e os gastos a que obrigavam, além da própria incerteza que geraram. Nas crônicas, há referências ao preço alto do pão, à “carestia” – “os preços das coisas já são tão atrevidos, que a gente come para não morrer.” (crônica de 2 de dezembro de 1894): com mais frequência, Machado se refere ao contexto geral, a às causas do colapso.

Em particular, continua a obsessão com o próprio Encilhamento. Curiosamente, a própria palavra quase não aparece nas crônicas, por duas razões: o hábito machadiano de se referir às coisas obliquamente, com uma dose de ironia – a implicação sendo a não necessidade de usar a palavra, já que todo mundo saberia ao que se refere, coisa relacionada à ubiquidade do próprio assunto, e dos fenômenos a ele ligados. Na crônica

²¹ Ver a introdução a *A Semana 1892-1893*, p. 18-19

de 3 de junho, uma das seis que Machado reproduziu em *Páginas recolhidas*, dedica-se por inteiro a uma cena num cemitério, paródia da famosa cena dos coveiros em *Hamlet*, onde em vez de ossos, são títulos que se desenterram: “– Cem da Companhia Balsâmica! – Três mil-réis. – São suas. – Vinte e cinco da Companhia Salvadora! – Mil-réis! – Dois mil-réis! – Dois mil e cem! – E duzentos! – E quinhentos! – São suas.” A cena termina com o enterro de Ofélia, que pressagia o de Flora em *Esau e Jacó*.

Já em 7 de janeiro, menciona “um remanescente da Companhia Geral”, sobrevivente arruinado do último e maior escândalo do Encilhamento, o colapso da Companhia Geral das Estradas de Ferro; em 11 de fevereiro refere-se ao “ano do dilúvio”. Mais de uma vez, de fato, ocorrem-lhe comparações bíblicas – o dilúvio, a criação – para dar conta desse cataclismo. A crônica de 11 de março está imbuída do seu espírito – a descrição do projeto louco do aventureiro americano, o “Príncipe” James Harden-Hickey para colonizar a ilha da Trindade é uma paródia da fundação de companhias no Encilhamento, e a crônica termina com algumas das suas consequências mais imediatas – falências, indenizações limitadas aos credores mais importantes etc. O plano de aterrar a baía de Guanabara, em 26 de agosto, antegosto satírico do “bota-abaixo”, vai ser financiado pelos mesmos métodos altamente questionáveis, a mesma ganância e a mesma fé cega no futuro.

Machado, de companhia com muitos outros (incluindo a própria *Gazeta*), sempre se tinha oposto à excessiva liberdade de imprimir dinheiro, concedida por Rui Barbosa no primeiro Governo Provisório; não surpreende que a manchete “EMISSÃO”, encabeçando uma notícia sobre o Maranhão em 1º de agosto, tivesse atraído a sua atenção, e, junto com acontecimentos mais locais, tenha inspirado a crônica de 12 de agosto, o que a liga às notícias das dívidas colossais da municipalidade – por que não imprimir o dinheiro?, diz o cronista: “resolvemo-nos pela emissão pura e simples, sem garantia, além da confiança do contribuinte e da lealdade do emissor.”

Uma das maiores consequências do Encilhamento (e da guerra civil) foi o colapso na taxa de câmbio do mil-réis, agora cotado a pouco mais de um terço do seu valor nos últimos anos do Império; ela não voltou a subir novamente mesmo depois do fim da Revolta da Armada. Isso afetou especialmente as classes médias urbanas, dependentes de bens importados, e beneficiou a oligarquia exportadora de café, que podia vender seu produto a preços baixos. Muitas pessoas culpavam a especulação pelo colapso. Mesmo aqui, embora como sempre Machado proclame sua ignorância, o mesmo tema retorna, junto com a única menção à própria palavra em todo o conjunto dessas crônicas: “Há quem queira filiar o câmbio atual aos costumes do encilhamento.” (16 de dezembro de 1894). Esses “costumes”, naturalmente, são a desonestidade e a manipulação.

Isso não é apenas uma questão econômica: os hábitos do Encilhamento tornaram-se tão arraigados que eles se infiltraram em todos os aspectos da sociedade, e

infeccionaram a vida cotidiana. O próprio nome vem das corridas de cavalos, é claro:²² a crescente popularidade desse esporte provoca o sarcasmo de Machado. Mais de uma vez, ele explica que o esporte é um mero pretexto: talvez os homens devessem correr, poupando os cavalos da canseira, ou, se isso é esforço demais, reduzissem a coisa toda a gestos (ver crônica de 14 de janeiro de 1894). Sem surpresa, a corrupção do Encilhamento reaparece nas próprias corridas: em 15 de julho, o cronista posa de visitante novato do jôquei-club, de modo que ele pode relatar os hábitos estranhos da plateia e descrever com ingenuidade fictícia um jôquei caindo de seu cavalo e fingindo estar morto, obviamente tendo sido subornado. O mesmo assunto, “não disputar com ânimo de ganhar”, e a mesma ingenuidade fictícia reaparecem em 4 de novembro.

Nem é a corrida de cavalos o único sintoma dessa nova mania. As autoridades e os jornais estavam a um passo de serem completamente obcecados por suas várias manifestações, como os “frontões”, onde o jogo basco da pelota – também conveniente para a aposta rápida – era jogado, ou as loterias mais tradicionais, que também se expandiram. Para Machado, esse fenômeno dizia muito sobre a nova sociedade que estava surgindo sob os auspícios do novo regime e do Encilhamento. Agora, diz ele, em 24 de junho, numa crônica que começa pela evocação da inocência das festas de inverno no passado (c. 1850), ninguém mais celebra a “oligarquia de junho” [São João, São Pedro e Santo Antônio], mas a “Santa Loteria, S. Book-Maker, S. Frontão, e não sei se também a S. Prado”. Numa das típicas mudanças de assunto que nos mostra a unidade de seu pensamento e sua perspicácia, ele vê isso como um símbolo da “democracia” envenenada que está em gestação: “Parece que a liberdade da adivinhação, proclamada contra a oligarquia de junho, não está provando bem, e que o meio de todos comerem, é não comerem todos.” Nem tudo está perdido, no entanto – e ele carrega sua pena com mais veneno: “o pão místico há de chegar a todos, e basta que um par de queixos mastigue de verdade, para fazer remoer todos os queixos vazios.”

Um autor americano, Oliver Wendell Holmes, cujo *Autocrat of the Breakfast-Table* Machado iria usar novamente em *Dom Casmurro*, fornece outra meditação sobre o significado da corrida de cavalos, dessa vez diretamente política. Em 14 de outubro, ele não apenas cita o livro: ele pede ao leitor que leia toda a passagem, chegando a propor-se a esperar enquanto ele o faz! O assunto é o turfe. De acordo com Holmes, “A corrida de cavalos não é uma instituição republicana”; ainda mais, diz a crônica: “o jogo, em grande escala, não é republicano”. A passagem de Holmes (citada em inglês e traduzida na nota 6 da crônica) bem merece ser lida. Quando Holmes diz que o jogo (“gambling”) “[pertence] a duas fases da sociedade – uma civilização exagerada e podre, tal que existe nas aristocracias ricas, e na vida imprudente de aventureiros e gente fronteira, ou o semibarbarismo de uma civilização que se desagregou nos seus

²² Para a descrição clássica do “encilhamento” em si, nas ruas da Alfândega e Primeiro de Março, ver o primeiro capítulo do romance de “Heitor Calheiros” (pseudônimo do visconde de Taunay) – *O encilhamento*, de 1894.

elementos primitivos”, fica-se a imaginar quais desses elementos, ou em que combinação, Machado teria identificado na sociedade em que ele vivia.²³

Qual era a visão que tinha Machado da República como regime, como instituição? Nos primeiros dois anos da série, conforme demonstrei,²⁴ sua visão era extremamente negativa, muitas vezes até sarcástica, mesmo quando suas visões estavam ocultas nas entrelinhas. Afinal de contas, isso não surpreende. Ele tinha sempre, consistentemente, sido monarquista, e se recusou, quando o Partido Republicano foi fundado em 1870, a juntar-se a outros liberais, alguns dos quais eram seus amigos, e a outros que ele admirava. Quaisquer que tenham sido seus vínculos com o regime – seu posto de funcionário, acima de tudo –, ele também acreditava, desde havia muitos anos, que a República simplesmente daria poder às oligarquias locais, e seu federalismo (ao qual Machado se opunha mais fundamentalmente do que Ferreira de Araújo e a própria *Gazeta*)²⁵ soltaria as rédeas desse poder, um ponto de vista fácil de defender, dada a ascensão de São Paulo e dos interesses de seus cafeicultores. Os caóticos primeiros anos da República, o Encilhamento e, finalmente, a guerra civil nada fizeram para amenizar sua visão.

Por estranho que pareça – e se estou certo – há, nestas crônicas, sinais de um pequeno deslocamento na posição de Machado. Mais que nada, ele começa a demonstrar interesse na *natureza* da República, num sentido mais abstrato – do tipo de regime que ela *deveria* ser. Não pode haver dúvida de que isso está associado à perspectiva de fim do regime militar e à eleição de um presidente civil (assim como à impossibilidade prática de qualquer restauração monarquista). Como que aliviado, nas duas crônicas imediatamente posteriores à desesperança de 18 de fevereiro, ele se interessa por essa eleição, apesar de suas óbvias imperfeições – primeiro, ele se diverte pela substituição de ideias e políticas por conexões pessoais nos apedidos; ele tem consciência, também, da “música de fundo” da frota na baía. Segundo, à medida que conta de novo o frustrante processo de votação, ele introduz de propósito dois estrangeiros na fila, um francês e um americano, que contam a ele como é muito mais fácil fazer aquilo em seus países – duas Repúblicas-modelo, naturalmente.

A crônica de 14 de outubro, que cita Wendell Holmes, foi publicada um mês antes da tensa posse de Prudente de Moraes. Enquanto ninguém poderia acusá-la de ser pró-república, ela é pelo menos uma meditação ponderada, de novo, do que uma República deveria (ou não deveria) ser. Na crônica anterior também (ver nota 6), ele cita um simpático observador estrangeiro da república americana (provavelmente o escocês James Bryce, cujo livro, *The American Commonwealth*, ele tinha em sua biblioteca, e

²³ Machado às vezes faz paralelos iluminadores entre a sociedade brasileira e outras afastadas no espaço e/ou no tempo. Ver, por exemplo, o paralelo com Éfeso no tempo de São Paulo, na crônica de 16 de abril de 1893 (*A Semana 1892-93*, p.226)

²⁴ Na introdução a *A Semana 1892-1893*, p. 16 ss.

²⁵ Na mesma introdução, p. 16

que ele já havia mencionado em outubro de 1892) sobre a abertura do sistema americano: “a discussão pública é o que mais convém às democracias” – uma banalidade, como ele diz, mas que não deixa de ser verdade por isso. Pequenos sinais, talvez, de uma lenta mudança de atitude.

*

Sempre ao fundo, e às vezes no primeiro plano de “A Semana”, está a cidade do Rio, cujos habitantes eram seus leitores – eles partilham uma familiaridade com a cidade, suas ruas, seus bairros, seus monumentos, seus hábitos e seus boatos. Na crônica de 21 de janeiro, aparece uma das mais famosas declarações de seu amor por ela:

Eu, como gosto muito da minha Carioca, por maiores tachas que lhe ponham, amo os que a amam também, e os que a bendizem. Terá defeitos esta minha boa cidade natal, reais ou fictícios, nativos ou de empréstimo; mas eu execro as perfeições. Tudo há de ter o jeito de coisa nascida, – e não cabal, portanto.

A verdade era que os defeitos da cidade eram muito evidentes, como todos sabiam. Ela se aproximava de um ponto de crise, à medida que a imigração em larga escala, em grande parte de escravos libertados no interior do país, pôs mais pressão sobre sua área central velha, essencialmente não planejada. Ela era suja, superpovoada, insalubre e cheia de doenças – especialmente sujeita aos surtos anuais de febre amarela, nos meses de verão (Machado menciona o número de mortos mais de uma vez).²⁶

Nos anos precedentes, esforços foram feitos para começar a corrigir a situação, especialmente sob o prefeito florianista Cândido Barata Ribeiro, cujas tentativas de regulamentar a vida na cidade e forçar a obediência às regras existentes (como o pagamento de foros) foram contra interesses estabelecidos, e a falta de espírito público – que Machado pensava ser caracteristicamente brasileira.²⁷ Desde aqueles primeiros anos, a atitude de Machado em relação a essa mudança foi ambivalente. Ele certamente sabia que a reforma era necessária e que a manutenção do *status quo* não era uma opção. Mas mesmo então, como na crônica sobre a destruição do famoso cortiço Cabeça de Porco, temos a sensação incomum de que o cronista não sabe que posição tomar – geralmente, a ironia resolve a maior parte desses dilemas, mas não nesse caso.²⁸ Ele está dividido entre a necessidade – a inevitabilidade – do “progresso” e a identificação com a cidade de sua infância, sua juventude, e mesmo dos anos mais recentes. É a grande

²⁶ A febre vem mencionada ou aludida em pelo menos sete crônicas, as de 7 e 28 de janeiro, 4 e 18 de fevereiro, 4 e 11 de março, e 25 de maio.

²⁷ Ver o artigo citado à nota 17. Ver também os comentários sarcásticos sobre a instituição do júri, na crônica de 7 de outubro de 1894.

²⁸ Ver a Introdução de *A Semana 1892-1893*, p. 24-26.

velocidade da mudança, poderíamos argumentar, que ele tem de enfrentar para alcançar algum apaziguamento, como neste começo da crônica de 25 de março:

A semana foi santa, – mas não foi a semana santa que eu conheci, quando tinha a idade de mocinho nascido depois da guerra do Paraguai. Deus meu! Há pessoas que nasceram depois da guerra do Paraguai! Há rapazes que fazem a barba, que namoram, que se casam, que têm filhos, e, não obstante, nasceram depois da batalha de Aquidabã! Mas então que é o tempo? É a brisa fresca e preguiçosa de outros anos, ou este tufão impetuoso que parece apostar com a eletricidade? Não há dúvida que os relógios, depois da morte de López, andam muito mais depressa.

Vale a pena observar que mesmo aqui ele cuida de conservar seus leitores mais jovens. Não há aqui nada da agressividade ranzinza de Dom Casmurro – “mas eu não hei de trocar as datas à minha vida só para agradar às pessoas que não amam histórias velhas”²⁹ –, ainda que se possa, no fundo, sentir sua presença.

Em 1894, a situação permanecia essencialmente inalterada: os problemas continuavam ou pioravam, e matérias insistentes sobre a falta de higiene da cidade, os surtos de febre amarela, o funcionamento dos bondes, e assim por diante, apareciam frequentemente nos jornais. Mais de uma vez ficamos com a sensação de que Machado está feliz por ficar escondido em seu retiro no Cosme Velho, longe das multidões e do ruído. Já mencionei a segunda crônica desse ano, sobre o seu jardim. Bem naturalmente, o pregão do vendedor de bilhetes de loteria o conduz de volta à cidade do passado, menor, menos populosa, quando se tinha de ir ao centro da cidade para comprar um bilhete (curiosamente, do irmão de Evaristo da Veiga). Com relativa frequência, Machado dá livre curso a tais memórias, de quando os hábitos e as crenças eram mais simples, e as pessoas mais amigáveis. Frequentemente, isso vinha associado a festas religiosas. Nessa crônica, é dia de Reis, tempos depois, Semana Santa (25 de março), São João (como já vimos, em 24 de junho), ou São Bartolomeu (26 de agosto), o senhor dos ventos na mitologia afro-brasileira. Até mesmo o aparecimento de uma “boceta de rapé” no grupo de pessoas que esperam para votar traz de volta um mundo social diferente, em que tais coisas significavam um “laço de sociabilidade”: “o charuto é egoísta”.³⁰ À medida que a década avança, a sensação de não pertencer da mesma maneira, da velha cidade que desaparece, resumida numa carta a Salvador de Mendonça de 1895, apenas aumentará.³¹

²⁹ *Dom Casmurro*, cap. III

³⁰ Ver Nicolau Sevcenko, “A Capital Irradiante: Técnica, Ritmos e Ritos do Rio”, e *História da Vida Privada no Brasil* (Org: Nicolau Sevcenko), p. 528.

³¹ “Este Rio de Janeiro de hoje é tão outro do que era, que parece antes, salvo o número de pessoas, uma cidade de exposição universal. Cada dia espero que os adventícios saiam; mas eles aumentam, como se quisessem pôr fora os verdadeiros e antigos habitantes” (Carta de 22 de setembro de 1895, *Correspondência*, t. III, p. 114.

Além da religião, dois assuntos aparecem naturalmente nessas memórias: a política e o teatro. Assim ele lembra o período da Guerra do Paraguai, quando as tropas retornavam, quando as notícias não vinham pelo cabo telegráfico, “instrumento destinado a amesquinhar tudo”. Em 18 de novembro, descrevendo a posse de Prudente de Moraes, onde parece que ele estava genuinamente, não ficcionalmente, presente (e com dificuldade de respirar!), evoca o Senado de sua juventude, quando “Tudo era medido, regrado e solitário”: está na origem do famoso artigo sobre “O velho Senado” (junho de 1898).

As memórias machadianas do teatro não são as de seu envolvimento pessoal com o teatro realista e o Ginásio na década de 1860, ou com tempos mais recentes, mas com gêneros mais antigos ou mais populares. Em 22 de abril, ele se lembra de uma bailarina, um remanescente do tempo de sua infância, quando melodramas românticos antiquados e “óperas”, como *Olgiato*, de Domingos de Magalhães, e *O fantasma branco*, de Macedo, dominavam a cena, junto com João Caetano, mencionado em 24 de junho. A outra obsessão carioca, naturalmente, era a própria ópera, renovada a cada ano com a visita da companhia itinerante italiana em julho: como no passado (“o tempo da Stolz e do Marquês de Paraná”), ele associa música com paz (“O empresário Mancinelli vem fechar a era das revoluções”). O choque foi grande, então, quando, cerca de seis semanas mais tarde, o empresário cometeu suicídio – destruído, ou por sua natureza exageradamente sensível, ou (como Bilac sugere realisticamente)³² pela crise econômica, que fazia com que ninguém pudesse arcar com o custo dos assentos: o resultado é uma meditação irônica sobre o suicídio e sua possível, paradoxal, relação com a vaidade humana.

*

A instituição supostamente responsável pela cidade e sua higiene era o Conselho (ex-Câmara) Municipal, recriado em outubro de 1892. Por diversas razões sua eficácia era limitada. Desde a primeira menção no ano que nos interessa foi por não conseguir fazer cumprir suas próprias regras. Quando proíbe a construção de algumas “casinhas para as pessoas pobres” – cortiços ou estalagens, provas da falta de habitações na cidade superpovoada – os construtores seguiam adiante de qualquer maneira. Eles vão derrubar esse projeto necessário e mesmo admirável? É o mesmo dilema encontrado na destruição do Cabeça de Porco.

Muitas vezes o Conselho é uma mina de pura comédia-*vaudeville*, como Machado o chama. Sua fonte, quase sempre, era o *Jornal do Commercio*. As matérias desse jornal eram extremamente detalhadas e exatas, registrando todos os bate-bocas mal-humorados, os apartes cômicos, acusações esclarecedoras – tudo utilizado por

³² Ver crônica de 13 de setembro de 1894, à p. 125 de *Bilac, o jornalista*, v. I (ed. Antonio Dimas).

Machado. Até os intermináveis discursos de João Batista Capelli, um positivista autodidata que se destacava por seu conhecimento histórico sobre práticas funerárias, prostituição e outros tópicos variados, eram noticiados em detalhe, em diversas colunas. Numa troca de insultos em 15 de abril, por exemplo, dois conselheiros discutiram sobre quantas pessoas estiveram presentes durante um discurso de Capelli (sobre a higiene e o saneamento da cidade, um assunto característico do homem e daquele tempo). Em 25 de novembro, ele menciona uma discussão sobre uma bandeira, presumivelmente com uma inscrição positivista nela, a que um intendente se refere como “trapo” – e um outro retruca: “trapo não, que é de seda”! Às vezes, esses bate-bocas degeneravam em lutas corporais, e a sessão tinha de ser suspensa. Machado tinha um olho infalível para tais pérolas, às vezes fazendo crer que ele realmente tinha estado lá.

Nem tudo era comédia, no entanto. Como Machado diz em 9 de dezembro, na véspera de novas eleições para o Conselho, e referindo-se a uma sessão especialmente turbulenta:

Mudemos os homens se é preciso, mas não se perca a boa e velha chalaça. A peça é da verdadeira escola dos *vaudevilles*, enredo complicado, ditos alegres, muito quiproquó, diálogo vivo, desfecho inesperado, ainda que pouco claro. Os *couplets* finais vivíssimos. Mas por que chamar a esta peça *Sunt lacrymae rerum*?

Em duas crônicas especialmente, há pistas de que há mais coisas erradas do que a autopromoção, a mesquinha e a indolência dos intendentes. Por mais de uma semana, em agosto, quando um importante financiamento, muito necessário à execução de serviços básicos, precisava ser votado, não houve *quorum*. Por fim, o presidente teve de enviar mensagens insistindo para que as pessoas comparecessem. Não é fácil reconstituir as razões exatas dessas ausências; a coisa remonta a um caso que tinha gerado conflito cerca de dez dias antes, e que já vinha de antes, de junho, quando dois intendentes foram acusados de serem pagos para votar a favor de (ou de se abster de votar contra) um projeto de drenagem do subsolo da cidade, projeto que era obviamente superfaturado – o caso foi batizado de “Novo Panamá”, ou “Panamá Municipal”, uma referência ao maior escândalo de corrupção, ocorrido na França na década de 1890. O autor da proposta, certo sr. Viana, havia sido banido da municipalidade. A preocupação da maioria dos intendentes, quando eles finalmente se reúnem, parece ser a “honra” do conselho; cada um deles, como Machado diz, está “varrendo a sua testada”. O que eles realmente queriam é que o assunto fosse apagado – nas palavras de Carlos Maria: “O maior pecado, depois do pecado, é a publicação do pecado.”³³ Num de seus mais tortuosos e irônicos ataques, ao final da crônica, Machado abandona o assunto de repente, passa a falar do clima, apenas para terminar com a palavra “lama...”, com suas reticências.

³³ *Quincas Borba*, cap. XXXII.

Ao fim, como sabemos, soluções radicais para os problemas da cidade prevaleceram, embora somente na década seguinte, com o "bota-abaixo" e a construção da Avenida Central. Quando a mudança radical desse tipo é proposta, o conservadorismo instintivo de Machado vem à tona. Propostas de mudança de capitais de estado, e de construção de novas capitais, o que é mais óbvio no caso de Belo Horizonte, são tratadas, no mínimo, ceticamente, embora a *Gazeta* tivesse uma visão diferente, o que se pode ver por meio da descrição de Olavo Bilac de viagem ao local, durante seu exílio em Minas.³⁴ Felizmente, a fundação de uma nova capital do país no interior ainda é uma expectativa distante (embora o território destinado à construção de Brasília já estivesse escolhido). Acima de tudo, esses projetos de cidade perfeita parecem aborrecer Machado ("sinto cochilar a pena", diz ele ao final de uma discussão desse assunto em 28 de janeiro). Mais tarde, em 26 de agosto, ele imagina a pavimentação de toda a baía de Guanabara e a construção de uma "estrada de ferro aérea", de um dos lados da baía ao outro, resolvendo assim o problema das ruas estreitas do centro da cidade. Mesmo nisso, seu ceticismo e sua preferência pela cidade velha encontram expressão:

As ruas podiam ser de dois modos, ou estreitas, para se alargarem daqui a anos, mediante uma boa lei de desapropriação, ou já largas, para evitar fadigas ulteriores. Eu adotaria o segundo alvitre, mas por uma razão oposta, para estreitar as ruas, mais tarde, quando a população crescesse. É bom ir pensando no futuro.

Em geral, o cronista mantém uma distância discreta, simpática e, acima de tudo, realística das deficiências da cidade. A municipalidade não pode sequer cobrar seus impostos, como ele observa num aparte sobre a desobediência da lei, em 21 de janeiro: "A primeira criatura que me falou indignada (há quantos anos!) da postergação das leis, era um homem ruivo, que não pagava as décimas das casas". Como se pode legislar para uma cidade – para uma sociedade – tão desobediente e inconsistente, onde uma simples lei sobre o ato de fumar dos condutores nos bondes é desobedecida assim que chegam aos arrabaldes?³⁵ Como fazer parar os roubos dos condutores, quando quem fosse encarregado de controlar isso iria, por sua vez, roubar ele mesmo (como observou um sábio estrangeiro)? Por que estabelecer número máximo de ocupantes para os assentos nos bondes, quando a superlotação é tão grande que não há esperança de que uma limitação seja respeitada (7 de outubro)?

Assim como os bondes (mencionados em várias crônicas) mostram um lado da cidade, as contrapartes inevitáveis, os burros que puxam alguns deles, mostram outro. Nos dias 2 e 16 de outubro de 1892, os dois lados foram contrapostos diretamente, a

³⁴ As crônicas estão reproduzidas às p. 58-70 de *Bilac, o jornalista*, v. I.

³⁵ Ver Nicolau Sevcenko, "A Capital Irradiante: Técnica, Ritmos e Ritos do Rio", e *História da Vida Privada no Brasil* (Org. Nicolau Sevcenko), p. 524-527.

propósito dos primeiros bondes elétricos. Aqui, o mesmo contraste implícito está presente. A crônica de 8 de abril merece fazer companhia à mais famosa “Conversa de burros”: ela é tão engraçada e tão fortemente indignada, e tão profunda, que o cronista, posando como “outro Champollion” (o decifrador da pedra de Rosetta), diz de novo que ele pode entender a linguagem dos animais. Quando o burro diz que, qualquer que seja o regime (Machado cuidadosamente exclui a República da lista, embora inclua a democracia), “ronca o pau”. A crônica de 10 de junho visa outro fim: ela é provocada por um encontro, através da revista de escândalos inglesa *Truth* (um novo fenômeno, e um precursor distante dos *reality shows* de televisão), que fez campanha contra o tratamento cruel dos animais. A afeição e o respeito de Machado por essas criaturas vêm de muito antes.

*

A primeira crônica de 1894, como já foi dito, é quase um novo começo da série, e expande seus horizontes tanto histórica como geograficamente – de volta a 1793 e ao Terror, e à França e à Europa, e à onda de atentados com bombas e assassinatos anarquistas que preocuparam a última década do século XIX e primeira do século XX, de um modo que lembra o nosso próprio alarme com relação a ataques jihadistas.³⁶ O tom da crônica é cético e pessimista, para não dizer cínico: “Oh! página imortal! Assistir à santa-aliança e à dinamite! Vir do legitimismo ao anarquismo, parando aqui e ali na liberdade, eis aí uma viagem interessante de dizer e de ouvir.” Na importante crônica de 18 de fevereiro, que explora uma frase dessa crônica de abertura, “a sistematização do mal”, Machado descreve essa “sistematização” como uma corrida armamentista: “inventou-se, porém, maior resistência, e daí o maior ataque, naturalmente, a pólvora sem fumaça, o torpedo, a dinamite”. De novo, o contexto é tanto brasileiro como internacional. Ela começa na baía de Guanabara, mas, da maneira como a lemos hoje, é impossível esquecer o resultado da corrida armamentista na Europa daquele tempo. A luta entre guerra e paz, outra das preocupações desses anos, é aqui um tema importante, tratado com o mesmo distanciamento e “cinismo” – “a paz universal, esse belo sonho de almas pias e vadias, seria a dissolução final das coisas. Façamos guerra, mas fiquemos nela.” Nessas duas importantes crônicas, a “isenção” do Conselheiro Aires, se é isso que ela é, está obviamente tomando forma, mesmo com a utilização da mesma citação de Xenofonte feita em 1º de janeiro.³⁷

³⁶ Sobre o anarquismo nesta década, ver o segundo capítulo de *The Proud Tower: a Portrait of the World before the War 1890-1914* (Londres: Macmillan, 1966), de Barbara Tuchman, e o capítulo X (Under the Black Flag), de *The Watershed of Two Eras: Europe in 1900* de Jan Romein (tr. Arnold Pomerans) (Middletown, Connecticut: Wesleyan University Press, 1978).

³⁷ A citação reaparece no capítulo LXI de *Esau e Jacó*. Como indico na nota 13 ao capítulo 4 de *Machado de Assis: Ficção e História* (p. 13), o significado implícito no trecho muda sutilmente da crônica para o romance.

Parece-me que estamos assistindo a uma sutil mas importante mudança na atitude de Machado com relação ao contexto internacional, mudança que é ela mesma, claramente, um reflexo do processo de globalização do qual o Encilhamento e a crise Baring, pouco antes, na Argentina, foram expressões financeiras. Em seu trabalho anterior, Machado de forma alguma limitava seus horizontes ao Brasil, mas quando ele mencionava acontecimentos e questões políticas estrangeiras, era frequentemente para traçar paralelos ou propor contraexemplos a fenômenos brasileiros. O aparecimento de Napoleão III em *Quincas Borba* é um exemplo perfeito, no sentido de que ele conduz, através do nome de Rubião (Pedro Rubião de Alvarenga), a Pedro II, e (implicitamente) ao colapso do regime monárquico, mas nada disso impede Machado de compreender o profundo choque produzido no cenário mundial pela Guerra Franco-Prussiana. O aparecimento do general Boulanger em “Bons Dias!” tem o mesmo significado.

Na série “A Semana”, especialmente à medida que ela prossegue, a ênfase muda, os acontecimentos mundiais são menos paralelos ou modelos para o Brasil, passam a ser o contexto em que o Brasil toma o seu lugar – *precisa* tomar o seu lugar, de fato. Mesmo no mais doméstico dos romances, *Dom Casmurro* (1900), Bento gostaria de fechar a janela sobre tais coisas, mas elas ainda estão lá:

a ilha dos sonhos, como a dos amores, como todas as ilhas de todos os mares, são agora objeto da ambição e da rivalidade da Europa e dos Estados Unidos. Era uma alusão às Filipinas. Pois que não amo a política, e ainda menos a política internacional, fechei a janela e vim acabar este capítulo para ir dormir.

Diferentemente de Bento, Machado não fecha a janela.

É importante tentar situar esse ano tão exatamente quanto possível no contexto global, sem exagerar os poderes proféticos de Machado – ele não foi o único a ver os perigos da corrida armamentista – nem, ao mesmo tempo, depreciar sua considerável inteligência e intuição. O projeto americano de ter suas próprias colônias, por exemplo, presente em 1898, ainda não era perceptível em 1894, apesar do louco projeto de James Harden-Hickey de colonização da ilha da Trindade (v. 11 de março), mas o imperialismo europeu era um fenômeno familiar – (“que há bom neste século, minha senhora, excluindo a ocupação do Egito?” (16 de setembro), como ele diz numa referência sarcástica à invasão britânica de 1882). Não é surpresa constatar que o ponto de vista de Machado é, apesar de realista, consistentemente nacionalista, defensor dos direitos do Brasil e de sua unidade nacional. Já em 1892 (8 de maio), ele ironicamente incitara os britânicos a se apossarem de Mato Grosso.

O mais espantoso acontecimento do ano no cenário internacional, e certamente o que interessou Machado mais a fundo, foi a vitória japonesa na Primeira Guerra Sino-Japonesa. Brutal como foi, ela foi também uma guerra imperialista entre dois impérios não europeus, que terminou com a vitória do Japão, com ganhos territoriais na Coreia e

em Formosa, e com pesadas exigências de compensação ao império chinês derrotado. Ela foi conduzida por uma nação que, até apenas quarenta anos antes, tinha-se mantido fechada ao resto do mundo, e poderia facilmente ter-se tornado vítima da expansão americana e europeia, mas agora tinha um exército e uma marinha modernos, um sistema constitucional com um imperador e um parlamento. Em 18 de setembro de 1892, esse assunto já havia sido abordado; já naquela crônica, a questão de como “a planta parlamentar” tinha sido transplantada estava presente no pensamento de Machado.

A crônica de 28 de outubro (“O momento é japonês”), escrita depois das notícias da vitória japonesa na Coreia, é extremamente interessante, em parte pela maneira com que ela aborda vários aspectos da questão, e em parte porque revela perspectivas históricas – não só o contraste entre Japão e China, mas a proposta de imigração japonesa para o Brasil, mesmo a moda da *japonaiserie* e as complexidades da língua japonesa, tais como relatadas por um missionário do século XVI, João de Lucena, mas tudo de modo a refletir sobre o Brasil.

A principal questão que Machado aborda é – como o Japão escapou de ser vítima das ameaças imperialistas para se tornar ele próprio um império? E como isso se reflete no processo brasileiro, muito diverso, especialmente nesses anos caóticos em que as insuficiências do país eram mais aparentes? Numa passagem crucial, ele diz que enquanto outros estavam sucumbindo à moda dos biombos, leques e pinturas japonesas, o Japão, ele próprio, “inventava-se a si mesmo”, “[m]udava a forma de governo e apurava os costumes, decretava uma constituição, duas câmaras, um ministério como outras nações cultas vieram fazendo desde a Revolução Francesa, cuja alma era mais ou menos introduzida em corpos de feição britânica”. Em outras palavras, o Japão tratou de combinar imitação com criação, em contraste com o Brasil, onde, em palavras da crônica de 17 de julho de 1892, “nós temos andado desde 1840 com as cartas de Inglaterra, da Bélgica e dos Estados Unidos da América, e mal sabemos onde fica Marapicu.” (As “cartas”, deveríamos esclarecer, são as constituições, que o Brasil imitou sem sucesso, a última sendo a constituição federal republicana dos Estados Unidos.)

O mundo além do Brasil marca presença por mais de uma maneira em “A Semana” – a “globalização” da última década do século XIX torna isso inevitável, talvez, mas essas crônicas não são reflexos passivos desse acontecimento histórico, como a reação de Machado ao imperialismo já nos mostrou. Talvez o caminho mais fácil para esse tópico complexo mas fascinante seja através da ideia de “fin-de-siècle”, ou “fim do século”: a própria expressão aparece sete vezes em 1894. Naturalmente, a expressão é, ela própria, um clichê, embora, apesar disso, seja reveladora da autoconsciência do período.

Machado tinha consciência de que vivia num período histórico com suas características especiais próprias, seu próprio *Zeitgeist*, mas ele não seria Machado se

essa consciência não fosse tingida por uma ironia cínica. Vários exemplos poderiam ser citados: eis aqui um da crônica de 8 de abril, sobre um burro agonizante: “Sem exagerar o mérito do finado, força é dizer que, se ele não inventou a pólvora, também não inventou a dinamite. Já é alguma coisa neste final de século.”

Eu defendi muitos anos atrás que Bento, que está “escrevendo” *Dom Casmurro* poucos anos depois disso, no final do século, representa esse período – um livro que parece ser (e é) sobre 1857 (e 1871) é também sobre a década de 1890; a referência um tanto surpreendente às Filipinas e a colocação do romance nos subúrbios, de existência recente, são a prova disso. Mais obviamente, Bento representa o ceticismo da época e o declínio da religião convencional: em frase lapidar de 13 de março de 1893 – “todas as crenças se confundem neste fim de século sem elas”. O resultado, por um lado, é o relativismo que permite a Bento acreditar que “a verossimilhança é muitas vezes toda a verdade”. Num contexto social mais amplo, no entanto, isso conduz menos a um elegante ceticismo do que a uma busca desesperada por crenças mais imediatas e a um crescimento de superstições de todos os tipos – a explosão de apostas no alvorecer do Encilhamento, que se disseminou pela sociedade e levou ao fenômeno do jogo do bicho, à popularidade do espiritismo (evidenciado em *Esaú e Jacó*).

Esse declínio é parte de um “nivelamento” geral, amplamente reconhecido como característica do final do século XIX, com a ampliação do direito ao voto e o surgimento de movimentos revolucionários como o socialismo e o anarquismo.³⁸ A disseminação da “democracia”, em qualquer que fosse o campo da atividade humana, não é algo que Machado vê com grande entusiasmo. A “oligarquia de junho” (S. João, S. Pedro e Sto. Antônio, objetos de celebração tradicionais do inverno) pode ter sido superada, mas, como vimos, foram substituídos por “Santa Loteria, S. Book-Maker, S. Frontão e não sei se também S. Prado.”

Esta é uma passagem interessante, que merece ser mais bem conhecida. A vivacidade das imagens e a força do argumento fazem-nos inevitavelmente querer saber se a “democracia” de que fala Machado não é meramente religiosa, mas política, e se a igualdade, junto com o anarquismo, não é um sonho inatingível – “o meio de todos comerem, é não comerem todos”.

Os santos do céu rebelaram-se, deram com a oligarquia de junho abaixo e proclamaram a democracia de todos os meses. Não se limitaram a anunciar coisas futuras, disseram claramente que já as traziam nas algibeiras, e que era só pedi-las. A terra estremeceu de ansiedade. Todas as mãos estenderam-se para o céu. No atropelo era natural que nem todas apanhassem tudo. Não importa: continuaram estendidas, esperando que lhes caísse alguma coisa.

E depois, no parágrafo seguinte:

³⁸ Para o socialismo, mencionado em tom altamente cético, ver a crônica de 15 de abril.

Que sairá deste? Não creio na exterminação de ninguém; pode haver algum acordo que permita a todos irem comendo, ainda que moderadamente. Uma religião não se destrói por excesso de religionários. O pão místico há de chegar a todos, e basta que um par de queixos mastigue de verdade, para fazer remoer todos os queixos vazios.

Ceticismo em relação à democracia, uma crença fundamental de que os seres humanos são por natureza agressivos e só precisam do mais fraco motivo para partir para a luta, junto com a consciência de que a corrida armamentista (no Brasil ou em qualquer outro lugar) e a total descrença na ideia de progresso do século XIX – características do pensamento de Machado desde pelo menos a “crise dos quarenta anos” – podem fazer do futuro uma perspectiva assustadora, especialmente quando elas são combinadas com a aceleração da história a que essas crônicas aludem mais de uma vez. Não é surpreendente, então, que a mais “típica” noção – de fato, quase um clichê do fim do século, de que ele trará consigo algum tipo de novo nascimento, algum apocalipse – encontra expressão, com diferentes graus de ironia, nestas crônicas: “Aprova [o astrônomo Falb] que o fim do século é o fim do mundo, pelo encontro que se dará em 1899 entre a terra e certo cometa.” (11 de fevereiro) “Este último quarto de século é o princípio de uma era nova e extraordinária” (22 de abril). Por outro lado, alguma coisa lhe diz que nada mudará nesse “século complicado” (5 de agosto) ou no próximo – o uso da violência (“tão útil, tão sugestivo”) em eleições “dificilmente será abolid[o] neste final do século e nos primeiros anos do outro”.

Ainda assim, talvez não devêssemos nos preocupar demais – afinal, “o próprio sol tem os séculos contados”, e o Eclesiastes, o livro da Bíblia preferido de Machado, está sempre pronto para fornecer alívio. Pode ser que ele partilhe do medo disseminado do anarquismo e da própria anarquia, mas, numa imagem incomparável, inspirada em *The Tempest* e em seu amor pelo xadrez, ele o domestica:

o xadrez, um jogo delicioso, por Deus! imagem da anarquia, onde a rainha come o peão, o peão come o bispo, o bispo come o cavalo, o cavalo come a rainha, e todos comem a todos.

*

Nos dois primeiros anos de “A Semana”, o assunto “literatura” tinha, mais ou menos, brilhado pela ausência. Naturalmente, não fazia parte do dever semanal a ser desempenhado pelo cronista o de crítico literário; mas, de qualquer modo, na turbulência e incerteza da época, pouco ou nada de notável era publicado. O próprio Machado teve pouco desejo de identificar-se demais com seu próprio trabalho ou sua carreira – ele era mais “o cronista” do que “Machado de Assis”, apesar do fato de que ele era o autor daquelas crônicas, conforme vimos, fosse de conhecimento público. O

sintoma mais óbvio de uma mudança teve a ver, precisamente, com a literatura, na famosa crônica de 8 de outubro de 1893: seu obituário de Baptiste-Louis Garnier – onde não há dúvida sobre sua identidade, ou sobre sua identificação apaixonada com a cultura brasileira, para a qual Garnier tinha sido tão importante.

No início de 1894, a *Gazeta* promoveu uma competição literária para a escolha do melhor conto, em parte como meio de preencher espaço enquanto vigorava a censura do “estado de sítio”; Machado foi um dos juízes (junto com Sílvio Romero, que só publicou seu conhecido livro sobre Machado poucos anos depois). O concurso foi ganho por Magalhães de Azeredo, com uma história intitulada “Beijos... Beijos...” (publicada em 11 de março).

Talvez não haja sinal mais certo da mudança gradual que estava ocorrendo nesse ano fundamental do que o aparecimento da literatura como tema, sob a forma de resenhas de livros, perto do final do ano. A situação política tinha-se acalmado, com o início do governo do presidente civil: no ano seguinte, mais obviamente, com o surgimento da *Revista Brasileira*, editada por José Veríssimo. Um dos objetivos de Veríssimo, dever-se-ia notar, era reconciliar monarquistas, ex-monarquistas e republicanos em torno de um projeto nacional. O grupo que a rodeava seria depois o núcleo da Academia Brasileira de Letras, cuja gênese pode muito bem ter sido uma das razões pelas quais “A Semana” terminou, em fevereiro de 1897.³⁹ Em setembro de 1895, *Várias histórias* foi publicado por Laemmert. Era o primeiro livro de Machado desde *Quincas Borba*. Como se confirmasse que ele representa o fim de um período, a última história dessa coleção a ser escrita é “Mariana”, publicada em outubro de 1891, não muito antes do início de “A Semana” – eu argumentei em outro lugar que ela representa o fim de uma fase na produção de Machado.⁴⁰ É também em 1895 que temos a primeira indicação de que Machado estava começando a escrever *Dom Casmurro*.⁴¹

Em 1894, os indícios de mudança são menos óbvios, mas não menos interessantes. Entre 4 de novembro e o fim do ano, a literatura ocupa lugar privilegiado por pelo menos três vezes. Mas antes, naquele ano, quando a situação era menos encorajadora, há duas ou três importantes indicações da posição estética de Machado. Duas são de interesse negativo, mostram o que ele desaprovava, o que ele pensava que a literatura deveria evitar ou excluir. A primeira delas aparece na crônica que já mencionei como marcadora do ponto mais baixo da crise provocada pela Revolta da Armada, em 18 de fevereiro. Ela é talvez a referência mais extraordinária de todas, que está “oculta”, mas é bem certa, apesar de nunca ter sido reconhecida (pelo que sei). A crônica começa: “Há uma leva de broquéis, vulgo dinamite, que parece querer marcar

³⁹ Assim argumenta Antonio Dimas, na p. 37 do seu *Bilac: o jornalista*, v. III (ensaios).

⁴⁰ É um argumento a que aludi brevemente no artigo “Machado de Assis e a República – a „crise“ de 1890-1891 e os prelúdios de „A Semana“”, na nota 6, à p. 105, e que pretendo expor noutro futuro artigo.

⁴¹ Em carta a Magalhães de Azeredo, de 26 de maio de 1895. Ver *Correspondência de Machado de Assis*, t. III, p. 82.

este final de século.” Confessemos que a sentença poderia ser mais clara. Por que “broquéis”, uma palavra um tanto obscura para um antigo tipo de escudo, é o equivalente de (“vulgo”) dinamite, uma das várias novas invenções de armamentos destrutivos, fortemente associada com atrocidades anarquistas? Só há um caminho para uma resposta, como muitos, se não a maior parte, dos leitores da *Gazeta* teriam imediatamente reconhecido – *Broquéis* é o título da primeira coleção de poemas de João da Cruz e Sousa, publicada em junho de 1893, e que provocou uma reação escandalizada. Para mais detalhes de uma crônica cuja compreensão envolve não somente Cruz e Sousa, mas Euclides da Cunha também, o leitor pode consultar a crônica e sua introdução. Limitando-nos à dimensão literária, encontramos aqui a oposição virulenta de Machado, não tanto ao simbolismo, mas à ousada linguagem experimental de *Broquéis*, que, para ele, é um ataque à própria gramática. Alguns dos muitos ataques a Cruz e Sousa nos jornais (a principal razão pela qual a referência de Machado teria sido reconhecida) eram abertamente racistas – Machado não pode certamente ser acusado disso, mas não pode haver dúvida sobre seu conservadorismo artístico. Para ele, Cruz e Sousa é o anarquismo na literatura – uma conexão feita na época por Araripe Júnior – e não poderia ser mais claro o paralelismo entre acontecimentos literários e políticos, assim como a destruição e confusão do *fin-de-siècle*.

Se nos movemos para o mundo da prosa, há aí um equivalente a esse objeto de sua raiva e seu ódio. Dessa vez, ele é mais familiar e explícito (muito embora, mesmo agora, Machado não possa resistir a colocar um pequeno problema de “caça-à-referência”). Émile Zola já havia sido atacado por ele muitos anos antes, na famosa crítica de *O primo Basílio*, mas, sem dúvida para a irritação de Machado, Zola continuou de sucesso em sucesso. Num parágrafo da crônica de 22 de abril de 1894, Machado derrama boa quantidade de bile em espaço muito exíguo: os principais pecados de Zola são o dinheiro que ele ganhou, sua fama e sua obscenidade, a que Machado se refere numa linguagem metafórica velada (“aquele famoso passo a dois no canapé”), mas que a maioria dos (muitos) leitores de *La Terre*, o mais chocante romance dele do ponto de vista sexual, teria reconhecido. Zola pode ser “o sucessor de Balzac”, mas é fácil sentir o desgosto de Machado porque “as moças deixaram Balzac”. Conservadorismo de novo, talvez, mas também uma aversão perfeitamente coerente ao naturalismo e ao determinismo que está por trás dele: não se deveria esquecer que o próprio movimento estava em seu zênite no Brasil, naquela época, com publicações como *O cortiço*, *Bom crioulo*, *A carne* e outras. A posição de Machado tinha relevância local.

Esses são, então, os objetos do desdém de Machado. Quando vamos ao material crítico publicado mais para o final do ano, o tom muda completamente. Sem dúvida isso se deve em parte ao seu desejo de evitar polêmicas e ataques, e à sua crença de que a

crítica deveria ser construtiva.⁴² Isso é também, ainda, parte de um esforço deliberado para construir uma cultura nacional diferente no contexto social e político do novo regime, e para, assim, ficar em sintonia com os objetivos de José Veríssimo na *Revista Brasileira*. Sintomaticamente, a primeira dessas “críticas”, em 4 de novembro, é de um livro de crônicas, *Bilhetes postais*, de Coelho Neto, um amigo e protegido de Machado, um escritor prolífico ao qual, talvez, ele dê excessivo valor, e de *Versos*, de Júlia Cortines, um livro de poemas que foi recente e merecidamente republicado pela Academia.⁴³ Machado é, como sempre, discretamente feminista, como em suas referências a Zalina Rolim; a curta resenha é simpática, justa e acurada.

A literatura retorna em nada menos do que três das crônicas restantes de 1894: em 11 de novembro, o assunto não é menos interessante. Romances históricos atraíram o interesse de Machado mais de uma vez, e o livro que ele resenha é de um autor luso-brasileiro (de reputação um tanto duvidosa), Carlos Malheiro Dias, acusado em outras ocasiões de plagiário, pornógrafo e insultuoso com relação à nação brasileira. De novo, Machado é discreto: embora o leitor antenado possa facilmente reconhecer certo ceticismo, dando a entender que a obra dele deriva de Leconte de Lisle, Flaubert e Bilac, e que ela pratica a decadência elegante *fin-de-siècle*. O interesse real reside na comparação dele com Robert Hamerling, o autor austríaco de *Ahasver in Rom* (1866), em parte porque talvez isso seja a melhor prova que temos de que Machado podia ler alemão com alguma facilidade,⁴⁴ mas também porque o poema de Hamerling está em plano diferente: “corre por todo o poema um fluido interior, e a ironia final do César sai de envolta com o sentimento da realidade última: „O desejo da morte acabou a minha insaciável sede de vida“”.

Em 2 de dezembro, temos uma evidência mais direta do estado de espírito que levou à fundação da Academia. A crônica começa com o elogio de Alencar, a propósito de uma festa para arrecadar dinheiro para a estátua que hoje está na praça José de Alencar: logo menciona o estudo de Araripe Júnior da obra de seu primo (dele, Araripe), e, em seguida, o de José Veríssimo – é a essa altura que Machado se refere com modéstia fingida ao estudo de Veríssimo dedicado a *Quincas Borba*. Isso é de fato dupla autopromoção, pois Araripe estava para publicar seu ensaio sobre Machado no primeiro número da *Revista*, que saiu apenas um mês depois.⁴⁵

Duas semanas depois, em 16 de dezembro, aparece a única referência a Dostoiévski (que conheço) na obra de Machado: em si mesma, ela é de interesse secundário, uma referência convencional a seus personagens “imprevisíveis”,

⁴² Ver, por exemplo, o parágrafo final da seção introdutória de “Notícia da atual literatura brasileira – instinto de nacionalidade”, em que lamenta a ausência no Brasil de uma crítica “doutrinária, ampla, elevada, correspondente ao que ele é em outros países”.

⁴³ Ver Júlia Cortines, *Versos; Vibrações* (Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2010), p. 31-116.

⁴⁴ Para um resumo completo das evidências do seu conhecimento do alemão, ver Ubiratan Machado, *Dicionário de Machado de Assis*, p. 11 – verbete “alemão (idioma)”.

⁴⁵ Ver o parágrafo final da crônica de 6 de janeiro de 1895.

“misteriosos” – vale a pena mencionar, não obstante, que ele é um autor a quem Machado tem sido comparado, com razão. Mais tarde, em outro comentário sarcástico sobre o Encilhamento, ele utiliza um “trocadilho” com a palavra “gamelas”, para se referir a Gonçalves Dias e a *Os timbiras*. Em 12 de agosto, no final da mesma crônica que ataca as emissões de dinheiro-papel, e começa com a do Maranhão, ele conclui com o mesmo contraste entre o caos e a instabilidade públicos e a literatura: “Não sei se existem intendentess, mas os *Timbiras* existem”. Esse, junto com outros sinais, é uma pequena indicação de certo deslocamento na ênfase de Machado, em consonância com a movimentação em direção à literatura e à Academia (e, naturalmente, a tendências suas muito antigas): nesse mundo à deriva, despovoado de valores, a literatura é a única coisa que mantém seu valor.

*

Essa descrição do pano de fundo dessas crônicas, com alguns dos seus principais tópicos, nos permite chegar a algumas conclusões. O que podemos ver, nos próprios acontecimentos, na reação de Machado a eles, e no próprio desenvolvimento dele é uma descida rumo à desesperança, e, ao mesmo tempo, um gradual afastamento dela. De fato, ambas as coisas acontecem na mesma crônica, em 18 de fevereiro, quando o regime florianista parecia ter chegado a seu momento mais assustador de violência “olho por olho”, denunciada em termos diretos por Euclides, e mesmo assim Machado olha adiante para a próxima eleição, que terminou mais tarde, naquele ano, com a posse de Prudente de Moraes. Mais tarde ainda, quando escreveu *Esau e Jacó*, esse momento ainda parecia um abismo; ele coincide com o fim do romance em termos históricos, e com o funeral de Flora, cujo significado alegórico é óbvio.

À medida que nos afastamos desse momento crucial, é muito fácil perceber como Machado desenvolve uma nova esperança. Como ele tinha feito no passado – de fato, como ele fez ao longo de toda a sua carreira, de todas as maneiras –, ele depositou sua confiança na literatura, talvez na arte em geral. O contraste entre o “anarquismo” e o naturalismo de Cruz e Sousa e Zola (respectivamente), e os livros relativamente humildes que ele resenhou favoravelmente nas proximidades do fim do ano, mostra esse movimento, e como ele diz mais de uma vez, de diversas maneiras – por exemplo, no contraste entre o valor permanente da poesia de Gonçalves Dias e a efêmera “emissão” de seu nativo Maranhão –, como ele diz (com quanta ironia?), em 13 de maio: “A estética é o único lado por onde vejo os negócios públicos”. É fácil ver como ele adere à fundação da *Revista Brasileira* e, por fim, da Academia, que naturalmente foi também um projeto *nacional*, uma tentativa de influenciar o país e de promover suas tradições culturais e sua unidade. De certo modo, 1894 é, de fato, “o fim da era das revoluções”, muito embora a tensão política e a instabilidade subsistissem.

ÍNDICES (atualizados até o v. 1, n. 2)

TEXTOS DE MACHADO DE ASSIS, PELOS TÍTULOS:

- A Ch. F., filho de um proscrito – v. 1, n. 1, p. 13 e p. 33.
- A S. M. I. – v. 1, n. 1, p. 17 e p. 41.
- A Semana – 84 (1º de janeiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 19.
- A Semana – 85 (7 de janeiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 25.
- A Semana – 86 (14 de janeiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 31.
- A Semana – 87 (21 de janeiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 35.
- A Semana – 88 (28 de janeiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 41.
- A Semana – 89 (4 de fevereiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 47.
- A Semana – 90 (11 de fevereiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 53.
- A Semana – 91 (18 de fevereiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 59.
- A Semana – 92 (25 de fevereiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 65.
- A Semana – 93 (4 de março de 1894) – v. 1, n. 2, p. 71.
- A Semana – 94 (11 de março de 1894) – v. 1, n. 2, p. 77.
- A Semana – 95 (18 de março de 1894) – v. 1, n. 2, p. 83.
- A Semana – 96 (25 de março de 1894) – v. 1, n. 2, p. 89.
- A Semana – 97 (1º de abril de 1894) – v. 1, n. 2, p. 95.
- A Semana – 98 (8 de abril de 1894) – v. 1, n. 2, p. 99.
- A Semana – 99 (15 de abril de 1894) – v. 1, n. 2, p. 103.
- A Semana – 100 (22 de abril de 1894) – v. 1, n. 2, p. 109.
- A Semana – 101 (6 de maio de 1894) – v. 1, n. 2, p. 121.

- A Semana – 102 (13 de maio de 1894) – v. 1, n. 2, p. 127.
- A Semana – 103 (20 de maio de 1894) – v. 1, n. 2, p. 133.
- A Semana – 104 (27 de maio de 1894) – v. 1, n. 2, p. 139.
- A Semana – 105 (3 de junho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 145.
- A Semana – 106 (10 de junho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 153.
- A Semana – 107 (17 de junho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 159.
- A Semana – 108 (24 de junho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 165.
- A Semana – 109 (1º de julho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 173.
- A Semana – 110 (8 de julho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 177.
- A Semana – 111 (15 de julho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 183.
- A Semana – 112 (22 de julho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 189.
- A Semana – 113 (29 de julho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 195.
- A Semana – 114 (5 de agosto de 1894) – v. 1, n. 2, p. 201.
- A Semana – 115 (12 de agosto de 1894) – v. 1, n. 2, p. 205.
- A Semana – 116 (19 de agosto de 1894) – v. 1, n. 2, p. 211.
- A Semana – 117 (26 de agosto de 1894) – v. 1, n. 2, p. 217.
- A Semana – 118 (2 de setembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 223.
- A Semana – 119 (9 de setembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 227.
- A Semana – 120 (16 de setembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 233.
- A Semana – 121 (23 de setembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 239.
- A Semana – 122 (30 de setembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 245.
- A Semana – 123 (7 de outubro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 249.
- A Semana – 124 (14 de outubro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 255.
- A Semana – 125 (21 de outubro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 261.
- A Semana – 126 (28 de outubro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 269.
- A Semana – 127 (4 de novembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 275.
- A Semana – 128 (11 de novembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 281.
- A Semana – 129 (18 de novembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 287.
- A Semana – 130 (25 de novembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 291.

- A Semana – 131 (2 de dezembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 297.
- A Semana – 132 (9 de dezembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 303.
- A Semana – 133 (16 de dezembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 309.
- A Semana – 134 (23 de dezembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 315.
- A Semana – 135 (30 de dezembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 321.
- A uma menina – v. 1, n. 1, p. 23 e p. 53.
- Abertura pelo Sr. Machado de Assis, Presidente – v. 1, n. 1, p. 9 e p. 25.
- Errata da primeira edição das *Poesias completas* (1901) – v. 1, n. 1, p. 55.
- Gabriela da Cunha – v. 1, n. 1, p. 19 e p. 45.
- O Progresso – v. 1, n. 1, p. 11 e p. 29.
- Saudades – v. 1, n. 1, p. 21 e p. 49.
- Souvenir d'exil (tradução de Machado de Assis) – v. 1, n. 1, p. 15 e p. 37.

POESIAS DE MACHADO DE ASSIS, PELOS PRIMEIROS VERSOS:

- Ao som da tua voz a mocidade acorda, – v. 1, n. 1, p. 11 e p. 29.
- César! fulge mais luz nas saudações do povo, – v. 1, n. 1, p. 17 e p. 41.
- Desabrochas ainda; tu és bela – v. 1, n. 1, p. 23 e p. 53.
- Enfim! sobre esta cena, a tua e nossa glória, – v. 1, n. 1, p. 19 e p. 45.
- Flor a abrir, entre nós, surge agora um infante; – v. 1, n. 1, p. 15 e p. 37.
- Il est beau. Dans son front où la grâce rayonne, – v. 1, n. 1, p. 13 e p. 33.
- Recebe, ó Braga, o meu canto – v. 1, n. 1, p. 21 e p. 49.

TEXTOS DE OUTROS AUTORES, PELOS TÍTULOS:

- A Semana – 100A (29 de abril de 1894) – v. 1, n. 2, p. 115.

OUTROS AUTORES EDITADOS:

- Araújo, Ferreira de [?]
 - A Semana – 100A (29 de abril de 1894) – v.1, n. 2, p. 115.

AUTORES TRADUZIDOS POR MACHADO DE ASSIS:

- Ribeyrolles, Charles
– Souvenir d'exil – v. 1, n. 1, p. 15 e p. 37.

ARTIGOS E OUTROS TEXTOS, PELOS TÍTULOS:

- 1894 – v. 1, n. 2, p. 5.
- A errata das *Poesias completas* (edição de 1901), de Machado de Assis, e seu destino – v. 1, n. 1, p. 75.
- “A Semana” 1894: uma introdução ao terceiro ano de publicação da série – v. 1, n. 2, p. 333.
- A voluptuosidade da dor de Estêvão: o pessimismo galhofeiro em *A mão e a luva*, de Machado de Assis – v. 1, n. 1, p. 83.
- Abertura – v. 1, n. 1, p. 5.
- Cronologia (set. 1893-dez. 1894) – v. 1, n. 2, p. 329.
- Edição dos versos alexandrinos de Machado de Assis: poemas anteriores a *Crisálidas* (1864) e não incluídos nesse livro – v. 1, n. 1, p. 65.
- Edições de Machado de Assis: por quê, para quê? – v. 1, n. 1, p. 131.
- Este número – v. 1, n. 1, p. 7.
- Introdução à edição da “Abertura, pelo Sr. Machado de Assis, Presidente” – v. 1, n. 1, p. 59.
- Introdução às notas – v. 1, n. 2, p. 11.
- Machado de Assis e a eloquência oitocentista: ascensão e declínio do “império retórico” – v. 1, n. 1, p. 99.
- Machado de Assis, tradutor de poesia: a questão das traduções em *Americanas* – v. 1, n. 1, p. 159.
- O texto – v. 1, n. 2, p. 7.
- Um estudo de “Lúcia”, tradução de Machado de Assis – v. 1, n. 1, p. 115.
- Versos nas *Poesias completas* de Machado de Assis: detalhes – v. 1, n. 1, p. 151.

AUTORES:

– Campos, Alex Sander Luiz

- 1894 – v. 1, n. 2, p. 5.
- Edição dos versos alexandrinos de Machado de Assis: poemas anteriores a *Crisálidas* (1864) e não incluídos nesse livro – v. 1, n. 1, p. 65.
- Edições de Machado de Assis: por quê, para quê? – v. 1, n. 1, p. 131.
- Este número – v. 1, n. 1, p. 7.
- Introdução à edição da “Abertura, pelo Sr. Machado de Assis, Presidente” – v. 1, n. 1, p. 59.

– Cei, Vitor

- A voluptuosidade da dor de Estêvão: o pessimismo galhofeiro em *A mão e a luva*, de Machado de Assis – v. 1, n. 1, p. 83.

– Gledson, John

- “A Semana” 1894: uma introdução ao terceiro ano de publicação da série – v. 1, n. 2, p. 333.
- Cronologia (set. 1893-dez. 1894) – v. 1, n. 2, p. 329.
- Introdução às notas – v. 1, n. 2, p. 11.
- O texto – v. 1, n. 2, p. 7.

– Jucá, Gabriela

- Machado de Assis tradutor de poesia: a questão das traduções em *Americanas* – v. 1, n. 1, p. 159.
- Um estudo de “Lúcia”, tradução de Machado de Assis – v. 1, n. 1, p. 115.

– Miranda, José Américo

- 1894 – v. 1, n. 2, p. 5.
- A errata das *Poesias completas* (edição de 1901), de Machado de Assis, e seu destino – v. 1, n. 1, p. 75.
- Abertura – v. 1, n. 1, p. 5.
- Edição dos versos alexandrinos de Machado de Assis: poemas anteriores a *Crisálidas* (1864) e não incluídos nesse livro – v. 1, n. 1, p. 65.
- Introdução à edição da “Abertura, pelo Sr. Machado de Assis, Presidente” – v. 1, n. 1, p. 59.
- Um estudo de “Lúcia, tradução de Machado de Assis – v. 1, n. 1, p. 115.

– Silva, Felipe Lima da

- Machado de Assis e a eloquência oitocentista: ascensão e declínio do “império retórico” – v. 1, n. 1, p. 99.

– Souza, Rilane Teles de

- Versos nas *Poesias completas* de Machado de Assis: detalhes – v. 1, n. 1, p. 151.